



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO



MUSEU NACIONAL

Programa de Pós-graduação em Linguística e Línguas Indígenas

Modalidade profissional

**INTRODUÇÃO À ANÁLISE FONOLÓGICA DA LÍNGUA
PURY NA MODALIDADE DE GUIRICEMA (MG):
por um trabalho de Memória e Ressurgência**

**Carmelita Lopes dos Santos
Ñáma Telikóng Pury**

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO



MUSEU NACIONAL

Programa de Pós-graduação em Linguística e Línguas Indígenas

Modalidade profissional

**INTRODUÇÃO À ANÁLISE FONOLÓGICA DA LÍNGUA
PURY NA MODALIDADE DE GUIRICEMA (MG):
por um trabalho de Memória e Ressurgência**

**Carmelita Lopes dos Santos
Ñáma Telikóng Pury**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística e Línguas Indígenas – Modalidade profissional, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística e Línguas Indígenas.

Orientadora: Profa. Dra. Tania Conceição Clemente de Souza

Rio de Janeiro

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO



MUSEU NACIONAL

Programa de Pós-graduação em Linguística e Línguas Indígenas

Modalidade profissional

**INTRODUÇÃO À ANÁLISE FONOLÓGICA DA LÍNGUA
PURY NA MODALIDADE DE GUIRICEMA (MG):
por um trabalho de Memória e Ressurgência**

**Carmelita Lopes dos Santos
Ñáma Telikóng Pury**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística e Línguas Indígenas – Modalidade profissional, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística e Línguas Indígenas.

Orientadora: Profa. Dra. Tania Conceição Clemente de Souza

Rio de Janeiro

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

<p>S237i Santos, Carmelita Lopes dos Introdução à análise fonológica da língua Pury na modalidade de Guiricema (MG): por um trabalho de memória e ressurgência / Carmelita Lopes dos Santos – Rio de Janeiro, 2024.</p> <p>183 f.: il. (color.)</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Tania Conceição Clemente de Souza</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Mestrado Profissional em Linguística e Línguas Indígenas – PROFLIND, 2024.</p> <p>1. Línguas indígenas. 2. Língua Pury. 3. Política linguística. 4. Teoria Fonológica. I. Souza, Tania Conceição Clemente de. II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 498</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO



MUSEU NACIONAL

Programa de Pós-graduação em Linguística e Línguas Indígenas

Modalidade profissional

**INTRODUÇÃO À ANÁLISE FONOLÓGICA DA LÍNGUA
PURY NA MODALIDADE DE GUIRICEMA (MG):
por um trabalho de Memória e Ressurgência.**

CARMELITA LOPES DOS SANTOS

Ñáma Telikóng Pury

Orientadora: Profa. Dra. Tania Conceição Clemente de Souza

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Linguística e Línguas Indígenas – Modalidade profissional, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Linguística e Línguas Indígenas.

Examinada por:

Profa. Dra. Tania Conceição Clemente de Souza (Presidente. PROFILLIND–MN/UFRJ)

Prof. Dr. Gean Nunes Damulakis (PROFILLIND–MN/UFRJ)

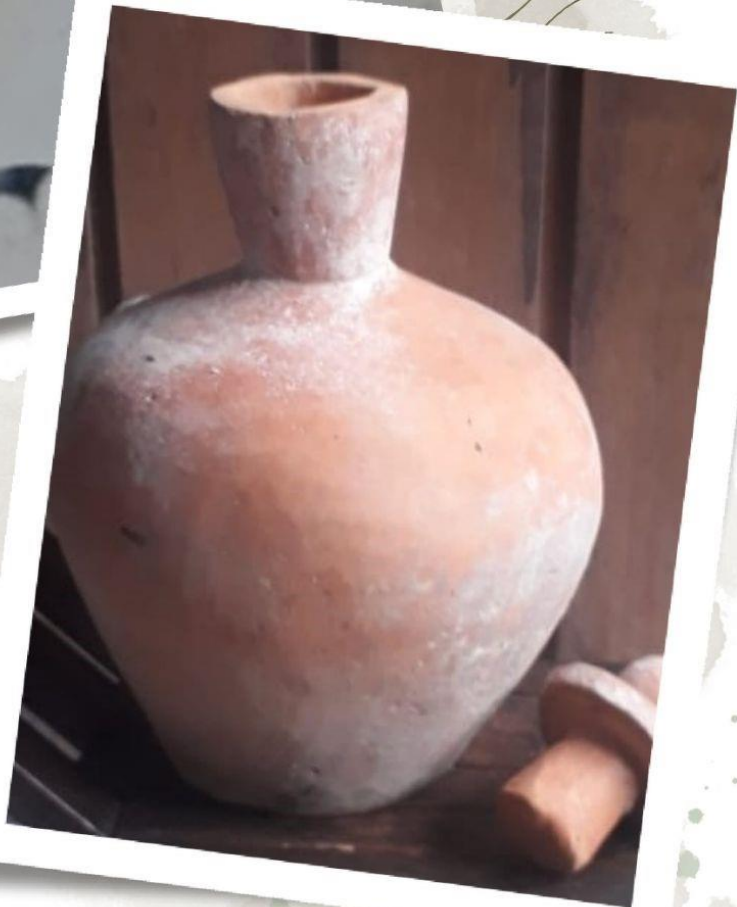
Prof. Dr. Rogério Santos Júnior (SMERJ)

Suplente: Profa. Dra. Beatriz Protti Christino (PROFILLIND–MN/UFRJ)

Suplente: Profa. Dra. Flávia Leonel Falchi (IAEL-UEG)



MARIKINHA PURY
MÃE DE
NHÂMÃNRÚRE SCHUTEH KAIÁ



MORINGA DE CERÂMICA PURY
FEITA POR MARIKINHA PURY
NA DÉCADA DE 1940

Acervo: Nhãmãnrúre Schuteh Kaiá - Felismar Manoel

“A mãe do Brasil é indígena, ainda que o país tenha mais orgulho de seu pai europeu que o trata como um filho bastardo. Sua raiz vem daqui, do povo ancestral que veste uma história, que escreve na pele sua cultura, suas preces e suas lutas. Nunca vou entender o nacionalismo estrangeiro que muitas pessoas têm. Nós somos um país rico, diverso e guerreiro, mas um país que mata o seu povo originário e aqueles que construíram uma nação, que ainda marginaliza povos que já foram escravizados e seguem tentando se recuperar dos danos. O indígena não é aquele que você conhece dos antigos livros de história, porque não foi ele que escreveu o livro então nem sempre a sua versão é contada. Ele não está apenas na aldeia tentando sobreviver, ele está na cidade, na universidade, no mercado de trabalho, na arte, na televisão, porque o Brasil todo é terra indígena. Sabe aquela história de que “sua bisavó foi pega no laço?” Isso quer dizer que talvez seu bisavô tenha sido um sequestrador, então acho que você deveria ter mais orgulho do sangue indígena que corre em suas veias.

A mãe do Brasil é indígena.”

Mirian Krexu

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de pesquisa a Deus, por me abençoar todos os dias de minha vida e iluminar meu caminho; por me conceder saúde, sabedoria e forças para seguir sempre em frente.

À Mãe Maria, por estar sempre comigo a me proteger e aquecer com seu manto materno, meu refúgio.

Às minhas ancestrais maternas: trisavó Custódia (negra Pury “pega no laço”), bisavó Rosa (negra Pury), avó Delfina (empardecida) e minha mãe Vivaldina (empardecida), elementos indispensáveis na sustentação de minha conexão com a força vital.

Às minhas filhas Talita e Tássia que me apoiaram nesta investida e contribuíram seja ouvindo, incentivando, ajudando com suas opiniões ou puxando minha orelha quando me viam desanimada.

AGRADECIMENTOS

*“Cada pessoa que passa em nossa vida, passa sozinha,
é porque cada pessoa é única e nenhuma substitui a outra!
Cada pessoa que passa em nossa vida, passa sozinha e não nos deixa só
porque deixa um pouco de si e leva um pouquinho de nós.
Essa é a mais bela responsabilidade da vida e a prova
de que as pessoas não se encontram por acaso.”
(Autor Desconhecido)*

À minha professora e orientadora, Profa. Dra. Tania Conceição Clemente de Souza, por me guiar e auxiliar em todas as etapas da pesquisa para realização deste trabalho. Solicitei a sua ajuda inúmeras vezes, e em todas fui atendida com paciência e tranquilidade. Serei eternamente grata por tudo!

Ao nosso guardião e lembrador Opé-antár (amigo ancião), meu Opê-tarré (instrutor), Nhãmãnrúre Stxutér Kaiá (água entre barrancos/córrego - tranquilo/bonito – guardiões das raízes Pury) – Felismar Manoel, que trouxe a contribuição de Juka Pury, seu tio-bisavô de primeira geração pury - em momentos de pressão pelo nosso apagamento na década de 1940 criou estratégia de nosso uso da língua pury de forma escrita -, bem como pelo apoio, carinho e confiança.

Aos membros da banca examinadora, que tão gentilmente aceitaram o convite de compô-la e por suas contribuições à versão final deste trabalho. E aos suplentes, meu agradecimento pelo convite aceito e por suas contribuições.

À Coordenação do Programa de Mestrado Profissional em Linguística e Línguas Indígenas (PROFLLIND-MN/UFRJ) e ao corpo docente por propiciarem e contribuírem na construção deste Mestrado, mesmo com o distanciamento por conta da pandemia, vocês sempre estiveram presentes e auxiliando nesse período do novo normal.

Ao corpo discente da Turma 4 do PROFLLIND-MN/UFRJ pelos debates enriquecedores e pelo clima acolhedor do qual destaco as colegas Sonia Regina Camargo e Maria José S. Rodrigues, parceiras desde o primeiro dia em que nos conhecemos, ajudando no cumprimento da rotina na pós-graduação. Sempre tinham um gesto de carinho ou uma palavra amiga. Foi extremamente importante conhecer e conviver com vocês.

À Universidade Federal do Rio de Janeiro - Museu Nacional pela oportunidade da realização do curso de pós-graduação.

A todas, todos e todes que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta dissertação, o meu sincero agradecimento.

SANTOS, Carmelita Lopes dos (Ñáma Telikóng Pury). **Introdução à Análise Fonológica da Língua Pury na Modalidade de Guiricema (MG): por um trabalho de Memória e Ressurgência.** 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Linguística e Línguas Indígenas) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

RESUMO

Esta dissertação tem como principal meta investir num primeiro trabalho de memória e ressurgência da língua Pury, modalidade de Guiricema (MG), utilizada nas três comunidades rurais, localizadas na região de Guiricema (MG): Fazenda dos Gregórios, em Cruzeiro, na sede distrital de Tuiutinga e Pé da Serra de Tuiutinga, no Distrito do Valão. A análise se sedimenta num corpus significativo resultante de uma pesquisa realizada no período de 2020 a 2023 com o consultor Nhãmanrrúri Stxutér Kaiá – Felismar Manoel (1939), último falante da língua. Apresentamos aqui um primeiro passo ao alcance desse objetivo maior, com a introdução ao estudo do sistema fonológico e dos padrões silábicos do Pury de Guiricema (MG). Como os objetivos específicos, traçamos: (i) discutir no campo da Política Linguística e Política de Línguas Indígenas a classificação de línguas extintas ou mortas; (ii) sintetizar registros literários e trabalhos acadêmicos sobre o estudo do Tronco Macro-Jê e da família Purí; (iii) propor os primeiros estudos em fonologia e estrutura silábica da língua Pury de Guiricema (MG). Nosso trabalho em perspectiva interdisciplinar conjuga pressupostos oriundos da área de Política Linguística com os da área da Fonologia, respectivamente, vertentes da Escola de Praga (Trubetzkoy, 1939) e da Teoria Autossegmental (Goldsmith 1976) na análise da estrutura silábica. Por fim, o estudo traz uma contribuição na promoção de uma reparação histórica junto ao Povo Pury, vítima de epistemicídio, — apagamento de produções e saberes de um Povo — que teve importante participação na formação da cultura do sudeste e que, diante do processo de miscigenação ocorrido, vivenciou a invisibilidade de sua cultura, silenciou sua história e sua língua, fato que motivou a ideia corrente do seu suposto apagamento.

PALAVRAS-CHAVE: Línguas indígenas. Língua Pury. Ressurgência. Política Linguística. Teoria Fonológica.

SANTOS, Carmelita Lopes dos (Ñáma Telikóng Pury). **Introduction to the Phonological Analysis of the Pury Language in the Guiricema Modality (MG): through a work on Memory and Resurgence**. 2024. Dissertation ((Professional Master's Degree in Linguistics and Indigenous Languages) - National Museum, Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

ABSTRACT

The main goal of this work is to have the first material about memory and resurgence of the Pury language, from Guiricema (MG), used in three rural communities, located in the region of Guiricema (MG): Fazenda dos Gregórios, in Cruzeiro; the district headquarters of Tuiutinga; and Pé da Serra de Tuiutinga, in Valão district. The analysis is based on a significant corpus resulting from research carried out between 2020 and 2023 with the consultant Nhãmanrrúri Stxutér Kaiá – Felismar Manoel (1939), the last speaker of the language. Here, we present a first step towards achieving this main goal, with the introduction to the study of the phonological system and syllabic patterns of Pury de Guiricema (MG). The specific objectives, we outline: (i) discuss the classification of extinct or dead languages in the field of Linguistic Policy and Indigenous Language Policy; (ii) synthesize literary records and academic works on the study of the Tronco Macro-Jê and the Pury family; (iii) propose the first studies on phonology and syllabic structure of the Pury language of Guiricema (MG). Our work, from an interdisciplinary perspective, combines assumptions from the area of Language Policy with those from the area of Phonology, aspects of the Prague School (Trubetzkoy, 1939) and Autosegmental Theory (Goldsmith 1976) in the analysis of syllabic structure respectively. Finally, the study makes a contribution to promoting historical reparation among the Pury People, victims of epistemicide, — erasure of the productions and knowledge of a People — who had an important role in the formation of the culture of the southeast and who, in the face of the process of miscegenation occurred, experienced the invisibility of their culture, silenced their history and their language, a fact that motivated the current idea of their supposed erasure.

KEYWORDS: Indigenous languages. Pury language. Resurgence. Language Policy. Phonological Theory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Árvore genealógica de Ñáma Telikóng Pury.....	18
Figura 2: Foto de parte do Grupo Pury do <i>Facebook</i>	26
Figura 3: Reprodução do primeiro símbolo contemporâneo do Povo Pury.	28
Figura 4: Símbolo do Movimento de Ressurgência Purí.	29
Figura 5: Foto de parte do grupo inicial de Pury.....	30
Figura 6: Foto do registro do encontro em São Fidelis.....	31
Figura 7: “Les Purys dans leurs forêts” (1821-1822).....	64
Figura 8: Foto do Monumento aos Índios Purys.....	65
Figura 9: Foto do registro da saída de pessoas escravizadas para a colheita.....	65
Figura 10: Obra “índios Purí subindo nas árvores”. Maximilian Wied-Newied (1816).	66
Figura 11: Enterrement: desenho de Victor Adam (francês, 1801-1866)	72
Figura 12: Cerâmica Purí das Lapas.....	73
Figura 13: Símbolo das Aldeias Rurais Arekin-teké.	88
Figura 14: Presença Pury no censo IBGE 2010.....	89
Figura 15: Brasão de Guiricema.....	91
Figura 16: Tronco Macro-Jê conforme hipótese de Rodrigues (1999)	104
Figura 17: Família Pury (hipótese)	111

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Fragmento do mapa A4-7 (1 a.C. e 200 d.C).....	74
Mapa 2: Fragmento do Mapa Etnohistórico Nimuendaju, 1987.	76
Mapa 3: Localização do Município de Guiricema (MG)	91
Mapa 4: Distribuição geográfica das línguas e culturas Macro-Jê	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Línguas faladas do tronco Macro-Jê segundo Rodrigues (1986)	100
Quadro 2: Consoantes do Pury de Guiricema.....	152
Quadro 3: Oclusivas Pré-nasalizadas em contorno	154
Quadro 4: Vogais orais do Pury de Guiricema	156
Quadro 5: Vogais nasais do Pury de Guiricema.....	159

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	17
INTRODUÇÃO	33
1 CAMINHOS TEÓRICOS	36
1.1 Sobre Política Linguística e Política de Línguas	36
1.1.2 A língua nas relações de poder	39
1.1.3 A negação do direito à língua	41
1.2 Sobre Fonética e Fonologia	43
1.2.1 Universalidade da Fonética	45
1.2.2 Fonologia linear (segmental) e não linear (autossegmental)	47
1.2.2.1 Traços Distintivos	48
1.3 O fonema	50
1.3.1 Fonema como realidade fonética	52
1.3.2 Fonema como realidade fonológica	53
1.3.3 Fonema como realidade psicológica	54
1.4 A sílaba	55
1.4.1 Teorias sobre a sílaba	56
1.4.2 Unidades de duração	60
2 SOBRE O POVO PURY	64
2.1 Primeiras notícias	66
2.1.1 Origem e significado do nome	67
2.2 Distribuição geográfica	71
2.2.1 Originária	71
2.2.2 Contemporânea	80
2.2.2.1 Aldeada	80
2.2.2.2 Desaldeada e sem aldeia	86
2.2.2.3 Guiricema	90
3 SOBRE A LÍNGUA PURY	93
3.1 Primeiras anotações	94
3.2 O Tronco Linguístico	96
3.3 A família linguística	105
3.3.1 Características das línguas da família Pury	111
3.4 Último falante: Nhãmãrrúre Stxutér Kaiá	112
3.4.1 A escolha do nome	112
3.4.2 Ancestralidade e tronco ancestral	113
3.4.3 O aprendizado da língua na comunidade	113
3.4.4 Motivação de escrever um livro com falares e fazeres Pury	115

4 A RETOMADA E A REVITALIZAÇÃO DA LÍNGUA PURY	118
4.1 A Língua Pury e as condições históricas de seu silenciamento	118
4.2 Estudos anteriores de Pury sobre a língua	121
4.3 Aspectos da língua Pury de Guiricema: sistema fonológico e estrutura silábica	131
4.3.1 Inventário dos sons	132
4.3.2 Segmentos consonantais	133
4.3.2.1 Segmentos de contorno e segmentos complexos	152
4.3.3 Segmentos vocálicos	156
4.4 A sílaba	160
4.4.1 Padrões silábicos em Pury	163
CONCLUSÃO	167
REFERÊNCIAS	169
ANEXO A - AUTODECLARAÇÃO DE CARMELITA L DOS SANTOS REGISTRADA PELA FUNAI	180
ANEXO B - CARTA DE PRINCÍPIOS E CÓDIGO DE ÉTICA DO MRP	181

APRESENTAÇÃO

Minha trajetória: do individual ao coletivo na construção da identidade

“Sem identidade, somos um objeto da história, um instrumento utilizado pelos outros, um utensílio. E a identidade é o papel assumido: é como numa peça de teatro em que cada um recebe um papel para desempenhar.” (Joseph Ki-Zerbo)

Relato aqui um pouco de minha trajetória, antes de tratar da presente pesquisa sobre a *“Introdução à Análise Fonológica da Língua Pury¹ na Modalidade de Guiricema (MG): por um trabalho de Memória e Ressurgência”*. Começo pedindo licença para me apresentar a partir de minhas antepassadas maternas numa reverência a elas (figura 1).

Sou trineta de Custódia, negra Pury “pega no laço”², e adotada³ na Serra da Onça, em Guidoal, Minas Gerais (MG); sou bisneta de Rosa, negra Pury, e Régio, de Cabo Verde, também esses mantidos na Serra da Onça; sou neta de Delfina, empardecida, de Guidoal (MG), e José Cabeleira, empardecido, de São Geraldo (MG), filho de cigana com “negro china”⁴; sendo eles pais de Vivaldina, empardecida, também nascida em Guidoal (MG), que pariu a mim, Carmelita, empardecida, autodeclarada Pury, nascida em Cataguases (MG).

¹ A escrita do etnônimo Pury é feita com o ‘y’ em lugar de ‘i’, considerando que, em 1943, no Acordo Ortográfico - Formulário Ortográfico de 1943 - Oficial no Brasil, foram abolidos o Y, que foi substituído pelo i; o K, que foi substituído por qu antes de e, i, e por c antes de outra qualquer letra e o W, que foi substituído, em palavras portuguesas ou aportuguesadas, por u ou v, conforme o seu valor fonético e que, em 1990, o Acordo Ortográfico inclui no alfabeto as letras k, w, e y novamente no alfabeto brasileiro e considerando que há registro de batismo do século XIX usando ambas grafias e ainda considerando que, atualmente, não há uma escrita oficial da língua, mas será mantida a escrita utilizada por outros autores. E, a grafia do etnônimo de outras etnias, nos escritos autorais, obedece às normas da I Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), Convenção para a Grafia dos Nomes Tribais, realizada, de 8 a 14 de novembro de 1953, no Museu Nacional, no Rio de Janeiro e publicada na Revista de Antropologia (vol. 2, nº 2, São Paulo, 1954, pp. 150-152), que determinaram a maneira correta de grafá-las “Os nomes tribais se escreverão com letra maiúscula, facultando-se o uso de minúscula no seu emprego adjetival. Os nomes tribais, quer usados como substantivos, quer como adjetivos, não terão flexão de gênero e de número, a não ser que sejam de origem portuguesa ou morficamente aportuguesados.” Já nas citações de outros autores, foi mantida a forma utilizada na fonte.

² Expressão passada de geração a geração para mascarar o sofrimento e disfarçar a dura realidade de mulheres Pury que foram capturadas, digo, estupradas e colocadas em cativeiro, digo, escravizadas e geraram filhos bastardos, digo, escravizados.

³ Adotada: termo empregado, mas, segundo a mãe da autora, era colocada em cativeiro.

⁴ Termo utilizado pela mãe da autora para se referir ao preto de cabelo liso.

Figura 1: Árvore genealógica de Nâma Telikóng Pury



Fonte: Autora

Há muitos anos, na faculdade, na aula de antropologia, minha professora falava sobre os povos indígenas e aí eu me lembrei das dúvidas que tinha em relação aos termos dados por minha mãe referente aos biótipos de meus familiares. Ao final da aula, em particular, acreditando que tudo seria esclarecido, perguntei. Ela nunca havia ouvido falar nem em “negra Pury pega no laço”, nem em “cabo verde”, muito menos em “negro china”.

Desculpei-me dizendo que deveriam ser termos usados na roça. Saí e tratei de considerar “termos usados na roça” como invenção de minha mãe. Só que, volta e meia, vinha à cabeça a ideia que não era possível minha mãe ter inventado aquilo. Dali para a frente, em cada evento que eu participava, enquanto ativista, quando encontrava pessoas de comunidades tradicionais, levantava informações sem demonstrar interesse pessoal.

Após anos soube que Pury era uma etnia indígena extinta há muito tempo. Até que de 2006 a 2007 (ano em que adoeci), participei, enquanto ativista, do Movimento Tamoio no antigo Museu do Índio, Rio de Janeiro (RJ), juntamente com Afonso Apurynã, Carlos Tukano, Cristina Novais, David Ribeiro, Guilherme Novais, Jacira Monteiro, Joannes, José Guajajara, Leonardo Novais, Marize de Oliveira, Maíza Pavão, Mônica Bello, Tainara Andrade, Tobi, Urbano Gonçalves, Wanderley Telles e Xothã, ainda na construção da primeira oca. Acendiam a fogueira à noite, faziam uma roda, cantavam e rezavam. Levávamos comida pronta, mantimentos e material de higiene e limpeza para semana, mas era pouco. Tinham dificuldade com documentos

do local, luz, água, alimentação, material para oca, voluntários para dormir lá e de se entenderem entre si.

Lá, certa vez, perguntei se conheciam a etnia Pury, sempre sem demonstrar interesse pessoal, pois estava ali como ativista e não tinha nada que me respaldasse ser Pury. Imagine eles pensarem que uma “negona” que está ali para colaborar agora iria virar indígena? Só que agiram como minha antiga professora de antropologia.

Sempre foi muito confuso para mim essa coisa de raça, cor e etnia. A única certeza que eu tinha é que parda eu não era. Cheguei a adotar o termo mestiça, apoiada na fala de Darcy Ribeiro na qual “Mestiço é que é Bom”. Eu me entendia descendente de branco, preto e indígena. Tinha pouca tinta para preta, muita tinta para branca e não vinha de família aldeada como no imaginário coletivo de ser indígena, nem seguia o estereótipo indígena que parte da sociedade brasileira construiu de forma preconceituosa.

Após minha aposentadoria, resolvi fazer meu caminho de volta, na busca de minhas origens, de minha identidade. Uma busca tardia, porque minha mãe e meus mais velhos já não estavam mais por aqui. Comecei buscando descobrir o que era negra Pury, pega no laço, e foi assim que eu acordei Pury e saí do estado de dormência.

Em minhas pesquisas soube que, nos primeiros anos do século XVI, os povos originários eram chamados, pejorativamente, de “negros da terra”⁵ - em oposição aos chamados “negros africanos” vindos de África -, “gentios da terra” - coisa/sem alma - e “bugre”. E, apesar de ter encontrado registros que a primeira forma de escravidão Brasil foi dos “negros da terra” - termo que virou título do livro do historiador John Manoel Monteiro - os indígenas, e ter entendido que a negra Pury pega no laço que minha mãe se referia. Esse laço, na verdade, virou um nó na minha investigação e acredito que na de diversas pessoas que fazem pesquisa em relação à ancestralidade indígena. Porque em muitos daqueles mesmos registros, consta a informação do desaparecimento de etnias indígenas até o final do século XIX, assim como a Pury era uma etnia indígena extinta há muito tempo. Se desapareceram como temos, hoje, as narrativas das trisas pegas no laço?

⁵ Eram chamados “negros da terra” os indígenas escravizados. A palavra “negro”, no século XV, passou a ser adotada na escravização de africanos pelos espanhóis, por conseguinte o termo foi utilizado para os indígenas na mesma situação.

Seguindo o caminho dos Censos⁶

Conforme minha palestra que depois virou uma história escrita: “O laço que virou nó: a construção do caminho de volta”, no evento “Retirando os Índios do pó de Café”, na Fundação Filantrópica e Cultural Léa Pentagna, Valença (RJ), em 26/9/2015, se seguirmos o caminho dos censos, os únicos de abrangência nacional, podemos verificar a primeira contagem oficial da “composição racial” da população brasileira:

Segundo informa Joaquim Norberto de Souza e Silva, em Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si, tentadas desde os tempos coloniais até hoje, antes de 1870 nossas estatísticas de população eram meramente conjecturais não passando de estimativas destinadas, basicamente, a atender aos interesses da Metrópole – maiores do que geralmente se supõe – preocupada sempre em conhecer os seus domínios na América do Sul. (Censo IBGE /1872)

Lembrando que, desde o final do século XVIII, pelos registros, os “negros da terra”: os indígenas, não eram mais “escravos”. E, em 1850, temos o fim do tráfico negreiro, em 1871 a Lei do Ventre Livre ou lei “Lei Rio Branco”. A lei estabelecia duas possibilidades para as crianças que nasciam livres - poderiam ficar aos cuidados dos senhores até os 21 anos de idade ou entregues ao governo.

Não obstante, os censos insistiram na raça como categoria de classificação num país de grandes diversidades étnicas, criando lacunas na socio-demografia indígena que só começariam a ser suplantadas no censo de 1991. Difícil entender que, em um momento há o suposto desaparecimento da etnia (1872) e 120 anos depois o reaparecimento (1991).

No Censo Geral do Império (1872), o primeiro da história do Brasil, a população foi dividida entre livre (define a própria cor) e escrava. Os LIVRES: BRANCA, PRETA (recém-libertos), PARDA (origem africana, não necessariamente mestiça ou indígenas), "Pardos, nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas" (Trecho da Carta do Escrivão Pero Vaz de Caminha, 1º maio 1500) e CABOCLA (filho de homem branco com índia ou africana, de pele acobreada e cabelos negros e lisos e toda a população indígena do país). E a ESCRAVA: PRETA E PARDA (mestiça).

⁶ Conteúdo do tópico apresentado pela autora em palestra: O laço que virou nó: a construção do caminho de volta no evento “Retirando os Índios do pó de Café”, dias 25 e 26/9/2015, na Fundação Filantrópica e Cultural Léa Pentagna (Valença/RJ).

Ora, mas se, minha trisavó Custódia, negra da terra (indígena) Pury, pega no laço no início do século XIX foi registrada, e se em 1872 os indígenas já eram livres. Ela seria, segundo o censo, parda livre? Então, a indígena Pury, que era minha trisavó, classificada como parda, já sumiu aí!

Bem, mas tinha ainda minha bisa, Amélia (Rosa Pinto) da Silva também negra Pury, de acordo com minha mãe, da Serra da Onça – Guidoal (MG), casada com Régis (Pinto) da Silva adotado na Serra da Onça e de acordo com minha mãe era cabo verde: cabelo anelado, “mulato” - termo usado por minha mãe à época. Fica evidente que primeiro “laçaram” os indígenas e depois “adotaram” os negros africanos. Talvez o termo “adotado” fosse por causa do fim do tráfico negreiro ou da Lei do Ventre Livre ou lei “Lei Rio Branco”.

Indo para o Censo de 1890 - o de 1880 não ocorreu -, que foi o segundo da história e o primeiro da República, onde todos são livres e a divisão é segundo a COR: BRANCA, PRETA, MISTIÇA (origem racial de pretos com brancos) e CABOCLA (filho do homem branco com índia), atestei que, os que eram pardos passaram a ser mestiços e os que eram caboclos passam a ser pardos. Tanto em 1872, quanto em 1890 há uma mistura de cor e descendência como critério.

Bem, então aqui, a minha trisa e minha bisa, se vivas, deixariam de ser pardas para serem caboclas? E o meu bisa cabo verde seria mestiço? E minha mãe que nasceu em 1920? Ah, mas ela foi registrada! Só que já nos anos 60, daí seu registro veio parda.

As informações relativas à cor só voltam a aparecerem no 1º Censo do IBGE (1940). A ausência em alguns censos anteriores era explicada pelo fato de mestiços nem sempre poderem declarar sua ascendência, por serem oriundas da escravidão ou da degradação social de sua progenitora. Além disso, o tom da pele era insuficiente como critério, por ser elemento incerto. De acordo com o demógrafo italiano Giorgio Mortara, do censo de 1872 ao de 1940, brasileiros anualmente “passaram” da categoria parda para a branca. As políticas de branqueamento (1888-1920), com raízes no período colonial, eram chamadas, na época, de o ideal do “branqueamento”. Essa ideologia do branqueamento⁷, no início do século XX, a partir das políticas

⁷ O branqueamento no Brasil, baseado no darwinismo racial - classes superiores e inferiores, foi um projeto apresentado pelo país, representado por João Baptista de Lacerda com apoio de cientistas e estudiosos da época, no primeiro Congresso Universal das Raças (1911), criado para discutir sobre o futuro dos países recém colonizados.

de eugenia, contribuiu para desenvolver, no branco – eurocêntrico -, um complexo de superioridade.

O quesito COR, no Censo de 1940, é agora: BRANCA, PRETA e AMARELA (imigração japonesa), a classificação segundo a cor resultou das respostas ao quesito proposto, dadas de acordo com a seguinte forma de declaração preceituada na instrução:

“Responda-se preta, branca, amarela, sempre que for possível qualificar o recenseado segundo o característico previsto. No caso de não ser possível essa qualificação, lance-se um traço horizontal no lugar reservado para a resposta” (Outras respostas codificadas sob a designação de pardos, para os que registraram declarações como “caboclo”, “mulato”, “moreno”, etc., ou se limitaram ao lançamento do traço). (Censo IBGE/1940)

Foi criado assim o grupo dos pardos após o término da coleta de dados. E, posteriormente, diante do alto índice de pessoas, que não se entendiam encaixado nas cores branco, preto e amarelo, foram estas incluídas na categoria residual, novamente denominadas de pardas: “Há aí mudança radical de perspectiva, pois o que se valoriza não são mais os tipos raciais originários, mas a “cor”, isto é, as tonalidades de pele, sem a antiga referência à continuidade sanguínea” (Camargo, 2010, p. 254 apud Nota Técnica IBGE).

Para dificultar mais a minha busca, nos Censos de 1950 e 1960 os indígenas foram incluídos na categoria parda. Seguem as cores utilizadas no Censo de 1940 e, dividem a COR em quatro grupos: BRANCOS, PRETOS, AMARELOS e PARDOS (os que se declararam mulatos, caboclos, cafuzos, mestiços, mamelucos etc. e os indígenas que viviam em aldeamentos ou postos indígenas).

O manual do IBGE dá a seguinte definição para pardo: pessoas com uma mistura de cores de pele seja essa miscigenação mulata (descendentes de brancos e negros), cabocla (descendentes de brancos e ameríndias), cafuza (descendentes de negros e indígenas) ou mestiça. Ou seja, podem ter as mais variadas aparências. Agora, que a referência de minha etnia se perdeu de vez. Minha avó e minha mãe empardeceram!

O Censo de 1970 ignorou a cor como dado necessário à caracterização da população brasileira. Só no Censo de 1980, o quesito cor voltou. Nesse período há uma grande “migração” de “pretos” para a categoria “parda” e as pardas se reclassificaram como pardas ou brancas.

Já, no Censo de 1991, o quesito passou a denominar-se cor ou raça: BRANCA, PRETA, PARDA, AMARELA e a categoria “indígena” foi incluída. Foi com a inclusão da categoria indígena, a partir do Censo de 1991, que a classificação passou a ser de “cor ou raça”. Nos censos de 2000 e 2010 o quesito continuou a denominar-se cor ou raça e foram mantidas as categorias.

Só que, além dos brasileiros, anualmente, “passarem” da categoria parda para a branca nos censos de 1872 ao de 1940, de 1940 a 2010, os pardos passam a ser a solução para definir os que não eram nem pretos, nem brancos, nem amarelos. Só o censo do IBGE de 2010 classificou 82.277.333 brasileiros como “pardos”.

A diferença do censo de 2010 é que na categoria indígena passa a ser informado o pertencimento étnico, a língua falada e a localização geográfica, que residiam em Terras Indígenas, áreas rurais fora das Terras Indígenas e nos centros urbanos.

BRANCO, PRETO, PARDO, AMARELO e INDÍGENA são as cinco categorias de pertencimento e resumem, hoje, as identidades étnicas e raciais brasileiras. E por onde andaram os indígenas de 1872 a 1991? Como resgatar esse pertencimento étnico que se perdeu?

Segundo a ONU, em países de população miscigenada, o quesito cor pode resultar em respostas que reflitam apenas os significados sociais que a cor apresenta nessa população, seria uma “cor social”, ou seja, a diferença na cor é a desigualdade e não mais como diferença. Quantos “tons de cinza ou marrom” existem entre o branco puro e o preto puro, se cor for a tonalidade da pele diferenciadora entre grupos humanos biologicamente iguais?

E a raça? Biologicamente é possível falar em raças humanas? De acordo com o geneticista Sérgio Danilo Pena, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), não, devido à ampla mistura de genes entre a população brasileira, não existe correspondência entre a cor da pele e a ancestralidade, podendo uma pessoa descendente de europeus ter pele escura e vice-versa.

Um conceito impositivo de distinções por parte de grupos dominantes no período colonial, considerando a etnia como características herdadas culturalmente que fundamentam a existência de um determinado grupo humano em um passado ancestral comum (Pujadas, 1993). E, a etimologia do termo ‘etnia’ situar-se na expressão grega *ethnós*, que significa povo. Considerando ainda, toda essa mudança

de categoria da população brasileira, existe herança cultural ancestral que resista tal emprego nos censos brasileiros?

O laço virou um nó, um nó na cultura, na tradição, na identidade, na memória e no patrimônio cultural. Nó esse que tento, hoje, desatar no meu caminho de volta e ainda não consegui porque na história, apagaram e, na memória, os que podiam me contar já se foram. Então onde encontrar os “rastros e restos” de meus ancestrais, de minhas raízes?

Identidade étnica: em busca dos meus e a construção da identidade coletiva

“Projetarmos a ‘nós próprios’ nas identidades culturais enquanto internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós.” (Stuart Hall)

Os Pury, assim como outros Povos indígenas, foram expulsos de suas terras e condenados por seus costumes tradicionais. Por pressões políticas, econômicas e religiosas, passaram a esconder e negar suas identidades, numa estratégia de sobrevivência. Na última década do século passado, começam a reassumir e recriar as suas tradições, num fenômeno conhecido como “etnogênese” ou “reetinização” começa a emergir.

“O reconhecimento étnico se pauta na conjugação de critérios definidos pela consciência da identidade indígena e de pertencimento a um grupo diferenciado dos demais segmentos populacionais brasileiros e pelo reconhecimento por parte dos membros do próprio grupo. (IBGE, 2005).

Nesse sentido, o acúmulo dos legados culturais que permitem significar distinções perante outros grupos sociais/étnicos passa a ser a identidade étnica.

Frederich Barth *et al* (1998) afirma que os indivíduos têm de estar conscientes de sua identidade étnica e com uma atuação dinâmica a seu favor (Luvizotto, 2009, p.32). E em termos legais no Brasil, será indígena aquele que assim se entende (autoidentificação) e que assim é reconhecido pela comunidade indígena com a qual convive (heteroidentificação).

E, quem define as manifestações que interessam ser acionadas como categorias identificadoras são os próprios membros daquela comunidade. Ela determinará quais são consideradas significativas e que diagnosticarão o pertencimento étnico.

O conceito colocado pela Convenção 169⁸, a “consciência de si”, permite que a “identificação étnica” seja desatrelada de modelo, de status, de cor da pele. Leva a reflexão da necessidade de desconstrução de uma “indianidade”, de “tipos”. Está muito mais atrelada ao sentimento de pertencimento a traços de determinada cultura.

Segundo Barth *et al* (1998, p.142), “quando os atores, tendo como finalidade a interação, usam identidades étnicas para se categorizar e categorizar os outros passam a formar grupos étnicos”.

Em 2012, já com 55 anos, vi que estavam adicionando uma etnia indígena ao nome no *facebook* em apoio a ocupação da então Aldeia Maracanã, antigo Movimento Tamoio, resolvi aderir também e adotei o “Pury”. Ninguém iria me questionar, já que indígenas e não indígenas estavam adotando. Alguns amigos(as) do “*face*” começaram a me perguntar o que era “Pury”. Comecei a explicar, mas era pouco, tinha que fundamentar mais.

Paralelo a isso, ainda de forma tímida, comecei a verificar se aparecia mais alguém com “Pury” no final do nome, até que encontrei uma com Pury ao final do nome. Iniciei conversa com ela “in Box”, mandei foto de minha mãe, contei minha história, mas não tive sucesso. Encontrei também Opetahra Nhãmanrúri Purí - Solange de S. Reis⁹, nossa Sol Purí, fiz o mesmo movimento e ela acreditou em minha história, adicionou-me no Grupo Puri virtual¹⁰, criado por Dauá Puri¹¹ no *facebook* em agosto de 2012. Ela me informou sobre Dauá Puri e eu a adotei como minha madrinha, porque ainda tinha impregnado em mim o comadrismo de minha criação, pois fui criada por “padrinhos de criação” – termo adotado na época. Quando o conheci, pessoalmente, achei que minha mãe tinha se confundido na informação, porque eu estava presa ao estereótipo que para ser de determinada etnia precisava ter o mesmo biotipo.

⁸ A Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), aprovada em 1989, representa um consenso tripartite (governos, organizações de trabalhadores e de empregadores) sobre os direitos dos povos indígenas e tribais nos Estados-membros em que vivem e as responsabilidades dos governos de proteger esses direitos, superar práticas discriminatórias e assegurar que indígenas participem da tomada de decisões que impactam suas vidas.

⁹ Em seu TCC, *Opetahra* conta sua história: Reis, Solange de Souza. Onde estavam os indígenas Puri quando o sistema os dava como extintos? Nós estamos aqui, vivos! Orando, rezando, curando, plantando, lutando, resistindo e ressurgindo. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa/Minas Gerais, 2020.

¹⁰ O Grupo Puri virtual do *facebook* é composto por Pury e simpatizantes. Tem um arquivo de documentos históricos, ilustrações, cantos, fotos e dissertações sobre os Pury.

¹¹ Disponível em: <<http://cimus.musica.ufjf.br/index.php/speaker/daua-puri>> Acesso em 09/10/20.

Anterior a minha chegada no coletivo, Dauá Purí, Emerson José Gonçalves Purí, Niara do Sol, Zelia Ponan Purí, Carmel Butan Purí, Opetahra Purí, Bruno Pedreira - Kuaorum Purí e Daniel Righi - Tutushamum Purí (vinha de São Paulo), participavam das atividades da Aldeia Maracanã¹², enquanto grupo de Pury.

No Grupo Puri virtual, fui convidada para a Troca de Saberes na Universidade Federal de Viçosa - UFV¹³ de 2013 em Viçosa (MG). Fiquei animada e receosa em ir, afinal não me conheciam pessoalmente e quando me conhecessem poderiam não me aceitar como parente. Só que quando Dauá Puri me disse que lá iria encontrar Pury mais parecidos comigo, resolvi ir. E não deu outra, conheci o Pury Nenem Lupin e sua família e vi que estava em casa. Viajamos eu, Emerson J. Gonçalves Puri, Opetahra Nhãmanrúri Puri, Ponã Puri - Zélia Balbina (figura 2) e lá no evento encontramos outros Pury.

Figura 2: Foto de parte do Grupo Pury do *Facebook*



Fonte: Arquivo pessoal

Éramos uma diversidade de características físicas, cor da pele e cabelo. Já um pouco mais segura fiz minha autoidentificação na FUNAI em 14 de agosto de 2014 (Anexo A), que chamo de minha certidão de nascimento Pury, pois agora tenho meus ancestrais registrados em um documento, diferente de minha certidão oficial, que só

¹² Antigo Movimento Tamoio no antigo Museu do Índio/RJ.

¹³ É um evento de extensão universitária que une a sabedoria tradicional e popular com a ciência e tem como parte da coordenação a professora Irene Cardoso e o professor Willer Barbosa e local dos encontros anuais dos Pury. No evento também participa o Grupo de Estudos Indígenas Povos Originários (GEIPO) da UFV, onde a maioria é Pury. É lá que nos encontramos, apresentamos nossas demandas como povo e confraternizamos.

constávamos eu e minha mãe. E, hoje, adotei junto ao meu nome a palavra Telikóng¹⁴, numa autodenominação para além de Pury.

Quando fui adicionada no Grupo Puri virtual, entendi que nosso território era virtual e que precisávamos nos organizar institucionalmente, enquanto “Movimento Social Identitário Organizado”. Levei a proposta de nos organizarmos dessa forma ao grupo, que foi aprovada e, em 2013, elaborei nossa Carta de Princípios - em 2018 e o Código de Ética (Anexo B). Ela foi levada e aprovada em 2014, em nosso Encontro Anual na Troca de Saberes/UFV, na Plenária de institucionalização e instalação, em 27/07/14 e nasce o Movimento de Ressurgência¹⁵ Purí (MRP) de reafirmação identitária, um espaço não governamental e apartidário, que reúne e articula de forma descentralizada, em rede, parentes autodeclarados/autoidentificados¹⁶ dos estados de Minas Gerais (MG), Rio de Janeiro (RJ), Espírito Santo (ES) e São Paulo (SP); e parceiros/aliados (pessoas físicas ou jurídicas) engajados em ações concretas pela etnia Pury, num processo permanente de busca e construção dessa identidade, do nível local ao nacional.

Ele funciona como espaço de troca de experiências, de estímulo ao conhecimento e o reconhecimento mútuo, valorizando seu intercâmbio: dos conhecimentos medicinais e terapêuticos indígenas; de hábitos alimentares e formas de viver; da língua Pury; da noção clara de pertencimento cultural tradicional; de fomentar a localização dos parentes; de discussão com especialistas sobre a exploração a discussão com especialistas sobre a exploração do conhecimento tradicional associado à biodiversidade; e, de ações visando a proteção do direito de propriedade intelectual.

A institucionalização do MRP, enquanto movimento sem CNPJ, nos propiciou assento no Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Rio de Janeiro (CEDIND/RJ) e no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio (CONSEA-Rio), bem como noticiar à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) nossa existência e da etnia na comunidade residente em Aimorés (MG), na localidade de Córrego do Travessão,

¹⁴ “Não é possível dizer com certeza como eles se autodenominam (os purí). O cacique me falou a palavra Telikóng, o que, segundo meu guia, deve significar algo como “arco”; talvez = homens capazes de fazer armas.” - Paul Ehrenreich Verhandlungen der Berliner Gesellschaft für Anthropologie, Ethnologie und Urgeschichte. Verlag von A. Asher & Co.: Berlin, 1886.

¹⁵ O nome Ressurgência proposto pela autora ao movimento foi enquanto etnogêneses do Povo.

¹⁶ Segundo a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, a autodeclaração é uma forma de afirmação da identidade indígena. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/todos-ouvidoria/23-perguntas-frequentes/97-pergunta-3> Acesso em: 18/03/2012.

a qual denomina como Uchô Bethlaro Purí, com a liderança Meire C. T. Gomes - *Deuábué* Mniamá Tammatih Purí e matriarca Dona Jandira Rosa das Silva - Inhan Niaman Purí. E nos legitima enquanto, Comunidade Indígena, reconhecer os Pury junto à FUNAI e ao acesso às Universidades pelos Pury, quando nos solicitam reconhecimento a partir de critérios internos do Movimento.

Ainda à época de meu ingresso no Grupo Puri virtual, tive acesso ao primeiro símbolo do Povo Pury criado na contemporaneidade pelas Pury Opetahra Puri e Carmel Farias - Butan Puri, utilizado, dentre outros, no artesanato como forma de dar identidade às peças criadas (figura 3), baseado em riscos que a avó de Carmel Farias - Butan Puri, Belina Lúcia da Silva - Alke Churi Puri, já fazia na beira dos potes de barro que produzia, acrescido das pontas de flecha”.

Figura 3: Reprodução do primeiro símbolo contemporâneo do Povo Pury.



Fonte: Arquivo pessoal.

E assim, elaborei o símbolo de nosso movimento. A criação do símbolo do Movimento de Ressurgência Purí (figura 4) se deu também com o objetivo de identificá-lo e se fazer reconhecer através de sua identidade visual. Nele, temos em forma de círculo, indicando evolução e movimento, com a cobra, representada na cor marrom. Cobra essa presente em gravura no braço e antebraço da indígena pury¹⁷ dentro do círculo do símbolo, temos a palavra Purí escrita em verde, onde a letra P é cortada por uma flecha¹⁸, uma iniciativa de Opetahra Puri, que registra uma das formas de subsistência e de defesa da etnia. Além da palavra Purí, dentro do círculo há o símbolo contemporâneo, nas cores azul (do jenipapo) e vermelha (do urucum).

Tanto o jenipapo (*Genipa americana* L.), quanto o urucum (*Bixa orellana*) - ou pedra vermelha ferrosa, que se deposita nos rios - eram utilizados nas pinturas dos

¹⁷ Gravura: Horda de Puri em viagem pela mata do Príncipe Maximiliane de Wied-Neuwied (1815-1817).

¹⁸ “Algumas características dos índios são destacadas, como, por exemplo, o corte de cabelos, as pinturas corporais e seus arcos e flechas”, descrição feita à gravura: Horda de Puri em viagem pela mata do Príncipe Maximiliane de Wied-Neuwied (1815-1817).

Pury em seus corpos como parte da cultura¹⁹. Finalizando, todo o símbolo tem como fundo o branco, representando a sabedoria e a verdade de um povo que nunca deixou de existir.

Figura 4: Símbolo do Movimento de Ressurgência Purí.



Fonte: Arquivo pessoal

O Movimento Indígena Pury deu seus primeiros passos com Jurandir Purí (1996). Assim como foi o primeiro, enquanto “Movimento Social Identitário Organizado”, o grupo que se estruturou como Movimento de Ressurgência Purí e, de lá para cá, várias outras organizações foram surgindo.

Pensar, falar e escrever na língua Pury

Anterior a minha entrada no Grupo Purí virtual do *Facebook* (08/2012), Dauá Puri, Emerson José Gonçalves Puri, Zelia Ponan Puri, Carmel Butan Puri, Opetahra Puri, Bruno Pedreira - Kuaorum Puri e Daniel Righi - Tutushamum Puri (vinha de São Paulo), participavam das atividades presenciais da Aldeia Maracanã²⁰, enquanto grupo de Pury (figura 5), criando cantos com palavras da língua encontradas no Vocabulário Purí produzido no século XIX (1889) por Alberto de Noronha Torreção.

¹⁹ “Alguns traziam na testa e nas faces, manchas vermelhas e redondas pintadas com urucum; no peito e nos braços, ao contrário, usavam listas azuis, feitas com o suco de um fruto chamado jenipapo.”: Viagem ao Brasil, Príncipe Maximiliane de Wied-Neuwied (1815-1817).

²⁰ Antigo Movimento Tamoio no antigo Museu do Índio/RJ.

Figura 5: Foto de parte do grupo inicial de Pury



Acervo: Carmel Puri

Após meu ingresso, passei a acompanhar as iniciativas de Dauá Purí, desenvolvidas por ele desde 2008, no aprendizado de nossa língua. Nessa época, nos foi apresentado por Marcelo Sant'Ana Lemos o Vocabulário da Língua Purí (Português-Purí), onde ele fez um compilado dos registros de 18 coletores que anotaram palavras e expressões Purí com o propósito de dar suporte aos Pury no estudo do falar e escrever na língua, que serviu para ampliar acervo de palavras para os cantos e início de uma tentativa de falar a língua, só não sabíamos como pronunciar aqueles escritos, éramos analfabetos em linguística e não tínhamos memória afetiva, nem lembradores que nos ensinassem como falar.

Várias foram as tentativas presenciais e *on line* sem sucesso. O máximo que se conseguia, enquanto coletivo, era a junção de palavras para dizermos: bom dia, boa tarde, boa noite e pequenas expressões.

Lembro de uma das palavras que não saía de minha cabeça: *schuteh*. Como se fala essa palavra? Eu questionava. Até que combinamos um encontro de final de semana, que ocorreu em 2016, no Centro Cultural Aldeia Uchô Nhãmanrúri Purí-Coroado, criado por Opetahra Purí, em São Fidelis (RJ). O encontro tinha como uma das propostas estudar a língua Purí, mas acabamos não conseguindo concretizar pelo mesmo motivo de sempre: analfabetos em linguística, sem memória afetiva, sem lembradores que nos ensinassem como falar.

Estávamos eu, Opetahra Puri, Fernando Araújo Lana - Kapua Lana Puri, Daniel Tutushamum Puri (que não pode ficar até o final por ter compromisso em São Paulo), Bruno Kuaorum Puri e Vanessa Txori Miri Pury (figura 6 - sem Tutushamum).

Figura 6: Foto do registro do encontro em São Fidelis



Fonte: Arquivo pessoal

Ainda em 2016, nos comprometemos em nos empenharmos no aprendizado. Posteriormente, abrimos um grupo no *facebook*, que chamamos de PEN e Daniel Tutushamum Puri trouxe um jogo com palavras para criarmos frases e treinarmos a construção, mas a plataforma não ajudava muito na dinâmica e continuávamos não sabendo como falar a língua.

Em 2017, na 9ª Edição da Troca de Saberes/UFV, com o coletivo *purý* presente, discutimos sobre “Pensar, Falar e Escrever a Língua Purí Hoje”, propus a pós-graduação *latu sensu* em linguística das línguas indígenas brasileiras na modalidade à distância na UFV, que foi aprovada e passou a ser uma demanda do coletivo. E, em 2018, encerro o grupo PEN do *facebook* e abro um grupo de estudo no WhatsApp, acreditando que para avançarmos no estudo coletivo a ferramenta seria mais propícia aos nossos objetivos. Além disso, precisávamos discutir sobre o curso – como fazer acontecer -, mas, por divergências do que manter, o que cortar ou o que alterar na escrita da língua, o trabalho parou e o grupo se dissolveu.

Ainda com vistas a criação de uma pós-graduação *latu sensu* em linguística das línguas indígenas brasileiras na modalidade a distância (demanda apresentada em 2017 na Troca de Saberes/UFV), participo no primeiro semestre de 2019, de forma presencial, do curso de extensão “Plurilinguismo, Política Linguística e Línguas Brasileiras”, do Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som – LABEDIS/UFRJ, em busca de um outro caminho para efetivação da demanda do coletivo.

Nesse curso, conheci a Profa Tania Conceição Clemente de Souza, coordenadora do LABEDIS/UFRJ, que me estimulou a ingressar no Mestrado

Profissional em Linguística e Língua Indígenas (PROFLLIND) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) como um primeiro passo nesse mundo das línguas indígenas, o que concretizei no segundo semestre do mesmo ano.

Não sei quando conseguiremos efetivar a pós-graduação *latu sensu* em linguística das línguas indígenas brasileiras na modalidade à distância demandada na 9ª Edição da Troca de Saberes/UFV (2017). Só sei que ancestrais nos trouxeram Nhãmãnrúre Stxutér Kaiá e de lá pra cá, venho aprendendo a pensar, falar e escrever na língua Pury de Guiricema (MG) com ele que é meu *Opê-tarré* (preceptor) e, no Mestrado, a mergulhar no mundo da Linguística e Língua Indígenas.

“Viva aceso, olhando e conhecendo o mundo que o rodeia, aprendendo como um índio, seja um índio na sabedoria.” (Darcy Ribeiro)

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é motivado por ser a pesquisadora pertencente à etnia Pury²¹ e se propor a apresentar e tratar da descrição e da introdução à análise fonológica da modalidade da língua Pury, utilizada nas três comunidades rurais *ambó goára* localizadas na região de Guiricema (MG): Fazenda dos Gregórios, em Cruzeiro; na sede distrital de Tuiutinga — na língua Pury, *Tuiutinga* significa ‘lugar dos pássaros verdes, periquitos’ —; e Pé da Serra de Tuiutinga, no Valão. Modalidade essa da língua, jamais estudada, apesar de ter sido utilizada na região até o início da segunda metade do século XX.

Apesar da afirmação de linguistas, de ser o Pury uma língua morta, investimos na discussão sobre a possibilidade de ‘ressurgir’, ‘revitalizar’, ‘retomar’ a língua Pury, a partir de nosso consultor Nhãmãnrúre Stxutér Kaiá (água entre barrancos/córrego - tranquilo/bonito – guardiões das raízes Pury) – Felismar Manoel (1939), doravante Nhãmãnrúre Stxutér – último falante da modalidade de Pury falada na região de Guiricema (MG), doravante denominada língua Pury de Guiricema.

Os Pury vivenciam o processo de ressurgência - termo empregado e defendido pela autora desde quando propôs a criação do “Movimento Social Identitário Organizado” dos Pury em 2013, o MRP -, de reafirmação identitária como contestação ao suposto desaparecimento da etnia no Brasil. Invisibilizada, mas ressurgida oficialmente no Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010), quando 675 pessoas declararam, espontaneamente, o pertencimento à etnia.

Cabe ressaltar que Povos Indígenas do Brasil vêm protagonizando um crescente movimento de ‘retomada’ e/ou ‘revitalização’ de sua língua. Soma-se a isso,

²¹ A escrita do etnônimo Pury é feita com o ‘y’ em lugar de ‘i’, considerando que, em 1943, no Acordo Ortográfico - Formulário Ortográfico de 1943 - Oficial no Brasil, foram abolidos o Y, que foi substituído pelo i; o K, que foi substituído por qu antes de e, i, e por c antes de outra qualquer letra e o W, que foi substituído, em palavras portuguesas ou aportuguesadas, por u ou v, conforme o seu valor fonético e que, em 1990, o Acordo Ortográfico inclui no alfabeto as letras k, w, e y novamente no alfabeto brasileiro e considerando que há registro de batismo do século XIX usando ambas grafias e ainda considerando que, atualmente, não há uma escrita oficial da língua, mas será mantida a escrita utilizada por outros autores. E, a grafia do etnônimo de outras etnias, nos escritos autorais, obedece às normas da I Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), Convenção para a Grafia dos Nomes Tribais, realizada, de 8 a 14 de novembro de 1953, no Museu Nacional, no Rio de Janeiro e publicada na Revista de Antropologia (vol. 2, nº 2, São Paulo, 1954, pp. 150-152), que determinaram a maneira correta de grafá-las “Os nomes tribais se escreverão com letra maiúscula, facultando-se o uso de minúscula no seu emprego adjetival. Os nomes tribais, quer usados como substantivos, quer como adjetivos, não terão flexão de gênero e de número, a não ser que sejam de origem portuguesa ou morficamente aportuguesados.” Já nas citações de outros autores, foi mantida a forma utilizada na fonte.

a extinção de línguas indígenas no mundo, conforme diz o linguista Hein van der Voort (2018), do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG): “Antes da expansão colonial europeia, pode-se estimar que havia cerca de 15.000 idiomas falados no mundo”. “Hoje existe menos da metade disso, apenas algo em torno de 6.500. No Brasil, estimo que poderemos perder dez línguas até 2030.” (Galucio *et al.*, 2018).

Nessa perspectiva, a proclamação do Ano Internacional das Línguas Indígenas (International Year of Indigenous languages – IYIL2019) pela Organização das Nações Unidas (ONU) para Educação, Cultura e Ciência, (UNESCO) em 2019, desdobrado na Década Internacional das Línguas Indígenas (International Decade of Indigenous Languages – IDIL 2022-2032) – DILI – instituída na Assembleia Geral das Nações Unidas (Resolução A/RES/74/135) conclama à preservação, promoção e revitalização das línguas indígenas ameaçadas que, comprovadamente, estão impregnadas de conhecimento científico e tradicional.

De modo geral, o presente estudo mostra-se relevante por colaborar para dar início à descrição e à análise da língua Pury de Guiricema e, possivelmente – por que não? – (re)viver a fluência da língua entre aqueles que trabalham na retomada de valores da *Tekuára-Sú* – “Paz plena entre os sistemas” -, o equilíbrio funcional das coisas dos mundos: espiritual, ancestral e natural do Povo Pury. Uma investida que parte, principalmente, da colaboração de Nhãmãnrúre Stxutér, para o que chamo de “ressurgência da memória materializada na língua”.

Tendo em vista nossa meta, o presente trabalho se justifica pela necessidade e, acima de tudo, urgência de estudo, registro e documentação da língua Pury de Guiricema, nunca investigada. De modo que a realização de um trabalho de descrição fonológica é fundamental para um primeiro passo em prol de dar a conhecer, de fato, a língua Pury.

Este trabalho tem como objetivo geral investir em estratégias teórico-metodológicas na análise fonológica da língua Pury, classificada em manuais de linguística como língua morta, tendo como fio condutor a criação de condições de investir no campo da Política de Línguas Indígenas e caminhos para se pensar como é possível revitalizar uma língua, bem como subsidiar discussões sobre a escrita Pury uma vez que explicita processos fonológicos relevantes dessa língua.

Como objetivos específicos, foram traçados: (i) discutir no campo da Política Linguística e Política de Línguas Indígenas a classificação de línguas extintas ou mortas; (ii) sintetizar registros literários e trabalhos acadêmicos sobre o estudo do

Tronco Macro-Jê e da família Purí; (iii) propor os primeiros estudos em fonologia e estrutura silábica da língua Pury de Guiricema.

Sobre os pressupostos teóricos, pretende-se aplicar os pressupostos oriundos da corrente da Escola de Praga (Trubetzkoy, 1939) como base na noção de fonema na análise do inventário de sons e na Fonologia Autossegmental (Goldsmith, 1976) na análise da estrutura silábica.

Há de se considerar que não há como falar da língua sem passar pela história e cultura. Não há como ‘ressurgir’, ‘revitalizar’, ‘retomar’ sem resgatar e/ou registrar a memória, sem contribuir na promoção de uma reparação histórica junto ao Povo Pury vítima de epistemicídio²², — apagamento de produções e saberes de um Povo —, que teve importante participação na formação da cultura do sudeste, o que justifica um capítulo sobre o Povo Pury. Povo que, diante do processo de miscigenação ocorrido, vivenciou a invisibilidade de sua cultura, silenciou sua história e sua língua, motivadoras da ideia corrente do seu suposto apagamento.

No intuito de atingir os objetivos, este estudo encontra-se estruturado como segue. Será apresentado no primeiro capítulo - ‘Caminhos Teóricos’ – pressupostos relacionados à Política Linguística e Política de Línguas e à Fonética e Fonologia. No segundo capítulo - ‘Sobre o povo Pury’- temos escritos de cunho etnográfico, que trata, de modo geral, sua origem, o significado do nome, a distribuição geográfica (originária e contemporânea), incluindo o local de origem de nosso consultor – Guiricema (MG). No terceiro capítulo - ‘Sobre a língua Pury’ – trazemos as primeiras anotações sobre a língua, abordamos os aspectos: tronco linguístico, família linguística, características das línguas da família e informações sobre o último falante em retomada: Nhãmãnrúre Stxutér Kaiá – nosso consultor. No quarto capítulo - ‘A retomada e a revitalização da língua Pury’ – refletimos sobre as condições históricas do silenciamento da língua, apresentamos estudos anteriores dos pury sobre a língua Purí, apresentamos nosso estudo do inventário de sons e da estrutura silábica do Pury de Guiricema. E por fim, na Conclusão, é apresentada a discussão dos resultados.

É oportuno frisar que os estudos aqui realizados potencializam: o social, enquanto relevância e valorização da língua para a sociedade; a linguística, pela contribuição que pode dar à teoria linguística; e o cultural, com o intercâmbio de

²² Partindo dos pressupostos de Boaventura de Sousa Santos em sua obra: Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.

conhecimento para o desenvolvimento de pesquisas futuras e no incremento de materiais para a prática do ensino da língua.

1 CAMINHOS TEÓRICOS

Tomando por base o fato de que nosso objetivo primeiro é dar início ao estudo da fonologia da língua Pury de Guiricema, faremos um breve resumo da teoria Fonológica, seguindo os princípios da Fonologia Segmental e Autossegmental, dando maior ênfase à proposta da Fonologia Autossegmental para o estudo da sílaba. A abordagem envereda por um caminho interdisciplinar, tendo em vista os objetivos aqui propostos, englobando a Política Linguística e de Línguas, quando são trazidas a foco as discussões em torno do movimento de retomada, revitalização e, por que não, ressurgência de línguas indígenas.

Embora não se centre nos princípios da Análise de Discurso (AD) da Escola Francesa, nem nas linhas distintas de seus precursores, há de se lançar mão de alguns pressupostos desse campo teórico, ao trazer posicionamentos dentro do que se define como Política Linguística e Política de Línguas Indígenas a fim de instrumentalizar a investigação linguística a partir da rede de memória e do trajeto social em que tem origem (Pêcheux, 1975 e outros; Orlandi, 1999 e outros). A discussão em torno do silenciamento das línguas toma, sobretudo, as discussões trazidas por Souza (1994 e outros).

1.1 Sobre Política Linguística e Política de Línguas

Marcada pelo viés da Análise de Discurso (AD), trazemos uma reflexão sobre política linguística, sem deixar de levar em conta as políticas de línguas, somando a elas o plurilinguismo/multilinguismo brasileiro, as línguas indígenas que representam uma parcela importante do patrimônio linguístico cultural ameaçada, bem como o processo de silenciamento dessas línguas minoritárias e/ou minorizadas, resultante do silenciamento imposto reiteradamente pela história do confronto e pela oferta de políticas públicas voltadas para o mito do monolinguismo, dando lugar à invisibilidade dos povos originários e de suas demandas. E é no curso dessa história que as línguas vão sendo deixadas de ser ouvidas e, cientificamente, se abrigam sob a denominação de línguas mortas. Falamos de línguas silenciadas, junto com Souza (1994, 2018,

2021, dentre outros), pois muitas dessas línguas são possíveis de ressurgirem, como é o caso da língua Pury de Guiricema.

A política linguística, como área de estudos, preocupa-se com a relação entre o poder, enquanto decisões políticas, e as línguas, enquanto seus usos na sociedade, ou seja, conforme Calvet (2007), se refere a decisões sobre as relações da sociedade e das pessoas com as línguas do âmbito mundial ao familiar sobre seu uso. Sendo que essas decisões podem partir de qualquer agente de um organismo de poder político.

De acordo com Rajagopalan (2013), há muita confusão e indefinição sobre o significado do termo:

Muitas vezes, tenho a impressão de que, quando as pessoas se referem à política linguística, elas querem dizer algo como ‘militância linguística’ em prol de línguas na beira de extinção, línguas ou variedades que são objetos de discriminação ou descaso etc., [...]. Sem sombra de dúvida, a militância faz parte daquilo que chamamos de política linguística; mas é importante frisar que ela faz apenas uma pequena parte, ainda que vital. O campo de política linguística encobre muito mais do que a militância linguística. (Rajagopalan, 2013, p. 19 *apud* Correa e Güths, 2015, p.142).

Por abarcar muitas ações, pela complexidade das esferas de gestão *in vivo* e *in vitro*²³ (Calvet, 2007) e pela interrelação entre essas esferas, abriu-se discussão sobre o termo ao reproduzir a distância entre o real e o imaginário sobre as línguas e se trouxe à tona o caráter político da língua – política de línguas, pois o poder político sempre privilegia e governa o Estado numa determinada língua, bem como a impõe.

Cabe destacar que Políticas Linguísticas, nas discussões de outros autores, não necessariamente se restringem às decisões do Estado, como ressalta Rajagopalan (2013) que entende políticas linguísticas elaboradas com a participação dos/as próprios/as cidadãos/ãs, alvos delas.

Nas esferas de gestão *in vivo* e *in vitro* (Calvet, 2007), Orlandi (2007) diferencia Política Linguística de Política de Língua dando a esta um sentido político necessário. Ou seja, “não há possibilidade de se ter língua que não esteja já afetada desde sempre pelo político” (Orlandi, 2007). A autora considera que “a língua é um corpo simbólico-político que faz parte das relações entre sujeitos na sua vida social e histórica.” (Orlandi, 2007, p.8). Além de considerar a língua em sua dimensão política, aponta a

²³ Segundo Calvet (2007), *in vivo* “refere-se ao modo como as pessoas resolvem os problemas de comunicação com que se confrontam cotidianamente” (p. 69) e *in vitro* “linguistas (...) levantam hipóteses sobre o futuro das situações linguísticas, propostas para solucionar os problemas e, em seguida, os políticos estudam (...), fazem escolhas, as aplicam”. (p. 70).

necessidade de um “processo de descolonização linguística (2006)”. Ainda, segundo a autora, a descolonização linguística e a descolonização do linguista caminham juntas. simbólico-político que faz parte das relações entre sujeitos na sua vida social e histórica” (Orlandi, 2007, p. 8). Como são conceitos fundamentais para seu trabalho, é importante que a distinção seja realizada pormenorizadamente e inequivocamente.

Oliveira (2002) alerta a urgência de o Estado Brasileiro rever as políticas em prol do “mito monolingüismo”. “A diversidade não é só racial, étnica, de gênero, regional, a diversidade também é linguística.” (Oliveira, 2009, p. 2). Urgência detectada, principalmente, pelos usuários de línguas ditas minoritárias como as línguas indígenas (autóctones) originárias do Brasil. As línguas estabelecidas pelo Estado como minoritárias, - qualificação que já nasce no viés político da desvalorização - sofrem depreciação frente a uma língua de dominação, ou de prestígio.

No caso das línguas dos povos originários, tidas como minoritárias, vários movimentos *in vivo* voltados para política de línguas vêm ocorrendo, conforme aponta Souza (2023):

- (1) A co-oficialização em âmbito municipal de diversas línguas que são faladas no território;
- (2) Os movimentos de retomada, de ressurgência e revitalização;
- (3) O reconhecimento de um processo de identificação etno-discursiva através da lei de autodeclaração ao lado de práticas discursivas.

Na contramão do desejo do Estado, está a luta pelos direitos dos povos originários à língua e à identidade etno-discursiva. Em termos discursivos, levando em conta toda a situação das línguas indígenas instaurada pelo confronto trazido pelo trabalho de colonização, podemos refletir numa constituição da identidade indígena que não seja estritamente o étnico - preservação de manifestações culturais, de organização social, de relações de parentesco, de herança de espólio matrilinear ou patrilinear e da própria denominação étnica -, mas sim pela(s) língua(s). Sendo que, o domínio da língua indígena é um dos critérios oficiais para reconhecimento dos povos indígenas e reafirmar seus direitos previstos na Constituição brasileira. Critério que pode levar muitos povos originários a correrem o risco de ficarem excluídos das políticas indigenistas e de seus direitos, quando levamos em conta toda a situação das línguas indígenas instaurada pelo confronto trazido pelo trabalho de colonização. Podemos constatar que a retomada, a ressurgência e a revitalização de línguas indígenas, como um gesto pleno de decolonização, se desvencilham identitariamente

da língua do colonizador, o português. Além disso, denuncia o desrespeito imposto aos povos originários e, ao mesmo tempo, a ausência de projetos em prol da preservação desse patrimônio imaterial. (Cf.: Souza, 2021, 2022a e 2022b).

1.1.2 A língua nas relações de poder

Para Gadet e Pêcheux (2004) a questão da língua é “uma questão de Estado, com uma política de invasão, de absorção e de anulação das diferenças, que supõe antes de tudo que estas últimas sejam reconhecidas: a alteridade constitui na sociedade burguesa um estado de natureza quase biológica, a ser transformado politicamente. (Gadet e Pêcheux, 2004, 37)”.

Desde Antônio Houaiss (1960) e Celso Cunha (1964), o problema do padrão brasileiro da língua portuguesa pautou a questão da política linguística no Brasil. Depois deles, Escobar (1988) e Scliar-Cabral (1999) e o Instituto de Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL), fundado em 1999, vêm dando voz aos debates nessa área.

Conforme Orlandi (2007):

Não há possibilidade de se ter língua que não esteja já afetada desde sempre pelo político. Uma língua é um corpo simbólico-político que faz parte das relações entre sujeitos na sua vida social e histórica. Assim, quando pensamos em políticas de línguas, já pensamos de imediato nas formas sociais sendo significadas por e para sujeitos históricos e simbólicos, em suas formas de existência, de experiência, no espaço político de seus sentidos (Orlandi, 2007, p. 8).

Segundo Calvet (2008), políticas linguísticas se referem a decisões sobre as relações da sociedade e das pessoas com as línguas. As definições têm relação com decisões em âmbito mundial, nacional, estadual, municipal ou familiar sobre o uso da(s) língua(s).

Se percorrermos o ‘caminho de volta’ na história do Brasil, podemos observar que a grande diversidade de línguas originárias do Território Nacional vinha sendo deslegitimada pelas instituições de poder e não abarcadas por políticas linguísticas. Processo resultante da imposição do uso de uma única língua - o português – marcada na legislação indigenista: “Lei do Diretório dos Índios”, implementada em 1757 pelo Marquês de Pombal, conforme seu parágrafo 7º: “[...] *Não consentindo por modo algum, que os Meninos e as Meninas, e todos aqueles Índios que forem capazes de instrução usem da língua própria de suas Nações, ou a chamada geral, mas unicamente da Portuguesa*”.

Assim, ao proibir o uso da “língua própria de suas Nações, ou a chamada língua Geral” e ordenar o uso da língua Portuguesa, há a materialização da violência física e simbólica, assim como a negação da identificação e da identidade com o silenciamento de suas línguas. Da mesma forma, D. Pedro a outorgou na Constituição em 1823 e a Constituição de 1946 reforçou que o nome da língua falada no Brasil é língua Portuguesa.

Esse ideário de país monolíngue ainda soa como normalidade para grande parte da população no século XXI, mesmo tendo sido afirmados em 1948 os direitos linguísticos como direitos humanos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). E, relatado como direito fundamental de se expressar na própria língua, em 1996 na Declaração Universal do Direitos Linguísticos (DUDL).

Se analisarmos o artigo primeiro da DUDL (1996) da ONU, na qual Brasil é signatário, a referência da plenitude dos direitos linguísticos é dada a “uma comunidade linguística histórica em seu espaço territorial, entendido não só como área geográfica onde vive esta comunidade, mas também como um espaço social e funcional imprescindível para o pleno desenvolvimento da língua” (DUDL Artigo 1.º 2003, p. 24).

De acordo com o censo demográfico de 2010 (IBGE), foram catalogadas 274 línguas indígenas faladas no território brasileiro, logo, um país multilíngue, mas a língua portuguesa é a única oficial (CF/88, art. 13: “A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil”).

Paralelo ao censo, foi instituído o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) em 2010, sob gestão do Ministério da Cultura, como:

“instrumento de identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Decreto Nº 7.387, 9/12/2010).

A constituição do INDL investe na equidade das relações da sociedade na valorização da língua de cada grupo de referência, pois quando se investe num trabalho de salvaguarda linguística, investe-se num trabalho político de preservação da memória, não só de um grupo minoritário, mas de toda uma nação (cf. Souza, 1994, 2011, 2021), e nós estenderíamos dizendo que também se trata da preservação da memória da humanidade.

Sem entrar no mérito das línguas não nativas do país (alóctones), as quais a autora deste trabalho tem reticências com relação a sua cooficialização, pode-se

observar que em 13 anos (2010 a 2023), tanto a DUDL quanto o INDL falharam de alguma maneira ao que se propunham. Podemos atestar isso, por exemplo, em relação às cooficializadas²⁴ nos municípios brasileiros, pois pouco avançaram na política linguística das línguas indígenas (autóctones) originárias do Brasil.

Já o que se observa, na relação língua e poder, ressaltamos, por exemplo, a função da língua inglesa como “língua franca”, numa formação ideológica da globalização agregada ao multilinguismo.

“Essa formação ideológica da globalização, a que se agrega o multilinguismo, se constitui de uma contradição entre seu discurso formal universalizante e sua prática concreta de segregação. É uma formação ideológica que, frequentemente, produz a redução das culturas a museus, museifica as relações com línguas locais, se prende a um multiculturalismo empobrecedor, que faz idealmente a apologia da diferença e da multiplicidade, mas impõe, na prática, um monolinguismo fechado que silencia a pluralidade linguística necessária à dinâmica das sociedades e dos sujeitos no mundo” (Orlandi, 2012, p.7, *apud* Souza, 2022)

Se, de fato, ter o inglês como língua franca impulsiona o monolinguismo no escopo da globalização, a imposição do português reforça a tese do monolinguismo e, ao mesmo tempo, acarreta cada vez mais o silenciamento das línguas originárias.

1.1.3 A negação do direito à língua

Em Souza (2022), pautada em Gadet e Pêcheux em torno da constituição da Linguística, o extermínio de povos e o silenciamento de línguas, culturas e saberes milenares dos povos originários foram motivadores da proclamação da Década Internacional das Línguas Indígenas em 2022 pela UNESCO,

A Década Internacional visa assegurar aos povos autóctones o direito de preservar, revitalizar e promover as suas línguas, e integrar os aspectos da diversidade linguística e do multilinguismo nos esforços de desenvolvimento sustentável. Oferece uma oportunidade única de colaborar nas áreas do desenvolvimento de políticas e estimular um diálogo global num verdadeiro espírito de envolvimento abrangente, e de tomadas necessárias para o uso, preservação, revitalização e promoção das línguas autóctones em todo o mundo²⁵.

²⁴ São 22 línguas indígenas (autóctones) cooficiais em 51 municípios e 09 línguas alóctones em 41 municípios. Disponível em: <http://ipol.org.br/lista-de-linguas-cooficiais-em-municipios-brasileiros/> Acesso em 15/10/22

²⁵ The International Decade aims at ensuring indigenous peoples' right to preserve, revitalize and promote their languages, and mainstreaming linguistic diversity and multilingualism aspects into the sustainable development efforts. It offers a unique opportunity to collaborate in the areas of policy development and stimulates a global dialogue in a true spirit of multi-stakeholder engagement, and to take necessary for the usage, preservation, revitalization and promotion of indigenous languages around the world. <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/noticias/decada-internacional-das-linguas-autoctones-2022-2032>

O que leva a uma reflexão relacionada à negação do direito à língua e o funcionamento da língua de direito.

Estudar a língua fora do ambiente do falante pode não corresponder à fluidez dessa língua, negando a língua de direito. Como resultado teríamos línguas imaginárias, “línguas-sistemas, normas, coerções, as línguas-instituição, a-históricas. Construção. É a sistematização que faz com que elas percam a fluidez e se fixem em línguas-imaginárias.” (Orlandi e Souza, 1988, p.28)

A língua de direito é vista por Souza (2022) como aquela que espelha os universais linguísticos. Seria aquela em torno da qual é possível se construir um método “sem falhas”. Um desses métodos seria, por exemplo, a proposta da Teoria Tagmêmica²⁶, desenvolvida por Keneth Pike (1954-1960).

Souza (1995) pondera a esse respeito.

(...) As denúncias sobre a disciplinarização das línguas indígenas em busca da língua ideal resultaram também num outro tipo de apagamento. A disciplinarização, ao mesmo tempo que acusa a necessidade do afastamento do latim como paradigma de análise, revelando a língua indígena em si, acaba por sugerir a confecção de um modelo ideal de análise - o tagmêmico. Aqui a relação com o imaginário é diferente daquela criada ao longo dos séculos que precederam o aparecimento da Linguística. A oferta (surgida com o advento da Linguística) de um método científico de abordagem das línguas resulta na criação de “modelos imaginários”. Hoje não se discute mais o modelo de língua ideal (o latim), mas se discute o modelo ideal (o tagmêmico, ou o da linguística tipológica) para descrição de línguas indígenas (Souza, 1995, p.78-79).

Ainda sobre a língua de direito, a necessidade de tipificação e classificação de tudo que diz respeito às línguas muitas das vezes reafirma uma discriminação e um lugar político menor, como o de línguas minoritárias ou línguas mortas pela perda de sua fluência. Sendo que, a categoria de línguas mortas não estaria, a princípio, vinculada a nenhum falante que historicamente descenderia de um povo, cujos indivíduos não mais se declararem ligados a qualquer filiação étnica e não clamarem a si o direito à língua. (Souza, 2022)

Quanto ao direito à língua e sua negação, ainda segundo Souza (2022), implica em confrontos como o silenciamento com a disciplinarização das línguas indígenas, excluindo-as da constituição da língua nacional. Como assinala Pêcheux (1975), silenciar é impedir que certos sentidos indesejáveis transitem no bojo do discurso

²⁶ A Teoria Tagmêmica vai ser aplicada no estudo das línguas da América Central e do Sul. Chega ao Brasil através do acordo firmado entre o Museu Nacional e o Summer Institute of Linguistic em abril de 1959.

social, aquilo que é permitido dizer. “Silenciar não é calar, mas impedir que certos sentidos circulem” (Orlandi, 1992).

1.2 Sobre Fonética e Fonologia

Os linguistas estabelecem o estudo da linguagem em áreas mais ou menos independentes. O estudo científico da linguagem está na Linguística que busca explicar o funcionamento da linguagem humana falada ou escrita e, especificamente, a organização das línguas em particular.

Ferdinand de Saussure, por ter a primeira posição estruturalista, de caráter rigoroso e consciente, perpetuada a partir da publicação póstuma de seu *Cours de Linguistique Générale* (CLG)²⁷ em 1916, é considerado um divisor de águas no estudo científico da linguagem.

Saussure explicou muitas coisas importantes para todos os pensadores da linguagem. Várias correntes linguísticas, na década de 30, formaram-se calcadas no pensamento “estruturalista” de Saussure: a) Escola de Genebra: Bally, Sechehaye, Frei. b) Escola Fonológica de Praga: Jakobson, Trubetzkoy, Karcevsky. c) Escola Funcionalista de Paris: Martinet. d) Escola de Copenhague (estruturalista propriamente dita): Hejelslev, Uldail, Brondal, Togeby. (Carvalho, 1984, p.151). Destaca-se aqui as teorias da Escola Fonológica de Praga que têm como pontos de partida a dicotomia saussuriana langue/parole e a distinção significante/ significado.

Em Haia, no 1º Congresso Internacional de Linguística (1928), Roman Jakobson, juntamente com Trubetzkoy e Karcevsky, propõe a criação de uma nova disciplina, a Fonologia, estabelecendo, cientificamente, as diferenças entre essa disciplina e a Fonética, baseando-se em Saussure. Contudo, conforme Callou e Leite (1995), no final do século XIX, Jan Baudouin de Courtenay (1845-1929) já anunciara a diferença fundamental existente entre os sons da linguagem humana e as imagens fônicas responsáveis pela composição das palavras de uma língua.

Deve-se aos estruturalistas a separação da fonética e da fonologia em áreas independentes, com objetos de estudo distintos. Foi a partir das teorias estruturalistas do Círculo Linguístico de Praga e da publicação, garantida por Jakobson, da obra

²⁷ A obra póstuma e inacabada *Cours de Linguistique Générale*, publicada em 1916, foi resultado da compilação feita por seus dois discípulos Charles Bally e Albert Sechehaye do curso de Linguística Geral que ministrara de 1906 a 1911 na Universidade de Genebra. Os discípulos tiveram a colaboração de outro discípulo, Albert Riedlinger. (Carvalho, Castelar de. Para Compreender Saussure: fundamentos e visão crítica. 4ª ed. revisada e ampliada. Rio de Janeiro, Editora Rio, 1984, p.25)

póstuma quase finalizada de Trubetzkoy (1890-1938): “Grundzüge der Phonologie - Fundamentos da fonologia” (1939), que a fonética e a fonologia passam a ser vistas como duas ciências distintas nos estudos dos sistemas fonético-fonológicos das línguas dentro da Linguística.

A Escola de Praga se preocupou mais com o desenvolvimento da Fonologia, apesar de não desprezar a importância dos estudos fonéticos. Tal Escola distingue fonologia e fonética por entender ser do interesse de ambas as ciências, sem impedir que cada uma das duas ciências aproveitasse os resultados obtidos de uma pela outra.

Trubetzkoy (1933) exclui o psicologismo de Courtenay na abordagem dos fonemas e estabelece a diferença fundamental entre a fonologia e a fonética atual: “a fonética procura descobrir o que de fato se pronuncia ao falar uma língua, e a fonologia o que se crê pronunciar” (Trubetzkoy, 1933, p. 19), ou seja, a fonologia definida como a ciência dos sons da língua e a fonética como a ciência dos sons da fala.

De acordo com Chapman & Routledge (2005) para Trubetzkoy:

a fonologia deveria lidar com a função linguística dos sons (sua capacidade de sinalizar diferenças no significado das palavras), como membros de oposições fonêmicas²⁸. O fonema como sua menor unidade fonológica, pois as "oposições" existiam apenas dentro do sistema de uma língua, não exatamente os blocos de construção segmentares autônomos, que mais tarde se tornaram os "traços distintivos" de Jakobson e, por meio dele, a Fonologia Generativa (originada por Chomsky e Halle). Ele também investigou a neutralização do contraste, que ajudou a revelar a (des)marcação segmentar, como o primeiro a considerar essas ideias subsequentemente extremamente importantes, e introduziu a noção de “carga funcional” (mais tarde desenvolvida por Martinet). Ele considerou cada sistema em seu próprio direito, mas também estava crucialmente preocupado em estabelecer leis explicativas universais de organização fonológica (como o padrão simétrico em sistemas de vogais) (Chapman & Routledge, 2005, pp 267-268).

Jakobson demanda que o objeto da Fonética deve ser estudo do som como entidade de natureza puramente física e articulatória, ou seja, “deve estudar o som real, aquele que é efetivamente pronunciado pelo falante, despido, portanto, de qualquer valor significativo” (Carvalho, 1984, p.153). Trubetzkoy a define como “a ciência da face material dos sons da linguagem humana”, preocupa-se com o som da

²⁸ fonêmica pela corrente de estudos norte-americanos

parole (fala) denominado a partir de então de Fone²⁹, enquanto a Fonologia tem como objeto o som que “preenche uma determinada função na língua” (Trubetzkoy *In* Carvalho, 1984, p. 153).

Nesse sentido, a diferenciação entre fonética e fonologia, ocorrida na primeira metade do século XX a partir, sobretudo, das ideias de Saussure, mostra que são ciências distintas e relacionadas no mesmo objeto de estudo, considerados sob perspectivas diferentes.

Segundo Cagliari (2002), a Fonética se preocupa, principalmente, com a descrição dos fatos físicos que caracterizam linguisticamente os sons da fala, descrevendo quais mecanismos e processos de sua produção constituem um determinado segmento da cadeia sonora. Já a Fonologia visa interpretar os resultados apresentados pela Fonética, em função dos sistemas de sons das línguas e dos modelos teóricos que existem para descrevê-los.

De acordo com Callou e Leite (1995), a Fonética descreve os aspectos articulatórios, acústicos e as propriedades físicas de todos os sons que ocorrem na produção linguística, enquanto a Fonologia analisa as diferenças fônicas intencionais, distintivas, ou seja, as que se vinculam a diferenças de significado, estabelecendo as relações entre os elementos de diferenciação, bem como as condições em que se combinam para formar morfemas, palavras e frases (Callou e Leite, 1995, p. 11).

Em fonética e fonologia, usa-se o Alfabeto Fonético Internacional (IPA - International Phonetic Alphabet) para representar, transcrever a pronúncia dos sons das palavras de qualquer língua e lê-las a partir dos conjuntos de dados sonoros nela existentes. Enquanto para a representação dos sons da fala, os símbolos utilizados na transcrição fonética são escritos entre colchetes [], na transcrição fonológica são escritos entre barras inclinadas //.

1.2.1 Universalidade da Fonética

Segundo Chomsky (2002), existem determinadas unidades fonológicas, sintáticas e semânticas, universais, mas não necessariamente presentes em toda e qualquer língua em particular (Chomsky, 2002, p. 136), assim como Roman Jakobson (Lyons, 1975, p. 98). Para eles, no nível fonológico, é possível mostrar que há uma

²⁹ O termo “fone” é utilizado em Fonética para designar o menor segmento discreto perceptível de som em um fluxo da fala. Além disso, a fonologia se apoia na fonética, pois é a partir de elementos da fonética que os fonemas são apreendidos. Pode-se dizer que a fonética é básica para a fonologia.

série fixa de características distintivas e que em seu conjunto, semelhantes características constituem uma “fonética universal” à disposição para formar e constituir as línguas particulares.

Chomsky e Halle, em “The Sound Pattern Of English” (1968), apontam o que a representação fonética na visão de uma “fonética universal” pode nos fornecer:

Por exemplo, a fonética universal pode nos fornecer o traço "consonantal", que distingue segmentos fonéticos [+ consonantais] como [p], [t], [θ], [s], [ʃ] de segmentos fonéticos [-consonantais] como [u], [i], [a]; e o recurso "estridente", que distingue segmentos [+ estridente] como [s] e [ʃ] de segmentos [- estridentes], como [p], [t] e [θ]. Entre as "restrições simultâneas" da fonética universal seria a condição de que nenhum segmento fonético pode ser [-consonantal] e [+ estridente]; o recurso "estridente" não fornece mais classificação da categoria de segmentos [-consonantais]. Entre as "restrições sequenciais" pode haver certas condições que atribuem um comprimento máximo a uma sequência de segmentos fonéticos [+consonantais], ou seja, a um encontro consonantal. Haverá muitas outras restrições de ambos os tipos, e elas devem ser atendidas por cada representação fonética em cada língua. [tradução nossa]³⁰ (Chomsky e Halle, 1968, p.5)

Para os autores, a representação fonética de um enunciado em uma determinada língua é uma matriz com linhas rotuladas por características da fonética universal.

A gramática da língua atribui a esta representação fonética uma “descrição estrutural” que indica como ela é ser interpretado, idealmente, nesta linguagem. De modo mais geral, podemos dizer que a gramática de cada língua atribui uma descrição estrutural a cada membro da classe universal de possíveis representações fonéticas. Por exemplo, a gramática de cada idioma atribuirá descrições estruturais para representações fonéticas. [tradução nossa]³¹ (Chomsky e Halle, 1968, p.5)

³⁰ For example, universal phonetics may provide us with the feature "consonantal," which distinguishes [+consonantal] phonetic segments such as [p], [t], [θ], [s], [ʃ], from [-consonantal] phonetic segments such as [u], [i], [a]; and the feature "strident," which distinguishes [+strident] segments such as [s] and [ʃ] from [-strident] segments such as [p], [t], and [θ]. Among the "simultaneous constraints" of universal phonetics would be the condition that no phonetic segment can be both [-consonantal] and [+strident]; the feature "strident" does not provide a further classification of the category of [-consonantal] segments. Among the "sequential constraints" might be certain conditions that assign a maximal length to a sequence of [+consonantal] phonetic segments, that is, to a consonant cluster. There will be many other constraints of both sorts, and they must be met by each phonetic representation in each language.

³¹ The grammar of the language assigns to this phonetic representation a "structural description" that indicates how it is to be interpreted, ideally, in this language. More generally, we may say that the grammar of each language assigns a structural description to each member of the universal class of possible phonetic representations. For example, the grammar of every language will assign structural descriptions to phonetic representations.

1.2.2 Fonologia linear (segmental) e não linear (autossegmental)

Depois de Leonard Bloomfield (1933), considerado o fundador da linguística estrutural norte-americana, e Trubetzkoy (1890-1938), com sua principal obra 'Princípios de Fonologia' (obra póstuma), os modelos teóricos registrados na evolução dos estudos sobre fonologia das línguas podem ser divididos entre duas classes: modelos fonológicos lineares ou segmentais – teoria gerativa clássica - (Chomsky; Halle, 1968) e, ainda no escopo da teoria gerativa, modelos fonológicos não-lineares (Clements; Hume, 1995).

Os modelos fonológicos lineares ou segmentais analisam a fala como uma combinação linear de segmentos, ou de um conjunto de traços distintivos binários, representando uma ausência e outro, a presença de determinada propriedade, oposições fonológicas. Diferenciam-se do modelo estruturalista, “por tornar a relação, entre a representação fonológica e a produção fonética muito mais abstrata e por eliminar o ‘nível fonêmico’, que estabelece um nível separado para a relação entre fonema e suas variantes contextualmente especificadas” (Bisol, 2010, p. 16). Desenvolvem-se marcados pelos estudos dos sistemas fonológicos das línguas indígenas americanas, a partir da noção de fonema e distribuição complementar e pela Fonologia de Praga (R. Jakobson) com a noção de traços distintivos. Dentre os modelos fonológicos lineares temos: Modelo Fonêmico; Fonologia Gerativa Padrão; Fonologia Natural; Fonologia Gerativa Natural, conforme Cristófaros-Silva, (2001), Cagliari (2002), Bisol (1992), e Mori (2001).

Os modelos fonológicos não-lineares veem a fonologia de uma língua como uma organização em que os traços, dispostos hierarquicamente em diferentes camadas, podem estender-se aquém ou além de um segmento, ligar-se a mais de uma unidade, como também funcionar isoladamente ou em conjuntos solidários. “Nos modelos não-lineares, as relações entre fonologia, morfologia e sintaxe são explicitadas em estruturas hierárquicas que caracterizam as línguas humanas” (Hernandorena *apud* Bisol, 1996, p.16-17). “Suas unidades de trabalho vão além dos limites do fonema e das matrizes de propriedades. Além disso, os elementos paradigmáticos dessas unidades acabaram tendo uma organização própria, com uma hierarquia bem estabelecida” (Cagliari, 2002, p.118).

Dentre os modelos fonológicos não-lineares temos: Teoria da Sílabas, Fonologia de Dependência; Fonologia de Governo; Fonologia Autossegmental; Fonologia

Lexical; Fonologia Métrica; Fonologia Prosódica, Teoria da Otimização (Otimidade –TO), conforme Cristófar-Silva, (2001), Cagliari (2002), Bisol (1992) e Mori (2001).

1.2.2.1 Traços Distintivos

Quanto aos traços distintivos (matriz de traços), conforme Chomsky e Halle (1968), são propriedades mínimas, de caráter acústico ou articulatorio, que constituem os sons das línguas de forma co-ocorrente. Os autores “afirmam que cada entrada lexical em uma língua consiste em uma matriz fonológica na qual cada linha é rotulada por traços distintivos, aos quais é atribuído uma valoração classificatória” (Bassi, 2016, p. 122) (Hernandorena *apud* Bisol, 1996, p.19).

Na proposta de Chomsky e Halle (1968) temos: Silábico [\pm silábico]; Consonantal [\pm consonantal]; Soante [\pm soante]; Coronal [\pm coronal]; Anterior [\pm anterior]; Alto [\pm alto]; Baixo [\pm baixo]; Posterior [\pm posterior]; Arredondado [\pm arredondado]; Nasal [\pm nasal]; Lateral [\pm lateral]; Contínuo [\pm contínuo]; Metástase retardada [\pm metástase retardada]; Estridente [\pm estridente]; Sonoro [\pm sonoro].

Em uma matriz fonológica, há três codificações possíveis de traços distintivos: (+) indica presença; (-) indica ausência de determinada propriedade de forma binária; e 0 (zero) indica que a informação em relação àquela propriedade é dispensável e/ou redundante (Chomsky; Halle, 1968). Os segmentos, por sua vez, consistem em sequências de colunas de traços, não havendo qualquer ordenação e/ou hierarquia entre os traços que compõem as matrizes (Bassi, 2016).

De acordo com Bassi (2016):

No modelo linear de Chomsky e Halle (1968), os traços distintivos são apresentados por meio de conjuntos que descrevem os correlatos articulatorios de cada traço. Existem, portanto, os Traços de Classes Principais (Soante ou Sonante, Silábico, Consonantal ou Consonântico); os Traços de Cavidade (Coronal, Anterior), Traços do corpo da língua (Alto, Baixo, Posterior, Arredondado), Traços de aberturas secundárias (Nasal, Lateral); os Traços de Modo de Articulação (Contínuo, Metástase Retardada ou Distensão Retardada ou Soltura Retardada, Tenso); os Traços de Fonte (Sonoro, Estridente); e os Traços Prosódicos (Acento, Tom, Duração) (Bassi, 2016, p.124).

Os traços distintivos têm sua relevância como unidade de descrição e análise fonológica em sua utilização como instrumento caracterizador de classes naturais de segmentos. Diz-se que dois ou mais segmentos constituem uma classe natural quando é necessário, para especificar a classe, um número de traços menor do que

o número necessário para caracterizar cada membro da classe isoladamente (Hernandorena *apud* Bisol, 1996, p.30).

A primeira formalização de um modelo de traços distintivos ocorreu em 1952, com a publicação *Preliminaries to speech analysis: The distinctive features and their correlates*, de Roman Jakobson (1896-1982). Além de Jakobson, temos Gunnar Fant (1919-2009) e Morris Halle (1923-2018), que propõe três traços distintivos de classes principais [soante], [consonantal] e [vocálico].

Mesmo sendo aperfeiçoados no modelo SPE (The sound pattern of English) de Chomsky e Halle (1968), onde os traços continuam binários, utilizados tanto para vogais, quanto para consoantes, com acréscimo do traço [silábico], com as consoantes agrupadas em: obstruintes, nasais, líquidas (não silábicas), glides e as vogais em: líquidas silábicas e nasais e nasais silábicas, o modelo dos traços distintivos, segundo Hyman (1975, p.53), falha, conforme relata Hernandorena (1996):

Por não poder relacionar consoantes labiais com [p,b,m], que são [+ant, – cor] e [-arr], com consoantes labializadas com [t^w] e [k^w], que são [+arr]. Falha também em mostrar a relação entre consoantes labiais e vogais arredondadas, uma vez que as primeiras são [-arr] e as últimas, [+arr]. (...) Hyman postula a utilização do traço [labial], que é capaz de adequadamente agrupar esses segmentos em uma classe. (Hernandorena *apud* Bisol, 1996, p.28-29).

Outra discussão quanto à binaridade dos traços fonológicos foi em relação às vogais que, com a utilização dos traços binários, só três alturas de vogais podem ser expressas: vogais altas [+alta, -baixa], vogais médias [-alta, -baixa] e vogais baixas [-alta, +baixa], causando problemas na descrição de sistemas linguísticos que apresentam quatro alturas fonéticas de vogal (Hyman, 1975). Wang (1968, p.701), então, sugeriu a inclusão de mais um traço [médio]. Também foram muito criticadas no modelo linear de Chomsky e Halle (1968) a caracterização dos segmentos como colunas de traços distintivos desordenados e a relação de bijetividade entre o segmento e a matriz de traços que o identifica.

Na relação de bijetividade, um traço não poderia ir além ou aquém do segmento.

Nessa relação, uma palavra era considerada uma sequência de matrizes incomunicáveis entre si. No entanto, a partir dos dados de diversas línguas, sabe-se que há traços que funcionam de forma isolada e outros que funcionam solidariamente ou, ainda, de forma flutuante. Assim, as matrizes não garantem uma explicação sobre o funcionamento de alguns processos fonológicos (Hora e Vogetley, 2017, p.67).

Considerada a hipótese de sistemas linguísticos terem uma quinta altura de vogal e a possibilidade de questionamento sobre a binaridade dos traços, Ladefoged (1975) apresenta traços plurivalentes, enquanto Clements (1989) sugere, além de traços binários, traços monovalentes e o traço [abertura] hierarquizado, levando à construção do modelo não-linear de Geometria de traços proposto por Clements (1991).

Como visto, não se chegou a um acordo satisfatório sobre as propriedades formais da teoria fonológica. Mesmo assim, nesses últimos anos, novas teorias foram surgindo nos estudos fonológicos. Pode-se citar, dentre elas, a fonologia autossegmental (Goldsmith, 1979, 1989) e a teoria da otimalidade (Prince & Smolensky, 1991), entre diversas outras linhas teóricas, sempre visando a solucionar e/ou simplificar problemas de descrição levantados ao longo do tempo.

De acordo com Callou e Leite (1995, p. 41), “o trabalho atual em fonologia está demonstrando que a riqueza dos sistemas fonológicos não consiste nos arranjos estruturais de fonemas, mas antes nos intrincados sistemas de regras pelas quais esses arranjos são formados, modificados e elaborados.”

1.3 O fonema

O fonema, segundo Campbel (2003):

“é um conceito central para a Linguística, cuja definição varia de escola para escola, mas o qual basicamente designa as unidades significantes de som, uma unidade mínima de som capaz de modificar o significado de uma palavra. Na Suíça com de Saussure, na Rússia com Baudouin de Courtenay e na América com Boas (Campbell, 2003, p.95)”.

Tomando-se a postulação saussuriana: “na língua só existem diferenças”, essa função da Fonologia é a de distinguir significações do som, enquanto menor unidade sonora distintiva, chamada Fonema (som supraindividual e indivisível). E, como já esboçada por Saussure: “os fonemas são, antes de tudo, entidades opositivas, relativas e negativas” (Carvalho, 1984, p. 154), Jakobson demonstrou que “a análise do fonema só pode ser feita segundo o critério de presença (+) ou ausência (—) de um traço distintivo, isto é, segundo o critério das oposições funcionais, também chamadas de distintivas ou pertinentes” (Carvalho, 1984, p. 154).

A base do conceito original de fonema, desenvolvido por volta de 1920, nasce na distinção feita tradicionalmente entre fonologia e fonética na linguística. A noção tal como usada hoje em dia já estava implícita em Saussure na proposta da dicotomia

langue-parole (língua-fala).³² Nesse sentido, quando representamos o fonema, definido como uma unidade da língua, este vem entre barras / /; quanto aos sons ou fones, unidades da fala, vão ser representados entre colchetes [].

A partir de 1930, nos trabalhos do Círculo Linguístico de Praga, o conceito de fonema teve o primeiro tratamento de profundidade. O fonema é então tido como a menor unidade fonológica funcional distintiva não significativa (sem significado) da língua, a soma das particularidades fonologicamente pertinentes que uma unidade fônica comporta, pelo fato de que não se confundem uns com os outros.

Como elemento mínimo do sistema da língua por representar a diferenciação incipiente entre o som (elemento físico) e uma unidade fonológica representativa dentro de um sistema, o fonema forneceu à linguística moderna uma unidade de análise segmentável sem significado, sendo as técnicas seguidas para o seu estabelecimento estendidas a outros níveis de descrição gramatical. A partir de então, a língua passa a ser analisada por sua dupla articulação: são segmentadas em fonemas, as unidades mínimas sem significado; são segmentadas em morfemas constituídos por fonemas, as unidades mínimas com significado.

Para identificar e comprovar a existência de um dado fonema em uma determinada língua, avaliam-se os sons foneticamente semelhantes³³ em um par mínimo de palavras com significados diferentes nessa mesma língua, cuja única diferença entre os sons das palavras for em relação à um dos sons.

Todavia, há sons da fala que não ocorrem em um contexto fonético idêntico, apresentam-se em contextos diferentes, numa distribuição complementar, pois não são substituíveis em nenhum contexto, ou seja, o ambiente fonético em que ocorre um som não ocorre o outro. A distribuição complementar nos leva à apreensão da alofonia entre os sons da língua, enquanto a relação de contraste nos leva ao inventário de fonemas.

Sendo os fonemas entidades abstratas e funcionais, parte-se das realizações concretas da fala para se chegar ao sistema fonológico da língua, daí a razão pela

³² Parole (língua-fala): a língua “um sistema lexico-lógico e gramatical que existe potencialmente na consciência” das pessoas que falam a mesma língua, “não depende do indivíduo que a fala”; a fala “o ato pelo qual o indivíduo emprega a língua para exprimir as suas ideias”, sendo de natureza individual; e, entre os seus elementos constitutivos, está também a emissão dos sons.”

³³ Os sons foneticamente semelhantes (SFS) pronunciáveis consistem em um conjunto de dois ou mais sons, atestados na coleta dos dados de fala, que compartilham propriedades fonéticas. É a partir da identificação de SFS que o contraste entre sons é investigado. [https://fonologia.org/fonemica/JONES, Daniel. On phonemes. Travaux du Cercle Linguistique de Prague. 1973](https://fonologia.org/fonemica/JONES,%20Daniel.%20On%20phonemes.%20Travaux%20du%20Cercle%20Linguistique%20de%20Prague.%201973)

qual se diz que a fonética é básica para a fonologia. Além disso, o objetivo da análise fonológica é definir quais sons têm valor distintivo (Cagliari, 2002) e quais vão estar em contexto de alofonia.

Segundo Vicente Masip (2018), Trubetzkoy (1976) distingue fonemas de variantes fonéticas e grupos de fonemas, a partir das condições que dois sons de uma língua podem ser considerados como realizações de dois fonemas diferentes e em que condições eles podem constituir duas realizações fonéticas de um único fonema em quatro regras:

- Primeira regra: Se dois sons da mesma língua aparecem exatamente no mesmo contexto fônico, e se um pode ser substituído pelo outro sem que isso produza uma diferença na denotação da palavra, então esses dois sons constituirão apenas variantes opcionais de um único fonema.
- Segunda regra: Se dois sons aparecem exatamente na mesma posição fônica e não podem ser substituídos um pelo outro sem alterar a denotação da palavra ou sem tornar a palavra irreconhecível, esses dois sons serão a personificação de dois fonemas diferentes.
- Terceira regra: Se dois sons de uma língua, próximos entre si do ponto de vista acústico e articulatório, nunca ocorrerem no mesmo contexto fônico, serão considerados variantes combinatórias do mesmo fonema.
- Quarta regra: Dois sons, ainda que atendam às condições da terceira regra, não serão considerados variantes do mesmo fonema se, na língua em questão, puderem ser encontrados um ao lado do outro, isto é, como termos constituintes de um grupo fônico, e isso nas condições em que um dos dois sons aparece isoladamente. (Masip, 2018, p. 82)

Na literatura sobre estudos fonológicos, não se discute o caráter distintivo do fonema. As estratégias de identificação de um fonema é que podem ser diversas. A maneira como se explica sua função de determinar os significados vai variar segundo a concepção teórica e metodológica aplicada, que pode ser fonética, fonológica ou psicológica.

1.3.1 Fonema como realidade fonética

Quando se lida com fonema como realidade fonética, busca-se classe de sons que sejam foneticamente semelhantes (Jones, 1931)³⁴ e mostrem determinados padrões de distribuição na língua ou dialeto (Gleason, 1955), ou seja, a realidade física de uma classe de sons que exibem determinadas propriedades fonéticas. Exemplo: [p] [p^h] [p:] [p] → /p/

³⁴ JONES, Daniel. On phonemes. Travaux du Cercle Linguistique de Prague. 1973

O trabalho do linguista, ao tentar estabelecer os contrastes fonêmicos, é facilitado a partir do estabelecimento dos pares mínimos em ambiente idêntico, os verdadeiros traços distintivos na língua.

Quando da não existência de par mínimo, por simples acidente, há o recurso de recorrer a pares próximos em ambiente análogo. Exemplo: [tato] [pato] → /t/ : /p/

Às vezes, razões estruturais evidenciam porque 2 sons não podem ocorrer no mesmo ambiente. São considerados ambientes mutuamente exclusivos, numa distribuição complementar. Podem ocorrer nos ambientes: da sílaba; do morfema ou palavra; e em segmentos adjacentes.

Kenneth Pike (1947), em seu livro *Fonêmica: uma técnica para se reduzir línguas à escrita*, estabelece 4 premissas gerais para análise fonêmica: 1) Os sons tendem a ser modificados pelo ambiente em que se encontram (sons vizinhos, fronteiras de sílabas, posição do som em relação ao acento); 2) os sistemas de sons das línguas tendem a ser foneticamente simétricos; 3) sons tendem a flutuar; 4) sequências características de sons fornecem um padrão para a interpretação de sons ou sequência de sons suspeitos.

São considerados sons foneticamente semelhantes: a) um som vozeado e seu correspondente desvozeado ([p] e [b], [s] e [z], por exemplo); b) uma oclusiva e as africadas com ponto de articulação idêntico ou muito próximo ([t] e [tʃ], [b] e [v], por exemplo); c) as fricativas com ponto de articulação muito próximo ([z] e [ʒ], por exemplo); d) as nasais entre si ([m], [n] e [ɲ]); e) as laterais entre si ([l] e [ʎ]); f) as líquidas entre si ([l] e [r]); g) as vogais que se diferem apenas por uma propriedade articulatória ([ɛ] e [e], mas não [i]).

1.3.2 Fonema como realidade fonológica

Trubetzkoy (1939) adota fonema como realidade fonológica. Busca a unidade mínima que pode funcionar para distinguir significados (função distintiva) e possa se definir em termos de contrastes no sistema da língua. Nessa concepção, o fonema é resultado das propriedades fonologicamente relevantes. Ele não se define apenas em termos de oposições num sistema fonológico. É a unidade mínima que pode funcionar para distinguir significados, numa construção teórica no nível fonológico.

Numa visão funcionalista, como a de Trubetzkoy (1939) e os estudiosos do Círculo Linguístico da Escola de Praga, “O fonema não pode ser definido

satisfatoriamente nem com base em sua natureza psicológica, nem com base em sua relação com variantes fonéticas, mas tão somente com base em sua função no sistema da língua” (Trubetzkoy, 1939, p. 41). Trubetzkoy (1939) toma como exemplo o caso das línguas Berber e Inglês. No Inglês o fonema /b/ é definido pela relação de oposição entre surdo /p/ e sonoro /b/, já em Berber /b/ também é fonema, mas não há /p/ na língua para se opor.

1.3.3 Fonema como realidade psicológica

Na realidade psicológica, busca-se, no plano abstrato fonológico, ir além de uma simples sistematização de sons e fonemas com análise observavelmente adequada e descritivamente adequada.

Jan Baudouin de Courtenay (1845-1929), um dos primeiros a conceituar fonema e fundador da disciplina da Fonologia moderna, em sua análise da Ciência da Língua, é quem aborda o fonema de forma mentalista (e sociológica), ou seja, como um termo de representação psíquica das funções fisiológicas e acústicas das alternâncias sonoras.

Sapir (1921) defende que os falantes de uma língua percebem e produzem fonemas como resultado de um condicionamento à ordenação dos elementos fundamentais da experiência linguística em formas determinadas funcionalmente e ilustra seu posicionamento:

Alguns estudantes de línguas têm, de fato, encarado a palavra como uma abstração, embora com garantia muito duvidosa, parece-me. É verdade que em casos particulares, especialmente em algumas das línguas altamente sintéticas da América aborígene, nem sempre é fácil dizer se um determinado elemento da língua deve ser interpretado como uma palavra independente ou como parte de uma palavra mais ampla. Estes casos de transição, por mais intrigantes que possam ser por vezes, não enfraquecem, contudo, materialmente a defesa da validade psicológica da palavra. A experiência linguística, tanto expressa em forma escrita padronizada como testada no uso diário, indica esmagadoramente que não há, geralmente, a menor dificuldade em trazer a palavra à consciência como uma realidade psicológica. Não se poderia desejar um teste mais convincente do que este: o de que o indígena ingênuo, pouco habituado ao conceito da palavra escrita, não tem, no entanto, nenhuma dificuldade séria em ditar um texto a um estudante de linguística, palavra por palavra. [tradução nossa] (Sapir, 1921, p. 10).

Em termos linguísticos, para Courtenay, conforme Garay (2020), os fonemas são representações mentais, não transitórias dos sons de uma língua, integradas em uma unidade:

(...) uma representação fonética mental única, originada no espírito por meio da fusão psíquica das impressões formadas pela pronúncia de um mesmo som. A soma de representações antropofônicas distintas está relacionada com a representação mental de um único fonema; tais representações são constituídas tanto como representações das funções fisiológicas (que foram realizadas ou que têm potencial de realização) quanto como representações dos resultados (ouvidos ou com potencial de serem ouvidos) destas funções fisiológicas (Garay, 2020, p. 12).

1.4 A sílaba

As primeiras análises da sílaba eram feitas linearmente e marcavam simplesmente uma sequência de vogais e consoantes. Sendo as vogais o núcleo silábico (obrigatórias) e as consoantes a margem silábica (opcionais).

Conforme Mendonça (2003), “não caracterizavam corretamente os traços de cada segmento, bem como não captavam aspectos mais profundos da estrutura silábica, como o tom e o acento.” (Mendonça, 2003, p.22)

As formas distintas de interpretar como as regras fonológicas interferem na sílaba ou em parte dela surgem em diferentes concepções. A partir do aprofundamento dos estudos, surge a necessidade de se discutir conceito de sílaba sob uma perspectiva não-linear. Como uma estrutura hierarquicamente organizada e diretamente encaixada.

De acordo com Ladefoged (1975), é difícil conceituar sílaba, pois não há um consenso entre os pesquisadores sobre qual seria a melhor definição da estrutura interna da sílaba (Crystal, 2008, apud Nascimento, 2016, p. 36). Além disso, quando se trata de delimitar as fronteiras silábicas, as teorias apresentam dificuldade ao examinar a fala que não seja lenta e artificialmente escandida.

Do ponto de vista fonético, a teoria de pulso, proposta por Stetson, em 1951, estabelece que “cada sílaba corresponde a um aumento da pressão do ar, saindo dos pulmões como uma série de pulsos do peito” (Crystal, 2008, *apud* Nascimento, 2016, p. 36). Do ponto de vista fonológico, considera-se a cadeia sonora da sílaba composta de aclives, ápices e declives de sonoridade. Os aclives e declives constituem 'vales' de sonoridade que determinam as fronteiras silábicas, suas margens, lugar preferencial das consoantes. O ápice, seu núcleo ou centro, é ocupado por sons de alta sonoridade, como, por exemplo, as vogais. (Callou e Leite, 1995, p.29).

Fonólogos como Kahn (1976), Hooper (1976), Selkirk (1982), Goldsmith (1989), Blevins (1996), Spencer (1996) consideraram a sílaba como uma unidade linguística

fundamental para a compreensão do funcionamento da estrutura fonológica. As diferentes concepções que surgem exprimem formas distintas de interpretar como as regras fonológicas interferem na sílaba ou em parte dela.

A partir de trabalhos como de Hooper (1976) e Kahn (1976) nos anos 70, de acordo com Gisela Collischonn (2001), a sílaba foi sendo, aos poucos, acolhida como unidade fonológica com estrutura interna. Foram os pioneiros a apresentar a sílaba como uma unidade fonológica. A partir dos anos 80 as estruturas silábicas de várias línguas do mundo começaram a ser descritas, utilizando diversos modelos.

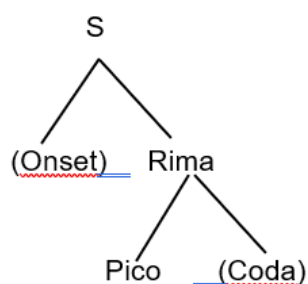
1.4.1 Teorias sobre a sílaba

Há basicamente duas grandes linhas teóricas na literatura que exploram a estrutura interna da sílaba: a teoria autosegmental e a teoria métrica.

A teoria autosegmental, chamada por alguns de “teoria da sílaba”, é estabelecida em várias versões. Nela há uma formação que exclui o cruzamento de linhas de associação, mas permite representações ambissilábicas que costumam ser proibidas nas relações de constituição. A teoria silábica é proposta para “dar conta da existência de regras específicas na gramática fonológica de uma língua, demonstrando que sua presença pode ser derivada de princípios da silabificação” (Abaurre e Wetzels, 1992, p. 10).

Conforme Abaurre e Wetzels (1992), a partir da teoria silábica de Kahn (1976), duas linhas gerais podem ser identificadas:

1. (a) com base na argumentação de Kurilowicz (1984), Pike (1967), Halle e Vergnaud (1980) dentre outros, propõem a atribuição de uma estrutura hierárquica interna à sílaba, composta de um “Onset” (opcional) e uma “Rima”, contendo um “Pico” e uma “Coda” (opcional):



(Representação conforme Abaurre e Wetzels, 1992, p.9)

(b) com base nas sugestões de Tráinsson (1978), McCarthy (1979), dentre outros, propõe incorporar a unidade de tempo (*timing units*)³⁵ diferenciada nas representações fonológicas, onde a unidade segmental C's corresponde a elementos consonantais e V's corresponde a elementos vocálicos, onde os X's representam unidades de tempo e os r's representam os nós de raiz:



(Representação conforme Abaurre e Wetzels, 1992, p.9)

Abaurre e Wetzels (1992) demonstram (b.1) a representação de um segmento de contorno como consoante pré-nasalizada, africada ou ditongo breve, com uma unidade de tempo associada a dois feixes de traços (duas árvores de traços). Em (b.2) temos a representação de um único feixe de traços idênticos (segmento longo) que ocupa duas posições na camada temporal, “como no caso de vogais longas ou consoantes geminadas”. Já as representações (b.3) e (b.4) admitem que existem restrições pós-derivacionais que apagam tanto posições temporais (C's e V's “vazios”) como unidades segmentais não associadas a essas posições (pp. 9-10).

A teoria métrica, adotada por Selkirk (1982), com base nas propostas feitas por Pike e Pike (1947), considerava a sílaba possuidora de uma estrutura interna hierárquica, organizada em dois níveis. O primeiro formado por um ataque (A) ou onset (O), que corresponde ao(s) fonema(s) do início da sílaba – antes da vogal (núcleo silábico). O segundo formado por uma rima (R), que pode ser constituída apenas por um núcleo (vogal) (Nu) e com uma coda (Co), componente não obrigatório somente preenchida por /l, r, S, N/, como na língua portuguesa (Hora, 2009 *in* Monção, 2015, p.26). Qualquer categoria, exceto Nu, pode ser vazia (Collischonn, 2001, p. 92). Nem toda sílaba terá coda e nem toda sílaba terá ataque, mas o núcleo é obrigatório.

Quando composto por duas consoantes, pode ser caracterizado como ataque complexo ou ramificado. No ataque complexo ou ramificado, Hora (2009) afirma que, independentemente de a sílaba ocorrer em posição inicial ou medial, somente as consoantes líquidas (l e r) podem ocupar a segunda posição do ataque,

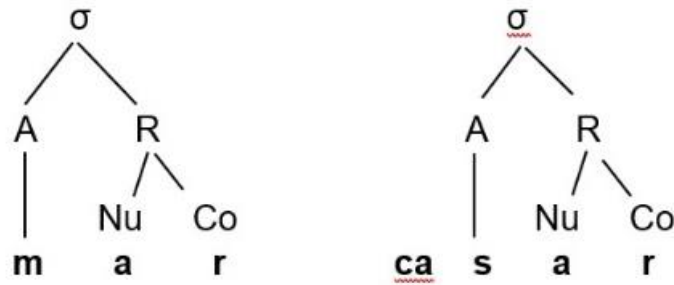
³⁵ Clemente e Keiser (1983) incorporam as unidades de tempo em uma teoria silábica.

independentemente de a sílaba ocorrer em posição inicial ou medial em sua estrutura silábica: isso se refere o PB.

Como ataque e onset configuram o mesmo significado, neste trabalho, optou-se por chamar essa posição silábica de ataque (A), já que ataque e onset são possibilidades terminológicas intercambiáveis.

O ataque (A), componente não obrigatório da sílaba, pode ser ocupado por todas as consoantes. Quando composto por uma consoante, é chamado de ataque simples e pode ocorrer em posições iniciais e mediais na palavra em sua estrutura silábica. A coda (Co) corresponde ao(s) fonema(s) do final, quando houver segmentos além da vogal na sílaba:

2.

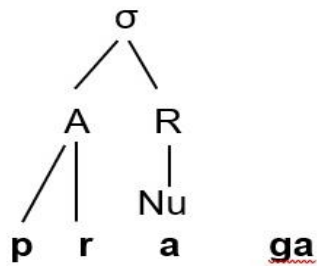


(Representação conforme Selkirk, 1982, baseada em Pike & Pike, 1947 e Fudge, 1969 - Adaptado de Collischonn (2001, p.92)

Nos esquemas acima, a vogal /a/ constitui o núcleo silábico (Nu). As consoantes /m/ e /s/ constituem o ataque (A) da sílaba. O rótico /r/ constitui a coda (Co) silábica quando houver segmentos além da vogal na sílaba, junto ao núcleo (Nu) na rima (R) da sílaba.

Quando composto por duas consoantes, pode ser caracterizado como ataque complexo ou ramificado. No ataque complexo ou ramificado, Hora (2009) afirma que, na língua portuguesa, independentemente de a sílaba ocorrer em posição inicial ou medial, somente as consoantes líquidas (l e r) podem ocupar a segunda posição do ataque, independentemente de a sílaba ocorrer em posição inicial ou medial em sua estrutura silábica:

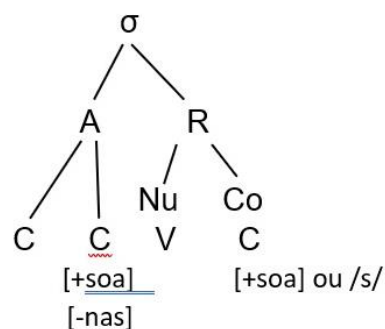
3.



Conforme Collischonn (2001, p. 92), “as duas teorias fazem previsões diferentes a respeito do relacionamento entre elementos no interior da sílaba”. Representam formas distintas de interpretar as interferências das regras fonológicas na sílaba ou em parte dela. O número de segmentos presentes em cada constituinte silábico varia de língua para língua. O molde silábico, conforme Collischonn (2001, p. 98), é “[...] uma afirmação geral a respeito da estrutura possível de sílabas numa determinada língua”. Esse padrão costuma ser obtido por meio dos monossílabos dessa língua.

Bisol (1999, p. 703), citando Selkirk (1982), considera que “as regras de composição da sílaba básica são na verdade, “princípios” que são demonstrados “por meio de uma árvore binária”, ou seja, princípios de composição da sílaba básica. Nesse padrão, a sílaba é constituída de uma estrutura binária de ataque e rima, sendo apenas a rima obrigatória. A rima também tem estrutura binária, constituída por núcleo e coda. O núcleo é a vogal e a coda uma soante. O ataque pode ter, no máximo, dois segmentos, em que o segundo destes é uma soante não-nasal, como na estrutura silábica do português. (Monção, 2015, p.21):

4.



(Representação conforme Bisol,1999, in Monção, 2015, p.21)

Enquanto a teoria autossegmental prevê o relacionamento igual entre os três elementos e que somente a sílaba como um todo é o nível de aplicação de regras fonológicas, a teoria métrica prevê um relacionamento estreito entre a vogal do núcleo e a consoante da coda, formando a rima, e mais distante entre esta e a consoante do ataque.

Collischonn (2001, p. 92) traz uma análise proposta por Harris (1983) para o espanhol sobre a regra de aspiração do /s/. Nessa regra, a aspiração do /s/ não ocorre quando em ataque (*tienes* → *tiene[h]*; *después* → *de[h].pué[h]* conforme Harris, 1983) e sim quando na rima, argumento que favorece a representação. Harris (1983) evidencia, na regra, assim como Selkirk (1984) e Levin (1985), a existência de rima como um subconstituente da sílaba e precisa ser referida na descrição estrutural, assim como a coda (Co) como constituinte:

5. Regra de aspiração do /s/

$$\begin{array}{c} S \longrightarrow h / [+soante] ______ \\ | \\ R \text{ (rima)} \end{array}$$

(Harris, 1983, p. 46)

Já Nespor e Vogel (1986) questionam a regra de Harris (1983). Alegam que a regra não precisa referir-se à rima, mas ao limite da sílaba, bastando constar na descrição estrutural que o /s/ deve ser o último elemento da sílaba (Nespor e Vogel, 1986 *apud* Collischonn, 2001, p. 93), com a reconfiguração da regra.

6. Regra de aspiração do /s/

$$S \longrightarrow h / [+soante] ______] \sigma$$

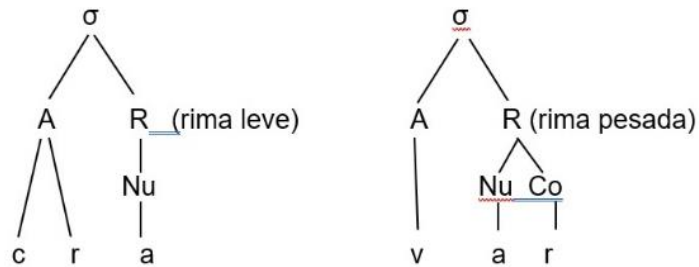
(Nespor e Vogel, 1986, p. 75)

1.4.2 Unidades de duração

De acordo com Collischonn (2001, p. 94), há línguas em que se observa a distinção entre sílabas leves, quando não têm coda, e pesadas, quando têm coda, refletidas nas regras de atribuição de acento ou tom (em línguas tonais). Ao utilizar a

representação em termos de constituintes rotulados, a composição da sílaba é fator determinante do peso silábico em sua estrutura interna, pois nem todas as sílabas de mais de um elemento são pesadas:

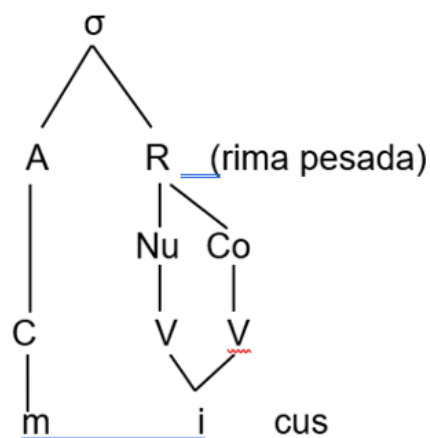
7.



Em ambas as sílabas (7), o ataque (A) mesmo que ramificado é irrelevante para o peso silábico e apenas a rima (R), ramificada ou não, contribui para seu peso. A distinção entre sílaba pesada e leve se dá pela distinção da rima quando apresenta ramificação.

Essa definição entre sílaba pesada e leve apontou um problema de como representar uma sílaba constituída por uma vogal longa. McCarthy (1979) acrescenta na representação de constituintes rotulados o fator vogal longa, quando houver, nos nós terminais da árvore silábica com dois elementos 'V' idênticos. Assim, a sílaba é leve quando constituída apenas por uma vogal e pesada quando constituída por uma vogal + consoante ou por vogal + vogal (ditongo ou vogal longa):

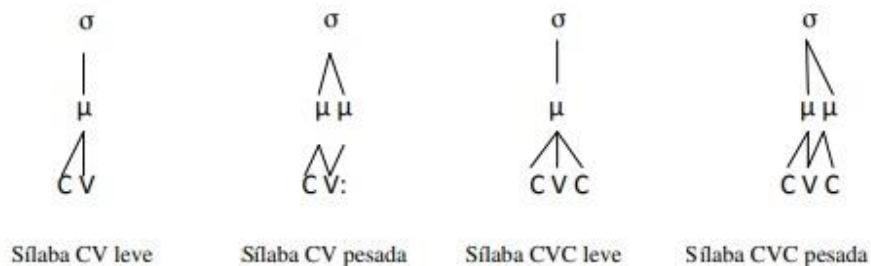
8.



(Collischonn, 2001, p. 96)

Outra proposta teórica da sílaba defendida por Hyman (1985) e Hayes (1989) foi representar a sílaba através da estrutura moraic, na qual as unidades de peso da sílaba são denominadas moras³⁶. Enquanto nas outras teorias uma sílaba recebe o acento, na teoria das moras integra o peso diretamente à estrutura prosódica por meio de unidades de peso que são as moras. Uma sílaba pesada representa duas moras e uma sílaba leve, apenas uma, ou seja, uma rima monomoraica é leve, uma rima bimoraica é pesada. Uma sílaba leve seria aquela com uma mora e uma sílaba pesada possuiria 2 moras. Devido ao fato de o status de mora não ser atribuído à coda em todas as línguas, as sílabas fechadas podem ser leves ou pesadas. (Alcantara, 2015, p.105-6)

9.



(Alcantara, 2015, p.105)

Bisol (1994), quando coloca em discussão a existência de ditongos em português e a respectiva representação da sílaba, em palavras como **água** e **quase**, por exemplo, aponta a representação dos glides como um aspecto que merece análise. Considera-se que os glides sejam realizações derivadas de vogais e, eventualmente, de consoantes com articulação secundária vocálica (como a lateral pós-vocálica velarizada e a lateral palatal).

Entretanto, alguns casos têm de ser tratados como glides subjacentes. Nesse caso, a autora adota a solução de que este glide seja proveniente de uma articulação secundária das consoantes /kw/ /gw/, lexicalmente especificada como, por exemplo, em palavras como **água** e **quase** não se pode dizer que a semivogal seja derivada de uma vogal fonológica, pois essa vogal nunca se realiza como vogal plena. Portanto, o português fornece evidências contra a tese de que o status de glides seja

³⁶ Unidade que se usa para medir a duração dos segmentos e sílabas..

exclusivamente determinado pela estrutura silábica da língua, tendo em vista as oclusivas labializadas em questão.

Em suma, pode-se afirmar que a sílaba é composta de três partes. A parte nuclear (pico ou núcleo - Nu) – ápice (cf. Câmara Jr., 1969), preenchida obrigatoriamente por segmento vocálico. E duas partes periféricas, preenchidas por segmentos consonantais ou por glides. O preenchimento das partes periféricas é opcional. A parte periférica inicial é tida como ataque (A) ou onset (O), aclave (cf. Câmara Jr.). A parte periférica final, coda (Co), declive (cf. Câmara Jr.).

No português brasileiro, de acordo com Câmara Jr. (1970), para a formação silábica, o ataque (A) pode ser classificado como ataque simples (AS) constituído por uma consoante (CV) ou complexo (AC) por duas consoantes ou por duas consoantes à esquerda da vogal (CCV), respectivamente.

2 SOBRE O POVO PURY

“Povo indígena tem um jeito de pensar, tem um jeito de viver. Tem condições fundamentais para sua existência e para a manifestação da sua tradição, da sua vida e da sua cultura que não coloca em risco e nunca colocaram a existência sequer dos animais que vivem ao redor das áreas indígenas, quanto mais de outros seres humanos.” Discurso de Ailton Krenak, 1987, na Assembleia Constituinte, Brasília – Brasil.

O Povo Originário Pury é elemento de um imenso universo de saberes, em parte omitido até mesmo por uns parentes Pury por ainda guardarem a “Cultura do Silêncio” (Freire, 1968, 1970, 1976) segundo a qual: “(...) é imprescindível para o invasor despojar de significado a cultura invadida, fraturar suas características e inclusive enchê-la de subprodutos da cultura invasora.” (Freire, 1972). Cultura aquela que passou a fazer parte da vida como estratégia de sobrevivência.

A subordinação e o domínio do colonizador também contribuíram com a perda da identidade originária e o esvaziamento das raízes de muitos.

Transformaram o Povo Originário Pury (figura 7):

Figura 7: “Les Purys dans leurs forêts” (1821-1822)



Fonte: Arquivo Nacional³⁷

³⁷ Gravura contida na obra “Voyage au Bresil: dans les années 1815, 1816 et 1817”, de Jean Baptiste Benoit Eyriès e prinz Von Maximilian Alexander Phillip Wed-Neuwed, publicada em Paris em 1821-1822. Obra rara do acervo do Arquivo Nacional. Biblioteca Maria Beatriz Nascimento. OR_1753_2.

em personagem mítico (figura 8):

Figura 8: Foto do Monumento aos Índios Purys. Início ao Caminho da Luz - Cachoeira de Tombos (MG).



Fonte: acontecimentosdodiablog.wordpress.com.³⁸

na história de cidades do sudeste, onde eram naturais, após a fundação e aos seus descendentes deram a identidade de mameluco, caboclo, caburé ou cafuzo até serem empardecidos³⁹ (figura 9):

Figura 9: Foto do registro da saída de pessoas escravizadas para a colheita no Vale do Paraíba, na região sul do Rio de Janeiro (1885).



Fonte: Marc Ferrez/Colección Gilberto Ferrez/Acervo Instituto Moreira Salles

Grande parte das escassas informações referentes ao Povo Originário Pury registradas nas narrativas históricas foi feita por exploradores estrangeiros que não eram capacitados para realizar levantamentos científicos criteriosos. Muitas delas, ainda hoje, permanecem pouco esclarecidas pela comunidade acadêmica. Além

³⁸ Disponível em: <<https://acontecimentosdodiablog.wordpress.com/2017/05/21/21-de-maio-roberto-frejat-e-tombos-mg-2017/21-de-maio-monumento-aos-indios-Purys-inicio-do-caminho-da-luz-cachoeira-de-tombos-tombos-mg-165-anos>> Acesso em: 06/04/19.

³⁹ Termo empregado pela autora em seu texto: O laço que virou nó na construção do Caminho de Volta (2014) Disponível em: <<https://povopury.wixsite.com>> Acesso em: 06/08/20.

disso, existem acervos em Bibliotecas e Museus fora do país (figura 10) aos quais não temos acesso direto, sendo alguns só reprodução do original.

Figura 10: Obra “Índios Purí subindo nas árvores”. Maximilian Wied-Newied (1816).



Fonte: Biblioteca Brasileira Robert Bosch.⁴⁰

2.1 Primeiras notícias

São muitas as imprecisões e incoerências em que incorrem tanto nos registros, quanto nas ilustrações referentes ao Povo Originário Pury. Desde a ocupação “Sempre se pensou o Brasil fora do Brasil, mas de maneira incompleta: o país aparece no prolongamento da Europa” (Alencastro, 2000).

Spix e Martius descrevem caminhos para a extinção:

“Na vizinhança de Areias acha-se ainda atualmente uma insignificante aldeia de índios, resto de numerosas tribos, que, antes de os paulistas se apossarem da Serra do Mar, habitavam em toda a extensão da mata, nesta montanha; esses índios, agora em parte exterminados, ou misturados com negros e mulatos, vivem meio incultos, espalhados entre os colonos. Eles se destacam, ainda, pela indolência e a quase invencível obstinação de seus antepassados, mantendo poucas relações com os colonos, cujas roças e gado têm de sofrer às vezes as depredações desses maus vizinhos. Os habitantes designam estes índios com o nome geral de caboclos, e distinguem-nos assim dos outros não civilizados e selvagens, gentios, bugres, índios bravos. É provável que estes restantes, que habitam ao longo da costa, pertençam a diversas tribos, cujos nomes em parte se perderam. Não sabendo os portugueses distingui-los uns dos outros, deram-lhes o nome geral de Coroados, porque eles costumam raspar o topo da cabeça, só deixando uma coroa de cabelo, em volta das têmporas. Atualmente, a sede dos Coroados é a nas margens do Rio Pomba, um

⁴⁰ Inventário dos artefatos com obras da exposição “Índios no Brasil: alteridade, diversidade e diálogo cultural”. Índios no Brasil / organizado por Luís Donisete Benzi Grupioni. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994. P. 68 – Artigo: Imagem e representação do índio no século XIX por Mana Sylvia Porto Alegre.

tributário do Paraíba, e como os índios costumam fazer as suas migrações sempre ao longo dos rios parece que eles originariamente se espalharam pelo litoral, vindo do interior. Restos da mesma nação são também os que moram, juntos, na aldeia de Valença, não distante do caminho do Rio para Vila Rica, entre o Rio Paraíba e o Rio Preto. Este lugar era ainda, há poucos anos, o único, na capitania do Rio de Janeiro, onde vivia considerável número de índios, quer batizados, quer pagãos.” (Viagem pelo Brasil. 1817-1820. Vol. 1 – Op. cit. – p. 119).

2.1.1 Origem e significado do nome

Em geral, os Povos Originários do Brasil, não têm o etnônimo autoproclamado, como é o caso dos Pury (Puríu/ Poriei/ Pories /Pouris Purí, Puari, Puqui/Pucki⁴¹). E, por hipótese, pode-se entender que os registros foram feitos seguindo o que foi dito por outros, não necessariamente dos próprios Pury.

Por hipótese, ainda, as denominações Puríu / Poriei / Pories / Pouris / Puari, (Gândavo, 2008, p. 41) registradas por viajantes estrangeiros tenham como diferença apenas a forma escrita. Mesmo assim, trazemos alguns daqueles registros. Conforme Debret (1816), “o nome genérico” Pury tem sua origem na língua Coroado e quer dizer “audaz ou bandido”. Da mesma forma os Coroados também eram assim chamados pelos Pury, em retribuição à ofensa.

Os selvagens da grande família dos Tapouyas chamada Purís são divididos em várias tribos, que guerreiam entre si. O nome genérico da nação, Purí, tem origem na língua dos Coroados e significa ousadia ou bandido. Este nome, o insulto, foi dado a eles pelos Coroados, por causa da guerra contínua que os Purís os façam, assim como, em retaliação. Os Purís, indignados com este epíteto, chama também os Coroados, Purís para insultá-los.⁴² [tradução nossa]

Mercadante (1973, p. 36) informa que o nome Pury significa audacioso e foi dado pela tribo coirmã (membro de um mesmo grupo) e ao mesmo tempo inimiga dos Coroados, também pertencente aos tapuios Botocudos e que, em tese, são oriundos

⁴¹ Segundo Marcelo Sant’Ana Lemos, um erro tipográfico que persiste, após quase 200 anos: o falso etnônimo packi em Purí. A Revista do IHGB, volume 5, impressa em 1843, trouxe em um de seus artigos uma cópia do texto extraído do livro tomo da Freguesia de São João Batista de Queluz, escrita pelo vigário Francisco das Chagas Lima, primeiro pároco daquela localidade, quando ela era ainda uma capela rústica do aldeamento dos indígenas Purí de Queluz, criado em 1800. No texto que tinha o título “Notícia da fundação e princípios d’esta Aldêa de S. João de Queluz” ele procurava caracterizar o modo de vida dos Purí. Nele temos a explicação do significado do etnônimo Purí ou Pucki, Disponível em: <<http://blog.etnolinguistica.org/>> Acesso em: 29/05/21

⁴² Les sauvages de la grande famille des Tapouyas nommés Puris sont partagés en plusieurs tribus, qui se font mutuellement la guerre. Le nom générique de la nation, Puri, tire son origine de la langue des Coroados, et veut dire audacieux ou brigand. Ce nom insultant leur fut donné par les Coroados, à cause de la guerre continuelle que les Puris leur font, de même que, par représailles, les Puris, indignés de cette épithète, appellent aussi les Coroados, Puris pour les injurier.

dos Goitacás, participantes da Confederação dos Tamoios, quando se instalam no território do baixo Rio Paraíba do Sul (Mercadante, 1973).

Há registros de que o significado do termo Pury, em Tupí-Guarani, é: “gentinha” ou “povo miúdo” ou “comedor de carne humana”, dentre eles o relato de Luiz de Souza no Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro (Luiz de Souza, 1948):

Purí apelido posto pelos Tupís nêsse índio feroz é etimològicamente o comedor de carne humana, segundo Montola, nômadés por excelência, erravam dos sertões de Cantagalo aos do Espírito Santo em busca do mel, da caça, do peixe, da jaboticaba, do jaracatiá, do jenipapo, do bacopará da grumixama etc. Dos seus pequenos aldeamentos, apenas um permaneceu: o de Itaocara - hoje cidade fluminense.

Nelson Coelho de Senna (1909), em seu trabalho sobre etnografia, identificou os Pury como “índios bravos”.

Já, de acordo com Eschwege (1818) os Pury também eram chamados de Pucki, o que supõe significar “gente mansa, tímida” e não duvida que outros indígenas de outras etnias tenham recebido esse nome, com um sentido desdenhoso. Ainda lista formas de escrita: Purys, Poriei, Pouris e informa que os Koropó os chamam de Puari.

O Povo Pury da região, principalmente, de Ubá, Visconde de Rio Branco, São Geraldo, Guiricema e Guidoal em Minas Gerais, segundo Nhãmânrrúre Stxutér, recebeu informações do ‘*Opê-antár*’ (ancião - maior autoridade da aldeia), do ‘*Opê-tarré*’ (tio social - preceptor na formação infantil) e dos mais velhos em geral, de que o Povo Pury, há muitíssimo tempo passado, vivia com o Povo Goitaká. O Povo Pury (gente bondosa, desconfiada e observadora) surgiu, distinto como ‘*Antxíkaré*’ (nação), distribuídos em ‘*môtxeminára*’ (agrupamentos) com ‘*môtistxóre-goára*’ e ‘*môambó-goára*’ (diversas aldeias), conforme foram crescendo e se espalhando as ‘*môarekím-teké*’ (famílias) pela *Utxô* (terra), formados em três subgrupos intraétnicos:

1 – *Pury Sabonã*, os guardiões dos encontros festivos, orientados e protegidos pelo Grande Espírito *Sabonã - DeuáLamã*, que tem como seu animal simbólico a *simpreú* (borboleta), povo alegre e que tem alta aptidão para organizar e bem dominar as celebrações dos festivais e encontros festivos do povo em geral durante o ano. 2 – *Pury Uambóri (Uã+bó+rri)*⁴³, os guardiães da fertilidade do solo e do bem-estar dos viventes, sendo orientados e protegidos pelo Grande Espírito *Uã/ Uân - Deuá-Lamã*, tendo como ente simbólico a árvore, que tem suas raízes no solo, o seu tronco no ar e suas folhas expostas ao sol e voltadas para os céus; povo reticente, com desenvolvida aptidão para o cuidado

⁴³ O grupo de S. Felismar Manoel, Nhãmânrrúre Stxutér Pury, pertencia ao subgrupo Uã = Deuá-Lamã; bó / ambó = árvore; rri = fertilidade. Sendo que, seu tronco era depositário das responsabilidades na proteção das raízes (kaiá).

e cultivo do solo e uso dos vegetais para a saúde da terra e a manutenção do bem-estar dos seus ocupantes. 3 – *Pury Xamixúma*, os guardiães da proteção das cobras, sendo *Xamú* o Grande Espírito protetor das cobras - *DeuáLamã*, tendo como animal simbólico o Urutú Cruzeiro. Quando os homens se embrenham nas florestas em atividades de caça, algumas mulheres se preparam para acompanhá-los, pintando em seus braços a cobra, sendo as mediadoras para protegê-los dos ataques das cobras em geral. (Nhãmãnrúre Stxutér - Felismar Manoel. Em 05/03/2022)

Oiliam José (1965, p. 26 e 33), em seu livro *Indígenas de Minas Gerais - Aspectos Sociais, Políticos e Etnológicos*, traz três denominações para os Pury:

Formigas - Indígenas Purís, ligados aos pataxós, habitavam nas divisas de Minas com a Bahia. Receberam esse nome porque faziam da tanajura alimento especial. Retiravam a bolsa da parte final do corpo, passavam-na pelo fogo e a comiam ou então a devoravam crua, quando não conseguiam acender fogueira; **Puríachus** – formavam alguma família de origem tupi e ficaram na zona da mata mineira. Receberam esse nome pela altura que tinham, superior à dos Purís em geral. Aliás, Puríachus significa Purís grande; **Purímirins** – pelo tamanho pequeno que possuíam, receberam esse nome. Isolaram-se nas divisas das províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo (23) (grifo nosso) (Oiliam José, 1965, pp. 26, 33).

Nelson Coelho de Senna (1911, pp.140-141), nomina:

de **Formigas ou Içás** os Purí ou Pury - Gentio de Minas Gerais (leste e nordeste) e Bahia, comedores de tanajuras, sendo que, os Formigas da Bahia eram do litoral, entre os rios Santa Cruz e Doce, e de nação Patachó, dominando o litoral até o Espírito Santo. Nomina de **Nak-Ne-Nuks** (Nuk-Ne-Naks ou Nak-Na-Nuks - habitante da serra) os **Puris-Assús** que viviam nos sertões do Matiopó, serra dos Arripiados e da Divisão, e os **Puris-Mirins**, nas florestas do Rio Doce, bem como de **Nak-ne-nuks** os que ocupavam a cadeia dos Aymorés, entre Minas e Bahia (de Theophilo Ottoni ou Philadelphia para Caravellas, na zona hoje cortada pela E. de F. Bahia e Mirias, colonizada por alemães e nacionais (grifo nosso) (Senna,1911, p.140).

Zoroastro Artiaga, em “Índios do Brasil Central e de Mato Grosso”, transcreve o estudo publicado pela Sociedade de Geografia do Rio, em 1920, onde:

Mitiris - Grupo de selvícolas do vale do rio Preto e Paraibuna, antigamente, e que se supõe uma horda desgarrada da nação Purí ou Purí (178). **Poris** - São os mesmos Purís dos vales do Pomba, Muriaé, Xopotó e Piranga, e que tanto combateram os Croatos da mesma região, sendo por sua vez perseguidos pelos Goitacás vindos da costa (181). **Puríassús** - Eram tribos da Mata Oriental de Minas e de maior estatura que o comum do gentio Pury ou Purí, em geral de pequeno porte (182). **Purímirins** - Os "Purís pequeninos", que viviam nas matas da Mantiqueira, entre os territórios de Minas, Rio de Janeiro e São Paulo. **Xeminins** - Índios de sangue Purí, na região da Mantiqueira, vale do rio Preto, a sudeste de Minas, e já extintos (186). **Purís** - Foram assim coletivamente designados, em Minas, durante o período colonial, todos os bugres da região da Mata de este e sudeste. **Bugres**, Purís e Caiapós foram designativos gerais de índios bravos, em Minas, no período colonial, embora se referissem a tribos de vária origem étnica (183). (grifo nosso) (Zoroastro Artiaga, 1920, pp.178, 181,183, 186)

Os “Puriaçú”, também conhecidos como “Puris Grandes” eram encontrados nas margens do Rio Pomba e na atual Serra do Brigadeiro/MG eram chamados de “Arrepiados” ou “Arripidiados”. O nome deu origem à Serra dos Arrepiados (atual Serra do Brigadeiro). Posteriormente, fundou-se o Arraial dos Arrepiados, onde hoje é o município de Araponga (MG).

Na história oficial do município de Muriaé⁴⁴, registrada na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (IBGE, 1959), os Pury são apontados como primeiros habitantes e acrescentam os etnônimo Telikóng e Paquí.

Salvador Pires Pontes (1970) registra o etnônimo com uma divisão em morfemas: Puri (por-i) – por; pora: povo, gente, morador, existir, saltar; i: pequeno, miúdo. Puri: individuo de estatura baixa, gente pequena, povo miúdo, indígena da tribo dos Pury.

Ehrenreich (1886) alega em seu relato que: “Como eles se autodenominam não foi possível descobrir com certeza. O cacique me proferiu a palavra Telikóng, o que, segundo meu guia, deve significar algo como “arco”; talvez = homens capazes de fazer armas.”⁴⁵

Fernão Cardim (1881) relata que a palavra pury pode reportar-se a diversos radicais e nome de uma tribo, que figura em outras línguas com significações análogas.

Enquanto significado Abaíenga⁴⁶, o mais próprio seria de Puryb: mesquinho, de pouca valia, miserável, e ainda de Purybi: triste, tristonho; teimoso; tacanho; contumaz, sanhudo. Na Kechua, puru: falso, purih: andejo, viajero, viandante (de puri andar). No Chilli muruchê: estrangeiro. (Cardim, 1881, p. 110)

Por fim, vamos encontrar inúmeras características, descrições para originar o etnônimo Pury: calmos, covardes, medrosos e ingênuos, mansos e tímidos, dóceis e suscetíveis, dependendo do ponto de vista de quem escreve. Logo, o etnônimo não guarda nenhuma correspondência com o verdadeiro nome da etnia, bem como não os caracteriza.

⁴⁴ Minas Gerais, 20 de fevereiro de 2020 • Diário Oficial dos Municípios Mineiros - ANO XI | Nº 2699.

⁴⁵ Verhandlungen der Berliner Gesellschaft für Anthropologie, Ethnologie und Urgeschichte. Verlag von A. Asher & Co.: Berlin, 1886. Tradução de Gean Damulakis (first version).

⁴⁶ Língua ancestral Tupy

2.2 Distribuição geográfica

2.2.1 Originária

Documentadamente a arqueologia estabeleceu correspondências mais sistemáticas dos Pury com materiais arqueológicos associados à Tradição Cerâmica denominada Una⁴⁷, na região do Brasil Central, região ocupada pelos Goitacá, Pury, Coroado e Koropó. A datação mais antiga de seus vestígios ocorre por volta de 2.500 B.P.⁴⁸ (período Ceramista/Horticultor)⁴⁹.

Loures Oliveira (2008, 91-96) ao relatar sobre o Sítio arqueológico “Toca dos Purís”, localizado no distrito de Ponte Alta de Minas, município de Carangola (MG), informa que as datações por C14 o insere no período cronológico em torno de 650 +- 90 AP.

O professor Celso Perota esteve em Castelo (ES) e, em 1969 com suas observações e pesquisas de fósseis de 4,5 mil anos a.C., através da radiometria obtida pelo carbono 14, encontrados na Gruta do Limoeiro com indícios da presença de grupos antecedentes aos Pury-Coroado que se encontravam no Vale do Itapemirim e na região montanhosa dos municípios de Castelo, Conceição de Castelo, Muniz Freire, Iúna, Alegre, Guaçuí e toda a Serra do Caparaó. Encontrou no local do enterramento a peculiaridade de os cadáveres terem sido enterrados na posição fletida. O que pode corresponder à gravura denominada Enterramento, de Victor Adam, baseado em Rugendas (figura 11).

⁴⁷ Segundo Prous (1992, pp 333-345) tradição Una' são caracterizados pela ausência de qualquer decoração, por dimensões pequenas, formas globulares ou cônicas, [...] a cor da parede é muito variável, geralmente cinza ou marrom escura, [...] os abrigos costumam apresentar pinturas e ou gravuras rupestres [...]”, onde normalmente eram sepultados seus mortos.

⁴⁸ B.P.: "anos antes do presente".

⁴⁹ No período Ceramista/Horticultor observam-se as primeiras plantas domesticadas (algodão, milho, mandioca etc.), registradas dentro de estruturas que hoje estão enterradas nos abrigos e as quais foram interpretadas inicialmente como locais de armazenamento de vegetais (Prous, 1992; Prous et al., 1994; dentre outros).

Figura 11: Enterrement: desenho de Victor Adam (francês, 1801-1866) baseado em Johann Moritz Rugendas (alemão, 1802-1858), 183



Fonte: Alamy - banco de imagens ⁵⁰

Além da Gruta do Limoeiro, o professor Celso Perota, em escavações na Comunidade de Estrela do Norte, registrou uma antiga aldeia de Pury-Coroado que data de mais ou menos 1200, 1.300 anos antes da invasão, assim como no Vale da Sombra da Tarde, que também foi habitação dos Pury-Coroado, há mais de 1.000 anos com local de enterramento de seus mortos próximos à uma grande pedra na encosta da montanha, que por dar sombra à tarde no vale tornou-se referência de seu nome (Casagrande e Barbieiro, 2012).

Um dos achados que reforça o vínculo dos Pury a cerâmica da Tradição Una (figura 12) são os sítios arqueológicos de Santa Maria Madalena, situados em grutas ou abrigos sob a rocha. Eles correspondem às descrições referentes a traços culturais dos Pury e dos Coroado que ocuparam a região. Ambos possuíam cerâmica, sendo a dos Coroado com a forma, predominante, da fruta da sapucaia (*Lecythis ollaria*) (Aratu-Sapucaí - quando aparecem os grandes vasos que comportam dezenas e até centenas de litros). Prous (1992), relata que Dias e Carvalho atribuíram a fase Una aos ancestrais dos Pury, quando sintetizados seus trabalhos sobre as fases cariocas.

⁵⁰ Disponível em: <<https://www.alamy.com/stock-photo/rugendas-1835.html>> Acesso em: 10/09/2018.

Figura 12: Cerâmica Purí das Lapas.

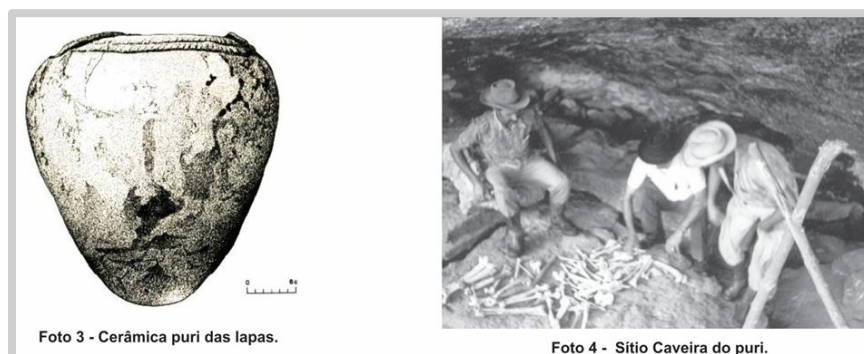


Foto 3 - Cerâmica purí das lapas.

Foto 4 - Sítio Caveira do purí.

Fonte: madalena.rj.com.br⁵¹

Segundo o arqueólogo José Proença Brochado (1984) *apud* Santos (2013, p. 173):

O estilo Jataí, ainda não relacionado a nenhuma tradição, ocorreu no sul de Goiás, suas datações giram entre 700 a.C a 1.000 d.C (Brochado, 1984, p. 107-108). Mas provavelmente foi uma intermediária entre a tradição Mina e o estilo Una da tradição Pedra do Caboclo (p. 206). Ela deve ter sido produzida pelos antepassados dos Kamakã e Purí (p. 216). Pela rusticidade dos estilos Una e Jataí, eles devem estar relacionados aos Antigos Brasileiros do Leste, que adotaram as primeiras formas da tradição Pedra do Caboclo (p. 235).

Brochado (1984) defende que no grupo dos Antigos Brasileiros do Leste (ou Paleo-Sulamericanos), sugerido por ele como os primeiros habitantes do continente iniciado por volta de 17.000 AP na costa Atlântica, estariam inclusas as etnias integrantes das famílias linguísticas Pury-Coroado, Botocudo (Borun), Chiquito, Boróro, Nambicuara, Karajá e Huarpe.

O autor ainda cita que os Cayapó do Sul chegaram na região do alto Tocantins-Araguaia e Paranaíba, por volta do século X d.C. dispersando os fatores do estilo cerâmico Jataí, provavelmente ancestrais dos Goitacá (Pury) e Kamakã (Brochado, 1984, p. 216 *in* Santos, 2013, p. 278).

Para Métraux (1949 p. 232), os grupos indígenas do Brasil e Paraguai como “Guató, Caingang, Guayakí, Botocudo, Purí e Carajá” eram considerados mais primitivos que os Tupí e Carib por possuírem arcos de seção redonda.⁵²

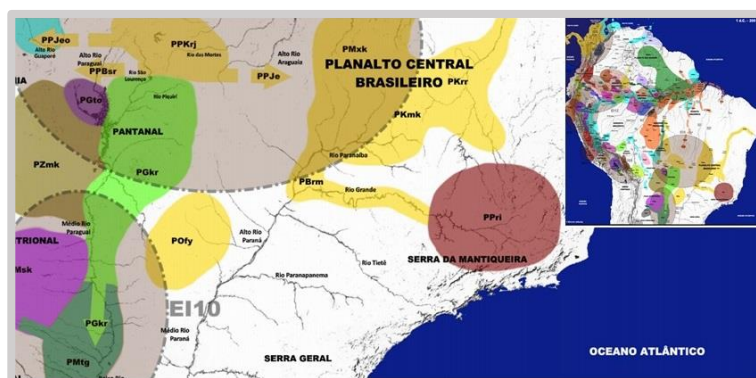
Um mapeamento feito por Jolkesky (2016), numa série de 13 (treze) mapas (entre 2200 a.C. e 1400 d.C), em seu “Estudo arqueo-ecolinguístico das terras tropicais sul-americanas”, no tópico “Estimativa da distribuição etnolinguística e das

⁵¹ Disponível em: <<https://www.madalena.rj.com.br/cidade-da-geologia/arqueologia/>> Acesso: 19/03/2018

⁵² Several tribes of Brazil and Paraguay that are regarded as more primitive than the Tupí and Carib, have bows with a round cross section (Guató, Caingang, Guayakí, Botocudo, Purí and Carajá).

esferas de interação na região tropical da América do Sul”, há a hipótese do surgimento do proto-Purí (PPri) em grande proporção na região da Serra da Mantiqueira⁵³ no mapa A4-7 (mapa 1) no período de 1 a.C. e 200 d.C e sua manutenção no território em 1400 d.C..

Mapa 1: Fragmento do mapa A4-7 (1 a.C. e 200 d.C).



Fonte: Jolkesky, 2016

Seguindo a hipótese de Jolkesky (2016) podemos considerar que os Pury desde o seu surgimento, entre 200 a.C. e 1 a.C, até o 1400 d.C. se mantiveram na região da Serra da Mantiqueira, porém não há clareza de quando e como chegaram lá.

Segundo Drummond (1997), na época do movimento das entradas e bandeiras, a Serra da Mantiqueira – território identificado como originário Pury, conforme mapas produzidos por Jolkesky (2016) - começou a ser explorada pelos portugueses e seus descendentes. Os chamados bandeirantes seguiam para São Paulo numa trilha que acompanhava o vale do Rio Paraíba do Sul em direção ao norte. Ladeavam a Mantiqueira a procura de riquezas minerais, que acreditavam encontrar nas montanhas. Posteriormente, com a frustração na procura, a trilha foi usada, principalmente, pelos paulistas para transportar os escravizados indígenas aprisionados no Sul e vendidos em outras regiões.

Em fins do século XVII, foram descobertas as jazidas das Minas Gerais e a região de Itatiaia – território Pury - passou a ser ponto de passagem para o interior da

⁵³ A serra da Mantiqueira é uma cadeia montanhosa que se estende por três estados do Brasil: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Na serra da Mantiqueira existem diversas unidades de conservação, como a área de proteção ambiental serra da Mantiqueira, dividida entre os três estados, o Parque Nacional do Itatiaia, dividido entre Minas e Rio, e os parques estaduais da serra do Brigadeiro e da serra do Papagaio (Minas) e Campos do Jordão (São Paulo). Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Serra_da_Mantiqueira> Acesso em: 13/04/2018.

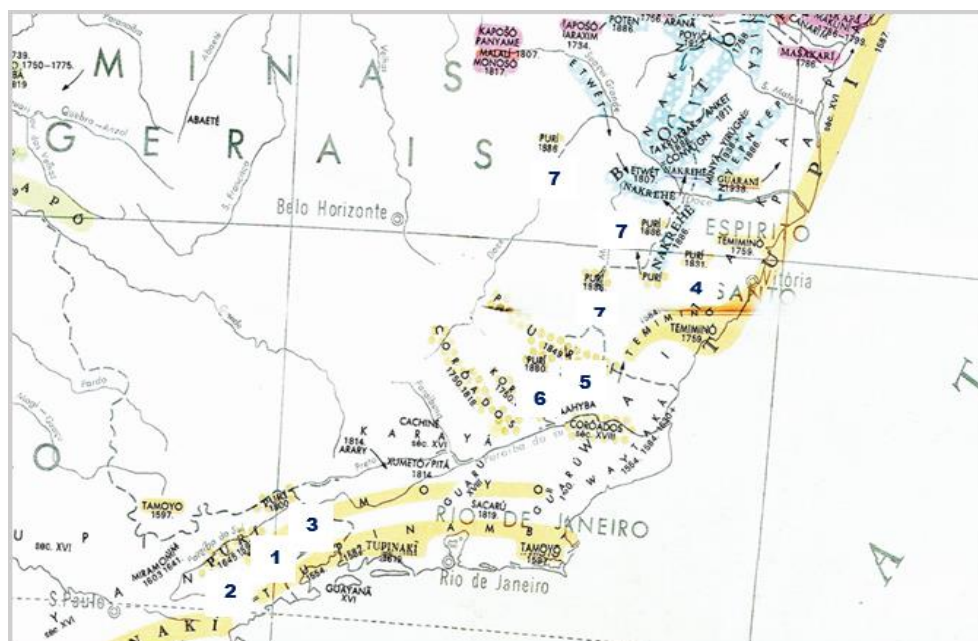
colônia, pois estava entre as principais regiões mineradoras e os portos de Parati e Angra dos Reis. (Drummond, 1997)

O Plano de Manejo do Parque Nacional do Itatiaia (PNI), em seu encarte 2 “História da Ocupação” (2012), traz a origem do nome e histórico de criação, onde informa ser a etnia Pury a primeira habitante em época muito anterior a invasão dos portugueses:

Itatiaia é um nome da língua Purí, que significa “pedra cheia de picos” ou “pedra pontiaguda”. (...) Os primeiros grupos humanos a ocupar a Região do PNI pertenciam à etnia dos índios Purí, também conhecidos como Timburibá – nome de uma árvore que simbolizava o bem e a paz. Pelo menos durante algumas centenas de anos antes de 1500, eles viveram nas altitudes mais baixas do vale do Rio Paraíba do Sul. Existiam grandes concentrações deles em aldeias localizadas onde estão as atuais cidades de Lorena e Queluz, em SP, e Resende (fundada no local onde se encontrava a aldeia Purí que era conhecida por “Vila da Fumaça” – motivo pelo qual alguns moradores ainda chamam a região de Aldeia), no RJ. O maciço do Itatiaia ficava entre o caminho novo e o caminho velho, já no início da longa Estrada Real (ER), que conduzia de Parati (caminho velho) ou Porto Estrela (caminho novo) até a longínqua Diamantina. (PNI: 2012 p. 19)

O Mapa Etnohistórico Nimuendaju (1987), registra a presença Pury em áreas do interior da região sudeste do Brasil, compreendidas desde o Vale do Paraíba, seguindo o curso das águas da Bacia do Rio Paraíba do Sul, passando por municípios dos estados de SP, RJ e MG, onde viviam os Pury, Coroado e Coropó, até o alto curso do Rio Doce, na bacia hidrográfica do Rio Doce, incluindo Rio Manhuaçu, passado por municípios de MG e ES, onde viviam os Pury. No fragmento do mapa Etnohistórico Nimuendaju, 1987 (mapa 2) consta a localização conforme registro e época que encontraram a presença dos Pury, em 1597 (1), 1645 (2), 1800 (3), 1831 (4), 1849 (5), 1880 (6) e em 1886 (7) há três registros de localização. Pode se observar uma ocorrência nos séculos XVI e XVII, maior ocorrência no século XIX e a não ocorrência no século XVIII.

Mapa 2: Fragmento do Mapa Etnohistórico Nimuendaju, 1987.



Fonte: Mapa Etnohistórico Nimuendaju (1944) – 1987.⁵⁴

Segundo Rodrigues (1986) *apud* Silva Neto (2007), viviam ao longo de toda extensão do rio Paraíba do Sul e se espalhavam para o norte até o rio Doce, no Nordeste de São Paulo e Rio de Janeiro, Sudeste de Minas Gerais e sul do Espírito Santo. Sua localização tradicional incluía toda a extensão regada pela bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, desde o atual estado de SP até a sua foz, os diversos afluentes como o Itabapoana, o Preto, o Pomba, o Muriaé e seus subafluentes (Knivet, 1878).

Rivet (1924) relata que: “vivaient depuis le rio Parahyba jusqu'au rio Espírito Santo et pénétraient dans orientale parte de Minas Gerais”. Ao norte dos Coroados estavam os Pury, cujo nome na língua Coroados significa "bandidos", não conseguindo determinar os limites. Já os Koropó, registra que residiam às margens do rio Pomba.

Métraux (1929) relata que, no tempo de Eschwege e Martius, “os contadores destes índios estenderam-se a S. Fidelis, no Estado de Rio de Janeiro” e que “a maioria desta tribo estava sob a proteção dos cappuccinos italianos que tinham sua sede na Vila da Pedra ou de S. José de Leonisa”.

⁵⁴ Também disponível na Plataforma Nimuendajú, versão para web do Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes, com interação do usuário com o Mapa em ambiente digital por meio de consultas diretas ao banco de dados: <http://mapa-nimuendaju.eita.coop.br/> Acesso em: 10/06/22

Apesar de no Mapa Etnohistórico Nimuendaju (1987) só haver registro a partir de 1597, Schaden (1954) em seu artigo “Os primitivos habitantes do território paulista”, onde relata a vinda de Martim Afonso de Souza com colonos a São Vicente em 1532, sugere que lá se já se encontravam os Pury:

Os colonos lusos que em 1532 vieram a São Vicente em companhia de Martim Afonso de Souza não encontraram aqui uma terra desabitada. Dominavam-na, de há muito, tribos indígenas de línguas e culturas diversas. Grupos de idiomas Tupí-guaraní eram os que viviam na estreita faixa litorânea e em parte do planalto, a o passo que mais para o interior campeavam populações alogóticas, chamadas Tapúia ou "índios de língua travada". Dentre estas últimas destacam-se os Purí, os Kaiapó Meridionais, os OtíXavánte, os Opaíé-Xavánte e os Kaingáng, sendo, porém, provável que algumas destas só em época pós-cabraliana tenham invadido território paulista. (Egon Schaden, 1954, p. 385-406)

O registro de Schaden (1954) condiz com a época em que Martim Afonso de Souza fundou a capitania de São Vicente (dividida em dois lotes: São Vicente e Rio de Janeiro) no início da ocupação da região Sudeste (1532), base da colonização portuguesa, assim como o início da escravização indígena.

Na carta da Coroa Portuguesa⁵⁵, escrita em sete de outubro de 1534, onde oficializa a doação a Vasco Fernandes Coutinho do território capixaba⁵⁶ para colonização, constam informações sobre o local e seus habitantes. Relata que são áreas cobertas por densas florestas e ocupadas por Botocudos e Pury, bem como traz orientações sobre as especiarias, sesmarias, pescados, o quinto, exportação, embarcações, comércio, munições, carregamentos e o serviço militar.

Em 1562 mesmo com poucos os registros da presença dos Pury próximo às margens do rio Paraíba do Sul (Silva, 2013) temos anterior ao Mapa Etnohistórico Nimuendaju (2002), de acordo com Daemon (1879), a Carta do Brasil, do Espírito Santo, para o padre doutor Torres, Lisboa, por comissão do padre Brás Lourenço, do mesmo ano:

Neste ano, a 10 de junho, a mandado do padre Brás Lourenço, escreve o padre Torres, que aqui se achava, uma carta ao superior da Companhia relatando também o que era esta capitania e o seu estado (...) Neste tempo já se achavam muito adiantadas as obras do convento e capela dos padres da Companhia⁵⁷, (...) onde moraram o padre Brás

⁵⁵ Texto completo disponível em: <https://ape.es.gov.br/Not%C3%ADcia/documentos-do-arquivo-publico-trazem-informacoes-sobre-a-colonizacao-do-solo-espirito-santense> Acesso em: 28/04/20

⁵⁶ Capixaba era o nome dado pelos indígenas a sua plantação de milho e mandioca. Com isso, a população de Vitória passou a chamar de capixabas os indígenas que habitavam na região e depois o nome passou a denominar todos os moradores do Espírito Santo. Disponível em: <https://www.es.gov.br/historia/povo-capixaba> Acesso em 20/10/20.

⁵⁷ Essa capela é identificada como a de São Tiago, a mesma do Colégio dos Jesuítas, cuja fundação seria datada de 1562, aproximadamente. [Nery, Carta pastoral, p. 26]

Lourenço [no original, Lourenço Brás] e padre Fabiano de Lucena, muito conhecedor da língua indígena, o primeiro encarregado de confessar os homens e ensinar seus filhos o latim, português e doutrina, o segundo incumbido da conversão e civilização dos indígenas. (...) Também ali estiveram os padres Diogo Jácome e Pedro Gonçalves, que na aldeia de índios da hoje vila de Santa Cruz doutrinaram e chamaram dos sertões os tupiniquins, os goitacases, os Purís, os aimorés e os temiminós, catequizando-os. (Daemon, 1879, pp. 135-6)

Entre 1565 e 1567, de acordo com o Histórico Ultramarino, o município de Piúma⁵⁸, criado em 1891, no Espírito Santo, foi habitada pelos Pury e fundada por José de Anchieta na mesma época da criação da atual cidade de Anchieta, também no Espírito Santo.

O padre José de Anchieta, de acordo com os registros de Daemon (1879), em 1569, na chega na Capitania do Espírito Santo, em companhia do governador Mem de Sá e em sua volta para a Bahia há citação sobre os Pury:

vinha encarregado de percorrer as novas aldeias e estabelecer outras para a catequese dos índios goitacases, Purís, tupiniquins e aimorés. Foi neste ano que principiaram-se a estabelecer as aldeias dos Reis Magos, junto ao rio a que os índios chamavam Apiaputanga e hoje Nova Almeida; outra em Guarapari, nome ainda até hoje subsistente e derivado de guará, pássaro de arribação, talvez o mais lindo do Brasil, e de pari, que equivale a armadilha e laço; ainda outra aldeia em Reritiba, hoje Benevente, na rampa de uma montanha e ao redor dela com outra principiada ainda no lugar chamado Orobó, a dez quilômetros pouco mais ou menos do mar, e onde mais tarde foi erigida uma capela com a invocação de Nossa Senhora do Bonsucesso, sendo esta aldeia ali existente para onde eram enviados os índios remissos a serem castigados e sujeitos às penitências. (Daemon, 1879, pp. 142-3)

Conforme Balestrero (1979), o padre José de Anchieta esteve na Capitania do Espírito Santo, acompanhando Estácio de Sá, em 1569, encarregado de catequese dos Goitacas, Pury, Tupiniquim e Aimoré.

Outro relato que se tem notícia vem de 1577, quando Salvador Correia de Sá (1537-1632), “O Velho”, Governador da Capitania Real do Rio de Janeiro, encontra nas imediações do Rio Doce, populações Aimoré, Patacho, Tapuia⁵⁹ e Pury (Emmerich & Monserrat, 1975, p. 05).

⁵⁸ Pelo decreto estadual nº 81 de 1904, a sede de Piúma foi transferida para Iconha, e em 1924, pela lei estadual nº 1428, o município passou a ser chamado de Iconha com 2 distritos: Piúma e Iconha. Em 1963, com o nome de Piúma, a cidade foi novamente elevada à categoria de município, sendo desmembrada de Iconha. Catálogo de mappas, plantas, desenhos, gravuras e aquarellas / Castro e Almeida. Nº 229. AHU_CARTm_007, D. 1051

⁵⁹ Composto por diversos grupos e etnias que habitavam principalmente o interior do continente, em detrimento dos tupís, que habitam sobretudo a costa. Não falam a língua tupí e o termo tapuia, que é tupí, significa “bárbaro”, “forasteiro” ou mesmo “inimigo”. Este portanto era um termo genérico tupí para

E, em 1595, Martim Correia de Sá (1575-1632), filho de Salvador Correia de Sá, após uma discussão com sua madrasta, é enviado pelo pai a fazer o caminho dos Guaianases, que ia de Angra dos Reis a Cananéia (do Rio de Janeiro à região de São Paulo), com o intuito de apresamento de indígenas e reconhecimento local e de seu gentio, e após o contato com os Pury próximo à Mantiqueira retornou à Ilha Grande.

Segundo Teodoro Sampaio (1855-1937), uma expedição chefiada por Martim de Sá, encontrou cerca de cem Pury às margens do rio Paraíba, que corresponde ao atual município de São José dos Campos, após atravessar o rio Paraibuna. Traz também informações de Pury em Taubaté, Guaratinguetá, Lorena e região fluminense.

Em 1594, Martim Correia de Sá (1575-1631) mandou Anthony Knivet comprar indígenas Pury, que conseguiu 70 escravos numa aldeia dos Pury no Vale do Paraíba. Além disso, nos registros do corsário⁶⁰ Anthony Knivet (c.1560-c.1649) (abandonado pela frota de Thomas Cavendish em 1592 e escravo da família Correia de Sá) que, em 1597, parte do Rio de Janeiro numa incursão ao interior de São Paulo, perpassa todo o vale do Paraíba e atinge a região dos Cataguás para verificar a presença de metais e indígenas, em missão ordenada por Martim Correia de Sá. Navega pelo rio Paraibuna, depois atravessa um monte chamado Penaze Wawe Apacone e transposto o monte, encontraram “muitos cannibaes chamados Pories (Purís)”:

Assim, no dia 14 de outubro de 1597, partimos em nosso caminho com o seis Canoas por mar, a uns trinta quilômetros do Rio de Janeiro, para um porto denominado Parati (p. 209). Depois que passamos por essa montanha chamada Paraíba, viajamos através de um tipo de planície pantanosa onde havia grande quantidade de canibais chamados Purís. (p.210) depois que atravessamos aquela montanha, viajamos por quatro dias até chegarmos ao rio Paraíba (p. 211). Seguiu então até completar o rio. Em um dia passamos o Paraíba e no dia seguinte continuamos viagem para a aldeia de que os Purís nos tinham contado. Levamos sete dias entre o rio e a aldeia, mas quando lá chegamos, encontramos somente mulheres (p. 211) [tradução nossa] (Samuel Purchas, B.D., 1625)⁶¹.

qualquer índio não-tupí e que foi incorporado ao vocabulário português para designar índios do sertão e menos civilizados.

⁶⁰ Eram chamados de corsários, os contrabandistas, piratas que eram contratados pelo Estado, ou seja, eram legalizados.

⁶¹ Thus the fourteenth day of October 1597. we departed on our way with six Canoas by Sea, some thirtie miles from the River of Januarie, for a Port called Paratee.(p. 209) After we had passed this Mountayne of Pareeva, wee travelled in a kind of low wash ground ; there were great store of Canibals called Pories.(p. 210) within foure dayes journey from the aforesaid Mountayne, we came to the River of Paraeva (p. 211), In one day we passed Paryeva, and the next day wee came to travell towards the Towne that the Pories had told us of. We were seven dayes betweene the River and the Towne, and when we came there, we found almost nothing but women,(p. 211).

Um reforço à localização pode ser observado quando, em 1680, o Capitão Antônio Raposo Barreto de Taubaté, em correspondência enviada a um correspondente comercial no Rio de Janeiro, relata a preocupação do em perder os quarenta escravos, possivelmente Pury, trazidos da Serra da Mantiqueira por seu filho, atingidos por uma possível epidemia de gripe. Admitiu a dificuldade de comunicação por não os entender " que os pobres padecem porque não há língua que os entenda" (Taubaté- Inv., 1684 *In* Monteiro, 1992).

Há de se destacar que a invasão culminou nos aldeamentos e os que tentassem resistir enfrentavam a guerra justa, podendo serem mortos ou capturados e escravizados.

2.2.2 Contemporânea

Abordaremos esse período dentro do período da história chamada de "Idade Contemporânea (séc. XVIII ao XXI - 1789 até os dias atuais)" por ser, principalmente, o período de consolidação do capitalismo como o modo de produção e interventor direto do modo de vida dos Pury para além da escravização já sofrida, somada a uma sequência de atos oficiais e oficiosos, consolidados na política indigenista dirigida ao Povo Pury no Império brasileiro (1822), utilizando para isso o paradigma da extinção.

2.2.2.1 Aldeada

Os aldeamentos foram implantados desde o século XVI a partir do trabalho pioneiro dos jesuítas. O termo "aldeada" aqui é posto de forma a distingui-lo das aldeias indígenas constituídas sem interferência dos colonizadores, considerando que "aldeamento" é um agrupamento indígena montado por ordens religiosas, com finalidades específicas.

É sabido que os aldeamentos já previam, em sua origem, o apagamento da cultura do Povo Indígena, pois deveriam progredir até tornarem-se povoados.⁶²

Em Minas Gerais, "sertões" das Minas do ouro, Minas dos Cataguás⁶³, de acordo com Amantino (2009), no final do século XIX, a situação dos indígenas ainda não estava resolvida para os colonizadores. Uns acreditavam que era preciso

⁶² Decreto n. 426, de 24 de julho de 1845. Regulamento acerca das missões de catequese e civilização dos índios. In: Coleção das Leis do Brasil, 1808.

⁶³ Os indígenas eram tidos como senhores das Gerais, ou seja, de domínio das populações nativas, até que os colonos avançaram os sertões e ocuparam o território.

incorporá-los à civilização; outros, que o melhor a fazer seria aniquilá-los para abrir novas frentes de expansão econômica, ou seja, os indígenas ainda eram um problema para o processo de conquista e de colonização das áreas do sertão mineiro.

Mattos (2002) registra que:

(...) em 1767 o governador da Capitania planejava fundar um grande aldeamento central para o recolhimento dos Coropó, Coroado e Puri, na região denominada “descoberto de Arrepiados” - devido ao penteado utilizado por aqueles povos -, onde, em meados dos setecentos, tiveram início atividades mineratórias. Devido ao grande fluxo migratório que se configurou naquele descoberto, o projeto do aldeamento seria frustrado; os índios coropós e croatos, no entanto, chegaram ao solicitar ao rei “a paz e o sossego perdidos com a presença dos europeus”⁶⁴.

A Portaria do governo Provincial de 25 de janeiro de 1872, projetou 5 grandes aldeamentos centrais, para neles se concentrarem os indígenas dos vales do Rio Doce, Mucuri, Jequitinhonha, Rio Pardo e Rio Grande.

A ideia do legislador era concentrar o maior número de nativos de uma região numa das cinco áreas determinadas. Contudo, na região do rio Doce, o Aldeamento da Imaculada Conceição do Rio Doce, que deveria cuidar de todos os indígenas que habitassem as margens do rio Doce, de norte a sul, em função da rivalidade entre os Pury e os Botocudo, a ideia não pode ser concretizada.

Foi criado, então, complementando a Portaria, a Lei Provincial nº 1921 de 19 de julho de 1872, um 6º aldeamento, no vale do Manhuaçu, “para os índios puris que habitam a margem direita deste rio, bem como os que vagueiam pelo Matipó, Muriaé e Pomba, sendo de raça e língua diversas das dos botocudos, detestam-se reciprocamente”⁶⁵.

Dr. Philippe-Marius Rey (1884) também registra a presença dos Pury no aldeamento de Itueto:

Os Purys pertencem, como os Botocudos, à raça dos Tapuias, à qual pertenciam também os Goytacazes e os Coropos. Eles formaram uma poderosa tribo em contínuas hostilidades com os Botocudos que os expulsaram pouco a pouco além do Rio Doce e até o Rio Parabyba. Apenas um número muito pequeno desses nativos permanece hoje; estão agrupados na colônia de Etueto, no Rio Manhuassú e no povoado de San-Laurenço, fundado em 1842 para esse fim. Os que vi em Etueto são todos, com exceção de alguns velhos, filhos de cruzamentos com o colono branco ou com o negro. (Rey, 1884, p. 98)

⁶⁴ Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Brasil, Minas Gerais, Caixa 132, documento 32 apud Carrara, 1999: 17.

⁶⁵ Relatório da catequese dos Índios em Minas Gerais, apresentado pelo Diretor Geral dos índios, Antônio Luiz de Magalhães Mosqueira ao Presidente da Província, Senador Joaquim Floriano de Godoy. Ouro Preto, Diretoria Geral dos Índios, 30 de novembro de 1872. ACRJ.

Izabel Missagia de Mattos (2002) registra que o aldeamento dos Pury, intitulado Imaculada Conceição do Manhuaçu ou do Etueto, já havia, na realidade, se estabelecido enquanto aldeamento para os Pury no ano de 1842 com uma população indígena de "91 pessoas do sexo masculino e 129 do sexo feminino". Registra ainda, que os Pury do Etueto seriam recrutados com frequência para trabalhar na abertura de estradas, por ordem até da Presidência de outras Províncias, como por exemplo da do Espírito Santo.

Em 1876, o aldeamento foi atacado pelos Botocudo, reduzindo a população Pury para apenas 30 indígenas. E, segundo o relatório do Diretor Geral do Índios, Antônio Luiz de Magalhães Musqueira, dirigido ao presidente da Província referente ao ano de 1877:

O Etueto foi antigamente habitação dos Puris, tendo-se depois passado da margem esquerda para a direita algumas moradas dos botocudos ferozes, estes tomaram esta localidade e afugentaram os puris para São Lourenço e outros lugares. O aldeamento foi criado para utilizar os índios Puris de São Lourenço e de todos os dispersos do lado Sul do rio Doce mas tendo os frades em sua chegada se encontrado uma manada de botocudos em número de 100, no Etueto, desde logo os souberam, atraindo depois os Canjica e do Jatahy em número mais ou menos de 300. Estes, com pequenas ausências, permaneceram alternadamente até o tempo das roçadas do ano passado, quando achando-se frei Miguel na Corte foram seduzidos com ferramentas para servirem a particulares, inclusive o próprio diretor cível do Cuieté coronel Basílio de Vasconcelos, com os Jatahy, em número de 100 a 120, de quem vou exigir explicações para então propor a V. Ex^{ia} o que for além do serviço. Em vista disso aconselhei o diretor frei Miguel que não os procurasse mais e que mandasse convidar os Puris de São Lourenço que o engenheiro Dr. Mascarenhas calcula de 600 a 800 para irem receber os benefícios da civilização, porque tal é o estado de vexame que estes pobres índios sofrem dos intrusos que vão invadindo as suas arranhações, que uns são tocados a pau. outros assassinados e a alguns tem sido cortadas as orelhas!⁶⁶

A localização do aldeamento Imaculada Conceição do Manhuaçu ou do Etueto próxima a terras férteis e ricas em ouro e birilitas, geraram disputas entre fazendeiros e missionários. “A força das pressões políticas exercida pelos coronéis-fazendeiros unidos a setores indígenas ali residentes, resultaram na extinção do aldeamento, após contar quatro anos de funcionamento”. (Mattos, 2002).

Oliam José traz a informação que ao sul do Rio Doce, nas margens do Ribeirão São Manuel, fronteiro com o Espírito Santo, residiram grupos de Pury. E, em 1920,

⁶⁶ Relatório do diretor geral do índios, Antônio Luiz de Magalhães Musqueira, dirigido ao presidente da Província 25 de fevereiro de 1877. SG15. APM.

numa área de 120 alqueires, passa a existir a chamada "Aldeia dos Puris", com cerca de 40 indivíduos remanescentes em condições precárias. (p.36)

No Estado do Rio de Janeiro, entre os séculos XVIII e XIX, os registros dos aldeamentos indígenas criados, em grande parte, utilizaram termos que homogeneizaram as etnias como: principalmente pelos indígenas de alguma etnia; para abrigar parentes e amigos dos indígenas de outro aldeamento; de indígenas trazidos de outro estado; de indígenas transferidos de outro aldeamento.

Desses, apenas três especificam a etnia Pury neles, apesar de haver registro da presença deles em outros aldeamentos⁶⁷; no de São Luiz Beltrão, situada nas margens do ribeirão S. Luiz, nas abas da cordilheira Tunife (Vila da Fumaça-Resende-RJ), na década de 1790⁶⁸; no de São José Leonissa da Aldeia da Pedra, situada na margem meridional do Paraíba (Itaocara/RJ), estabelecido em 1808⁶⁹; e no de Santo Antônio de Pádua (S. Antônio de Pádua/RJ), criado em 1833.⁷⁰

E foram extintos sob a alegação de os indígenas não eram mais puros, pelo abandono, que a maioria teria desaparecido dos aldeamentos, por estarem os indígenas espalhados, fazendo parte da população geral.

Em São Paulo, dos principais aldeamentos existentes que registram a presença da etnia Pury, durante parte do período colonial, nos ateremos ao de Queluz, fundado na vila de Areias, próxima à divisa com o sul de Minas e o território fluminense, na região da Serra da Mantiqueira. Criado em 1800 pelo Governador Antônio Maria de Mello, reuniu em grande parte os Pury, que transitavam entre os sertões de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

O aldeamento de São João de Queluz, na província de São Paulo, foi formado por Pury trazidos pelo ancião líder Pury Vuitir, que, por conta dos maus tratos aos africanos escravizados no aldeamento, trazidos pelo Diretor de Índios Januário Nunes da Silva, decide voltar para as matas por não ter conseguido cessá-los. Ele passa a ser chamado de Mongo (em Banto significaria protetor) pelos africanos e acaba se

⁶⁷ De acordo com Lemos (2021), os livros de batismos, óbitos, documentos e história local, inferem que houve presença de Pury nos aldeamentos de São Fidélis, Cantagalo, Nossa Senhora da Glória de Valença, Aldeamento de Santo Antônio do Rio Bonito (também em Valença e virou Conservatória) e em Cantagalo não era um aldeamento como os outros, mas tinham batizados de Pury.

⁶⁸ Identidades do Rio: resumo das Aldeias do Rio de Janeiro.
Disponível em: <<http://www.pensario.uff.br/node/120>> Acesso em: 10/11/20.

⁶⁹ Identidades do Rio: resumo das Aldeias do Rio de Janeiro.
Disponível em: <<http://www.pensario.uff.br/node/120>> Acesso em: 10/11/20.

⁷⁰ Identidades do Rio: resumo das Aldeias do Rio de Janeiro.
Disponível em: <<http://www.pensario.uff.br/node/120>> Acesso em: 10/11/20.

tornando personagem de Prèzia (2013). No ano de 1801, o Padre Francisco Chagas Lima, fundador de Queluz, emite opinião sobre a ferocidade e a antropofagia dos Pury do Campo Alegre, tido como canibais (Silva, 2013, p. 84).

Em 1835, com a instalação da Assembleia Legislativa Provincial, os deputados determinaram que as terras do aldeamento de Queluz fossem “colocadas em hasta pública para quem melhor pudesse dar pelas terras”, alegando que a decisão se baseava ao não cultivo das terras pelos Pury e que elas só davam lucros graças à presença da população não indígena que havia se instalado lá. (Sposito, 2006, p. 128). Ou seja, os Pury foram reduzidos a um espaço de terra, provocados a praticar lavoura de acordo com a perspectiva dos ocidentais, geralmente o sistema de Plantation (monocultura, latifúndio, mão-de-obra escrava e exportação) para maximizar os lucros dos europeus, são invadidos de não indígenas produtores com anuência das autoridades e extingue-se o aldeamento na história oficial.

Nos chamados “sertões” do Espírito Santo, destacamos o Aldeamento Imperial Afonsino (hoje Conceição do Castelo) criado em 1845, na margem esquerda do rio Castelo, na estrada de São Pedro de Alcântara, por ordem do Diretor Geral de Índios no Espírito Santo, comendador Joaquim Marcelino da Silva, Barão de Itapemirim, para retenção de indígenas Pury.

Araripe (1963) resume em ligeiras notas a fundação do aldeamento:

De região desconhecida, inóspita e ínvia, apenas pervagada por pequenas tribos. nômades de Purís e Botocudos; e vivendo os dois primeiros séculos após o descobrimento inteiramente desconhecida dos colonizadores lusos, o vale do Castelo despertou, no começo do século XVIII, com o sonho de grandes riquezas de metais preciosos escondidos em seu seio. A mais importante destas foi que se fundasse o aldeamento definitivo dos índios Purís, com o nome de Aldeamento Imperial Afonsino, de cuja instalação foi encarregado o engenheiro Frederico Willner. Fundado nesse ano de 1845, à margem esquerda do rio Castelo, curso superior, floresceu com êsse administrador e com o seu sucessor, frei Daniel de Nápoli, até que foi entregue à direção de frei Bento de Gênova, em 1858; não se havendo êste com a mesma brandura e justiça no trato com os índios, resultou que êstes abandonassem a aldeia, que qo seu anterior bem-estar virou uma tapera, em completo abandono. Em 1871, a Lei provincial n.0 9 elevava à categoria de Freguesia o Aldeamento Imperial Afonsino, sob a primitiva invocação de N. s. da Conceição do Castelo, nome l porque é conhecida a velha localidade. (Araripe, 1963, pp. 130- 136)

Na época, havia dificuldade de manter os Pury aldeados e as fugas eram constantes. “A disputa pela mão de obra indígena no Sul da Província espírito-santense acontecia, principalmente, com relação aos índios Pury, alguns dos quais estavam no Aldeamento Imperial Afonsino” (Oliveira, 2020, p. 60).

Assim como outros, o Aldeamento Imperial Afonsino funcionava também como rota de fuga para os escravizados africanos. Oliveira (2020) traz um dado nesse sentido encontrado no relatório do presidente da Província ao diretor do Aldeamento Imperial Afonsino:

Constando-me que dos escravos insurgidos no dia 19 do corrente na Povoação do Queimado, alguns tem se dirigido por esse aldeamento para a Província de Minas Gerais. Cumpre que Vmce. me informe a este respeito com tudo que tiver ocorrido, bem como se tem notado mais trânsito de escravos para ahi [...] também ordeno a Vmce maior vigilância sobre os escravos que ahi se apresentarem, devendo os examinar minimamente e se os julgarem suspeitos, prenda-os, remetendo-os a esta capital.⁷¹

A constante instabilidade nas relações entre os Pury e os administradores do aldeamento, os maus tratos, as condições deploráveis que viviam, o abandono do poder público, a ocupação do território por colonos e a chegada de imigrantes italianos provocaram fugas e a consequente extinção.

Objeto de “bandeiras de apresamento”⁷², aldeamentos e constantes “guerras justas”⁷³ até o século XIX, mesmo tendo sido abolida em 1757 por Decreto do Marques de Pombal, muitos Pury foram exterminados, outros tornados cativos e transportados até de um Estado para outro a fim de liberar novas áreas de terras aos colonos em nome do avanço da exploração de minerais, da plantação de cafezais e da criação de gado. Outros foram catequizados como forma de pacificação, seguindo a diretriz política para o Brasil-Colônia (1548) - na qual determina a dominação indígena pela fé católica, obrigando-os a abandonar o culto às suas divindades.

Tiveram suas mulheres abusadas, “pegas no laço”, seus filhos raptados e, ao longo dos séculos, só foram sendo trocados de senhores. O silenciamento e o apagamento de sua identidade em nome de um padrão hegemônico do dominador, avançou no acultramento direto - não pacífico - pelo dominante, segundo a concepção de Franz Boas (STOCKING Jr., GEORGE W., 2004). Com isso, reduziu de maneira drástica suas localizações originárias no decorrer de diferentes processos de povoamento do invasor.

⁷¹ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo- APEES. Correspondências relativas à Colonização e Catequese. Fundo Governadoria, série 751, livro 387, p.15.

⁷² As bandeiras de apresamento (século XVIII) saíram da capitania de São Paulo em direção ao sertão brasileiro com o objetivo de, além da procura pelo ouro, aprisionar indígenas para trabalharem nas lavouras como escravizados.

⁷³ A “Guerra Justa” foi instituída por meio de Carta Régia de 1570 (Lei sobre a liberdade dos gentios, Évora, 20.03.1570), onde previa que os indígenas poderiam ser escravizados quando fossem hostis aos colonizadores.

Os mantidos aldeados perderam seus referenciais geográficos e culturais. A política linguística do monolinguismo imposta pelo Estado nacional, em 1758 por Decreto do Marquês de Pombal, quando instituiu o português como única língua do Brasil colônia os proibiu de falarem sua língua. Por todos os lados, havia e há indícios da presença Pury ao mesmo tempo que toda sua história lhe foi negada, silenciada num "caldeamento" civilizatório. "...os índios ocupam uma posição singular, já que têm de ser legalmente, senão legitimamente, despossuídos de uma terra que sempre lhes foi, por direito, reconhecida" (Manoela Carneiro, 1998).

2.2.2.2 Desaldeada e sem aldeia

Na história oficial, a extinção do Povo Pury é dada desde o Censo Geral (1872) do Império (1822 a 1889), o primeiro da história do Brasil, quando classificados como "pardos" (os que se declararam mulatos, caboclos, cafuzos, mestiços, mamelucos etc. e os indígenas que viviam em aldeamentos ou postos indígenas) sob a alegação de que não eram mais puros, porque a maioria desapareceu dos aldeamentos ou por estarem espalhados fazendo parte da população geral e com documentos oficiais desaparecidos nas décadas seguintes - paradigma da extinção como política indigenista e a cultura do silêncio coexistiram.

Nhãmãnrúre Stxutér, que viveu em aldeia rural até a fase adulta, relata que lideranças Pury das Aldeias Rurais de Miraí, Muriaé, Guiricema, Visconde de Rio Branco, Guidoal, São Geraldo, Ubá e Ervália, todas na Zona da Mata Mineira, realizaram encontros até a primeira década do século XX. Nesses encontros planejavam estratégias para manutenção da tradição e sobrevivência das Aldeias Rurais, num enfrentamento às adversidades surgidas pela convivência com os brancos, as agressões dos invasores e construírem memórias de identidade e caráter para afirmar e cultivar o *Tekuára-sú*⁷⁴ (bem-viver) Pury.

⁷⁴ *Tekuára-sú*: A espiritualidade pury, afirmada e cultivada no *Tekuára-Sú*, constitui essa busca e preservação de "um-bem-viver". É isto que se busca conservar em cada "ecossistema" vivido por uma coletividade, e que se forma consciência entre as coletividades, para que se cultive e proteja a *Tekuára-Sú* entre os diversos ecossistemas. Quando se identifica uma coletividade que não promove a *Tekuára-Sú*, procura-se admoestar e se ignorar a admoestação com as atitudes da coletividade, se afasta de tal coletividade. *Tekuára-Sú* é igual a equilíbrio (gera a *tekú*, a paz, em cada unidade funcional na *utxô*); quando se reúne ou une, as diversas unidades em paz interna (ara é forma coletiva) tem-se uma *Tekuára-Sú*, ou seja, um conjunto de ecossistemas em equilíbrio uns com outros e em si mesmo, possibilitando o bem-viver do bioma, do qual o indígena, o *simeo*, é um participante entre os demais, sendo os ditos racionais, os principais destruidores da *Tekuára-Sú*. (Felismar Manoel, *Nhãmãnrúre Stxutér Pury* em entrevista – 2020)

Ele relata ainda que o primeiro e o segundo encontros falharam em seus propósitos, por ter havido “Pury do mal” (Pury *bugre*) que denunciou os encontros e motivou agressões ao Povo. Já no terceiro encontro, que ocorreu por volta de 1903 sem a presença de bugre, não sabendo ao certo, se foi gente *goianá* (amigo estrangeiro), ou se ocorreu em Goianá (MG), aprovaram estratégias para introduzir os jovens Pury nas escolas dos brancos, para que adquirissem suas expertises e as utilizassem, no sentido de proteger os parentes. Nesse Terceiro Encontro de Lideranças Pury da Zona da Mata⁷⁵ ficou decidido que:

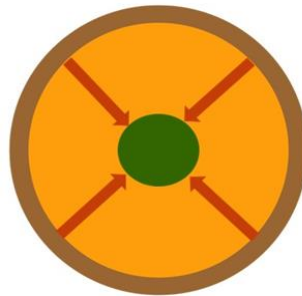
– Se organizem as aldeias rurais (*ambó-goára*), mais abertas, acolhendo comunidades de famílias Pury da região, mesmo dispersas, mas com fidelidade aos costumes Pury; – As crianças (*sámbe*) sejam instruídas pelas mães (*inhãe*), os Preceptores (*Opê-Tarré*); os jovens e os adultos procurem sempre ouvir o conselho dos mais velhos (*Tarreára*) para as tomadas de decisões; que todos privilegiem as decisões do *Opê-Antár* de cada aldeia; – Que cada aldeia se dedique a desenvolver de modo específico a alguma expertise da sabedoria Pury, visando influenciar os brancos invasores e outros não indígenas, procurando preencher as lacunas de suas necessidades ou vulnerabilidades. Assim: a Aldeia Rural (*ambó-goára*) da Fazenda dos Gregórios se dedicou ao desenvolvimento da medicina pury, cuidando do cultivo das plantas curativas e preparo dos remédios a partir das ervas e alguns resíduos animais, produzindo os extratos alcoólicos, as botijas e tsanas de bambus apropriadas, bem como seu escalonamento em diluições adequadas até o terceiro nível de fortalecimento, instruindo aos populares como usar os banhos florais e folhais para os estágios emocionais alterados geradores de doenças, e aos curadores (*opê-ndondea*), a interpretação dos estados de enfermidades e o uso adequado das soluções para tratamento; a Aldeia Rural de Tuiuitinga, se dedicou a treinamento de jovens inteligentes e audazes, para a partir do domínio de conhecimento de suas expertises técnicas, aprendidas em suas escolas e treinamentos, dialogarem com tais especialistas brancos, em possível pé de igualdade, sobre nossos saberes pury. Disto resultou fixar moradia em Tuiuitinga, tratadores de doenças (*txarré-ndondea*), tratadores de animais (*txarré-txamae*), medidores de terra/solo térreo (*kuruíndô-atxéa*), conhecedores do solo/adequação do solo ao cultivo (*opê-atxéa*); a Aldeia Rural do Pé da Serra de Tuiuitinga, se dedicou a promover experiências com as plantações agrícolas, visando adequação de plantas a qual tipo de solo, bem como formas de armazenamento seguro da produção de grãos, para seu uso adequado no tempo que necessitasse, surgindo diversas técnicas de conservação contra bichos; a Aldeia Rural de Guidoal, voltada a produção dos artesanatos pury; a Aldeia Rural de Ervália dedicada a selecionar o cultivo de plantas curativas de doenças e “maldades” que atacassem a população. As de Mirai, Muriaé, Manhumirim e outras regiões do estado do Espírito Santo, se dedicaram a divulgar nossos instrumentos musicais pury, como flautas, tambores, chocalhos e violas, inclusive divulgando a plantação de taquaras e tabocas.

⁷⁵ Texto completo disponível em: <<http://professorfelismar.blogspot.com/2020/>> Acesso em: 20/11/20.

Uma percepção que Nhãmãrrúre Stxutér teve, já adulto, foi que falharam em duas estratégias: não se pontuou nenhuma defesa de posse local, nem se requereu a delimitação territorial aos pury e não se pensou em manutenção e domínio dos falares e fazeres pury, para que se continuasse a pensar em pury, visto que a linguagem oportuniza a prática do pensar.

Cabe ainda registrar que aquelas Aldeias Rurais tinham sua unidade interna marcada por um símbolo chamado *Arekin-teké*⁷⁶ (figura 13) feito de argila, que representava a unidade do Povo na Aldeia Rural, após perderem as Aldeias Florestais. O símbolo foi retirado depois que autoridades locais proibiram o uso da língua e da cultura indígena.

Figura 13: Símbolo das Aldeias Rurais *Arekin-teké*.⁷⁷



Fonte: Arquivo pessoal.

Invisibilizados pelo Estado Brasileiro e não identificados, mesmo depois do início da República (1889), pelo órgão que tratava da política indigenista (Serviço de Proteção aos Índios - SPI) e, até os dias de hoje, por muitos órgãos; ou por não termos “aldeia” nos moldes por eles estipulados, ou por não nos caracterizarmos nos padrões do imaginário coletivo.

⁷⁶ O círculo, em argila, simboliza a Aldeia Rural com quatro forças convergentes que sustentam a união nas Aldeias, onde o círculo maior é o ecossistema onde vivem as famílias Pury na cor da solo em que vivem; o círculo central é o Povo Pury comprometido com a natureza, por isso em verde, cor predominante da natureza. As setas na cor do urucum, que se convergem ao centro (vetores) simbolizam as quatro forças: a autoridade central do *Opê-antár* o poder maior e decisório; o trabalho de instrução dos *Môopê-tarré* e das *inhãe* (mães); os cuidados dos curadores, *Môopê-ndonde*, no trabalho de saúde; e o Conselho dos mais velhos e velhas, ouvida a juventude.

⁷⁷ Ilustração da capa do livro *Falares e Fazeres do Povo Pury na Tradição da Comunidade Rural da Região de Guiricema / MG* (1957) de Felismar Manoel - Nhãmãrrúre Stxutér Pury (Família Ancestral Kaiá - Guardiães das Raízes – Zona da Mata, Minas Gerais), organização de Carmelita Lopes dos Santos – *Náma Telikóng Pury*, 1ª edição – São Paulo, Ed. Literando: 2022. 126 p.

Sendo assim, somos indígenas Pury do contexto urbano⁷⁸ e/ou rural (meeiro ou proprietário) espalhados por todo território nacional em consequência da invasão em nossos territórios. Há os que se autoidentificam Pury e os que se autoidentificam descendentes Pury. Aqueles do contexto urbano estão pulverizados em municípios dos Estados e outros em contexto rural de certa forma mantêm os hábito e costumes do Povo Pury em termos tradicionais do manejo da terra.

Numa afirmação identitária e contestação ao suposto desaparecimento do povo indígena Pury, num processo de ressurgência (segundo a autora: etnogêneses), refletido no Censo IBGE (2010), 675 pessoas declararam, espontaneamente, o pertencimento a etnia. Há no censo a demonstração de nossa presença em vários estados do território nacional (figura 14): Bahia, Ceará, Distrito Federal, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e maior presença em cidades de São Paulo (24), Espírito Santo (113 pessoas), Rio de Janeiro (169 pessoas) e Minas Gerais (335 pessoas).

Figura 14: Presença Pury no censo IBGE 2010.

Rondônia: Alta Floresta D'Oeste <6 Pessoas Cacoal <6 Pessoas São Miguel Do Guaporé <6 Pessoas Alvorada D'Oeste <6 Pessoas São Francisco Do Guaporé <6 Pessoas Teixeirópolis <6 Pessoas	Contagem 15 Coronel Fabriciano <6 Pessoas Divino <6 Pessoas Durandé <6 Pessoas Esmeraldas <6 Pessoas Espera Feliz <6 Pessoas Eugenópolis <6 Pessoas Governador Valadares <6 Pessoas Ibitiré <6 Pessoas Inhapim <6 Pessoas Ipatinga 21 Itanhomi <6 Pessoas Juatuba <6 Pessoas Juiz De Fora 16 Lagoinha <6 Pessoas Lajinha <6 Pessoas Laranjal <6 Pessoas Leopoldina 10 Lima Duarte <6 Pessoas Maranhão 21 Maritimum <6 Pessoas Mantena <6 Pessoas Mariana <6 Pessoas Mário Campos <6 Pessoas Miradouro 12 Mirai <6 Pessoas Muriaé 29 Nanuque <6 Pessoas Nova Lima <6 Pessoas Ouro Branco <6 Pessoas Patos De Minas <6 Pessoas Pedro Leopoldo <6 Pessoas Piedade De Caratinga <6 Pessoas Ponte Nova <6 Pessoas Raul Soares <6 Pessoas Recreio <6 Pessoas Ribeirão Das Neves 17 Rio Casca <6 Pessoas Rio Doce <6 Pessoas Santa Luzia <6 Pessoas Santana Do Paraiso <6 Pessoas São Francisco Do Glória <6 Pessoas São Geraldo <6 Pessoas São João Del Rei <6 Pessoas São João Do Manhuaçu <6 Pessoas São João Nepomuceno <6 Pessoas Sarzedo <6 Pessoas Simõesia <6 Pessoas Sobralia <6 Pessoas Timóteo <6 Pessoas Tombo <6 Pessoas Ubá <6 Pessoas Ubedândia <6 Pessoas Varginha <6 Pessoas Viçosa <6 Pessoas	Espírito Santo: Afonso Cláudio <6 Pessoas Alegre 6 Anchieta <6 Pessoas Apiaçá <6 Pessoas Brejetuba <6 Pessoas Cachoeiro De Itapemirim 8 Cariacica <6 Pessoas Castelo <6 Pessoas Colatina <6 Pessoas Dores Do Rio Preto <6 Pessoas Guayú <6 Pessoas Irupi <6 Pessoas Itapemirim <6 Pessoas Itua 6 Jerônimo Monteiro <6 Pessoas Linhares <6 Pessoas Mantenedora <6 Pessoas Mimoso Do Sul <6 Pessoas Muniz Freire <6 Pessoas Miqüi <6 Pessoas Pancas <6 Pessoas Piuma <6 Pessoas Sema 15 Vila Velha 34 Vitória 8	Rio de Janeiro: Aranuaia <6 Pessoas Barra Do Pirai <6 Pessoas Barra Mansa <6 Pessoas Belford Roxo <6 Pessoas Bom Jesus Do Itabapoana <6 Pessoas Campos Dos Goytacazes <6 Pessoas Duque De Caxias 10 Itaboraí <6 Pessoas Itaguaí <6 Pessoas Itaocara <6 Pessoas Itaperuna 12 Japeri <6 Pessoas Macaé <6 Pessoas Magé <6 Pessoas Manicá 6 Natividade <6 Pessoas Nilópolis <6 Pessoas Niterói <6 Pessoas Nova Friburgo <6 Pessoas Nova Iguaçu <6 Pessoas Paracambi <6 Pessoas Paraty <6 Pessoas Porciúncula <6 Pessoas Porto Real <6 Pessoas Quemados 6 Resende 6 Rio Bonito <6 Pessoas Rio De Janeiro 50 Santo Antônio De Pádua <6 Pessoas São Gonçalo <6 Pessoas São João De Meriti <6 Pessoas São Pedro Da Aldeia <6 Pessoas Seropédica <6 Pessoas Silva Jardim <6 Pessoas Teresópolis <6 Pessoas Três Rios <6 Pessoas Valença <6 Pessoas Vassouras <6 Pessoas Volta Redonda <6 Pessoas
---	---	---	---

Fonte: IBGE (Censo 2010)

⁷⁸ A autora usa “do contexto urbano” e não “no contexto urbano” por entender que o direito de estar na cidade – ir e vir -, garantido na CF/88, não se adequa ao Povo Pury, pois não tem para onde voltar, por isso são “do” e não “no”.

Isso nos sinaliza que a concentração de Pury ainda é na localização originária registrado no Mapa Etnohistórico Nimuendaju (1944), 1987. E de lá para cá o despertar do pertencimento só vem crescendo e, com certeza, veremos isso no próximo censo.

Daqueles Pury registrados Censo IBGE/2010, temos acesso a alguns e há outros em municípios que não constaram naquele censo, aumentando em número de Pury ou em município. Há os organizados em Comunidades físicas, dentre elas, a Uchô Bethlaro Purí em Aimorés (MG), a Comunidade Pury em Arapongas (MG), a Comunidade Pury em Padre Brito – Barbacena (MG).

Em grande maioria, somos os “ressurgidos Pury” do século XX e XXI – habitantes das nuvens⁷⁹ - que se comunicam, principalmente, através das mídias sociais como fanpages, WhatsApp e sites. Agem em conjunto para a realização de encontros presenciais e eventos organizados pelos Pury autodeclarados, abarcando, principalmente, o eixo Minas-São Paulo-Rio de Janeiro-Espírito Santo. Podemos citar alguns: no Rio de Janeiro (Maricá e São Fidélis), em Minas Gerais (Troca de Saberes/UFV) e em outros espaços nominados Utxô Pury (Terra Pury).

2.2.2.3 Guiricema

Cabe destacar, nessa geografia, o Município Guiricema, local de nascimento de Nhãmãnrúre Stxutér, nosso consultor, e dentre os Municípios limítrofes, estão 2 da ancestralidade Pury da autora.

Guiricema é um Município do Estado de Minas Gerais, no Brasil. Sua população em 2010, era de 8.697 habitantes (IBGE). Possui dois Povoados: Dom Silvério, Cruzeiro, e dois Distritos: Tuiutinga e Vilas Boas. Tem como municípios limítrofes: Ervália, Guidoal – terra da Pury trisavó da autora, Miráí, São Geraldo – terra do Pury bisavô da autora, São Sebastião da Vargem Alegre e Visconde do Rio Branco.

⁷⁹ Termo que a autora utiliza para referir ao povo na atualidade. É o único território que restou: as nuvens – a internet.

Mapa 3: Localização do Município de Guiricema (MG)

Fonte: google maps⁸⁰

Ao visitar o sítio da Prefeitura do município de Guiricema (MG), pode se constatar um indígena no brasão (figura 15) e a explicação que a origem do topônimo é indígena e seu significado, mas não informam qual etnia habitou ou habita no lugar. Ao entrar em contato telefônico com a Prefeitura, a mesma desinformação é constatada. Só sabem que lá foi habitado por indígenas, mas não têm registro de nada.

Figura 15: Brasão de Guiricema

Fonte: sítio da Prefeitura de Guiricema (MG)⁸¹

⁸⁰Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-21.0274179,-42.8043994,11z/data=!5m1!1e4?hl=pt-BR&entry=ttu> Acesso em: 10/09/20

⁸¹ Disponível em: <https://guiricema.mg.gov.br/historico-de-guiricema/> Acesso em: 15/09/20

Já ao visitar o sítio do Arquivo da Prefeitura⁸², Acervo documental histórico da Prefeitura Municipal, tombado pela Prefeitura Municipal de Guiricema (MG) por sua importância cultural para a cidade, segundo o sítio, encontra-se um pouco de informação dos originários, o que contradiz tanto o sítio oficial e os funcionários do mesmo município:

“No início do século XIX, José de Lucas Pereira dos Santos, desbravador português, com título militar de Furriel, visitando essa região, deliberou nela instalar-se com seus familiares e escravos, tal fertilidade do solo. Habitavam nessa região as tribos de índios coroados, coropós e pouris. Consta que Furriel José de Lucas foi catequizando os índios e ensinou-lhes as primeiras letras. Mais tarde, construiu uma capela que serviu de marco inicial do povoado, primeiramente chamado Bagres, em virtude da grande quantidade de peixe dessa espécie que viviam nas águas do rio local. Em 1851, o povoado foi elevado a distrito com o mesmo nome, sendo emancipado administrativamente em 17 de dezembro de 1938, quando teve seu nome alterado para Guiricema, que é de origem indígena que significa: Guiri = bagres e cema = quantidade, ou seja, quantidade de bagres.”

No sítio do IBGE se encontra o Povo Originário do município:

“Os primeiros habitantes do atual território de Guiricema foram os Índios Puris, que sofrendo oposição e ataques dos Croatos e Cropós, se dirigiram para as florestas do leste presidiense e se localizaram nas planícies e bacia do Rio Bagres. Nos fins do século XVIII eram concedidas as primeiras cartas de sesmária para a região dos Bagres, dando, assim, o início da ocupação e desbravamento do lugar. Entretanto, a fundação de Guiricema verificou-se por volta de 1806, quando o furriel José Lucas Pereira dos Santos, português, transitando pela região, deliberou nela instalar-se com seus familiares e escravos, tal a fertilidade da terra. Construiu uma grande fazenda. Outros foram se fixando por ali, alguns a convite do próprio furriel.”⁸³

Já o sítio “guiricema.com /história”⁸⁴ relata o Povo Originário Pury, mas, ao explicar o topônimo, entra na “tupimania” e o associa à um Povo que lá não viveu:

“No início do século XIX, habitavam, a região, as tribos de índios coroados, coropós e puris. Então, o português José de Lucas Pereira dos Santos, visitando a região, deliberou nela instalar-se com seus familiares e escravos, tal era a fertilidade do solo. Consta que José de Lucas catequizou os índios e ensinou-lhes as primeiras letras. Mais tarde, construiu uma capela que serviu de marco inicial do povoado, primeiramente chamado Bagres, em virtude da grande quantidade de peixes dessa espécie que viviam nas águas do rio local. Em 1851, o povoado foi elevado a distrito com o mesmo nome de Bagres, pertencente ao município de Rio Branco. Em 1895, o distrito teve seu nome alterado para Guiricema. “Guiricema” é derivado do tupi antigo guirisema, que significa “saída dos bagres” através da composição de guiri (bagre) e sema (saída).

⁸²<https://www.ipatrimonio.org/guiricema-arquivo-da-prefeitura/#!/map=38329&loc=-21.008979000000025,-42.719167999999996,17>

⁸³ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/guiricema/historico> Acesso em: 16/09/20

⁸⁴ Disponível em: <https://guiricema.com/historia> Acesso em: 10/09/20

3 SOBRE A LÍNGUA PURY

“Uma língua é muito mais do que uma lista de nomes para as coisas – é, de certa forma, um sistema de organização do mundo, um dos instrumentos que nos servem para compreender a imensa complexidade da realidade que nos cerca. Estudar em profundidade a estrutura de uma língua é estudar a mente humana; é observar uma das maneiras que a mente criou para recortar e organizar a realidade, a fim de compreendê-la. Cada palavra não apenas exprime uma coisa; ela também define essa coisa, à sua maneira particular. (...) A morte de uma língua (...) significa o desaparecimento de uma visão do universo que, em si, é absolutamente única. Fecha-se uma das janelas para a compreensão da mente do homem.” (Perini, 1997).

O que se pode observar em relação aos documentos históricos com registros da língua Pury é que o objetivo da coleta dependia da ocupação dos coletores/anotadores, ou seja, por algum motivo tiveram contato com os falantes e se interessaram por sua língua. E ainda, a quase totalidade dos registros ocorre em listas de palavras com umas poucas frases em alguns.

Sendo que, só no século XIX, materiais sobre a língua e levantamentos etnográficos sobre os Pury foram registrados por pesquisadores estrangeiros especialistas de diversas áreas e de diferentes nacionalidades, entre eles von Eschwege (1818), Wied-Neuwied (1820-1821), Spix e Martius (1823-1831) e Ehrenreich (1886).

Constata-se que, os materiais sobre a língua variam muito no modo de registrar, não há a descrição completa da forma de uso e receberam influência da língua de origem. O modelo de documentação linguística era a coleta de pequenas listas comparativas de palavras feita por pessoas de diferentes nacionalidades e das mais variadas ocupações como as publicadas naqueles séculos. (Rodrigues, 1999)

Ao contrário do que ocorreu com línguas do Tupí, já documentadas desde a primeira metade do século XVI, o primeiro material referente à língua Pury, que se teve notícia da existência e utilizado no aprendizado da língua nos anos 90 do século XX, foi o Vocabulário Purí⁸⁵ produzido no século XIX (1889) por Alberto de Noronha Torrezão, publicado na Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Nessa época, desconhecia-se a existência de Pury que falasse a língua, assim como poucos se apresentavam como pury ou descendentes.

⁸⁵ Publicado na Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, Tomo LII, Parte 1a., 1889: p. 511-514. Rio de Janeiro.

3.1 Primeiras anotações

Já alertava, o alemão Dr. Karl Friedrich Philipp von Martius, na abertura de seu “Glossaria Linguarum Brasiliensium” (1863), uma “Advertencia aos philanthropos brasileiros que lerem este livro” se referindo às dificuldades em registrar uma língua desconhecida falada, em razão do idioma de origem de quem registra, o intervalo de tempo entre uma ou outra coleta de um lugar que só se está de passagem, bem como a diferença dos resultados.

Estes glossarios não oferecem o conhecimento subtil e satis factorio do character grammatical das linguagens, mas sim sômente um aspecto superficial dos primeiros elementos, que as compoem. Quem conhece por propria experiencia as difficuldades de apanhar expressoens isoladas da bocca do Indio e de descrevêlas sem equívoco por escripto com as letras do alphabeto europeu, deve per suadirse, que nada mais o viajante pode effectuar, e que careceria de uma residencia de muitos mezes, mesmo de annos entre os In dios para obter uma intelligencia grammatical das linguagens in dianas e penetrar no genio dellas. Como toda a vida do selvagem passa-se em movimento e agitação, suas girias estão sujeitas a continua mudança e variação. Este espelho do estado moral com elle não se conserva, nem pela tradição da escriptura, nem pela authority de um culto religioso ou político. As palavras então, que Estacio de Sá e Salvador Corrêa tinham ouvido em 1560 na Bahia do Rio de Janeiro da bocca dos Tamoyos, ou em 1556 o infeliz primeiro Bispo do Brazil na Bahia da Traição dos seus mata dores, os ferozes Caetés, soaram mui differente da linguagem usada pelos Tupís de nosso tempo. Assim se explica tambem pela continuada volubilidade destes idiomas o character variado, que a lingua geral appresenta nas provincias do Sul e paizes limitrophes e nas do Norte. E esta mudança teria tido dimensoens ainda mais pronunciadas se não se lhe tivesse posto um termo pelas diligencias de José de Anchieta, Manoel da Vega e outros Jesuitas, que estabeleceram a lingua dos Tupís por escripto, e que fixando as regras grammaticaes, augmentando e modificando-a puzeram os fundamentos daquella Lingua geral ou franca“, que por mais de um seculo servia como o vehiculo mais poderoso da civilisação dos Indios, não só no Brazil, mas tambem em alguns dos territorios adjacentes. (Martius, 1863)

O próprio Martius além de ser alemão, era médico, botânico e antropólogo. No período em que esteve no Brasil (1817 a 1820) com seu companheiro de viagem, o Doutor Spix, coletou palavras pury que ouviu dos nativos na região da bacia do rio Doce na Zona da Mata Mineira. Ele as reuniu com outras que extraiu de livros e manuscritos de outros autores para facilitar a comparação entre as línguas indígenas de sua pesquisa etnográfica. Esse trabalho deu origem a um glossário de diversas línguas e dialetos indígenas publicado em 1863 com 45 vocábulos da língua Pury.

Outro alemão, Paul Ehrenreich, em 1885, visitou 8 ou 10 famílias de Pury que viviam na Fazenda Leite, próxima ao rio S. Manoel, um tributário do rio Manhuaçu, bacia do rio Doce, Minas Gerais. Ele era médico, filósofo e dedicado aos estudos de

etnologia e antropologia e teve dois intérpretes Pury que falavam português que o auxiliaram nas anotações.

Ao cacique e a um homem que nos serviu de guia para os dias seguintes – as únicas pessoas da tribo que falavam português – agradeço ainda uma pequena coleção de palavras que eu deixo a seguir no intuito de completar o Vocabulário reunido por Martius em seu Glossário. (Ehrenreich, Verhandlungen der Berliner Gesellschaft für Anthropologie, Ethnologie und Urgeschichte. Verlag von A. Asher & Co.: Berlin, 1886. Tradução de Gean Damulakis (first version).

Temos ainda os registros do etnólogo francês Jean Maurice Ménéstriès ou Edouard Petrovich Ménétriès feitos em 1824, em Guidoal, Minas Gerais, e compiladas por Lemos (2012-2014) que considera o maior vocabulário da língua Pury, inédito há 200 anos. Foi um dos maiores desafios a descoberta, a transcrição paleográfica e a tradução, que contou com o apoio dos profs. Doutor Luiz Montez e das Doutoradas Miriam Junghans e Elena Gaidano, segundo Lemos (2012-2014) que relata sobre o etnólogo:

(...) foi convidado por Langsdorff para participar da expedição ao Brasil na qualidade de naturalista, nesta época tinha 18 anos. Na Rússia ficou conhecido como Edouard Petrovich Ménéstriès e é como aparece na documentação microfilmada, na Fiocruz. Participou da expedição a Minas Gerais, e em 20/7/1824, dirigiu-se a fazenda de José Lucas, há 3 léguas ao norte do Presídio de São João Batista, onde numa aldeia Purí, coletou 209 vocábulos além de uma letra de canção Purí. Esse vocabulário inédito em língua portuguesa foi traduzido do francês e está incorporado ao dicionário Purí (com 183 vocábulos, porque 26 não logramos identificar, por dificuldades na interpretação do manuscrito)

Registros do médico francês, Dr. Philippe-Marius Rey, interno dos asilos de alienados do Senna, que desenvolveu um vocabulário com 122 palavras pury, publicado em 1884 no Boletim da Sociedade de Antropologia de Paris “Notas sobre os botocudos e purís”. Sua coleta ocorreu com Pury que encontrou nos povoados entre Espírito Santo e Minas Gerais, quando fez viagens à América do Sul e à Península Ibérica entre 1874 e 1878.

O próprio Imperador Dom Pedro II, em 1860, que, apesar de ser brasileiro, quando esteve em Vitória, Espírito Santo, em um tempo recorde de pesquisa, levantou 110 vocábulos da língua Pury, quando recebeu, no pátio de seu Palácio, a visita de 24 Pury, pertencentes ao Aldeamento Imperial Afonsino, em Conceição do Castelo, Espírito Santo. Em conversa com os Pury, quis saber de seus costumes, registrou as palavras da língua deles e organizou um vocabulário.

Outro brasileiro, Alberto de Noronha Torrezão, engenheiro e antropólogo, anotou alguns vocábulos da língua que ouviu de dois Pury em apenas dois dias que esteve com eles em 1885. A entrevista se deu com um já idoso, Manoel Jozé Pereira e seu sobrinho-neto Antônio Francisco Pereira, domiciliados em terras dos Srs. Frades, na localidade do Gramma (Atual município de Santo Antônio do Grama), Minas Gerais.⁸⁶

Há outros anotadores, além dos citados, compilados no Vocabulário da Língua Puri de Marcelo Sant'ana Lemos (2012). Há também notícias de que a principal fonte de documentação do Pury encontra-se atualmente perdida. Fala-se de um catecismo bilíngue escrito pelo padre Francisco das Chagas Reis Lima (1757-1832), pároco de Queluz, divisa entre os estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, que atuou na catequese dos Pury. Tal catecismo, segundo notícias, foi doado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) pelo seu sucessor padre Manoel Eufrazio de Oliveira em 1843. Infelizmente, o documento desapareceu dentro da instituição e não se tem notícias de seu paradeiro.

3.2 O Tronco Linguístico

A etnia Pury aparece classificada no IBGE (2010) dentro do grupo de “Etnias cujas línguas são sem classificação determinada e não são classificadas nem em troncos e nem em famílias” (IBGE, 2010).

Nas pesquisas realizadas por especialistas sobre a língua da etnia Pury, há uma polêmica com relação a qual qualificação linguística seria mais cabível, pois uns alegam que ela possui características do Tupí, outros do Macro-Jê e outros de nenhum dos dois troncos. Sendo registrada maior incidência no tronco Macro-Jê e é apontada neste texto através de alguns autores.

Os Troncos Tupí e Macro-Jê já tinham seus embriões no início da colonização (séc. XVI). Na época, os habitantes pré-cabralinos eram identificados pelos invasores como: os “aliados” Tupí (grupos pacíficos aldeados) e os “inimigos”, genericamente, Tapuia, Tapuyo, Tapuza, Tapuyia ou Tapuy (grupos resistentes à colonização - "selvagem", ou "os que falam com a língua travada"), do qual os Pury estavam enquadrados.

⁸⁶ Histórico dos Índios da Região: Os Puris e Botocudos Disponível em: <https://www.camaramuqui.es.gov.br/pagina/ler/341/historico-dos-indios-da-regiao> Acesso em: 20/10/20

Martius (1867) propôs uma divisão dos indígenas brasileiros segundo um critério linguístico e teve a primeira percepção de um conjunto de línguas incluindo a hoje chamada família Jê. Criou o termo classificatório Gez, Gê (ou Gé) que englobava tribos que falavam línguas semelhantes e que costumavam autodenominar-se utilizando a partícula gê ("pai", "chefe" ou "antepassado") ou Cran ("filho", "descendente") por ser outra partícula muito utilizada pelo grupo para a autodenominar-se. O termo classificaria aquelas e outras incluídas no tronco Macro-Jê (*apud* Rodrigues, 2002, p. 280). Segundo Almeida (2010), o termo cunhado por Martius em 1867 substituiu denominações anteriores, como 'Tapuia' e "Tapuia-Gê ou Gê-Tapuia".

Nelson Coelho de Senna, em seu esboço do 3º Congresso Científico Latino-Americano, reunido no Rio de Janeiro, em 1905, (Senna, 1911, pp. 62-63), enviado ao 4.º Congresso, baseado em relatos de participante, onde se inclui, registra os Jê ou Tapuia provenientes da mestiçagem de Carib (Cariba ou Caraíba) com Tupí e os aponta como obstáculo a civilização, inimigos traiçoeiros dos colonos.

Cita a etimologia da nação e chama de Gês ou Tapuyas:

(...) os indômitos Aymorés da serra do seu nome (Bahia, Minas e Espírito Santo); os ferozes Botocudos (Machaculis, Puris (ou Pury), Nak-ne-nuks, Malalis, Pojichás, Monoxós, etc.), na região do media e baixo Rio Doce, nos rios Mucury e São Matheos, (entre Minas Geraes e Espírito Santo); os Cayapós, Ubirajaras ou «Bilrêiros» (Matto Grosso e Bahia); os Apinagés (valle do Araguaya, entre Goyaz e Maranhão); e em geral todos os Indios Tapuyas, de rudissima fereza, genericamente appellidados Bugres, no sul do Brasil (desde Minas e São Paulo até Paraná e Santa Catharina).

Em 1935, Loukotka propôs a criação de um instituto especial para o exame sistemático das questões linguísticas dos indígenas americano no XXVI Congresso Internacional dos Americanistas. Propõe ainda, separar os Gê (Jê), classificando-os:

A família Kaingang (com intrusão de Gê), com três grupos: Kaingang propriamente dito (com os dialetos: central; Kaditrukré; Kamé; de Leste; do Sul; do Norte), Wayana (Guianhã, Guaina) e Aiveikoma (Bugre). A família Kamakan, compreenderia: a) Línguas puras: Kamakan, propriamente dito, Mongoio, Kutacho, Menien, tôdas extintas. b) Língua mesclada com Gê: Masakarâ (extinto). A família Maxacali estaria dividida nos seguintes grupos: a) Línguas puras: Maxacali, Kapochó, Kumanachó, Monochó, Makoni, Panhame, tôdas extintas. b) Língua mesclada com Coroado: Malali, também extinta. A família Coroado compreenderia: a) Línguas puras: Coroado, Puri, extintas. b) Língua mesclada com Kaingang: Koropó (extinta). Os Patachó constituiriam também para Loukotka, uma família separada dos Gê, embora com a intrusão linguística deste grupo e do Maxacali. O único grupo é constituído pelos Patachó. Os Botocudo, também separados dos Gê, compreendem: os Krekmun (Botocudo

propriamente ditos, Crenaques, Nacnamuc, Djiporoça), os Pogitxá e os Borun, ambos extinto. (Ramos, Arthur (1943), 1971[1903-1949] p. 147)

Murdock (1951), mais aproximado da conceituação tradicional de área cultural, propõe critérios que faz valer com maior insistência a distribuição de determinados elementos materiais (cerâmica, tecelagem, técnicas de subsistência etc.) e outros como linguística, classes sociais etc. O autor critica a variação na qualidade dos dados etnográficos e a classificação com apoio em critérios negativos (ausências) de iniciativas anteriores a dele. Das 24 áreas, estipuladas por ele, em 11 inclui o território brasileiro (Murdock, 1951, pp.133-155):

Tabuleiro Oriental - Guaraní, Tupi (Sao Francisco), Tupinambá. Atlântica - Kaingang, Maxakali, Aweikoma, Botocudo, Kamaka, Guataka, Gueren, Pataxo, Puri. Goiana - Akroa, Apinayé, Bororo, Karajá, Kariri, Kayamo, Kaiapó, Coroa, Fulnio, Jeiko, Opaye, Xakriaba, Xerente, Suyá, Tapirapé, Tarairu, Teremembe, Timbira. Paraense - Amanaié, Apiaka, Arara, Kawahyb, Guaja, Maué, Munduruku, Tenetehara. Xinguana - Arawine, Aueto, Bakairi, Nambikwara, Turmai, Waura, Yaruma. Boliviana - Arikem, Xapakura, Xane, Peressi. Juruá-Purus - Amahuaka, Kaxinaua, Katukina, Ipurina, Maioruna, Mura, Paumari, Iamamadi, Iuma. Amazônica - Kokama, Manao, Omagua, Wairaku, Yurimagua. Caquetá - Achagua, Baniwa, Betoí, Tukano, Tukuna. Savana - Auaké, Puinave, Guahibo, Maku, Xiriana. Guiana - Apalaí, Aruak, Arua, Barauna, Kamarakoto, Karib. Emerillon, Makuxi, Palikur, Rukuyen, Taulipang, Waiwai, Wapixana, Yekuana.

Greg Urban (1992-98), em seu breve ensaio sobre o tronco Macro-Jê, incluindo Kamakã, Maxakalí, Botocudo, Pataxó, Pury, Karirí, Ofaié, Jeikó, Rikbaktsá, Guató e, possivelmente, Bororó e Fulniô, sugere que:

o método da reconstrução é o único que temos para atingir um grau razoável de certeza quanto à história. Ainda que seja possível formular — e costumam ser formuladas — hipóteses a partir de um exame superficial de vocabulários, estas não têm meios de distinguir semelhanças devidas ao empréstimo daquelas decorrentes de origem histórica comum. A virtude do método da reconstrução é justamente permitir-nos fazer tal distinção e determinar as relações genéticas⁸⁷ entre as línguas, ou seja, relações derivadas de origem histórica comum para duas ou mais línguas faladas atualmente (Urban, p. 87).

Aponta Urban (1992-98, p. 91) que, historicamente, há uma concentração de línguas Macro-Jê na parte leste do Brasil, um provável local de origem do proto-Macro-Jê, desde o Rio de Janeiro até a Bahia e que se famílias dessa área como Maxakali, Botocudo (Krenak), Pury⁸⁸ e Kamakã “forem apenas remotamente relacionadas, esta seria uma área de grande diversidade linguística e, portanto, um possível lugar para

⁸⁷ Refere-se a processos históricos nos quais, ao longo do tempo, uma língua se diferencia em dialetos e, finalmente, em línguas derivadas distintas. A partir destas últimas, a língua-mãe pode ser reconstruída.

⁸⁸ Localiza os Pury no extremo leste do Brasil e classifica sua língua como extinta.

a dispersão que ocorreu há 5 ou 6 mil anos” do proto-Macro-Jê a partir da Serra da Mantiqueira. As famílias linguísticas do Tronco Macro-Jê foram as mais atingidas pelas expedições portuguesas de busca de ouro e caça de escravos.

Urban (1992-98, p. 91) ainda alerta de um possível relacionamento do Macro-Jê ao Tupí em alguns estudos sobre interferência linguística entre línguas das famílias Macro-Jê, Tupi e Karib (Ribeiro 2001), bem como os que buscam demonstrar a existência de relações genéticas ou de contato entre os Troncos Tupi, Macro-Jê e a família Karib (Rodrigues 1985, 2000, 2009) Tupi-Karib-Macro-Jê (Rodrigues 1985).

Os Macro-Jê e outros povos ligados ao foco de dispersão, conforme Urban (1992-98), refletem o modelo de processo social uma língua/uma comunidade, onde se desenvolvem situações de intenso contato, diferentes padrões linguísticos, empréstimos, multilinguismo, línguas de comércio. Ainda acena a possibilidade de terem sofrido influências de diversas protolínguas até serem registradas pelos estrangeiros.

Apesar de o termo Macro-Jê, que abarca diversas famílias linguísticas do Brasil, designar um vasto número de línguas, pensava-se estarem relacionadas à família linguística Jê. Na hipótese de Rodrigues (1986, 1999), a família Jê funciona como espécie de pivô do grupo e as outras famílias supostas integrantes do tronco Macro-Jê, ‘hipótese promissora de parentesco genético de longa distância’ (cf. Campbell 2003, p. 135). Seriam elas as famílias Krenák, Maxakalí, Boróro, Kamakã, Pury, Yatê, Guató, Karajá, Rikbatsá, Karirí e Ofayé.

Rodrigues (1970) apresentou sua concepção do tronco Macro-Jê no livro *Índios do Brasil* de Júlio César Melatti, na Grande Enciclopédia Delta-Larousse e em seu livro *Línguas Brasileiras*, baseado em trabalhos antecedentes, como o de Loukotka e posteriormente dados fonológicos e gramaticais das doze famílias linguísticas que entendia compor o tronco.

Eu apresentei minha concepção do tronco Macro-Jê já em 1970 no livro “Índios do Brasil” de Júlio César Melatti e em 1972 na Grande Enciclopédia Delta-Larousse e, com algumas indicações sobre regularidades (Aryon Dall’Igna Rodrigues. Vol. 4, Nº 2, dezembro de 2012 p. 283) nas correspondências fonológicas, em 1986, no meu livro “Línguas Brasileiras”. É claro que essa concepção se baseia nos trabalhos antecedentes, especialmente nos de Loukotka. Já o capítulo “Macro-Jê” que escrevi para o livro organizado por Dixon e Aikhenvald (1999), apresenta dados fonológicos e gramaticais das doze famílias linguísticas que, no meu entender, integram o tronco MacroJê (Jê, Kamakã, Maxakalí, Krenák, Purí, Karirí, Yatê, Karajá, Ofayé, Boróro, Guató e Rikbáksa) e permite perceber a grande semelhança tipológica dessas famílias, assim como oferece 39 comparações lexicais que mostram regularidade nas correspondências fonológicas através das

12 famílias e assim apontam para a probabilidade de um efetivo relacionamento genético entre todas essas famílias.

Rodrigues (1999) escreve que boa parte das línguas que supostamente compõem o tronco Macro-Jê já estão mortas e, em seu quadro de línguas do Tronco Macro-Jê (Rodrigues 1986), só registra as que, segundo ele, são faladas (quadro1). Avalia não serem favoráveis as condições para a realização de estudos linguísticos de várias línguas, devido, principalmente, à grande diversidade linguística e a pouca, ou nenhuma documentação das que se mantêm vivas, o que dificulta sua relação com os membros mais conhecidos do tronco. O autor incluiu a língua Pury com parte do tronco Macro-Jê, mas não altera o status de língua morta apontado por ele em 1986, conforme atesta em seu artigo:

De algumas famílias, embora haja documentação dos séculos passados que permite determiná-las ao menos aproximadamente, já morreram todas as línguas e, portanto, a própria família está morta. Esse é o caso de várias famílias linguísticas do Brasil oriental, como a karirí, a kamakã e a purí. (Rodrigues. 2005)

Quadro 1: Línguas faladas do tronco Macro-Jê segundo Rodrigues (1986)

Línguas	N.º no Mapa do Cimi	Estado	Falantes	Línguas	N.º no Mapa do Cimi	Estado	Falantes
Família Boróro				Timbira			
Boróro (Boróro Oriental, Orari)	199	MT	752	Canela Apâniekra	37b	MA	274
Umutina (Barbados)	198	MT	160	Canela Rramkókamekra	37a	MA	718
Família Botocudo				Gavião do Pará (Parakátéye)	45	PA	173
Krenák, Nakrehé	12	MG, SP	70(15?)	Gavião do Maranhão (Pukobyé)	38	MA	306
Família Jê				Krahó	41	GO	894
Akwén (Akwé)				Kréyé (Krenjé)	39a	MA	30
Xakriabá (Xikriabá)	16	MG	(3.500) ?	Krikati (Krinkati)	39b	MA	325
Xavante (A'wé)	200	MT	4.413	Xakléng (Aweikoma)	3	SC	634
Xerente (Akwé)	42	GO	850	Família Karajá			
Apinayé	40	GO	508	Javaé	219	GO	383
Kaingáng (Coroado)	2	RS, SC, PR, SP	10.426	Karajá	218	GO, MT	1.194
Kayapó				Xambioá	43	GO	102
Gorotire	57	PA	1.030	Família Maxakali			
Kararáó	55	PA	26	Maxakali	13	MG	500
Kokraimóro	56	PA	120	Pataxó	14	BA	(1.762) ?
Kubenkrangnotí	59	PA	?	Pataxó Hähähäe	15	BA	(1.270) ?
Kubenkrankégn	58	PA	361	Outras línguas			
Menkrangnotí	60	PA	?	Guató	10	MS	220
Tapayina (?)	213	MT	26	Ofayé (Ofayé-Xavante)	7	MS	23
Txukahamäe (Mentuktire)	216	MT	202	Rikbaktásá (Erikbaktásá, Arikpaktásá)	193	MT	466
Xikrin (Xikri)	53	PA	469	Yaté (Fulnió, Karnijó)	26	PE	4.000
Kren-aktaróre	212	MT	31				
Suvá	214	MT	114				

Fonte: Rodrigues 1986

Para Ribeiro (2009), a maioria das línguas indígenas não-Tupí do leste brasileiro, foi documentada apenas superficialmente antes de se extinguir, conforme, segundo ele, as línguas das famílias Kamakã e Pury, consideradas pelo autor já extintas. Sendo assim, a falta de dados linguísticos limita o conhecimento dessas famílias listadas pelas fontes coloniais, pois a documentação se limita a lista de palavras.

Ribeiro (2009) também aponta que, conforme Rodrigues (1996):

a maioria das línguas Macro-Jê apresenta uma série de empréstimos Tupí-Guarani, a maioria dos quais foram introduzidos direta ou indiretamente na época colonial, seja de Tupinambá (ou Tupí do Litoral) ou de um dos Tupinambá, língua franca, que foram amplamente utilizadas durante os primeiros séculos da colonização. (Ribeiro. 2009, p. 64)

Ainda sinaliza a possibilidade de identificar esses empréstimos no Tupinambá, antes ou durante a colônia, por ser ela bem documentada.

Numa tentativa de classificação genética interna, Ribeiro (2007, 2010) sugere que quatro das seis famílias orientais de Rodrigues (Maxakalí, Krenák, Kamakã e Pury) podem formar um subgrupo dentro do Tronco. Ele declara que, “caso confirmada por mais pesquisas, isso terá implicações significativas para as teorias sobre a terra natal original do Proto-Macro-Jê”, pois estudos sobre o Macro-Jê baseiam-se no pressuposto de uma maior diversidade no leste do Brasil. acordo com Ribeiro & van der Voort (2010, pp. 546-48) e Ribeiro (2010), as famílias: Jê, Karaja, Besiro, Jeoromitxi, Maxakali, Krenak, Kamakã, Pury, Kariri, Yate, Bororo, Ofaye, Rikbaktsa e Guato são candidatas a pertencer ao Tronco Macro-Jê.

Julio Cezar Melatti propõe, durante o IX Encontro Macro-Jê, realizado na Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário do Araguaia, em Barra do Garças - MT, de 20 a 22 de junho de 2018, uma tabela de modo aproximado a distribuição geográfica das famílias, onde:

Ao centro e numa célula mais ampla está a família Jê, pois suas línguas, mais numerosas do que as das demais famílias, distribuem-se desde o Maranhão e o Pará até o Rio Grande do Sul. No interior dessa grande célula, está a da família carajá, cujas línguas se distribuem ao longo do Araguaia, que tem povos Jês ao norte, a leste e a oeste. À esquerda da célula Jê estão as das famílias ricbaktsa, bororo, guató e ofaié, pois ficam a oeste dos Jês, as duas primeiras em Mato Grosso e as outras duas em Mato Grosso do Sul. À direita da célula Jê estão as que lhe ficam a leste: cariri, da Paraíba ao rio São Francisco; iatê (que inclui a língua dos fulniôs) em Pernambuco; camacã, no sul da Bahia e norte do Espírito Santo; maxacali, na fronteira Minas Gerais–Espírito Santo; Botocudo, no interior de Minas Gerais; e Puri, na fronteira Minas Gerais–Espírito Santo–Rio de Janeiro.

A distribuição geográfica apresentada por Melatti (2018) corresponde a de Rodrigues (1999) que divide as famílias do Macro-Jê em três grupos: Leste (Pury, Krenák, Maxakalí, Kamakã, Kariri e Yatê), Central (Karajá e Jê), e Western (Boróro, Guató, Ofayé e Rik-baktsá).

As famílias linguísticas do tronco Macro-Jê tem sido uma hipótese sobre uma possível origem comum remota para as línguas que o constitui. A hipótese de uma

origem genética comum para as línguas Macro-Jê - pode se provar correta no futuro – se não para todas as famílias de línguas incluídas, pelo menos para a maioria delas. (Rodrigues, 1999. P 201). Conforme Rodrigues (2003), pode-se dizer que o Macro-Jê é tipicamente não amazônico, considerando que apenas duas das doze famílias nele incluídas possuem línguas na região amazônica: Rikbaktsá e Jê ao contrário do tronco Tupí.

Marcelo Pinho de Valhery Jolkesky (2016), a partir da compilação de informações linguísticas, históricas e etno-históricas de Loukotka (1968); Markham (1865); Abreu (1896); Tessmann (1930); Santos (1992); Reeve (1993); Newson (1996); Adelaar & Muysken (2004) e Eriksen (2011), apresenta um mapa com uma hipotética configuração etnolinguística do Leste da América do Sul no século XV d.C, onde a Família Pury está fora do Tronco Macro-Jê:

(...) **(x) família puri:** entre a vertente direita do Alto Grande e os contrafortes da porção meridional da Serra da Mantiqueira;
 (...) **(xix) tronco Macro-Jê:** (a) família Jê: Planalto Central brasileiro, Serra Geral e Amazônia Meridional; (b) família karaja: bacia do Médio Araguaia; (c) família besiro: Chiquitania; (d) família borum: entre a vertente direita do Alto Grande e os contrafortes da Serra do Caparaó; (e) família bororo: bacia do Alto Paraguai e Chiquitania; (f) família jeoromitxi: bacia do Médio Guaporé; (g) família kamakã: vertente direita do Alto e médio São Francisco; (h) família kariri: bacia do Médio e baixo São Francisco; (i) família maxakali: entre a vertente direita do alto São Francisco e os contrafortes da Serra da Mantiqueira; (j) família rikbaktsa: bacia do Alto Tapajós; (k) família ofaye: interflúvio da bacia do Alto Paraná com a bacia do Alto Paraguai; (l) família yate: vertente esquerda da bacia do Baixo São Francisco;
 (xx) tronco tupi: (a) família tupi-guarani: litoral brasileiro do Atlântico; vertente (grifo nosso) (Jolkesky, 2016, p 190).

Conforme Jolkesky (2016), semelhanças encontradas entre certas famílias vinculadas ao Tronco Macro-Jê, como o Guato, o Pury (Prí), o Borum e o Maxakali podem ser mais por consequências de desdobramentos etnogenéticos do que uma ascendência genética comum entre as famílias. E que “as evidências apresentadas até o momento para a inclusão de línguas como o Guato, o Pury, o Yate e o Oti ao tronco Macro-Jê são extremamente débeis”. Vê como pertinente Ramirez *et al* (2015) sobre alguns cognatos apontados nos estudos sobre o Macro-Jê serem apenas ‘empréstimos’ vinculados a redes de interações regionais. (Jolkesky. 2016, p. 258-59).

Ainda conforme Jolkesky (2016), “os únicos grupos etnolinguísticos de origem não Macro-Jê representativos da diversidade linguística existente no Brasil oriental pré-colonial com documentação existente seriam falantes de línguas das famílias Pury e Tupi-Guarani”. (p.283).

Para Rodrigo Martins dos Santos (2013), os primeiros habitantes das antigas e baixas terras do leste sulamericano foram ancestrais de povos falantes de línguas, principalmente, Pury, Borum (Botocudo ou Krenak), Maxakali (ou Pataxó), Kamakã e Kamakã, Kariri, Jê central, Jê meridional (ou Kaingang) e Tupi-Guarani e diversos idiomas isolados (Santos, 2013, pp. 167, 177), que foram continuamente invadidos pelos Ameríndios que chegaram do norte e oeste (inicialmente savânicos, ancestrais de falantes de línguas Jê e Kariri; e depois de alguns milênios, os floresteiros Tupi-Guarani chegaram da Amazônia, aproximadamente a partir do ano 600 EC (era comum) (Brochado, 1984: 215).

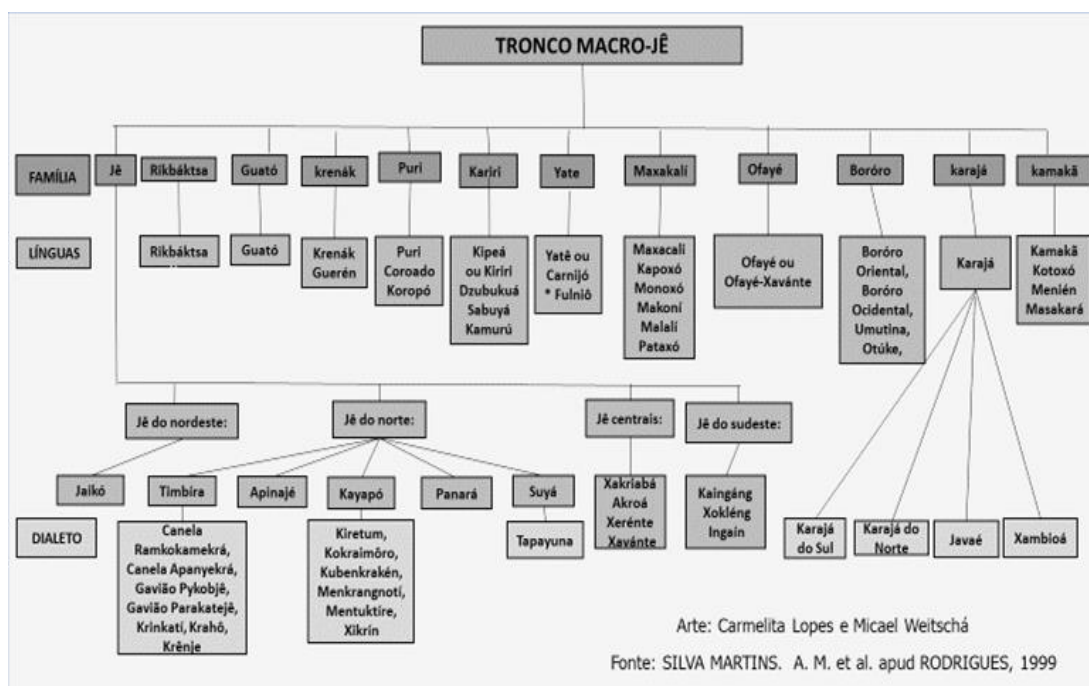
Esse “caldeirão etnolinguístico na região” teria ocorrido a partir do ano 7.000 AP (antes do presente) e apresenta um mapa com essa distribuição por volta de 1500 EC e sobrepõe em outro as interferências após as primeiras invasões europeias na primeira metade do séc. XVI a partir de dados coletados de Loukotka (1967), Nimuendaju (2002), Kaufman (2007), R Santos (2017) e Brasil (2019), deixando claro que o sujeito territorial que definiu é etnolinguístico e não etnia/povo.

Santos (2021) ainda apresenta uma relação dos povos/etnias que possivelmente compartilhavam o mesmo território etnolinguístico com base nas mesmas fontes com 265 etnias/povos que habitavam o leste-sudeste do Brasil no momento das primeiras invasões europeias.

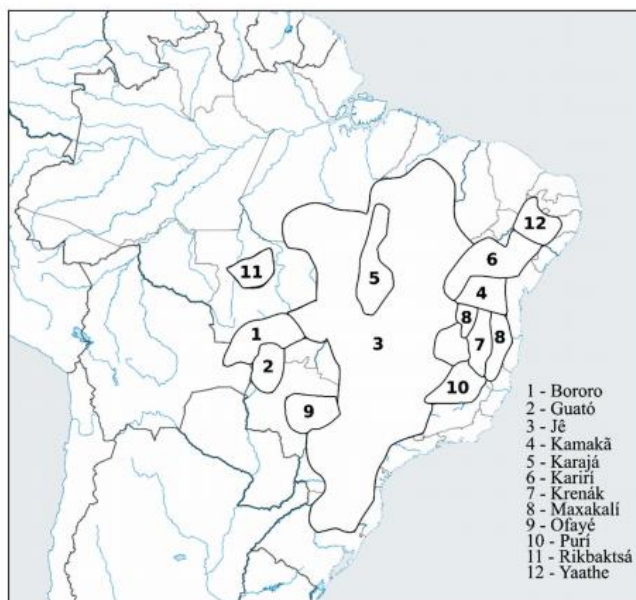
Para Santos (2021) mesmo aperfeiçoada por Loukotka (1967) e Kaufman (2007), a cartografia etnolinguística da América do Sul tem áreas sem informações no leste-sudeste do Brasil. Assim como, os mais recentes estudos como os de Jolkesky (2016) e Nikulin (2020) há famílias linguísticas do hipotético Tronco Macro-Jê pouco estudadas por eles.

Rodrigues (2002) registra pesquisadores anteriores a ele que já incluíam a família Pury em suas publicações: Brinton (1891), Rivet (1924), Schmidt (1926), Loukotka (1930, 1931, 1932, 1942), Mason (anos 40, 1950), Swadesh (1959) (Rodrigues, 2002 p. 281-283).

As doze famílias do tronco Macro-Jê na hipótese de Rodrigues (1999) *in* Silva Martins (2011) seria assim composta (figura 16):

Figura 16: Tronco Macro-Jê conforme hipótese de Rodrigues (1999)

E assim distribuídas geograficamente conforme hipótese de Rodrigues (1999) (mapa 4)

Mapa 4: Distribuição geográfica das línguas e culturas Macro-Jê conforme hipótese de Rodrigues (1999)

Fonte: Itamar Sales (2020)

Assim como, ainda não há um consenso na literatura sobre quais famílias inclui o tronco Macro-Jê, não há também sobre a inclusão ou não da família linguística Pury nesse tronco ou se deve ser considerada como isolada.

3.3 A família linguística

O parentesco entre os Pury, Coroado e Koropó foi percebido pelo Príncipe Maximilian de Wied-Neuwied em sua viagem ao Brasil nos anos 1815-1817 (1940):

“Entretanto, essas três tribus foram a princípio aparentadas, como o atesta a semelhança das línguas(...). Todos falam português, mas geralmente empregam entre si a língua nacional. As línguas dos ‘Coroados’ e ‘Coropós’ são em extremo parecidas, e ambos, na sua maior parte, compreendem os ‘Puris’. Nosso jovem ‘coropó’, Francisco, falava todas elas. (p. 104) A língua dos “Puris” é diferente da maior parte das outras tribos; guarda, porém, afinidade com as dos “Coroados” e “Coropos” (p. 113). (Maximiliano [1820], 1940, p. 58)

Adrien Balbi (1826) no Atlas Etnográfico do Globo, ou Classificação dos povos antigos e modernos de acordo com sua língua, acatou formação da família Pury, composta por Pury, Coroado e Koropó, a partir das informações publicadas por M. le Baron d'Eschwege e de acordo com os vocabulários que o naturalista coletou desses três grupo. (p.292). Balbi forma a família Pury após as informações publicado por Eschwege sobre os Pury, os Coroado e os Koropo, e de acordo com os vocabulários que este estudioso naturalista coletou das tribos dos três povos.

Francisco de Paula Ferreira de Rezende (1832-1893), Vice-Governador de Minas Gerais, no escrito de suas memórias em “Minhas recordações”, registra que os pontos avançados da civilização eram limitados entre: Angu ao Sul, o Rio Pardo ao ocidente e o Meia Pataca ao norte. Na mata bruta ou na região dos selvagens que se estendia desde o Feijão Cru até a fronteira do Espírito Santo, sempre a margem esquerda do Paraíba, sempre se desenvolvendo para o oriente e para o norte, ele aponta ser de domínio dos Pury, mas não os classifica enquanto uma família:

Ora, esta região de que acabo de falar e que naquele tempo não passava de uma simples testemunha silenciosa da criação, mas que no fim de tão pouco tempo veio depois a se tornar em uma das gemas mais preciosas da nossa província, então achava-se toda em poder de uns índios, que eu não sei se a si mesmos se denominavam puris, mas que eram geralmente assim chamados pelos invasores brancos. Se estes índios eram, com efeito, puris; dividiam-se em muitas tribos; se estas tribos eram ou não mais ou menos numerosas; e finalmente se todos eles formavam um povo único e irmão ou se pelo contrário pertenciam a diferentes raças; são questões estas sobre as quais nada posso dizer. (Rezende, 832-1893, p. 400)

O alemão Paul Max Alexander Ehrenreich (1886), médico, filósofo e dedicado aos estudos de etnologia e antropologia e numa análise antropológica e linguística, concluiu que os Botocudo e os Pury são dois grupos diferentes, contrariando a tese de Martius (Ehrenreich, 1885b, p. 310) relata que, etnologicamente,

os Puris não devem ser separados dos assim chamados Coroados, dos quais, da mesma forma, ainda remanescentes se mantêm em alguns afluentes do Paraíba e do Manhuaçu. Em favor disso fala não apenas a antiga tradição, segundo a qual ambos os grupos compunham antes um único povo, mas também sua total convergência em língua, costumes e aparência física. (184) As descrições que possuímos de tempos mais remotos através de Eschwege, Freireiss, Príncipe de Wied, Martius, Aug. St. Hilaire e mais recentemente através de Tschudi e Burmeister se encaixam igualmente para ambas as tribos, se considerarmos, de fato, a acertada observação de Martius de “que cada viajante estava restrito, em suas observações, a algumas localidades, cujos moradores, devido a constante miscigenação nos graus próximos de parentesco, podem expressar uma acentuada semelhança de traços faciais, a qual mais corresponde ao tipo de uma família que à de uma tribo”. (...) Enquanto, por exemplo, Martius coloca os Puris, em contraposição aos Coroados, como “mais bonitos e maiores”, Burmeister diz: “Em linhas gerais, eles são semelhantes aos Coroados, mas um pouco menores”; por sua vez, o Príncipe de Wied os descreve francamente como a menor tribo da costa leste. Para Burmeister, os Coroados devem se diferenciar dos Puris pelos narizes mais fortemente proeminentes com costas levemente arcadas, ao passo que Martius descreve o nariz deles como curto e achatado. Temos, portanto, razão suficiente de nos referir a ambas as tribos, apesar de sua amarga inimizade entre si, tanto etnológica quanto antropológicamente como um e o mesmo povo. Martius vê também os Puris como aparentados com os Botocudos e os agrupa, juntamente com esses, na grande família (de povos) dos Crens, sem, no entanto, conseguir fundamentar isso suficientemente. (...) Em particular eles são os únicos indígenas da costa leste, não pertencentes ao grupo Tupi-Guarani (...) A aparência dessas pessoas correspondia no geral à descrição do Príncipe [de Wied]. Elas eram de estatura forte e atarracada e de pele marrom amarelada escura.

Para o arqueólogo Daniel Garrison Brinton (1891), os Coroados não era uma etnia:

Os Coroados derivam seu nome da palavra portuguesa coroa, uma coroa, o termo "coroados" sendo aplicado a várias tribos nativas que usavam seus cabelos de maneira peculiar. Não é de forma alguma uma designação étnica, e eu a uso para trazer à tona a necessidade de algum termo de maior precisão. Assim, há os Coroados que são vizinhos e parentes linguisticamente dos Puris, residentes perto do Rio Paraíba (...) Há outros Coroados no extremo sul do Brasil, na província do Rio Grande do Sul, para onde se diz terem vagado do Norte. (Brinton, 1891, p. 259-260)

O filólogo João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes, o João Ribeiro, em seu livro História do Brasil para curso superior, publicado em 1900 (p. 52-61), dentro das nações consideradas não classificadas, cita cinco grupos de famílias indígenas em estudos recentes a época: o Karajá, o Pano, o Miranha, o Guaycurú e os sobreviventes do extinto Goytacaz, os Pury. Segundo ele, os Pury seriam os menos importantes que os outros quatro grupos. Agenor F. de Macedo e Eduardo P. C. De Vasconcelos. O índio brasileiro. · Cap. 1 O Brasil no Tempo de Cabral; Terra e os Habitantes. Editores: Ferreira de Mattos & Cia. (Casa · Mattos) · Rio de Janeiro 1935.

Nelson Coelho de Senna relata que os representantes puros dos Goytacazes, Goytacás ou Guaytacaz (no Rio de Janeiro, Vale do Parahyba do Sul) ou Waitakás, vistos como belicosos e um grupo a parte, se extinguíram no começo do século XVII. Sendo que, alguns mestiços de Goytacá e Tapuya passaram para os Vales dos rios Itapemirim Muriaé, Pomba e Doce (entre Minas Gerais e Espírito Santo), entre os Bugres chamados Puris, Aranãns, Pancas, Catikrás, Potichás e outros grupos, que vagueiam nas florestas do baixo Rio Doce, principalmente. Registra um íntimo parentesco linguístico e étnico entre o selvagem Waitaká, os Bororó, os Coroado do Araguaya, os Coropó e os Monoxó (Botocudos). (SENNA, 1911, pp.67-68)

Em relação aos Croata e aos Pury ditos de origem Tupí, relata que (Senna,1911, p109):

(...) se installaram no valle do rio Pomba (região da Matta Mineira), de onde, acommettidos pelos Goitacás do Rio Muriahé e pelos Carijós (da região entre Barbacena e Queluz), foram se internando pela região mais a leste (Chopotó e Piranga), nas fontes do Rio Doce. O gentio Croato dominava a região de Ubá, serra de S. Geraldo, Rio Pomba, Rio Branco, Viçosa, Piranga, Alto-Rio Doce, em Minas. A cidade do Pomba se chamava « Aldeia de S. Manoal dos Croatos »; a cidade mineira de Queluz, « Conceição dos Carijós ». Nos municipios do Pomba e Ubá ainda existem poucos indios mansos de origem ou sangue Croato e Puri. Os arraiaes de Guarany e Tocantins, nesses dois municipios mineiros, recordam nomes indigenas. Alguns contestam a procedencia Waitaká dos Croatos de Minas e os ligam ao gentio Coroado de Goyaz.

Francisco Adolfo Varnhagem iguala os Pury do Sul (Bahia, Minas e Espírito Santo) aos Purú do Norte (Amazônia) e que o apelido Purú significa povo antropófago. (Senna,1911, p. 141)

O naturalista Georg Wilhelm Freyreiss (1906) traz a informação que:

“As línguas que falam os Coroados e os Puris são tão pouco diferentes que só isso parece indicar uma origem comum e ha entre elles a lenda de que, há muito tempo atraz, formaram uma só nação. Naquelle tempo duas familias importantes separaram-se com os seus fieis e começaram a briga que perdura ainda hoje (...)” (207).

Nelson Coelho de Senna (1924) em seu estudo sobre a distribuição geográfica dos grupos indígenas do Brasil conclui que os Pury seriam jê, os Coroado Goitacá, ou Waitacá e os Koropó seriam, na verdade, oriundos de uma mistura entre os Jê e os Goitacá. Rivet (1924, p. 698) inclui o Koropó, considerada por ele língua extinta, dentro da família Maxakali.

O linguista checo Čestmír Loukotka (1931,1932, 1937, p. 34 *apud* Greenberg, 1987, p. 65) aponta que as famílias Kamakã, Mashakali, Borun, Pury e Ofayé

apresentam poucas semelhanças com outras línguas indígenas do Brasil e já as considerou como isoladas por apresentarem poucas semelhanças com os outros idiomas do Brasil. Posteriormente, Loukotka (1937) denomina a família de Coroado (com intrusão de Jê e Kaingang) e dividi em: línguas puras: Coroado (com vestígios de Mašakali e Botocudo) e Pury (com vestígios de Mašakali e Botocudo); e língua mista: Coropó (com traços de Kaingán).

John Alden Mason (1950, p. 298), antropólogo, linguista e arqueológico americano, apesar de acatar a classificação do tronco Macro-Jê proposta por Loukotka (1937, 1968, pp. 66-68), chamou de família Pury em preferência a Coroado, em sua classificação das línguas da América do Sul, bem como Rodrigues (1999) para evitar confusão com os grupos Kaingang e Bororó do mesmo nome, que significa "coroado" ou "tonsurado". Ele ainda sugere tratar o Koropó como língua independente, desvinculando-a da família Pury por considerar sua posição na família incerta e polêmica. Já Nimuendaju aceita o Pury como independente, assim como Métraux (Manual, vol. 1, p. 523 *In* Mason.1950, p. 296).

Para Olliam José (1965, p 11-13), as tribos mineiríndias, que povoaram as extensas regiões onde se localiza o Estado de Minas Gerais, pertenciam, com raras exceções, ao grupo Jê ou Tapuia, cuja existência não pode ser negada por nenhum dos etnólogos que se deram a árdua missão de classificar os indígenas brasileiro. Os Pury e os Croato da Zona da Mata Mineira eram de origem Goitacá. Sendo que, os Croato seriam descendentes imediatos dos Goitacá fluminense e os Pury tinham ligações com outras matrizes raciais.

Conforme Olliam José, diversas tribos foram incluídas entre os Botocudo por habitarem nos Vales dos Rios Doce, Jequitinhonha ou Mucuri. "Martius sentiu com agudeza o problema, mas não o deixou solucionado." (Olliam José, 1965, p. 16). Em sua lista das tribos, informa que os Coroado ou Croato de Minas Gerais eram os Goitacá ou Waitaca procedentes do litoral fluminense que migraram para as cidades de São Geraldo (ex: Várzea do Presídio), Visconde do Rio Branco (antigo São João Batista do Presídio), Ubá (ex-São Januário do Ubá), Dona Eusébia, Astolfo Dutra (ex-Pôrto de Santo Antônio) e Cataguases (antigo Porto dos Diamantes). Avançaram até a Serra de São Geraldo, as cabeceiras do Rio Doce e os municípios de Piranga (antigo Guarapiranga) e Alto Rio Doce.

Para os Koropó ou Cropó, o autor cita Nelson Coelho de Senna que também dá a eles origem Goitacá, vivendo no início do século XIX, nas terras próximas ao Rio

Doce e Jequitinhonha. Para os Pury, habitantes de terras possíveis de ouro, traz a informação de que viveram até o início do séc. XIX nas terras em que surgiram, Ervália, Guiricema (antigo Bagres), Mirai (ex-Brejo de Santo Antônio), Muriaé (antigo São Paulo do Manuel Burgo), Volta Grande e Leopoldina (ex-Feijão Cru) - refúgios dos Pury – as paragens dos Rios Sapé, Pomba, Pardo, Muriaé e Bagres até as colinas próximas à Serra da Onça entre outros municípios mineiros, bem como ao sul do Rio Doce e já nas margens do Ribeirão São Manuel, fronteiro com o Espírito Santo.

Oliam José não concorda com Nelson Coelho de Senna, que filia os Pury ao tronco Tupí por entender não haver razão, bem como terem diferenças sensíveis físicas e culturais. Concorda com Van Eschwege (1818, p. 125) que julga os Pury descendentes dos Goitacá como os Coroados. Considera os vocabulários dos Coroados ou Croato e Pury, praticamente, idênticos por conta da mistura entre eles nos territórios habitados. Informa que não há muitos dados sobre a língua Koropó e a considera extinta.

Silva Neto (2007), em seu trabalho de revisão da família linguística Coroados, proposta por Chestmir Loukotka (1937), cria um quadro comparativo de itens lexicais das línguas Coroados, Pury e Koropó coletados durante o século XIX por Eschwege, Martius, St. Hillaire, Ferreira Moutinho, Heinrich W. Schott e Torrezão. Nele objetiva normalizar os dados existentes das línguas Pury, Coroados e Koropó da forma fonológica. Confirma que o Koropó é um parente mais distante dentro da família. Considera as línguas Pury, Koropó e Coroados parte da família linguística Pury, segundo ele, todas já mortas. Propõe dois outros povos pertencentes a esta família: os Guarulhos e os Goitacá (região do atual município de Campos) também extintos e sem registros do idioma.

Alguns autores dos séculos passados, principalmente Eschwege, Maximiliano de Wied Neuwied e Martius descreveram os Goitacá, os Pury, Coroados e Koropó como de origens afins. Ehrenreich descreveu os Goitacá como um grupo linguístico à parte.

Já Ramirez *et al* (2015) em análise de línguas indígenas do Leste do Brasil (de São Paulo a Salvador), consideradas por eles extintas, argumentam que o Koropó, seria uma língua da família Maxakalí falada em uma região em que predominavam as variedades Pury. Assim como apresentam razões para excluir a família chamada por eles de Puri-Coroados das línguas Macro-Jê. Conforme autores:

1) As palavras koropó são muito semelhantes às suas correspondentes em puri e coroado, e ainda mais próximas do coroado por questões geográficas. Os koropó viviam no rio Pomba e os coroado no rio Xipoto, afluente do rio Pomba. Eram, portanto, povos vizinhos, casavam-se entre si e se juntavam às missões capuchinhas do baixo rio Paraíba.

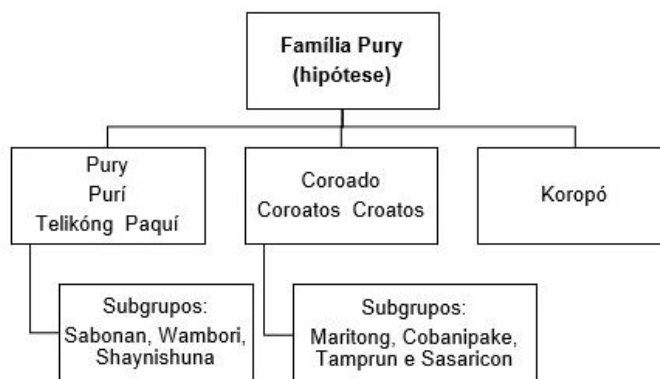
2) Excetuando-se alguns termos que talvez não sejam cognatos nem empréstimos, e avaliando as grafias usadas pelos naturalistas estrangeiros em uma época em que não havia normalização fonética, as palavras koropó e puri-coroado são até mais que semelhantes: são na realidade idênticas. Essa identidade das formas implica dizer que não é possível encontrar nenhuma regra de correspondência fônica entre o koropó e o puri-coroado. Dessa ausência de correspondências fônicas, decorrente da identidade formal entre as palavras, concluímos necessariamente que: - ou o koropó é igual ou quase igual ao puri-coroado; - ou a maioria dessas 36 palavras koropó são termos adotados do puri-coroado (empréstimos). Desse ponto de vista, a conclusão a que Loukotka chegou carece de logicidade. Com efeito, para Loukotka (1937), o koropó pertenceria à família puri-coroado como parente mais distante dentro desta família. Se esse fosse o caso, deveria haver formas semelhantes, e não idênticas, com regras de correspondência que comprovariam essa distância linguística. (pp. 228-229)

Em Adelaar e Brijen (2014) há citação aos Pury (Pury-Coroado), referente a coleta feita pelo viajante austríaco Natterer:

(...) dados de algumas outras famílias do Macro-Jê são abundantes. Eles incluem Bororo, gravado em várias de suas variedades, Chiquito (Tschikitos ou Guasaroka falados na Bolívia), Guató (Vuató) e Purí-Coroado, representada por duas de suas línguas, Coroado e Coropó. Nowotny (1949) menciona a existência de dados adicionais sobre Purí (Purí-Coroado), mas estes não puderam ser localizados entre as listas da Basileira. Eles podem ter sido perdidos, ou alguma confusão com Coroado pode ter ocorrido. [tradução nossa] (Adelaar E Brijen, 2014, p. 337)

O grupo chamado por viajantes de Pury - nome que não correspondia à sua autodenominação – se dividia em três subgrupos, segundo Métraux (1946, p. 523), Mason (1950 p. 295-296), bem como Rodrigues (1999). Os três subgrupos eram: Sabonan, Wambori/ Uambori e Shaynishuna/ Xamixuna, que também eram conhecidos pelos Pury da região de Guiricema (MG), segundo Nhãmãrrúre Stxutér. Os Coroado divididos em Maritong, Cobanipake, Tamprun e Sasaricon. Não subdividiram o Koropó.

Consideraremos as três línguas, Pury, Koropó e Coroado, geneticamente relacionadas e integrantes da família linguística Pury (figura 17), conforme a hipótese proposta por Rodrigues (1986, 1999), acrescidas de seus subgrupos (Métraux.1946, p. 523) (Mason. 1950 p. 295-296) para registro histórico e futuras pesquisas:

Figura 17: Família Pury (hipótese)

Fonte: autora

3.3.1 Características das línguas da família Pury

Čestmír Loukotka (1937) dedica a terceira parte de seus estudos sobre o Jê à família linguística chamada por ele de Coroado, que avalia independente no grande grupo primitivo do Jê. De acordo com ele, a família é composta da língua: dos Pury (com vestígios de Mašakali e Botocudo), que alega não terem seu próprio nome, dos Coroado (com vestígios de Mašakali e Botocudo), cujo nome real é desconhecido e dos Koropó (com traços de Kaingán) (p. 157).

Destaca que, conforme dados de alguns autores que estudaram relações de parentesco entre tribos nas regiões sul de Minas-Geraes, os Waitaka pertenciam a essa família. Por não conhecer nenhuma palavra da língua e não haver elementos linguísticos descarta qualquer classificação.

Relata que os vocabulários, além de antigos, não foram estabelecidos de acordo com as normas da fonética moderna. Sendo totalmente impossível determinar o som e a articulação das vogais e das consoantes. Portanto, tudo o que se refere em termos de fonética e acentuação tem um caráter hipotético.

Loukotka não viu possibilidade de estabelecer uma regra geral de acentuação nas línguas da família. Aponta a probabilidade que o acento tônico recaia na penúltima sílaba e em certos casos na última. Tem dificuldade de decidir quando uma vogal é curta ou longa e finaliza afirmando que todos os dados são duvidosos. O autor apresenta alguns exemplos de mutações ou alterações fonéticas.

Comparou itens lexicais das línguas dos Coroado, dos Pury e dos Koropó coletados durante o século XIX por Eschwege (L. W. von) e Martius (Dr. Friedr. Phil. von) - consideram terem publicado o mesmo vocabulário, Ferreira Moutinho (Joaquin)

com notas muito inseguras, Schott (Heinrich W.) e Torrezão (Alberto Noronha), Balbi (Adrian) e Saint Hilaire (Auguste de):

Para as línguas que vou tratar, temos 14 documentos linguísticos: 7 para os Coroados, 4 para os Pury, 3 para os Koropó. Eu usei 12 desses documentos, faltando 2 que eu não pude ver, nem sei o título do trabalho em que foram publicados. É um vocabulário da língua dos Coroados e um dos Koropó que de acordo com dados bastante vagos de Martius (ver Ahreviatures), teriam sido direcionados por um membro da expedição austríaca ao Brasil em 1815-1817, Schott. Eu duvido que esses vocabulários tenham sido impressos. Eu tinha bem, que usam uma parte do vocabulário koropó que Martius reproduziu e da maneira que este grande sábio imprimiu seu material. (Loukotka, 1937, p.159)

O autor considera a língua dos Pury muito próxima da dos Coroados, quase um dialeto diferenciado ligeiramente. O que não detecta na língua dos Koropó. Aponta que grande parte de formas e palavras é estranha à família, sendo muito mais parecidas com outras famílias linguísticas do grupo Jê (p. 158).

3.4 Último falante: Nhãmãrrúre Stxutér Kaiá

Nhãmãrrúre Stxutér Kaiá - Felismar Manoel⁸⁹ pertence à família ancestral tronco Kaiá, que são os guardiões das raízes. Seu nome étnico equivale no português a “água entre barrancos”, sendo o mesmo que “córrego tranquilo ou bonito”. Nasceu em 18 de abril de 1939 em uma aldeia rural próxima ao Povoado Cruzeiro dos Gregórios, distrito Tuiutinga, município de Guiricema, na Zona da Mata de Minas Gerais e integrante da terceira geração de nativos do povo Pury daquela região.

3.4.1 A escolha do nome

Nhãmãrrúre Stxutér⁹⁰ relata que, após nascer, foi iluminado pela luz do azeite até ser apresentado à lua alegre, cheia (petára koiakón), conforme costume dos Pury da região, quando a mãe lhe dá seu nome infantil, “Marín”. Foi instruído por sua mãe (inhã) Maria Soares, “Marikinha Pury” (Pury de segunda geração), e por seu preceptor

⁸⁹ É Doutor em Ciências da Religião, pelo Seminário Santo André, SETESA, RJ. Mestre em Ciência da motricidade humana, pela UCB, RJ. Especialista em Docência Superior pela IBMR, RJ, e em Psicanálise Clínica com supervisão didática, pela SFPC, RJ. Especialista em Psicomotricidade Sistêmica, com Formação Didática pelo CEC RJ. Bacharel em Fisioterapia pelo IBMR, RJ, e em Filosofia pelo SETESA, RJ, e em Teologia pela SETESA.

⁹⁰ Até 2013, Felismar Manoel utiliza a escrita de seu nome étnico ‘do modo dos brancos’ Nhãmãrrúri Schuteh em seu blog e em seu livro, pois escrevia, segundo ele, para fora de seu círculo étnico. Após assumir a escrita da fala, ensinada por seu ‘Tio Juka’, passa a escrever no blog e em outros espaços ‘do mundo dos brancos’: Nhãmãrrúre Stxutér. Escolha essa, seguida pela autora em toda dissertação.

Pury (opê-tarré) Xico Mariano, (Pury de segunda geração), até seus seis ou sete anos (conforme costumes Pury).

A partir daí, passou a receber aprendizado e treinamento através do ancião Pury (opê-antár) - originário da floresta - Txina Pury - Kaiá (família ancestral Kaiá - Guardiães das Raízes - Zona da Mata, Minas Gerais), líder da aldeia rural (ambó goára), passando a chamar Nhãmãrrúre e treinado na medicina Pury para ser um curador da comunidade (opê-ndonde).

3.4.2 Ancestralidade e tronco ancestral

Segundo Nhãmãrrúre Stxutér:

“As informações da geração matriz, originária da floresta até a terceira geração, já rural, na qual faz parte, consta das instruções dos ancestrais, transmitidas nas aldeias organizadas, que eram habitantes da bacia do Rio Doce, desde tempos muito antigos, que subiram o fluxo das águas e foram se instalar no Vale das Ervas Curativas (Dotapá Muúm unhúm môdzople-ndonde), região de Ervália, que fugindo dos ataques dos invasores brancos, cerca dos meados de 1700, desceram os rios dos Bagres, Xopotó, São Geraldo e Pomba, e foram habitar nas cercanias de suas margens. Faz parte da Geração Matriz originária das florestas Perruã Pury (adotou o nome Indira), sua bisavó casada com Tongo Mina, sendo seus filhos a primeira geração fora da floresta, Deco Pury, Maria Graciana e Juka Pury. A segunda geração foram os filhos e filhas de Maria Graciana, entre os quais inclui minha mãe Maria Soares, sendo seus filhos a terceira geração. Maria Soares (Kaiá), com a marca étnica no rosto, mãe de Felismar, casou-se pela segunda vez com Felício Manoel Julinho, não indígena. Nosso povo considerava comunidades amigas e confiáveis, os Pury, os Coroado e os Coropó, da região de Ubá, mas sofreu agressões dos Coroado da região de Pombas, por isso se deslocou para a região de Cataguases, Miraí, Muriaé, Manhuaçu, Guiricema e Guidoal, sendo todos oriundos do Vale das Ervas Curativas, onde situa Ervália ; saíram de lá por volta do ano de 1750, seguindo o Rio dos Bagres, o Rio Xopotó, córrego São Geraldo e Rio Pomba, lá encontrando os outros parentes que desceram também o mesmo Rio Pomba. Habitaram as margens desses rios, tomando seus fluxos de retorno, quando foram agredidos por grupos de Coroados de Pombas mancomunados com fazendeiros portugueses. A partir dessas localidades, houve dispersão em comunidades menores, seguindo o curso de rios e córregos da região, conforme me era narrado pelos ensinamentos nas narrativas dos mais velhos e por meus Opê-tarré e Opê-antár.” (Nhãmãrrúre Stxutér, 2020)

3.4.3 O aprendizado da língua na comunidade

Na comunidade até 1946 (seus sete anos), se usava a língua Pury e o Português nas conversas entre os Pury com muita reserva, foi então que:

“O opê-antár da aldeia rural – seu único modelo de pessoa com tenacidade que conheci na infância, a quem eu passei a considerar como um sábio, na minha adolescência se recusava a falar português

- Para meu aprendizado da língua Pury, as figuras chaves foram minha mãe e meu tio Xico Mariano, quem foi meu opê-tarré – uma pessoa muito singular na aldeia e entre todos da sociedade local. A partir de 1947, tudo ficou mais difícil, porque além dos gestos de má vontade e desconfiança, houve proibição de usar as línguas indígenas por parte das autoridades - que buscavam unificar e fortalecer o uso da língua portuguesa -, o que nos levou a adotar formas escritas dos falares Pury, usando a escrita com elementos da língua portuguesa do Brasil, graças as orientações de meu tio Juka Pury. E assim, continuei meus treinamentos até 1951, só terminando com a morte de nosso Opê-antár Txina Pury Kaiá, nesse ano. Comecei também, em 1947, a frequentar a escola dos brancos, me preparando para a aquisição de expertise especial comum dos brancos, decidindo eu ser padre e professor, para estar mais presente junto a população, para a qual busquei a formação dos frades franciscanos. Por volta de 1950, creio, como aluno da Escola da Professora Maria da Glória Lessa, fiz a saudação de boas-vindas ao Bispo Católico Romano Dom Delfim Ribeiro Guedes, em sua primeira visita pastoral diocesana ao povoado de Cruzeiro, ocasião em que, após pedir licença publicamente às autoridades presentes, dirigi-me aos parentes Pury, saudando-os em nossa língua, nosso kuaipikinda (idioma), na época, já bastante apagada, pois o desencorajamento do uso das línguas indígenas já existia desde o final da década de 1930.” (Nhãmãnrúre Stxutér, 2020)

Relembra o trecho em Pury da saudação de boas-vindas feita como aluno da Escola da Professora Maria da Glória Lessa ao Bispo Católico Romano Dom Delfim Ribeiro Guedes, na qual se dirigiu aos môtsatê ío môtsatébué (parentes e parentas da etnia), afirmando seu compromisso:

“(…) Quero pedir licença aos ‘maiores’ entre nós, para fazer uma saudação ao povo da etnia pury, usando a língua de nossos ancestrais: Môtsatébué ío môtsaté tamatíme!
(Parentas e parentes amados!)
Pánpapén karáetxí, arengê arrmã kuméma unhúm
(Nós temos nestes tempos, gente opositora de)
pankoíuátxemim, koíuádaí, koíuápiikínda.
(nosso falar entre nós, falar claro, falar nosso idioma pury – língua de nossos ancestrais).
Gá muiá cuiátemúrre unhúm birruá kumema txemím pury,
(Eu quero afirmar de parte da minha gente),
gá toníu rrúne tlegapô gandeún tekondé panmôtatxarríu pury,
(eu serei um lutador para guardar nossos valores pury),
karaítxí, krokón môkarádiér íu unhúm toníu itxí.
(agora, difíceis esses dias e no futuro).
Gá papún krupanhakaé iuá karáutxó rré
(Eu tenho conformidade que aqui é)
dotapámuúm, itinga txemím pury.
(solo apropriado, lugar preferido do povo pury).
Nhanandú ksapernhé tinxú erekén panhiké!
(Deus abençoa todos nós!) (Nhãmãnrúre Stxutér / Felismar Manoel
(Cruzeiro, Guiricema, MG)

Segundo Nhãmãnrúre, a língua pury falada em Guiricema (MG) era também denominada, como *koíuádaí*, que quer dizer “falar claro”; também se diz *koíuápiikínda*, querendo dizer que é língua de muitos, se referindo ao idioma.

Relata que, após convicção de que os invasores não valorizavam de fato as pessoas indígenas, *môsimeón*, o Idioma Pury (purú) passou a ser “falado” de dois modos, pelo Povo Pury em geral: o modo *koíúádaí* (falar claro entre pessoas confiáveis), e o modo *gepáure* (usado em confronto com pessoas não confiáveis), se diz *gepautxína* ou *gepauxína* (*txina* se refere a “coisa de branco”). Neste modo, são usadas apenas as sílabas temáticas, afirmando a ideia de entendimento falso, murmuração, falar para si próprio, pois de fato, só quem fala sabe ao certo o que está dizendo, causando compreensão falsa em quem não é Pury quando ouve.

3.4.4 Motivação de escrever um livro com falares e fazeres Pury

Nhãmãnrúre Stxutér relata que:

“enquanto a segunda geração pury assimilava os valores da cultura e religião católica dos brancos invasores, tornando-se uma população “caipira”, de certa maneira dócil em seu apagamento das origens, constituía-se instrumento útil às manobras de hegemonia dos algozes brancos invasores – com surgimento de alguns raros jovens destemidos e prudentes conservadores da herança étnica pury, surgiu na terceira geração bom número de jovens, como um povo desconfiado das posições dos brancos invasores e da massa popular que se formava em seu apoio e dependência. Os resultados das estratégias adotadas pelo terceiro encontro de lideranças pury da região, em 1903, ao se perceber que não se conseguia manter as aldeias tradicionais, decidiram por organizar o povo em aldeias rurais mais simples, compostas de famílias em comunidades e estas compondo as aldeias, estruturadas no conselho dos mais velhos, nas instruções dos opê-tarré, nos cuidados dos opê-ndonde e na autoridade de um opê-antár. Começaram a surgir de modo efetivo, unindo esforços e apoios de alguns remanescentes dos povos originários como fontes de memórias e saberes (de modo prudente), mais outros da primeira e segunda geração, assumindo postos de serviços dos brancos (onde podiam trazer alguns benefícios à etnia), e valendo-se dessa posição “privilegiada”, fazer o que tivesse ao alcance em favor dos valores culturais e espirituais do povo pury originários das florestas. (Nhãmãnrúre Stxutér, 2020)

Sendo assim, ao assumir, em 1957, a função de professor na Escola Municipal Felício Rufino da Silva para alunos da comunidade do Valão, Pé da Serra de Tuiutinga – Guiricema (MG) -, objetivando atuar junto à população local de descendência Pury, e implantar um projeto de resgate da cultura e da língua Pury, Nhãmãnrúre Stxutér planejou atividades com adesão das famílias Pury, pós conscientizadas. Chegou a iniciar o projeto e teria a primeira avaliação de impacto em 1960.

Em 1958, apresenta a ‘Dança dos Caboclinhos’ (Dança das Fitas Coloridas), com as seis cores do milho no Mastro do ‘Grande Espírito Protetor’, o ‘Senhor do Tempo e da Fatura’, Tupã, na festa de São João Batista (24/06). Dança essa que

sofreu aculturação da originária 'Dança das Cordas', feita no auge da Festa da Floração do Milho ou da Fertilidade, no solstício inverno, no período da lua cheia, adquiriu traços da cultura europeia e é vinculada, assim como outras festividades Pury, ao calendário das festas religiosas.

Várias comemorações eram feitas durante o ano, sempre ligadas a Terra e ao que ela oferecia. As comemorações começavam com a Festividade da Enchente das Goiabas, no equinócio do outono, lua nova de março, período das cheias dos rios e encerravam no solstício do verão. As festividades Pury ocorriam sempre na lua cheia, com motivações específicas, estações do ano específicas com cantos e danças para cada. Ressalta que, na dança dos caboclinhos ele encontrou adesão da Profa. Maria da Glória Lessa - ícone da educação primária na região -, que a reproduzia no recreio de suas classes de estudantes e que era comum no aldeamento, até o século XX.,

Ainda em 1958 teve de migrar para o Rio de Janeiro em busca de sobrevivência financeira e, infelizmente, não conseguiu aplicar o vocabulário Pury que elaborou para trabalhar com as crianças de sua turma. Trouxe com ele esse vocabulário, escrito à mão em papel de palha de arroz. Residente em áreas precárias por conta de suas atividades com comunidades de baixa renda e numa delas, em Duque de Caxias (RJ), por conta de uma enchente que durou três dias, teve todo seu material acadêmico imergido durante esse tempo, incluso o vocabulário.

Muito daquele material acadêmico se perdeu, mas o vocabulário pode ser salvo, apesar de estar compactado pela umidade e borrado. Foi guardado numa estante sem perspectiva de um dia ser utilizado. Até que em 2013, dando aula na Universidade, começou a produzir algumas memórias de seu tempo de aldeia Pury, onde foi formado até os 15 anos, e foi postando num blog que criou para atender suas necessidades acadêmicas. Foi contatado por Marcelo Lemos e, no início, ficou em dúvida se era apenas mais um desses curiosos intelectuais que se debruçam sobre as questões indígenas sem muita alteridade. Após algum tempo, via Marcelo Lemos, conheceu Pury do Movimento de Ressurgência Purí interessados na língua Pury.

A partir daí, começou a pensar em recuperar o vocabulário Pury que havia guardado. As folhas estavam tão agarradas, que precisou de uma pinça para soltá-las e transcrever daqueles rescaldos as palavras para um caderno. Depois disso, Níama Telikóng, no início de seu Mestrado, organizou o conteúdo que, com apoio da FAPERJ, através do Projeto coordenado pela Profa Dra Tania Clemente de Souza, resultou em

um livro impresso. Há ainda outras anotações que ele tem coletado e colocado em ordem para uma futura atualização do conteúdo impresso.

Nhãmãnrúre Stxutér julga que fazendo isso, está cumprindo o compromisso que o Povo dele assumiu no 3º Encontro de Lideranças Pury da região, quando ficou acordado que cada aldeia enviasse os garotos mais audazes e inteligentes, - ele foi um desses-, para estudarem nas escolas de branco, buscando o domínio das expertises profissionais e depois voltarem às aldeias para ajudarem o Povo étnico. Considera que graça a Deus / Dokóra com a ajuda de Tupã está cumprindo o que foi compromissado a ele: estudar no seminário, torna-se padre e professor, voltar e ajudar os Pury.

Relembra as ‘Pukitanas Pury’, como era conhecida pela população, o grito de afirmação étnica Pury, que se perdeu à medida que foram desestruturadas as organizações das aldeias rurais Pury. Ocorria durante os cantos e canções, quando se pronunciava o ‘Rrô Puky’, todos os Pury dispersos e presentes na multidão, emitiam seus gritos de afirmação étnica, em um unísono ondulante e agudo.

Sendo que, em 1957, em Cruzeiro, por ocasião da “dança dos caboclinhos”, em homenagem a São Sebastião, dentro da capela da vila, quando seu opê-tarré, que dirigia a roda de dança, quando bradou o Rrô Puky, quase não mais se percebeu, além dele, o grito de afirmação. Nhãmãnrúre Stxutér associa dois motivos do silenciamento:

“ alguns por medo de perseguições, e outros, emudeceram o seus gritos, porque já começavam a assimilar a versão dos inimigos, a versão dos bugres, de que ser pury, ou ser índio, era uma condição inferior, de atraso intelectual, ou fraca inteligência. Foi muito triste constatar, mas não o suficiente para eu desistir. Continuei me afirmando pury, com consciência e ufanía de o poder ser, como aprendi com minha inhã (mãe), meu opê-tarré (instrutor) e nosso opê antár (chefe ancião da aldeia). Um apelo aos artesãos dos saberes pury e cantantes de nossas canções do agora: Quem nos dera ouvir de novo! ‘Cantem e dancem embalados por nossas canções e resgatem por nossas canções, a nossa afirmação étnica, produzindo o entusiasta alarido, agudo e ondulante de nosso Rrô Puky! Ténu-arrí! (Nhãmãnrúre Stxutér, 2020)

4 A RETOMADA E A REVITALIZAÇÃO DA LÍNGUA PURY

Enquanto houver um indivíduo que reivindique sua identidade étnica, as línguas silenciadas ressoam no nome desse Povo (SOUZA-2020, 2021).

4.1 A Língua Pury e as condições históricas de seu silenciamento

Ao refletir sobre os motivos que levaram o Povo Pury, etnônimo Pury (Puriú/ Poriei/ Pories /Pouris Purí, Puari, Puqui/Pucki) não autoproclamado, a deixar de falar sua língua e estar, hoje, em movimento de ressurgência, segundo a autora, enquanto etnogêneses, processo também conferido por Gersem dos Santos Luciano, líder Baniwa do Alto Solimões e antropólogo,

(...) desde a última década do século passado vem ocorrendo no Brasil um fenômeno conhecido como “etnogênese” ou “reelinização”. Nele, povos indígenas que, por pressões políticas, econômicas e religiosas, ou por terem sido despojados de suas terras e estigmatizados em função dos seus costumes tradicionais, foram forçados a esconder e a negar suas identidades tribais como estratégia de sobrevivência – assim amenizando as agruras do preconceito e da discriminação – estão reassumindo e recriando as suas tradições indígenas (Luciano, 2006, p. 28).

levou a autora a ler várias fontes primárias desde o século XVI sobre o povo para entender a realidade dos Pury no passado e na atualidade, assim como levantar a questão sobre ser possível também ‘ressurgir’, ‘revitalizar’, ‘retomar’ a língua Pury, tida como língua ‘morta’, ‘extinta’ ou ‘ressuscitá-la’ como apontado pela linguista Januacele da Costa, da UFPE, em 2007, na revista Super Interessante (on line):

“Ao contrário das pessoas, línguas podem ressuscitar, desde que o conhecimento seja preservado (num dicionário, por exemplo) e passado adiante. Foi o que aconteceu com o hebraico, que sumiu na Idade Média – quando passou a ter somente uso litúrgico – para renascer como o idioma oficial de Israel. Se a língua morre sem registro, ela é considerada extinta.”⁹¹

somado a questão sobre ser possível ‘ressurgir’, ‘revitalizar’, ‘retomar’ a língua dos Pury Originários, quando os apontamentos que os localizaram em MG, RJ, ES e SP, deram indícios de que não havia uma única modalidade da língua. O próprio livro de Nhãmãnrúre Stxutér (2022) registra um vocabulário dos falares e fazeres dos Pury das três aldeias em que conviveu e a diversidade de escrita e sentidos nos registros dos coletores/anotadores.

⁹¹ Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/quantas-linguas-sao-faladas-no-brasil> Acesso em: 16/05/18.

Enquanto isso, a partir do movimento de autodeclarados/as Pury no século XX, há novas formas de comunidade, mesmo que dispersas, e há uma busca dos registros históricos (fontes primárias) e das memórias afetivas⁹² numa ressignificação da cultura e da identidade. O que nos leva a discussão sobre a 'dispersão' do Povo, que podemos considerar diáspora, e os motivadores à 'extinção', ao 'abandono', ao 'silenciamento' e ao 'ressurgimento', à 'retomada', a 'revitalização' do uso da língua 'esquecida' na memória, 'morta' ou 'extinta' por imposição.

Na história oficial, a extinção do Povo Pury foi dada no Censo Geral (1872) do Império (1822 a 1889), o primeiro da história do Brasil, quando classificados como "pardos" (os que se declararam mulatos, caboclos, cafuzos, mestiços, mamelucos etc. e os indígenas que viviam em aldeamentos ou postos indígenas) sob a alegação de que não eram mais puros; porque a maioria desapareceu dos aldeamentos; ou por estarem espalhados, fazendo parte da população geral.

Como política indigenista, até meados do século XIX, o encobrimento da identidade originária, o esvaziamento das raízes culturais (incluindo a língua) e a 'dispersão involuntária' se deu por estarem dentro de áreas de riquezas como o ouro à época da invasão. Novamente, o paradigma da extinção torna permissiva aos indígenas arredios, entre eles o Pury, à colonização e à escravidão nas "guerras justas" e "proteção" aos aliados.

E, como reforço do 'emparedamento', tendo o paradigma da extinção como política indigenista no processo de miscigenação e de invisibilidade da etnia Pury, além dos censos até 1980, outros documentos oficiais, como alguns livros de batismos registram os Pury como 'pardo'.

Uma história de conflitos, confrontos e rupturas, motivadores ainda da "cultura do silêncio" (Freire, 1976) desde a invasão europeia como forma de defesa e manutenção dos que conseguiram 'se resguardar embaixo da pedra', como informa o Pury Neném Lupin de Araponga (MG): "Aqui em Araponga foi colocado uma pedra sobre os Pury" e essa pedra, segundo ele, por um lado, serviu de apagamento histórias muito tristes e viverem outros problemas e, por outro, muita coisa antiga boa foi pra de baixo dela também. Que foi preciso ser sábio ao mexer na pedra, pois não serem mais vistos externamente como indígenas durante muito tempo evitou

⁹² Matos (2004) avulta sobre a memória de uma pessoa, afirma que essa é composta por um conjunto de referências sociais, onde sua identidade é idealizada no tempo presente em conformidade com os fundamentos adquiridos ao longo da vida.

problemas que não queriam voltar a ter. Esse gesto, na contramão da extinção, investe no silenciamento como linha de fuga, de resistência.

Logo, “não há como não considerar o fato de que a memória é feita de esquecimentos, de silêncios. De sentidos não ditos, de sentidos a não dizer, de silêncios e de silenciamentos” (Pêcheux, 2009, p. 53).

Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi (2007) em seu livro: ‘As formas do silêncio: no movimento dos sentidos’ aponta diferentes abordagens e concepções de silêncio, desde aspectos culturais a determinações políticas e histórias. “Não podemos observá-lo senão por seus efeitos (retóricos, políticos) e pelos muitos modos de construção da significação” (Orlandi, 2007, p. 46).

Os indígenas não falavam nos relatos da história do Brasil, eram falados pelos cientistas, políticos como argumento da retórica colonial, conforme atesta Orlandi: “Eles falam do índio para que ele não signifique fora de certos sentidos necessários para a construção de uma identidade brasileira determinada em que o índio não conta” (p.58). “O que nos leva a concluir que não se pode estar fora do sentido assim como não se pode estar fora da história” (p. 92).

No caso Pury, mesmo com a política indigenista adotada nos séculos passados ao ponto de classificarem a língua como ‘extinta’, ‘morta’, há um lembrador, último falante da língua Pury na modalidade de Guiricema (MG) que a retoma neste século XXI, ou seja, a ‘suposta’ extinção de uma língua nem sempre está ligada ao ‘suposto’ desaparecimento dos seus falantes. A discriminação e a proibição de seu uso em detrimento da língua dominante, alimentando o mito do Estado monolíngue - política de hegemonia da língua portuguesa -, levam a entender, não a extinção, mas o silenciamento dos falantes, mesmo que de forma tardia, conforme relata Nhãmãnrúre Stxutér em seu livro (2022):

A partir de 1947, tudo ficou mais difícil, porque além dos gestos de má vontade e desconfiança, houve proibição de usar as línguas indígenas por parte das autoridades - que buscavam unificar e fortalecer o uso da língua portuguesa -, o que nos levou a adotar formas escritas dos falares Pury, usando a escrita com elementos da língua portuguesa do Brasil, graças as orientações de meu tio Juka Pury. (Manoel, Felismar - Nhãmãnrúre Stxutér Pury (2022, p.6).

A postura de ‘Tio Juka Pury’ trazida por Nhãmãnrúre Stxutér demonstra a resistência ao que o não indígena tentou impor, utilizando a escolarização na cultura hegemônica na conservação dos falares e fazeres do Povo Pury da região, “(...) tal como um homem traz no rosto a semelhança natural com os seus antepassados,

assim é bom que se possa aperceber naquilo que escreve a filiação dos pensamentos que ficaram gravados na sua alma” (Foucault, 1992, p.152).

A estratégia ensinada por ‘Tio Juka Pury’, com objetivo de preservar a língua, nos remete as ideias educacionais de Lúcio Aneu Sêneca (Córdoba, 4 a.C. — Roma, 65 d. C.) em sua obra Cartas à Lucílio. Para o autor, um texto destinado a outro leva a um exercício pessoal, porque quando escrevemos, lemos o que vamos escrevendo exatamente do mesmo modo que, ao dizermos qualquer coisa, ouvimos o que estamos dizendo.

Além disso, como define Souza (2021), “se as línguas se silenciam, estas não se calam. Não se extinguem. Migram para outros lugares. Há as línguas imaginárias, como as oficiais, e há as línguas fluidas”. Assim, “na política do silêncio a linguagem precisa dele para significar. Proíbem-se certas palavras, para proibir certos sentidos (Orlandi, 1995)”.

Isso posto, o resultado da iniciativa sobre ser possível também ‘ressurgir’, ‘revitalizar’, ‘retomar’ a língua Pury, tida como língua ‘morta’, ‘extinta’, ‘silenciada’ é difícil prever. Soma-se a isso a perda ou escassez de lembradores, guardiões dos falares e fazeres do Povo e a constatação que houve grande perda da história e da cultura do Povo Originário Pury por não vivermos mais em comunidade territorial.

4.2 Estudos anteriores de Pury sobre a língua

O primeiro relato que se tem notícia, enquanto aprendizado do falar Pury, é que, em 1996, o Sr. Jurandir de Araponga (MG), Jurandir Purí, iniciou um trabalho de pesquisa e difusão para os parentes das memórias afetivas e familiar da cultura e da língua Pury na região encontradas nos registros históricos. Ele apresenta aos Pury, pela primeira vez, dentre outras informações, o vocabulário de Torrezão e o canto que está registrado na obra “Viagem Pitoresca Através do Brasil”, de Johan Moritz Rugendas (1835, p.14), onde o autor descreve uma ‘Dança dos Purí’, num ritual de celebração: ‘ho, ho bugure ita najy!’ que traduziu como: “Salve, salve, o inimigo foi vencido!”

Desaldeados e sem aldeias e em busca da identidade coletiva, após ações afirmativas de Pury, iniciadas por Jurandir Purí, desdobradas, na década de 2010, em atividades realizadas num aldeamento cultural urbano multiétnico no bairro do Maracanã, no imóvel do Antigo Museu do Índio, houve a constatação do

pertencimento étnico e da autodeclaração de diversos Pury, bem como sinais de interesse pela cultura e língua.

Dauá Purí produziu o primeiro folheto com os verbos em Pury, baseado no Vocabulário Purí de Torrezão (1889) apresentado a ele por Jurandir Santos Assis, nosso Jurandir Purí, utilizando somente palavras provenientes daquele registro num primeiro momento e depois amplia sua produção de textos, músicas e histórias na língua pury com o Vocabulário da Língua Purí organizado por Marcelo Sant’ana Lemos (2012). Trazia também para nós as pesquisas que fazia junto ao Jurandir Purí (Araponga/MG), ao Pury Neném Lupim (Araponga/MG) e ao Prof. Willer Barbosa⁹³ (UFV/MG).

O Vocabulário da Língua Purí (Português-Purí) foi apresentado em 2012 com o propósito de dar suporte aos Pury no estudo do falar e escrever na língua. É composto de um compilado dos registros de 18 coletores que anotaram palavras e expressões Pury, num total de 426 verbetes e 39 expressões, a partir de documentos de Karl F. Philipp von Martius, Maximilian von Wied, Georg Wilhelm Freyreiss e Henrique Vicente Louzada Magalhães, relacionados aos municípios de Resende, São Fidélis e Itaocara, no Rio de Janeiro. Documentos de Dom Pedro II e Príncipe Maximilian de Wied, relacionados aos municípios de Vitória e Presidente Kennedy, no Espírito Santo. Documentos de Francisco das Chagas Reis Lima e Sheila Siqueira de Castro, relacionados aos municípios de Queluz e Bananal, em São Paulo. E documentos de Alberto Noronha Torrezão, Karl F. Philipp von Martius, Heinrich Wilhelm Schott, Phillipe Rey, Paul Ehrenreich, Wilhelm Ludwig von Eschewege, Georg Willhelm Freyreiss, Francisco de Paulo Ferreira de Resende e Edouard Ménestriès, relacionados aos municípios de Leopoldina, Guidoal, Visconde de Rio Branco, Abre-Campo, Mutum, Santa Rita do Etueto e Além Paraíba, em Minas Gerais. Alberto Noronha Torrezão (1889) que coletou na localidade de Abre-Campo, Zona da Mata, em Minas Gerais; Dom Pedro II (1860) em Vitória, no Espírito Santo de Pury do Aldeamento Imperial Afonsino; Karl Friedrich Philipp von Martius (1817-1820) na região do Rio Xipotó, Fazenda Guidoal e Aldeia de Cipriano, em Minas Gerais; Wilhem Ludwig von Eschewege (1814) na região do Presídio de São João Batista, atual

⁹³ O Prof. Willer Barbosa traz muito de nossos parentes em sua pesquisa: Barbosa, Willer A. Cultura Puri e educação popular no município de Araponga, Minas Gerais: duzentos anos de solidão em defesa da vida e do meio ambiente. 2005. 237f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

cidade de Visconde de Rio Branco; Francisco de Paula Ferreira de Resende (1870) nas aldeias ficavam pela margem do Rio Pomba, Roça Grande até a margem do Rio Paraíba e Feijão Cru (atual Leopoldina); Prinz von Wied Maximilian (1815-1817) próximo a uma fazenda de um furriel, em São Fidelis e no Quartel de Barreiras, a margem do Rio Itabapoana; Edouard P. Ménéstriès (1824) na fazenda de José Lucas, a 3 léguas ao norte do Presídio de São João Batista, numa aldeia Pury; Henrique Vicente Louzada Magalhães (1797) na Aldeia de S. Luiz Beltrão, na fronteira com Minas Gerais; Georg Wilhelm Freyreiss (1813-15) em viagens com Eschewge por Minas Gerais; Philippe Rey (1884) na aldeia de Etueto, na região do Rio Doce, na Província de Minas Gerais; Paul Ehrenreich (1885) na Região do Rio Doce e a margem do Rio São Manoel, tributário do Rio Manhuassu; e Heinrich Wilhelm Schott (1820) no vale do Paraíba. Atualmente, é o mais consultado.

Em abril de 2016, fizemos um encontro no Centro Cultural Aldeia Uchô Nhãmanrúri Purí-Coroado, em São Fidelis, RJ criado por Opetahra Purí, onde uma das propostas era estudar a língua pury. Lembro que levei a dissertação de Silva Neto (2007) para juntos tentarmos traduzir o que ele tratava, sem sucesso.

Éramos analfabetos em linguística e aproveitamos os dias que passamos lá aprendendo os cantos apresentados por Daniel Tutushamum Purí e fazendo vivência. Estávamos eu, Opetahra Purí, Fernando Araújo Lana - Kapua Lana Purí, Daniel Tutushamum Purí (que não pode ficar até o final por ter compromisso em São Paulo), Bruno Kuaorum Purí e Vanessa Txori Miri Purí. Em junho de 2016, criamos um grupo no *facebook*, que chamamos de PEN, na tentativa de desenvolvermos nossos estudos e adicionamos mais parentes. Daniel Tutushamum Purí trouxe jogos de palavras e frases, criados por ele, para treinarmos a construção.

Em julho de 2017, os Pury, presentes na 9ª Edição da Troca de Saberes/UFV, incluindo os que estiveram no encontro de 2016, em reunião de discussão sobre “Pensar, Falar e Escrever a Língua Purí Hoje” orientada pelos pontos de pauta aprovados, previa e coletivamente, pelos membros do Movimento. Nesse encontro, propus a pós-graduação *latu sensu* em linguística das línguas indígenas brasileiras na modalidade à distância, que foi aprovada e passou a ser uma demanda do coletivo. Além disso, assinalamos os seguintes encaminhamentos no aprendizado da língua Pury com a relatoria de Tuschahi Purí e Kapua Lana Purí:

Ponto 1 – definir e justificar se trabalharemos c família linguística Purí, só c a língua Purí e se usaremos dialetos e de línguas próximas do tronco Macro-Jê:

Para alguns pesquisadores a família Purí engloba as línguas Purí e Coroadó, cuja proximidade é tão grande que o Coroadó é considerado um dialeto Purí. O Coropó não é considerado a mesma família. Esgotar todas as palavras Purí, depois usar as do Coroadó. Estudar Loukotka. Definir Purí e Coroadó como mesma família. Consideração do coroadó como língua Purí, entendendo o Purí como uma grande matriz e família linguística que antes poderia ter variações dialetais. Quanto ao koropó, ainda há divergência entre os estudiosos acerca da família a qual pertence, estando presente no mesmo aspecto da família Purí, Maxakali e Kaingang. Quanto ao uso de outras línguas ou dialetos além da matriz Purí, melhor não utilizar por enquanto até o avanço dos resultados de estudos comparativos quanto à quais tem maior proximidade com o Purí.

Ponto 2 – fomentar estudo e pesquisa da estrutura das frases Purí e estrutura das palavras Purí: raiz, radical e seus afixos p criação de novas palavras: Praticar e conhecer as listas de palavras (material compilado por Marcelo Lemos), localizar as lacunas e, a partir disso, discutir a possibilidade de criar palavras. Respeito à lógica de pensamento e da fala Purí. Por exemplo, em relação à sintaxe, à ordem das palavras, nos registros das frases preservadas, se percebe a ordem SOV (sujeito, objeto e verbo). Como se no português, invés de dizer: “a criança bebeu leite”, se dissesse: “criança leite bebeu”. Fomentar o exercício de buscar raiz e afixos das palavras e buscar, dentro dos critérios anteriores, formar neologismos quando necessário. Caminhos para aperfeiçoar o aprendizado: Cantos e Jogos (Jogos, a serem praticados tanto por adultos, quanto por crianças, começando desde cedo o ensino bilíngue, focando na língua mãe nativa. Como exemplo o jogo Kuaytikindado criado por Daniel Purí que pode compartilhar com os parentes a fim de ajudar a pensar e praticar a estrutura da língua Purí). Quanto ao material artístico já produzido como músicas e poesias, manter na forma como foram feitos compostos e tidos como momento de transição. Novas produções de cantos e textos deverão seguir as novas regras. Cantos devem ser compartilhados com letra, tradução e áudio.

Ponto 3 – Criar grupo de estudo e pós-graduação *lato sensu* (360 horas) a distância (§ 1º do art. 80 da Lei 9.394, de 1996) na UFV, voltado para linguística, onde haja espaço para que o trabalho de conclusão ou monografia possa ser sobre a língua Purí. Formar grupos de discussão mais amplos para o desenvolvimento da comunidade de falantes, essencial para a revitalização e manutenção da língua. Propor para a UFV um curso de pós-graduação *lato sensu* à distância (anteprojeto elaborado por Náma Purí) - 15 de julho de 2017.

Em outubro do mesmo ano, em reunião na UFV sobre o curso de pós-graduação *lato sensu* à distância, como desdobramento das deliberações do coletivo da 9ª Edição da Troca de Saberes/UFV, onde participaram eu, Dauá Purí, Kapua Lana Purí e Daniel Tutushamum Purí, foi acordado elaborarmos um formulário para levantarmos a demanda de possíveis interessados em fazer o curso. Após criarmos e ser aprovado, divulgamos. Paralelo a isso, elaborei um Anteprojeto do curso com a contribuição dos demais participantes a ser apresentado à UFV.

Em 2018, encerro o grupo PEN do *facebook* e abro um grupo de estudo no “*watzap*”. Abri este grupo de estudo da língua Pury por entendermos que estávamos tendo dificuldades em avançar no estudo coletivo e a ferramenta era mais propícia

aos nossos objetivos. Além de precisarmos aprender nossa língua, precisávamos discutir sobre o curso. O material que produzimos recebeu o nome de *Káya-pran yá-moêni Pukí Kuaytikíndo Mogákin-dahâm* (Grupo que Purí idioma examinar / Grupo de pesquisa da língua Purí) dado por Daniel Tutushamum Purí. Por divergências do que manter, o que cortar ou o que alterar e, a falta de um linguista para ajudar nas decisões, o trabalho parou e o grupo se dissolveu. Acredito que o material produzido pelo grupo não tenha sido utilizado por ninguém após a dissolução.

No primeiro semestre de 2019, participei de forma presencial do curso de extensão “Plurilinguismo, Política Linguística e Línguas Brasileiras”, do Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som – LABEDIS/UFRJ. Na época, conversei com Maycon, integrante da organização do evento, sobre a nossa necessidade de um curso de extensão à distância em linguística da língua Pury (para nos prepararmos como multiplicadores do ensino da língua) com vistas à pós-graduação *latu sensu* em linguística das línguas indígenas brasileiras na modalidade a distância (demanda apresentada em 2017 na Troca de Saberes/UFV). Ele me apresentou à Profa Tania Conceição Clemente de Souza, coordenadora do LABEDIS/UFRJ, que, prontamente, abraçou nossa causa e realizou junto com a Profa Ana Suelly Arruda Cabral, coordenadora do LALLI/UNB, o Curso de extensão “Política Linguística e retomada/revitalização de línguas indígenas – um tributo a Aritana Yawalapiti” como um primeiro passo da realização de minha solicitação. No segundo semestre do mesmo ano, ingresso no Mestrado Profissional em Linguística e Língua Indígenas/PROFLLIND da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ para entender o funcionamento da língua Pury a partir dos conteúdos ministrados e buscar suprir a lacuna do linguista percebida à época da dissolução do grupo de estudos.

No primeiro semestre de 2020, o primeiro projeto de pesquisa no Mestrado com desdobramento na escrita futura da monografia tinha como objetivo criar condições de aprendizado *on line* do “Pensar, Falar e Escrever a Língua Pury Hoje” a partir do levantamento de documentação pertinente na perspectiva de revitalização da língua. Trazia como proposta: a pesquisa bibliográfica e seleção de teorias e modelos de revitalização de línguas indígenas, visando a aplicabilidade na realidade atual da Língua Pury; a pesquisa bibliográfica dos estudos de Linguística Comparativa acerca da estrutura da língua falada pelos Pury Originários; a pesquisa bibliográfica dos estudos dos aspectos gramaticais da língua Pury: fonologia, morfologia, sintaxe,

semântica e recurso linguísticos; e a experimentação de aprendizado em um grupo *on line*.

Em abril de 2020, criamos um Grupo de Estudo – Língua Pury com 4 integrantes. Antônio Dutra – Tindaíuô Kongré Pury convidou seu amigo linguista Prof. Gean Nunes Damulakis para nos ajudar na interpretação dos sons fala na língua Pury, que fez a tradução do texto de Ehreinreich para nos ajudar. Realizamos encontros virtuais quinzenais para organizarmos o conteúdo de aprendizado do Falar Pury. Trabalhávamos agrupando e comparando as palavras com mesmo significado das listas dos coletores/anotadores e, após ingresso de Nhãmãnrúre Stxutér Kaiá, buscávamos as que mais se aproximavam das conhecidas pelo lembrador e falante da língua, quando era possível. Não primávamos pela escrita e sim pela fala. Não tinha compromisso com a grafia dos registros dos coletores/anotadores. Serviam apenas para entendermos o som com a ajuda do Prof. Gean propor uma representação gráfica para cada som encontrado.

Paralelo ao Grupo de Estudo, no segundo semestre de 2020, criamos um grupo experimental com 10 participantes para o aprendizado, que levou o nome de Falar Pury - Kôíuá-Pikínda Pury (fala de muitos, fala de todos - idioma Pury) e teve duração de três meses com tarefas e avaliação semanal. Ele foi criado tendo como objetivo o exercício da fala a partir da escuta de gravação e reprodução em áudio pelos participantes como exercícios de treinamento, pois, segundo Nhãmãnrúre Stxutér Kaiá, “enquanto aprendizado pury, não havia nenhuma preocupação com os sinais gráficos, letras etc., apenas havia a palavra e sua conceituação.” Contou com o apoio de Antônio Dutra – Tindaíuô Kongré Pury na pesquisa e gravação de áudios das palavras e sentenças em microsséries temáticas.

A metodologia empregada foi o uso de exercícios estruturais (iniciar com o básico para depois criar as estruturas de comunicação) sugeridos por Nhãmãnrúre Stxutér Kaiá: “Nós valorizamos a forma estrutural de uso, pois nosso cérebro cria os engramas de grupos neuronais que gerencia a forma comportamental, criando padrões de memórias mneumas com mudanças físicas no tecido cerebral - fica mais dúctil - facilitando a evocação desses padrões mais rapidamente como lembranças, quando necessário.”

Elegemos uma palavra para cada significado e, sempre que utilizarmos uma palavra que não constasse no vocabulário e sim do Nhãmãnrúre Stxutér Kaiá, explicávamos o uso.

Enviávamos um vídeo da microssérie "Vamos falar Pury", gravados por Antônio Dutra – Tindaíuô Kongré Pury, três vezes por semana e o resumo do conteúdo a ser trabalhado na semana:

<p>Vamos falar Pury - 06 [GO'ARA] e [KO'ARA]</p> <p>Vamos falar Pury - 07 [GA-GO'ARA]</p> <p>Vamos falar Pury - 08 [GA-TA'RRÉ] [GA-PNHÃ]</p> <p>Vamos falar Pury - 09 [GA-AN'TARR] [GA-TINTI'NHÃ]</p> <p>Gravando em Pury num áudio:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Minha mãe (nome da mãe) - Meu pai (nome do pai) - Minha avó (nome da avó) - Meu avô (nome do avô) 	<p>REGISTRO DO MATERIAL UTILIZADO:</p> <p>Escrita:</p> <p>Velho: <u>tahé</u> (Torrezão, Alberto Noronha)</p> <p>Pai: <u>charé</u> (Torrezão, Alberto Noronha)</p> <p>Pai: <u>tarré</u> (lebrador Felismar)</p> <p>Mãe: <u>inhan</u> (Torrezão, Alberto Noronha / lebrador Felismar)</p> <p>Avô: <u>antah</u> (Torrezão, Alberto Noronha)</p> <p>Avô: <u>antá</u> (às vezes antar) (lebrador Felismar)</p> <p>Avô: <u>tijnhan</u> / <u>tijnhan'</u> (Torrezão, Alberto Noronha)</p> <p>Avô: <u>tintinhã</u> (lebrador Felismar)</p>
--	---

Também trabalhávamos com a memória afetiva do lebrador (2)

<p>Vamos falar Pury - 10 [O'MI] 01; [KURI'RI] 02; [PRIKO'TI] 03; [KORA'KI] 04; [PIKIN'DI] 05.</p> <p>Vamos falar Pury - 11 [PIKIN'DI] [O'MI] 06 [PIKIN'DI] [KURI'RI] 07 [PIKIN'DI] [PRIKO'TI] 08 [PIKIN'DI] [KORA'KI] 09 [PIKIN'DI] [PIKIN'DI] 10</p> <p>Gravando em Pury num áudio:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Soma de números do vídeo 10 ou sequência numérica do vídeo 11. - Sequência numérica de 01 até 10. 	<p>REGISTRO DO MATERIAL UTILIZADO:</p> <p>Registro de memória afetiva do Ope-tahé Nhāmanrúri Schuteh (córrego tranquilo) - Felismar Manoel – contagem dos números na Comunidade Pury de Guiricema.</p> <p>Segundo nosso Opêh-tahé Felismar, os preceptores das crianças de 5 a 9 anos, os 'Opêh-tahé', ensinavam a contagem de um até cinco: <u>omi</u> (um), <u>kuriri</u> (dois), <u>pricoti</u> (três), <u>koraki</u> (quatro) até <u>pikindi</u> (cinco). Ao atingir a quantidade 5, diziam que tinham <u>pikindi</u>. Sendo assim, a quantidade 8 seria representada por <u>pikindi pricoti</u> (5+3) e registrada como "YIII".</p>
--	---

Após envio, cada participante gravava em pury num áudio com dados do material utilizado e semanalmente (domingos), era feita uma avaliação do projeto para ajustes com as questões: 1 - Essa forma de aprendizagem (vídeo com áudio) é positiva ou ã, e, se sim, no que ela pode melhorar; 2- O conteúdo é relevante ou ã e quais seriam interessantes aplicar; 3- O tipo de gravação (forma de apresentar) está atendendo ou não e sugestões; 4 - Conseguiu gravar na memória as microsséries; 5 - Tem tido dificuldades e qual a maior; 6 - Tem lógica a sequência de tópicos para construção do Falar Pury ou estão muito soltos e difícil usá-los juntos; 7 - O intervalo das postagens é satisfatório (aumentar ou diminuir); 8 - Tem sugestões no geral.

Ainda em 2020, após perceber nosso interesse pela língua Pury, Nhãmãnrúre Stxutér Kaiá, resgata dos “rescaldos”, que guardava de seu material de quando foi professor de filhos de Pury e italiano na Escola Municipal Felício Rufino da Silva, na região de Valão, na comunidade do Pé da Serra de Tuiutinga – Guiricema (MG) (1957), um vocabulário dos falares e fazeres dos Pury das três aldeias que conviveu e começamos a organizar o conteúdo para utilizar na próxima turma.

Ao informar à minha orientadora, Profa Tania Conceição Clemente, sobre a descoberta, ela se interessou em conhecer não só o material, mas também o próprio Nhãmãnrúre Stxutér Kaiá. Ela esclareceu que nós Pury estávamos num processo de revitalização da língua, pois não tínhamos a memória desta e ele estava num processo de retomada, pois era falante da língua.

Considerando que o projeto original partia do estudo da língua Pury dos registros dos viajantes e que, na prática, no grupo Falar Pury - Kôiuá-Pikinda Pury estávamos comparando aqueles com os “rescaldos” de Nhãmãnrúre Stxutér Kaiá, o projeto de pesquisa mudou o foco. Ele passou a priorizar a comparação dos registros dos coletores/annotadores com os de Nhãmãnrúre Stxutér Kaiá.

Isso porque, à medida que organizava o material, constatava que o conteúdo não se limitava apenas em trazer uma lista de palavras e sua tradução. Desvendava não só os significados, mas também o modo de dizer e a carga semântica de palavras em Pury de suas anotações. Ele além de registrar as diferentes palavras usadas como formas de identificar e distinguir, na língua, tipos de objetos, animais e pessoas, não necessariamente com mesmo significado, era escrito a partir do som que ouviam. Mostra como o som e a combinação das palavras nas sentenças alteram o sentido, sutilezas não percebidas pelos coletores/annotadores viajantes que registraram palavras diferentes com o mesmo significado ou palavras que não, necessariamente, tinham o significado por eles registrado. Sutilezas que aos coletores/annotadores passaram despercebidos. Exemplo: *goára* “casa-lar-habitação” x *koára* “habitação provisória”

Também em 2020, tive notícia que os dissidentes do Grupo Pury: *Káya-pran yá-moêni Pukí Kuaytikíndo Mogákin-dahâm*, criado e extinto em 2018, havia publicado o *Kwaytikíndo: retomada linguística Puri*.

Em 2022, o conteúdo dos daqueles “rescaldos” de Nhãmãnrúre Stxutér Kaiá foi transcrito no livro “Fazeres do Povo Pury na Tradição da Comunidade Rural da Região de Guiricema (MG) (1957)”, com 1.320 vocábulos e expressões dos falares e

fazeres dos Pury das três aldeias rurais da região de Guiricema que conviveu: da Fazenda dos Gregórios (onde ele morava) em Cruzeiro, a do Valão ao Pé da Serra de Tuiutinga, e na sede distrital de Tuiutinga (MG).

Esse livro despertou o interesse no aprofundamento da pesquisa sobre a língua Pury daquela região e o projeto novamente mudou o foco. Ele passou a se dedicar ao estudo da língua Pury da região de Guiricema (MG), um outro paradigma no tocante ao estudo de língua.

Consideramos, enquanto pesquisa da língua Pury, que já teve como base os registros dos coletores/anotadores do passado e de trabalhos acadêmicos impregnados pelo coletivo imaginário de que não havia nenhuma memória viva da língua. Que éramos apenas descendentes, ou Pury simplesmente. Onde palavras e expressões Pury foram escritas no domínio de outra língua. Temos, em contrapartida, um lembrador e falante para recuperar a fluência de uma língua dada como extinta. Temos um outro paradigma no tocante ao estudo da língua: a modalidade Pury de Guiricema (MG).

Entendemos que não será da noite para o dia que conseguiremos, concretamente, efetivarmos o Falar Pury em nossas comunidades. Assim como a minha iniciativa, estimulada pela Profa Tania Conceição Clemente, de ingressar no Mestrado, várias outras foram feitas em busca do pensar, falar e escrever na língua Pury, seja presencial ou virtual empreendidas por pesquisadores e coletivos de Pury. Na escrita, temos cantos, poemas, histórias criadas, mas na fala, na comunicação, não conseguimos avançar muito. A língua Pury que poderá resultar desse movimento no século XXI não sabemos se será única ou se terá modalidades, pois não temos como mensurar, nem como apontar.

Em princípio, de 1996 até os dias atuais, pode-se dizer que existem três grupos de estudo do falar Pury. O primeiro, que usa as palavras encontradas em Torrezão, as escreve e fala como tal (os mais antigos no uso) e/ou agregou o vocabulário compilado de Marcelo Lemos (2012-2014) no uso. O segundo, que trabalhou com os registros dos coletores compilado por Marcelo Lemos, alterando a escrita e criando som para as palavras. O terceiro, que utiliza a língua Pury de Guiricema (MG), ou seja, escrever empregando os recursos da língua portuguesa do Brasil, segundo o som da fala utilizado pelos Pury daquela região no passado.

A língua Pury estudada pelo terceiro grupo, composto pelos Pury que se interessam sobre a fluência da língua e dos costumes das aldeias rurais Pury da

região de Guiricema, objeto desta pesquisa, é trazida pelo Opé-Antár (amigo mais velho-avô/ancião) Nhãmãnrúre Stxutér, que atua no grupo como Opê-Tarré (tio social/instrutor/preceptor).

Segundo Nhãmãnrúre Stxutér, que viveu em aldeia rural, a partir de 1947, na sua região, houve proibição do uso das línguas indígenas por parte das autoridades, porque buscavam unificar e fortalecer o uso da língua portuguesa. E, graças as orientações de seu tio avô Juka Pury, aprenderam a adotar formas escritas dos falares Pury, usando elementos da língua portuguesa do Brasil.

O que se encontra hoje na realidade é que a língua Pury ainda está em quadros da classificação das línguas indígenas como “extinta” por determinação de alguns linguistas. Temos consciência de que uma coisa é situação instituída pelos linguistas, quando determinaram, classificaram a língua Pury como língua extinta ou língua morta sem pesquisa de campo, outra coisa é ela estar silenciada⁹⁴ por fatos históricos, conforme Souza (2020, 2021):

propõe o conceito de “língua silenciada” no lugar de língua morta ou extinta, com os intuitos de reafirmar a permanência da língua enquanto o povo que a reivindica existir; e de marcar os efeitos do processo político de interdição de sentidos promovido pelo colonialismo. A discursividade indígena, contudo, sobrevirá mesmo se a condição das comunidades originárias for a de usuária de português; de variedades de português indígena; de línguas de base indígena, como o Nheengatu; e de línguas adotadas de outras comunidades indígenas. (...) a situação dos Potiguara, que buscam a retomada da língua ancestral com base em estudos do Tupí Antigo, demonstra o entrelaçamento das filiações genéticas das famílias linguísticas e a recuperação dos processos históricos nos reclames da luta política.

Partindo de um fato histórico: O Marquês de Pombal (1699 – 1782) em 1758, baniu o ensino e o uso da língua de contato, chamada "língua geral" e, por associação, silenciou línguas indígenas, instituindo o português como única língua do Brasil. Não se preocupou com os falantes daquelas línguas, apenas queria enfraquecer o poder da Igreja Católica sobre a colônia. Podemos traduzir esse feito como um silenciamento das línguas indígenas.

Para os Pury, não cabe chamar nem de morta nem de extinta, porque para ser chamada de língua morta ou extinta é preciso que não haja indivíduos que reivindique

⁹⁴ O conceito de língua silenciada vem sendo elaborado em vários trabalhos de Souza (1994, 2016, 2018, dentre outros) numa perspectiva discursiva em consonância com Orlandi (1992) e Pêcheux (1975).

essa língua e, a partir dos registros que se tem e dos lembradores, constata-se um movimento, desde os anos 90 do século XX, de revitalização da língua.

Se a língua morre sem registro, se só assim ela é considerada extinta e se, no caso da língua Pury, há preservação em registros de coletores/anotadores, bem como um vocabulário elaborado pelo prof. Marcelo Lemos, além de lembradores, não cabe o registro de língua morta no caso da língua Pury como dito em publicações. A língua Pury pode ter sido silenciada, mas o conhecimento foi preservado e parte está sendo apresentado neste trabalho de pesquisa.

4.3 Aspectos da língua Pury de Guiricema: sistema fonológico e estrutura silábica

Esta seção se divide em duas partes principais nas quais apresentamos o sistema fonológico e a estrutura silábica da modalidade da língua Pury falada nas aldeias florestais e rurais na região de Guiricema (MG). Apesar de a língua Pury ser tomada no âmbito da Linguística como língua extinta, a possibilidade de vir a trabalhar com a modalidade de Guiricema se deve ao fato de contarmos, ainda, com um falante desta região fluente em Pury.

Assim, nosso *corpus* vem sendo constituído por dados por nós coletados no espaço de 3 anos, junto ao consultor Nhãmãnrúre Stxutér, último falante da modalidade da língua Pury de Guiricema⁹⁵, o que poderá vir a ser atestado com os dados que temos em mãos⁹⁶. Tais dados permitiram que fizéssemos um levantamento do sistema fonológico da língua em seu todo.

Os dados aqui descritos vêm sendo gravados com suporte de um gravador Sony, modelo ICD-PX400. Utilizamos uma transcrição ampla (broad transcription) por ausência de equipamentos acústicos. As transcrições tomam como referência o sistema de notação do Alfabeto Fonético Internacional (International Phonetic Alphabet – IPA).

⁹⁵ Considerando os registros que localizam os Pury em MG, RJ, ES e SP e que essa dispersão, que podemos considerar diáspora, já dá indícios de que não havia uma única modalidade da língua, conforme observado no próprio livro de Nhãmãnrúre Stxutér (2022), nos propomos a trabalhar com a língua Pury na modalidade falada na região de Guiricema (MG).

⁹⁶ Além da lista de palavras, Nhãmãnrúre Stxutér tem domínio da sintaxe e da textualidade da língua, quando nos oferece frases, textos e cantos Pury. Num trabalho futuro, é nossa intenção analisar a língua para além da fonologia.

Como estratégia de análise preliminar, nos deteremos num exame dos processos de percepção e de produção dos segmentos consonantais e vocálicos encontrados no *corpus*, em busca de uma sistematização e uma proposta do inventário dos sons; a partir daí, distinguir os valores dos sons e sua classificação como fonemas ou alofones, bem como suas concretizações em diferentes contextos fonológicos.

Para a sistematização fonológica dos dados utilizados, produziremos uma análise sincrônica da língua baseada numa abordagem estruturalista, seguindo os princípios propostos por Trubetzkoy (1939).

Após o levantamento, sistematização e proposta do inventário dos sons, nos deteremos, com foco na teoria Autossegmental (Goldsmith 1976), na análise da estrutura silábica da língua Pury de Guiricema. A análise dos padrões silábicos coloca em jogo as possíveis restrições segmentais na composição desses padrões com relação ao preenchimento do ataque e da coda.

Considerando a falta de uma descrição aprofundada da língua Pury, dadas as condições históricas da diáspora que se abateu sobre o povo Pury e, conseqüentemente, o silenciamento da língua, uma de nossas estratégias de análise busca comparar os dados que temos em mãos com dados encontrados em outras línguas Jê, faladas por povos com proximidade geográfica ao antigo território ocupado pelos Pury em Minas Gerais. Recorreremos, assim, aos estudos da língua Xavante (Quintino, 2012), e do Kaingáng (Wetzels, 1995), ambas classificadas na família Jê. Lançando mão desse recurso, podemos sustentar melhor, por um lado, a recorrência dos fenômenos a serem descritos com relação ao Pury e, por outro, justificar o seu pertencimento linguístico ao tronco Macro-Jê.

Enfim, nossa análise se configura como o primeiro passo para se ter uma análise consistente dos aspectos aqui abordados da língua Pury, trazendo à luz a modalidade de Guiricema (MG).

4.3.1 Inventário dos sons

Pela análise dos dados que temos em mãos, a língua apresenta 25 segmentos consonantais (incluindo duas aproximantes), 8 segmentos vocálicos orais e 6 segmentos vocálicos nasais, além de segmentos complexos e uma série de oclusivas pré-nasalizadas.

Seguindo considerações como as de Hyman (1975) de que a “falta de pares mínimos numa língua natural é pouco provável, mas não é impossível de acontecer, por razões acidentais”, buscamos, sempre que possível, trabalhar os nossos dados distribuídos por pares mínimos, ou pares próximos. Quando nem sempre isso foi possível, pois, muitas vezes, lidamos com escassez de dados, a decisão de classificar um som como fonema, parte da definição clássica de Trubetzkoy (1939), o qual define o fonema como um construto teórico, cuja função é revestir a palavra de um significado, não sendo possível, então, substituir ou elidir qualquer segmento sem lhe alterar o significado. Diferente da proposta estruturalista americana, em que a definição de fonema ficaria presa, sobretudo, à oposição surdo/sonoro entre os sons homorgânicos, Trubetzkoy, numa perspectiva funcionalista, descarta até certo ponto como estratégia única a necessidade de trabalhar com o contraste dos sons homorgânicos e, para ilustrar essa posição, toma como exemplo o caso da língua Berber. Em inglês, o fonema /b/ é fonema porque se opõe a /p/, mas em Berber, /b/ também é fonema, mas não há /p/ na língua para se opor.

4.3.2 Segmentos consonantais

Conforme Crystal (1998, p. 61), consoantes "... são foneticamente sons produzidos por um fechamento ou estreitamento do aparelho fonador de modo que o fluxo de ar seja completamente bloqueado ou tão limitado que se produza uma fricção audível". São fones que encontram obstáculos do aparelho fonador⁹⁷ na passagem de ar para serem pronunciados.

As consoantes podem ser classificadas quanto ao modo de articulação (determina fluxo da passagem do ar): oclusivas ou constrictivas (fricativas, laterais ou vibrantes); ao ponto de articulação (movimento dos articuladores): bilabiais, labiodentais, linguodentais, alveolares, palatais ou velares, bem como surdas ou sonoras (função das pregas vocais), orais ou nasais (função das cavidades bucal e nasal).

Situamos as consoantes de acordo com o maior ou menor grau de obstrução da passagem do ar nos modos de articulação: oclusivo, fricativo, nasal, aproximante

⁹⁷ O aparelho fonador constitui-se dos três sistemas (que não têm a função primária de produzir a fala): Sistema articulatório: constitui-se pela faringe e pelas cavidades nasal e oral (língua, dentes, lábios, palato etc.). Sistema fonatório: constitui-se pela laringe, incluindo-se a glote e as pregas vocais. Sistema respiratório: constitui-se pela traqueia, pelos pulmões e brônquios e pelo diafragma. http://fonologia.org/aparelho_fonador.php Acesso em: 15/09/2022

e vibrante; e nos locais de articulação: bilabial, labiodental, alveolar, Palato-alveolar palatal, velar e glotal, como demonstraremos nos dados abaixo. Porém, antes, justificamos que na descrição da oposição entre os fonemas consonantais, priorizamos contextos idênticos com pares mínimos; mas, em alguns casos, dadas as limitações dos dados e/ou da língua, como já dissemos acima, seguindo considerações como as de Hyman (1975) e da definição clássica de fonema de Trubetzkoy (1939), tivemos que recorrer aos pares análogos.

OCLUSIVAS

Pela análise dos pares e de outras ocorrências a seguir, é possível se constatar que as oclusivas [p] [b] [t] [d] [k] [g] [tʃ] [dʒ] se comportam como fonemas. A língua apresenta também uma oclusiva glotal [ʔ] de valor fonético, que ocorre como restrição na estrutura de ataque da sílaba. Na seção sobre análise dos padrões silábicos voltaremos a esse tópico.

Pares: /p/ : /b/

- (1) [pɔ'kɛ] 'fumo desfiado para cigarro'
- (2) [bɔ'kɛ] 'tabaco' (planta vegetal)

Pares: /p/ : /k/

- (3) [tɔ'pɛ] 'língua' (órgão do corpo)
- (4) [tɔ'kɛ] 'macaco barbado' (uivador)

Pares: /b/ : /k/

- (5) [bɔʔɛ'mã] 'mulher'
- (6) [kɔʔɛ'mã] 'homem'
- (7) [moɾĩ^mbaɾɐ] 'aparência (fachada)'
- (8) [mo,ɾĩ^gka'ra] 'faixa para carregar filhos (tipoia)'

Outras ocorrências: /p/

- (9) [pa'kɛ] 'cordão em geral para amarrar'
- (10) [pɛ] 'casca' (pele, couro, mesmo de árvores e frutas)
- (11) [pɛw'nã̃n] 'anta' (animal)
- (12) [piki^hndo] 'instrumento de contagem'
- (13) [pow₁fiɛkame^hrĩm] 'estrangulado'
- (14) [pʊtã^hge] 'abelha em geral'
- (15) [kapa^hfiɔne] 'aumentar'
- (16) [ʔɔ'pɛh] 'dia'
- (17) [ʔɔ'pej] 'sol'
- (18) [tapira^hpɛ] 'carro de boi coberto com couro'
- (19) [ka^hpɔʔe] 'golpear'

Outras ocorrências: /b/

- (20) [bakɪrɪ'siɔ] 'cera de abelha'
- (21) [bɛnɛ'mɛ] 'pressa'
- (22) [bɪ'pinə] 'orelha'
- (23) [bɔʔe'mã̃n] 'mulher adulta'
- (24) [bʊgrɛ] 'índole ruim' (tendência, caráter mau)
- (25) [mɛ₁riba^htɔne] 'deslumbrar' (ação de)
- (26) [ka^hma₁kabe] 'aguçar / assanhar / excitar'
- (27) [fiɛbo^hgã^hde] 'distribuir / dividir'
- (28) [pɔbɔ^hrarə] 'pote de cerâmica para tambor'

Pares: /t/ : /b/

(29) [tɔ'kɛ] 'macaco barbado' (uivador)

(30) [bɔ'kɛtʃɛ] 'ato de fumar tabaco'

Pares: /t/ : /p/

(31) [pɔ'tɛ] 'fogo'

(32) [pɔ'pɛ] 'estojo de casca de árvore para guarda penas'

Pares: /t/ : /k/

(33) [tɪ'tɛʔɛ] 'encurvar / dobrar'

(34) [tɪ'kɛ] 'vocês ou seus'

Outras ocorrências: /t/

(35) [tama'tiʔɛ] 'gostar / amar'

(36) [tɛnuʔa'fi] 'gratidão / agradecido/a'

(37) [tɛ'kĩn] 'intestinos'

(38) [tɪ'kĩm] 'barriga / ventre' (parte do corpo)

(39) [to'niwə] 'tornozelo' (parte do corpo)

(40) [tɔ'tʃɔrə] 'tarde / entardecer'

(41) [tɔ'ma] 'corda para amarrar'

(42) [sɔta'ʔĩn] 'queixada / porco do mato'

(43) [merɛ'tɛtɛnə] 'ouro' (moeda circulante: tostão, dinheiro)

(44) [tʃɛtɛn'fã̃n] 'seguro'

(45) [gati] 'camisa feminina'

(46) [ʔa,rɛtoh'bɔne] 'ter fome'

Pares: /d/ : /g/(47) [d^oʔarə] ‘cão / cachorro’(48) [g^oʔarə] ‘casa da família’ (o lar - habitação)**Outras ocorrências: /d/**(49) [da₁damo¹prɛω] ‘tímido’(50) [deω¹wa] ‘mais alto / maior em importância’(51) [dik^õta¹pa] ‘mudo’ (não fala)(52) [d^orɛ] ‘oco’

(53) [parədə] ‘café’

(54) [ʔ^ẽ₁mbedɛ¹timə] ‘tabela’(55) [b^od^oke] ‘arco para flechar ou caçar’**Pares: /tʃ/ : /dʒ/**

(56) [tʃɛ] ‘lábio’ (parte do corpo)

(57) [dʒɛ] ‘dente’

(58) [ʔarɛ^õ₁grã^õntʃinə] ‘confusão gerada por gente – coisa de branco’

(59) [dʒinə] ‘nome’

Pares: /tʃ/ : /t/(60) [tʃɛka¹ʃãne] ‘malhar / socar o pilão’(61) [tɛka¹ʃin] ‘melhor’ (comparativo)(62) [tatʃa¹hine] ‘valer’(63) [tata¹hɛ] ‘velho instrutor’

(64) [tʃo'ɾɛ] 'boca' (parte do corpo)

(65) [to'pɛ] 'língua' (órgão do corpo)

Outras ocorrências: /tʃ/

(66) [tʃe'mĩn] 'indígena'

(67) [tʃɪpã^{ĩm}pɛ] 'capim para alimentar animais'

(68) [tʃurɪ] 'estrela'

(69) [gɾe|kaʔetʃɪnə] 'se mostrar / aparecer / se exibir' (terminação [tʃɪnə] utilizada para coisas/modelo dos brancos)

(70) [ʔo'tʃo] 'terra enquanto planeta'

(71) [məkətʃo'tɛ] 'imaginação'

Outras ocorrências: /dʒ/

(72) [mẽ^ĩdʒɪnə] 'nome de gente'

(73) [ʔẽ^ĩdʒɛɾɪ'ka] 'miséria'

(74) [gɾɪ'dʒɪnɛ] 'chocalho pury'

(75) [ta₁mɛkẽ^{ĩn}dʒuh] 'gosto amargo'

Pares: /k/ : /g/

(76) [ko'ʔaɾə] 'abrigo de uso temporário'

(77) [go'ʔaɾə] 'abrigo sede da família lar'

(78) [ka'mu] 'urna funerária' (próximo ao caixão do branco)

(79) [ga'mu] 'acelere / apresse' (ordenando)

Outras ocorrências: /k/

- (80) [ka'ʔirə] 'panela'
- (81) [ke'mume] 'zarpar'
- (82) [kʊ'tʃɛ] 'dentro'
- (83) [kʊrɪ'ri] 'dois (numeral)'
- (84) ['brikə] 'dia (fase clara, parte da manhã)'
- (85) [pa'ke] 'ovo'
- (86) [pɪkɔ'ti] 'três (número)'
- (87) [pɛ'mãku] 'chuva'

Outras ocorrências: /g/

- (88) [game] 'acelerar'
- (89) [ge] 'cabelo'
- (90) [gɪ,rɛpɾe'pa] 'madrugada'
- (91) [tɪgagɪ'ka] 'imagem'
- (92) ['guʔage] 'descender'
- (93) [tego'ʃiʔe] 'observar'

Sobre os dados que temos em mão e com a checagem dos dados (1) a (93), é possível concluir que não verificamos dentro da série de oclusivas a ocorrência de alofonia.

FRICATIVAS

O elenco de consoantes fricativas de que dispomos engloba [f] [v] [s] [z] [ʃ] [ʒ] como fonemas. Embora o número de pares análogos com as fricativas lábio-dentais seja escasso, a previsão desses segmentos é de contraste, como atestam os exemplos, quando jogam outras ocorrências.

Pares: /f/ : /s/

- (94) [fʊ'ʔim] 'zincagem'
- (95) [sʊ'ʔim] 'orvalho' (coletado nas folhas dos vegetais e serviam para preparo de remédios no sistema de medicina Pury)

Outras ocorrências: /f/

- (96) [ʔa'fõn] 'flecha (no geral)'
- (97) [ʔa'fõn] 'aquele / aquela'
- (98) [ʔa'fõnrɪ'nĩŋɪ] 'flechas pequenas para jogos didáticos'
- (99) [ʔafõ^mpũn] 'flecha com pelotas para caçar pássaros' (nome dado pelas crianças imitando o som)
- (100) [ta'kifə] 'saracura'

Ocorrências: /v/

- (101) [ve_rrupõ^mpu] 'dê uma bebida' (expressão idiomática)
- (102) [vi'ru] 'bebida de milho fermentado'
- (103) [ka'varə] 'cavalo' (mais usado [ka'ru])
- (104) [ʔave'mã] 'barreira no sentido de impedimento'
- (105) [ka'vili] 'areia'
- (106) [ko'ʔivaɟ] 'arbustos e varas em fileiras no chão'
- (107) [ʔarega've] 'colérico / raivoso'
- (108) [po'nãvə] 'marcar / desenhar / pintar'
- (109) [ʔhɔhvi] 'sal'
- (110) [ga'vu] 'monturo de terra' (cupinzeiro ou formigueiro)

Pares: /s/ : /z/

- (111) [su] 'pleno'
 (112) [ʔzuni] 'zoeira / barulho'

Outras ocorrências: /s/

- (113) [saroʔej] 'gambá' (animal)
 (114) [seʔvi] 'fecho de segurança, tipo de nó' (chave)
 (115) [sɪʔkɛ] 'gavião pequeno'
 (116) [sotẽʔʃirə] 'porco' (animal)
 (117) [fiesakɪʔdɔ] 'alegre'
 (118) [pɪʔŋgise] 'canoa' (feita com um tronco)
 (119) [ʔasotẽʔʃirə] 'porco castrado'

Outras ocorrências: /z/

- (120) [zuz] 'viço'
 (121) [siz] 'cochicho'
 (122) [ʔaɾɪ,zahʔtʃinə] 'tipo de ensino' (quando vindo dos brancos [ʔtʃinə] = catecismo)
 (123) [nɔʃɛʔzemə] 'planície'

Ocorrências: /ʃ/

- (124) [ʃaʔkrĩm] 'menstruação'
 (125) [ʃeʔkɔhte] 'icterícia / amarelão'
 (126) [ʃɪ,pu] 'pássaro'
 (127) [ʃi,puɔʔarə] 'jaula, casa, gaiola de passarinho'
 (128) [ʃɔ,peraʔtãɳə] 'capuchinho' (os frades)
 (129) [ʃorɔʔmũm] 'batata'

- (130) [ʔeʃa'ɦime] 'despedaçar'
- (131) [pa'taʃe] 'obedecer'
- (132) [mɐ'ʃɛ] 'comer'
- (133) [mɐ'truʃɪ] 'joelho' (parte do corpo)
- (134) [mɛɾɪ'ʃɔ] 'diante' (em frente)
- (135) [mɛɾɪ'ʃɔɾɐ'grɛ] 'primeiramente'

Ocorrências: /ʒ/

- (136) [kɐ̃^hʒãɳɐ] 'aguardente' (cachaça)
- (137) [ʔa₃ɛʔɪɲã'mã] 'barro' (argila ou terra molhada)
- (138) [bɪ'ʒu] 'mandioca' (comestível)
- (139) [ɦarã^hʒuwakoj'mã] 'homem branco'

Registramos também dentro da série de fricativas, a ocorrência das fricativas glotais [h] e [ɦ], em situação de alofonia. Exemplos:

Ocorrências: [h]

- (140) [ʔɐ̃^htaɦ] 'avô'
- (141) [t[ah] 'pai'
- (142) [ʔɪ'naɦ] 'tio consanguíneo'
- (143) [dɪ'ʔɛɦ] 'você (mais íntimo)'
- (144) [kɐbrɪ'tɔɦ] 'bainha' (invólucro de proteção)
- (145) [pɔɦso're] 'beijar'
- (146) [ɦɛɾɛ'mɔɦke] 'herdar' (os frutos)

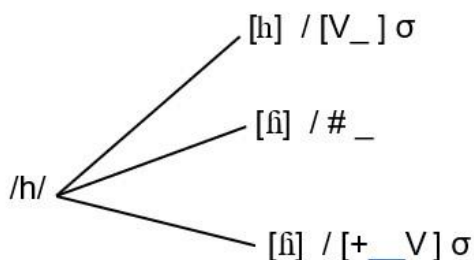
Ocorrências: [h]

- (147) [h̥apʊʔʔin] ‘música’ (som)
- (148) [h̥ɛ] ‘velho’
- (149) [h̥ɛʔrēm] ‘herança’ (mesmo a cultural)
- (150) [h̥ipɔʔpu] ‘cuia’ de cabaça ou coité para beber líquidos’
- (151) [h̥one] ‘ser ou estar’
- (152) [h̥ʊʔɛʔraskə] ‘nuvem de tempestade’
- (153) [h̥ʊh̥ʊʔh̥u] ‘trovão’
- (154) [wɛʔh̥akə] ‘abraço’
- (155) [niʔɛ,mɛʔh̥oʔra] ‘lago / lagoa’
- (156) [ʔɛgr̥ʔh̥a] ‘topo da montanha sagrada’
- (157) [ʔɛ̃ndɔʔh̥e] ‘mostrar’ (apresentar)
- (158) [kɔ̃ndɛʔh̥ɪ] ‘ninguém’

Sobre a previsão da distribuição de [h] e [h̥] está em jogo a estrutura da sílaba e temos o seguinte:

- (i) A fricativa glotal surda [h] ocorre em coda no interior e no final da palavra. Conferir os exemplos (140) a (146) acima.
- (ii) A fricativa glotal sonora [h̥] ocorre no ataque em início de palavra e no ataque no interior de palavra. Conferir os exemplos (147) a (158) acima.

Com base nessa previsão, temos a seguinte notação:



Sobre esse tipo de distribuição, válido é observar que encontramos esse mesmo processo fonológico nas línguas Kaingáng (Wetzels, 1995) e Xavante (Quintino, 2012), não, necessariamente, envolvendo as fricativas. Um outro fator de semelhança entre essas línguas e o Pury reside no que Wetzels (1995), seguido por Quintino (2012), propõe sobre a restrição de o ataque não poder nunca ser vazio⁹⁸. Tal previsão cobre a ocorrência da oclusiva glotal [ʔ] como em exemplos anteriores e nos seguintes:

(161) [prɛ¹ʔɔh̃ə] ‘estar em pé’ (ao levantar-se)

(162) [ʔ¹ʔaʔe] ‘oferecer’

NASAIS

A língua Pury de Guiricema apresenta os seguintes segmentos nasais: [m] [n] [ŋ] e [ɲ]. Com exceção da nasal velar [ŋ], os demais segmentos se comportam como fonemas, enquanto segmentos simples. Toda essa série, porém, vai estar na formação de sons de contorno (confere seção a seguir sobre sílaba) com relação às oclusivas: [ᵐp] [ᵐb] [ᵐt] [ᵐd] [ᵐk] [ᵐg]⁹⁹.

Pares: /m/ : /n/

(163) [ta¹mɛ] ‘sabor / paladar / gosto’

(164) [tãne] ‘santificar-se, tornar-se bom’

⁹⁸ Conferir seção sobre a configuração da sílaba em Pury de Guiricema.

⁹⁹ Outros segmentos consonantais também apresentam nasal em contorno.

(165) [kãm] ‘concentração de algo’

(166) [kãn] ‘ideia de expansão’

Pares: /m/ : /ɲ/

(167) [kãm] ‘concentração de algo’

(168) [kɛ̃ɲɛ] ‘perfume’

Pares: /n/ : /ɲ/

(169) [ɲɛ̃mɛ̃ʰure] ‘córrego’ (água entre barranco)

(170) [nɛ̃¹ma] ‘laço / laçada’

Outras ocorrências: /m/

(171) [mapre¹ʔu] ‘pavor’ (sentimento de medo extremo)

(172) [¹mire] ‘olhar’ (observar sem tocar – diferente de ver: examinar com as mãos)

(173) [mɔ¹pɔʔe] ‘matar com porrete’

(174) [mɔ¹rugɪ] ‘moradia’

(175) [moga¹kime] ‘examinar’

(176) [ʔa¹ɾɔmɔ] ‘molhado’

(177) [ʔãm¹mi] ‘osso’

(178) [ta¹ɾim¹ʔamɔ] ‘laranja’ (fruta)

(179) [ʔare¹tɛmoj¹ʔã] ‘confiabilidade’

(180) [gɾɛj¹i¹mõn] ‘largura’

(181) [dʒet¹pimo] ‘saúde dental’

Outras ocorrências: /n/

(182) [nɛbɔ¹ʔɛ] ‘senhora’

(183) [nɛɾɛ¹bumɔ] ‘dorso’ (costas)

(184) [nɪrõ¹nde] ‘andarilho’

- (185) [nõ^hri] ‘veado (animal)’
 (186) [beʔo^hronə] ‘cor branca’
 (187) [ʔẽ₁demε^hɬone] ‘ser pobre’
 (188) [ʔem₁nɪʔa^hta] ‘teta / mama’
 (189) [bonu^hʔε] ‘seiva’ (sangue vegetal)

Outras ocorrências: /ɲ/

- (190) [ɲe^hɬε] ‘cristal’ (inclusive do solo)
 (191) [ɲã₁mã^hʃi^hta^hne] ‘atravessar do rio’
 (192) [ɲε] ‘nariz’ (parte do corpo)
 (193) [ɲε^hrone] ‘respirar / bufar’
 (194) [ɲo^htiʔe] ‘mudar o modo de ser’
 (195) [krɔpã^hɲa^hkã] ‘conformidade’
 (196) [ka^hkrã^hɲe] ‘escorrer / deslizar’
 (197) [pɪ^hɲo^hɲã] ‘semente conta-de-lágrima’
 (198) [tɛ^hru^hɲə] ‘pão’ (comida)
 (199) [ʔɪ^hɲã] ‘mãe’
 (200) [tɪ^hɲã] ‘bisavó’
 (201) [ti^hɲã] ‘avó’
 (202) [e^hɲũm] ‘confusão provocada por espíritos’

Nasal : não-nasal

Pares: /m/ : /b/

- (203) [ma^hʔiωwe] ‘duvidar’
 (204) [ba^hʔiω] ‘vivo’ (estar vivo)

Pares: /m/ : /p/

(205) [ma'hĩm] 'cor castanho escuro'

(206) [pa'hĩn] 'forno moderno'

(207) [tʃamə] 'animal'

(208) [ʃamɪ] 'bandido' (não confiável)

(209) [krɐ'mã] 'machado' (ferramenta)

(210) [krɐ'pa] 'meio / metade'

Pares: /n/ : /ɾ/

(211) [pe'tənə] 'narração'

(212) [pe'tarə] 'lua'

Pares: /n/ : /t/

(213) [ka'tunɛ] 'tagarela / falador'

(214) [katu'tɛ] 'dor de dente'

(215) [tʃinɛ] 'encontrar / achar'

(216) [tʃitɛʔɛ] 'encurvar' (dobrar as articulações do corpo)

Pares: /n/ : /ñ/

(217) [tʃanɛ] 'bondoso, virtuoso, do bem'

(218) [ta'hɛ] 'mais velho' (integrante do conselho)

Pares: /n/ : /g/

(219) [nɪmə] 'tecido'

(220) [gⁱm̃bə] ‘algodão’

Pares: /ɲ/ : /g/

(221) [ʔa^lriɲə] ‘galinha’

(222) [ʔa^lri^gə] ‘galo’

LÍQUIDAS

A série das consoantes líquidas engloba [l] e [r]. Diferente da ocorrência de [r], a ocorrência de [l] é de menor registro nas palavras Pury. Não encontramos na língua pares que ilustrasse o contraste entre as alveolares. Dada a noção de fonema como definida em Trubetzkoy, recorreremos à ocorrência por contraste com outros segmentos (exemplos: 223 a 236 para o [l] e 237 a 247 para o [r]).

Pares: /l/ : /m/

(223) [ʃa^llu] ‘batráquios em geral’ (qualquer um)

(224) [ʃa^mũm] ‘cobra em geral’

Pares: /l/ : /n/

(225) [la^mã] ‘alma’ (enquanto espírito encarnado que não morre)

(226) [ne^lma] ‘laço / laçada’

Pares: /l/ : /ɲ/

(227) [la^mã] ‘alma’ (enquanto espírito encarnado que não morre)

(228) [ɲã^mã] ‘água’

Outras ocorrências: /l/

(229) [le^lkaʔe] ‘morar na casa da família’

(230) [lɪna^lka] ‘almoço’ (alimento)

(231) [dɛlɛ'tatə] 'marido'

(232) [tɛlɛnɛ'kã] 'fidelidade'

(233) [tɛlɛnɛ'ka] 'fiel'

(234) [ga'liŋge] 'tocar instrumentos musicais em geral'

(235) [ka'tile] 'rezar'

(236) [tapɛɾɛlu'wa] 'estar direito' (expressão idiomática)

Pares: /r/ : /ri/

(237) [tɛtɛ'rɛnɛ] 'adormecer'

(238) [tɛtɛ'riɛ] 'velho instrutor'

Pares: /r/ : /ri/

(239) [kɛ'hiɾɛ] 'umbigo'

(240) [kɛ'hĩɾɛ] 'limão'

Pares: /r/ : /ri/

(241) [pɔ'rɛ] 'frente / testa' (parte do corpo)

(242) [pɔ'tɛ] 'fogo'

Outras ocorrências: /r/

(243) [ʔara'rɔ] 'jararaca'

(244) [ɔɾɔma'tɛ] 'menino em idade escolar'

(245) [ʔɛ̃mbɔɾɔ'sɛ] 'goiabeira'

(246) [hũɾɛ] 'barranco'

(247) [mi'rɔ] 'olho' (parte do corpo)

Tanto [l] quanto [r] aparecem como segundo segmento em ataque complexo, como ilustrados nos exemplos, formando *clusters* (grupo de duas ou mais consoantes seguidas) e, nesses casos, é possível falar em oposição [l] : [r].

Clusters:

(248) [plo^hke] ‘flor’ (em geral)

(249) [ˈprikə] ‘muito’

(250) [tlegə^hpeʔe] ‘lutar’

(251) [tre^hgĩn] ‘feliz’

(252) [ˈndlɔno] ‘canção / cantiga’

(253) [ˈndrane] ‘apagar’

Podemos mostrar em outras ocorrências quando formam *clusters*:

[bl]

(254) [ˈgablɛ] ‘desgarrar / soltar’

(255) [ˈmblemə] ‘adolescente feminina’

(256) [to^hbla] ‘ombro’ (parte do corpo)

[br]

(257) [ˈbrate] ‘abrir’

(258) [ˈbrɔmə] ‘fístula’ (alteração corporal)

(259) [pɛbrɪ^htãm] ‘febre’

[kr]

(260) [pekrã^hntɛ] ‘tartaruga’

(261) [kra^hma] ‘círculo’ (de qualquer tipo)

(262) [krɔ^hkõn] ‘feio, mau’ (oposto ao bom)

(263) [ʔɔ^hkrɛ] ‘covarde’

(264) [hɛ,takra'nõn] 'fugitivo'

[kl]

(265) [bõ^{ln}klaʔe] 'deitar'

(266) [ku,ʔãntʃe^{ln}ɛklə] 'dor de coração'

[gl]

(267) [pe,tarə-tagle^{ln}mã] 'lua alegre' (cheia)

[gr]

(268) ['granə] 'lá' (local)

(269) ['griti] 'mulher grávida'

(270) [grɔ] 'norte' (aponta direção)

(271) [pã^{ln}grame] 'desconsertar'

APROXIMANTES

As aproximantes [w] e [y], além de serem fonemas, atendem ao Princípio de Contorno Obrigatório (tratado adiante na discussão sobre a estrutura silábica) previsto para a formação da palavra Pury, com relação à restrição do ataque. Exemplos:

(272) [ʔɪ^{ln}wa] 'achar algo'

(273) [deω,wapɛɾɪ^{ln}kane] 'maior que' (comparativo)

(274) [ʔɪsɪ^{ln}kayə] 'tempo que se conta'

(275) [yahgə] 'tabuleiro' (bandeja, gamela)

A partir das considerações feitas até aqui, temos o seguinte quadro de consoantes:

Quadro 2: Consoantes do Pury de Guiricema

Articulação	labial	Labiode- ntal	Alveolar	Palato- alveolar	Palatal	Velar	Glotal
Oclusiva	p b		t d		tʃ dʒ	k g	ʔ
Fricativa		f v	s z	ʃ ʒ			h ɦ
Nasal (voz)	m		n		ɲ	ŋ	
Flap			r				
Lateral			l				
Aproximante	w				y		

Fonte: autora

4.3.2.1 Segmentos de contorno e segmentos complexos

Até aqui discutimos o elenco das consoantes simples em Pury, apontando sua função quando da atribuição de significados elencados no léxico em seu todo. A língua apresenta, porém, sons de contorno como as oclusivas pré-nasalizadas [ᵐp] [ᵐb] [ᵐt] [ᵐd] [ᵐk] [ᵐg] e segmentos complexos [ps] [ts] [dz] [ks].

Oclusivas pré-nasalizadas

Os segmentos pré-nasalizados são apontados, pela primeira vez, por Anderson (1976) num estudo sobre a língua Kaingáng (família Jê), quando assinala que a teoria fonológica deve prever um grau de complexidade para acomodar os chamados sons de contorno, fato não previsto pela teoria fonológica clássica. Wetzels (1995) observa que com o desenvolvimento da teoria Autossegmental tal exigência teórica vem a ser atendida.

Embora a previsão de alguns segmentos pré-nasalizados seja atestada em muitas línguas, incluindo o Xavante (Quitino, 2012) e Kaingáng (Wetzels, 1995), filiadas à família Jê, o que temos em Pury é toda a série de oclusivas pré-nasalizadas. Uma vez estando em jogo toda essa série, buscamos verificar se tais segmentos não só atendem a composição da estrutura silábica em Pury, ou se teriam entre si uma situação de contraste, o que nos levaria a descartar tais segmentos em condição de alofonia dos segmentos simples, estes subjacentes à realização fonética.

Seguem os dados de ocorrência:

[^mp]

- (276) [ʔa₁rã^mpa¹ɲumə] ‘combate /luta’
 (277) [krĩ^lm^pəmə] ‘ferido’
 (278) [nafẽ^lm^pa] ‘fogão pury’ (forno)
 (279) [põ^lm^pu] ‘dê!’
 (280) [prẽ^lm^prẽ^m] ‘eleito’ (escolhido pela maioria)

[^mb]

- (281) [^mba^wwə] ‘espingarda’
 (282) [^mbo^re] ‘assar no calor’
 (283) [^mboh^lvãⁿ] ‘carvão de madeira apagado’
 (284) [sã^mbɪ] ‘criança’ (bebê)
 (285) [ʔẽ^lm^bɔ] ‘árvore’

[ⁿt]

- (286) [dɔkɔⁿtɔ^lpa] ‘gota de líquido’
 (287) [mãⁿtɔ^lwãⁿɪ] ‘monturo de terra’
 (288) [dikõⁿta^lpa] ‘mudo’ (não fala)
 (289) [guʔa^lvẽⁿte] ‘saltar’
 (290) [kõ^lhⁿtəmə] ‘clara de ovo’

[ⁿd]

- (291) [ʔope^ln^dõⁿde] ‘curador de pessoas da comunidade’
 (292) [kõ^ln^dõⁿ] ‘doença’ (no geral)
 (293) [ɲẽ^mẽ^ln^du] ‘Deus ([dɔ^lkɔra])’

(294) [bũ^hdane] ‘bailar / dançar’ (ato de)

(295) [fiɛbɔ^lgãⁿde] ‘distribuir / dividir’

[ɰk]

(296) [ʰi^hɰkə] ‘motivação’

(297) [tẽ^hka^lhõn] ‘elogio’

(298) [ʔa^lrã^hke] ‘sogra’

(299) [tã^hg^lrĩ^hke] ‘encadear’

(300) [pa^hĩ^hkinə] ‘toda manhã’ (frequentemente)

[^hg]

(301) [ka^ltẽ^hga^lbõn] ‘desnudo’ (pouca roupa)

(302) [ʔu^ltã^hgə] ‘retalho’ (resto de tecidos)

(303) [kama^lrĩ^hge] ‘apedrejar’

(304) [tõ^hge] ‘pescoço’

(305) [ga^lgɾɛ] ‘canção / cantiga’

A partir da série apresentada até aqui, temos o seguinte quadro de oclusivas pré-nasalizadas em contorno:

Quadro 3: Oclusivas Pré-nasalizadas em contorno

^m p	^m b	ⁿ t	ⁿ d	ɰk	^h g
----------------	----------------	----------------	----------------	----	----------------

Fonte: autora

O segmento de contorno atestado em Pury é também encontrado em línguas da família Jê¹⁰⁰. O que percebemos, porém, em algumas dessas línguas é a ocorrência frequente de [^mb], diferente do Pury que tem toda a série de oclusivas pré-nasalizadas. Além da pré-nasalização das oclusivas, temos ainda a pré-nasalização

¹⁰⁰ Cf. Wetzels (1995), Quintino (2012), D’Angelis (1994), entre outros.

das consoantes fricativas, sendo estes os ambientes da presença de vogais nasalizadas. Também temos vários registros do flap pré-nasalizado [ʳ]. A explicação para a pré-nasalização das consoantes fricativas e do flap é, na maioria dos casos, explicada com base no espalhamento de um traço [+nasal] flutuante. Ou a propagação do traço [+nasal] vindo de vogal antecedente. Não abordaremos, porém, a discussão desses processos no trabalho em questão.

Confiram-se os exemplos:

(306) [ʔafõ^hrõⁿ] ‘flechas grandes, para brigas e belicosidades’

(307) [ka^hsu] ‘estado de plenitude’

(308) [ga^hĩⁿʔə] ‘conduta doentia na região’

(309) [ĩ^hju] ‘pedido de benção, de graça’

(310) [kã^hzanə] ‘aguardente’ (cachaça)

(311) [mẽ^hrãⁿ] ‘conjunto de ferramentas’

(312) [nõ^hri] ‘veado’ (animal)

(313) [ta^hmekã^hrim] ‘sabor doce’

(314) [ʔa^hrõⁿfi^rkunə] ‘trigo’

(315) [ʔa^hʔũⁿla^hmã] ‘espírito perturbador ou de confusão’

SEGMENTOS COMPLEXOS

Os segmentos complexos se definem como aqueles que apresentam um nó de raiz e são caracterizados por, no mínimo, dois traços de articulação. Em Pury temos [ts], [dz], [ks] e [ps]:

[t̪sa^hte] ‘irmão de etnia’

[d̪zɔ^hpɛ] ‘folha’

[ksape^hr^hneĩⁿʔju] ‘cachimbô’ (uso ritual para fumigar o corpo - medicina Pury
- e benção pela fumaça do pito nos rituais)

[p̪seru^hɲã] ‘verdade’

Todos esses segmentos atendem ao preenchimento do ataque na estruturação da sílaba e, embora, possamos encontrar pares de palavras com a distribuição dos

mesmos em relação de contraste, tais realizações podem ser contempladas, colocando em causa apenas os segmentos isolados por si só, sem levar em conta a dupla articulação. Na descrição dos padrões silábicos voltaremos à sua discussão.

4.3.3 Segmentos vocálicos

Em Pury, encontramos 8 vogais orais e 6 vogais nasais, no âmbito fonológico, como atestam os exemplos que se seguem.

VOGAIS ORAIS

Quadro 4: Vogais orais do Pury de Guiricema

Anteriores	Central	Posteriores
i		u
e ε	ə	ɔ o
	a	

Fonte: autora

Pares: /a/ : /ə/

(316) [pɪ'ta] 'penélope / jacutinga / peru-do-mato'

(317) [pɪtə] 'maca para doente'

Pares: /e/ : /ɛ/ e /ə/ : /a/

(318) [ʔətʃe] 'cheiro desagradável' (do pixe e do betume pantanoso)

(319) [ʔa'tʃɛ] 'terra' (enquanto solo)

Pares: /a/ : /ɛ/

(320) [ʔɪ'wa] 'certo / correto'

(321) [ʔɪ'wɛ] 'desde então' (ideia temporal)

Pares: /a/ : /ɛ/

(322) [ʔã^hga] 'tu'

(323) [ʔã^hgɛ] 'cabeça' (parte do corpo)

Pares: /a/ : /e/(324) [tɪkĩɲã^hma] ‘urina’(325) [tɪkĩɲã^hme] ‘urinar’**Pares: /o/ : /ɔ/ e /ə/ : /o/**(326) [ʔoko^hro] ‘divino’(327) [ʔokɔ^hramə] ‘sagrado’ (próprio do céu)**Pares: /a/ : /ɔ/**(328) [tʃa^hpa] ‘tocador’ (trombeteiro - instrumento de sopro)(329) [tʃa^hpɔ] ‘trombeta’ (tipo de buzina pury)**Pares: /ə/ : /ɔ/**(330) [pa^htamə] ‘moreno’ (cor da pele)(331) [pa^hta^hmɔ] ‘cor castanho’**Pares: /ə/ : /o/**(332) [koj^hwapɪkĩ^hdə] ‘língua falada (idioma)’(333) [koj^hwapɪkĩ^hdo] ‘instrumento para o falar de muitos (idioma)’**Pares: /e/ : /o/**(334) [te^hkõ^hde] ‘guardar / proteger’(335) [te^hkõ^hdo] ‘guardião’**Pares: /e/ : /ɔ/**

(336) [grɛ] ‘vez’

(337) [grɔ] ‘norte / direção’

Pares: /i/ : /e/(338) [kora¹ki] ‘quatro’(339) [kora¹ke] ‘mês lunar - 28 dias – 4 luas’**Pares: /i/ : /o/**(340) [piki^{ln}di] ‘número cinco’(341) [piki^{ln}do] ‘instrumento de contar’**Pares: /u/ : /ɛ/**(342) [ʔa^{ln}tu] ‘roupa’ (genérico)(343) [ʔa^{ln}tɛ] ‘bambu’**Pares: /u/ : /e/**(344) [ʔ₁wetã^{ln}daʔe] ‘sossegar’(345) [ʔ₁wetãⁿdaʔu] ‘sossegue’**Pares: /u/ : /ɔ/**(346) [kẽ^{ln}gɔʔe] ‘arrancar’(347) [kẽ^{ln}gɔu] ‘arranque’**Pares: /u/ : /a/**(348) [fiɛni¹pu] ‘adivinhe’(349) [fiɛ¹nipaʔe] ‘adivinhar’

VOGAIS NASAIS

Quadro 5: Vogais nasais do Pury de Guiricema

	Anteriores	Central	Posteriores
Altas	ĩ		ũ
Médias	ẽ	ẽ	õ
Baixas		ã	

Fonte: autora

As vogais fonologicamente nasais ocorrem em palavras nas quais mesmo em um ambiente de nasalização, ou seja, com a presença de consoantes nasais, vão estar, claramente, em contraste com vogais orais. Em geral, nesses casos, apenas uma vogal (dentre outras na palavra) é marcada pelo traço [+nasal]. Situação dos exemplos abaixo.

Pares: /a / : /ã /

(350) [tẽⁿdɔ'rã] 'sedutora (or)'

(351) [tẽ^{ln}dɔra] 'sedução'

Pares: /i / : /ĩ /

(352) [ˈmakɪ] 'milho'

(353) [ma'kĩ] 'mas'

Pares: /ɛ / : /ẽ /

(354) [guʔa'fɛ] 'ruído'

(355) [guʔa'fẽn] 'pulo / salto'

Pares: /o / : /õ /

(356) [ɦɪ'ʔo] 'xibata / relho'

(357) [ɦɪ'ʔõ] 'solo fértil'

VOGAIS NASALIZADAS

Lidamos com vogais nasalizadas quando estas assimilam o traço [+nasal] por adjacência a consoantes nasais. Seguem os exemplos:

(358) [ɲãmẽ^{nte}] ‘mama (maminha, tetas - parte do corpo)’

(359) [ɲã^lmã^{nte}] ‘mamar (nas tetas)’

(360) [ʃpã^{ngara}] ‘ervas como flora vegetal da natureza’

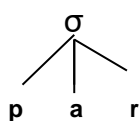
(361) [ʃpõ^{ngara}] ‘flora vegetal’

4.4 A sílaba

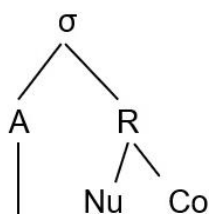
A definição de sílaba pode ser feita tanto pela sua realização fonética, quanto pelo seu papel na estrutura fonológica da língua.

Collischonn (1999) recorta duas posturas teóricas em torno da definição da sílaba, uma no campo da teoria autosegmental e outra no campo da teoria métrica. A diferença entre essas duas posturas está em se considerar ou não a interdependência entre as camadas que compõem a sílaba.

Ainda em Collischonn, pela formulação de Kahn (1976), as camadas da sílaba seriam independentes entre si. A notação abaixo, com base na teoria autosegmental, espelha essa definição (Collischonn, 1999, p. 91):



Numa visão contrária a essa, tem-se a proposta de Selkirk (1982):



A notação de Selkirk, além de estabelecer que as camadas da sílaba são dependentes entre si, nomeia estruturalmente tais camadas, quando defende que a

sílaba [σ] é composta por um ataque (A) e por uma rima (R), que está subdividida em núcleo (Nu) e coda (Co). Importante frisar que toda sílaba, obrigatoriamente, tem um núcleo, sempre preenchido por uma vogal.

A diferença entre essas duas propostas não se encerra, apenas, na distinção entre as notações e na questão em torno da dependência das camadas da sílaba. Bem além dessa divergência, reside a discussão sobre o escopo da atuação das regras fonológicas no corpo da sílaba. Se se toma por princípio de que as camadas da sílaba são independentes entre si, formando um bloco único, a atuação das regras recairia sobre a sílaba como um todo.

A partir desse impasse, as discussões se voltam para a defesa de um novo modelo teórico, como o que propõe Harris (1983), visando confirmar que, de fato, a rima é um subconstituente da sílaba. O exemplo usado por Harris que sustenta essa afirmação é sobre a regra de aspiração do /s/ em espanhol, que só atua no contexto em que /s/ passa a [+soante] quando ocupa a posição de coda, dentro da rima. Quando /s/ ocupa a coda diante de ataque, a regra não se aplica. Logo, nesse caso, a rima existe como nível de aplicação das regras.

Nespor e Vogel (1986, *apud* Collischonn, 1999, p. 93) discordam da visão de Harris (1983), insistindo que a regra pode ser aplicada no nível da sílaba como um todo, ficando assim definida:

$$S \rightarrow h / [+soante] ____] \sigma$$

Como aponta Collischonn (*idem*), as discussões entre esses dois pontos de vista se estendem, repartindo os teóricos em adotar uma ou outra dessas definições, havendo, ainda, aqueles que não se posicionam, mas que, ao adotarem uma das duas notações aqui apresentadas, deixam implícito seu posicionamento.

À guisa de esclarecimento, seguiremos em nosso trabalho a proposta, inicialmente, trazida por Selkirk, que defende a interdependência dos constituintes entre as camadas da sílaba, bem como a consideração de ser a rima um subconstituente.

Comum entre as línguas da família Jê no que se refere à estrutura silábica, está a realização do ataque preenchido por segmentos complexos e segmentos prenasalizados. Fazemos, aqui, um parêntese à guisa de justificativa por nos prendermos a comparações com línguas da família Jê, apesar de o Pury ser diacronicamente classificado, segundo Rodrigues (1994, p. 49), dentro de uma

possível família “Purí”, que engloba as línguas “Coroado, Purí, Koropó, faladas pelo menos até o fim do século passado [século XIX] no leste de Minas Gerais e no oeste do Espírito Santo e do Rio de Janeiro”. Rodrigues argumenta, ainda, que o reconhecimento de um tronco linguístico Macro-Jê é de base hipotética, por falta de registros consistentes de línguas que estariam abrigadas sob o Macro-Jê, com exceção das línguas filiadas à família Jê. Conclui-se também que é de base hipotética a oferta da previsão da família “Purí”. Ou, como se tem para a classificação das línguas da família Carib, a distribuição se daria por proximidade geográfica.

Cabe resgatar, porém, a informação de Nhãmãnrúrrre Stxutér, em outro momento dessa dissertação, quando relata que, a partir de 1947, houve proibição de usar as línguas indígenas por parte das autoridades - que buscavam unificar e fortalecer o uso da língua portuguesa. Tal medida os levou a adotar a comunicação na língua através de bilhetes, usando a escrita com elementos da língua portuguesa do Brasil, orientados pelo seu tio-avô Juka Pury.

Pelo que demonstramos acima (seção 1.3) quando da explicitação de certos processos fonológicos (como, por exemplo, a ocorrência consistente de segmentos complexos), vimos a semelhança desses processos do Pury com as línguas Kaingáng e Xavante. Quitino (2012), no entanto, aborda considerações amplas que abarcam vários estudos sobre as demais línguas da família Jê. Nosso trabalho não recobre essa dimensão.

Recorrer a descrições de outras línguas não só atende ao nosso maior objetivo – o de fazer uma descrição mais consistente do Pury -, como atende ao que propõe Selkirk (1982, p. 337):

Em primeiro lugar, pode-se argumentar que o princípio mais geral e explicativo das restrições fonotáticas numa língua só pode ser feito através da estrutura silábica de um enunciado. Em segundo lugar, pode-se argumentar que só através da sílaba é possível caracterizar corretamente o domínio de aplicação de uma vasta gama de regras da fonologia segmental. E, em terceiro lugar, pode-se argumentar que um tratamento adequado dos fenômenos suprasegmentais, como o acento e o tom, exige que o segmento seja agrupado em unidades que são do tamanho da sílaba¹⁰¹.

¹⁰¹ Tradução nossa. First of all, it can be argued that the most general and explanatory statement of phonotactic constraints in a language can be made only via the syllabic structure of an utterance. Second, it can be argued that only via the syllable can one give the proper characterization of the domain of application of a wide range of rules of segmental phonology. And, third, it can be argued that an adequate treatment of suprasegmental phenomena such as stress and tone requires that segments be grouped into units which are the size of the syllable.

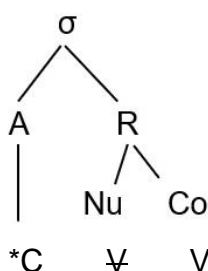
4.4.1 Padrões silábicos em Pury

O Pury de Guiricema apresenta os seguintes padrões silábicos:

CV; CV̩; CVC; CCV; CCVC

Quanto ao preenchimento do ataque na palavra como um todo, podemos ter: fricativa glotal sonora; nasais: labial, alveolar e palatal; oclusivas pré-nasalizadas, observando que [ŋk] e [ŋg] só ocorrem no ataque no interior da palavra e [ᵐp] ocorrendo apenas no ataque interno à palavra; segmentos complexos; líquidas e aproximantes.

Como foi visto acima, o padrão CV̩ vem ao encontro da ocorrência de ditongo decrescente na língua, mas não temos *CV̩V. No que se refere a um possível padrão *CV̩V, que expressa ditongo crescente, temos como restrição a ocorrência deste padrão, em que a semivogal preencheria o núcleo e a vogal ficaria em coda:



Quanto à contiguidade de vogais no esqueleto silábico como um todo, quando também teríamos contiguidade de vogais entre sílabas, discutiremos esse ponto mais adiante.

RESTRIÇÕES DO ATAQUE

Pelo padrão silábico de cada língua, fica determinado o número máximo de segmentos permitidos numa sílaba, bem como os segmentos que podem ocupar o ataque e a coda, já que o núcleo é sempre preenchido por vogal. Decorrem desse padrão as restrições para o preenchimento do ataque e da coda.

Temos observado em várias análises sobre as línguas da família Jê, a referência sobre a complexidade do ataque nessas línguas. A análise dos exemplos a seguir nos permite verificar que os segmentos previstos no ataque em Pury englobam segmentos simples e segmentos com articulação secundária, como nas consoantes pré-nasalizadas e nos demais segmentos complexos; no ataque também temos clusters e africadas. Uma das propostas para a análise do ataque em Kaingáng

(Wetzels 1995), seguida por Quintino (2012), para o Xavante é a restrição ao ataque vazio. Assim, seguimos a proposta desses dois autores segundo a qual o preenchimento default para ataque vazio é a oclusiva glotal, ou seja, não encontramos sílabas sem ataque materializado, como podemos verificar em vários exemplos arrolados até aqui (cf: seção 1.3 e subseções).

Adotar o ataque com preenchimento obrigatório é pertinente à nossa análise, devido à restrição ao padrão *(C)CVV, a seguir discutido.

RESTRIÇÃO DO PADRÃO *(C)CVV

Embora na ortografia que se tem para o Pury, percebemos a adjacência de vogais neste tipo de padrão, a escuta dos dados nos evidencia a não existência de ditongos crescentes quando se formaria o padrão *CVV. O que se registra é uma pausa, ou hiato, entre os dois segmentos vocálicos. Aliado a esse fato, temos, como já vimos, o preenchimento do ataque *default* com a oclusão glotal e, assim, a cadeia silábica com este padrão *CVV sofre um processo pós-lexical de ressilabificação e se realiza como CV.ʔV, como ilustram os exemplos:

(364) ku.ʔã.^hrim ‘açúcar’ (coisa doce)

(365) gu.ʔa.^he.mə ‘adolescente masculino’

(366) ke.mi.ʔu.^hmo ‘ajudador’

(367) te.ku.ʔa.ra.^hsu ‘paz natural’ (harmonia de todas as coisas)

Logo, a pertinência da oclusão glotal no ataque vem ao encontro da restrição prevista no corpo do esqueleto silábico, reafirmando a restrição ao ataque vazio. Por outro lado, com a ocorrência de ditongos crescentes, e a restrição do ataque vazio, surge uma outra restrição: a do padrão *CVV.ʔV.

RESTRIÇÃO DO PADRÃO * CVV.ʔV

Na sequência decorrente da presença de ditongos decrescentes (*CVV.ʔV), não se registra o preenchimento do ataque da sílaba seguinte (*ʔV) por oclusão glotal, como nos exemplos acima. Temos em vez disso, na materialização do ataque, um processo de palatalização e de labialização na ligação entre as duas sílabas. E, mais

uma vez, atendendo à restrição do ataque vazio, reinterpretemos, pelo viés da teoria autosegmental, a realização dos glides em contorno como as aproximantes [y] e [w], como consoantes foneticamente subjacentes:

(368) kaj.ya.^lkã.ma ‘adulto’ (maioridade)

(369) kuj.ya.tɛ.^lmu.fiɛ ‘afirmar’

(370) bɔ.^hdaj.yu ‘madeira’

(371) ya.ta.^ʔoj.yõn ‘ano novo feliz’

(372) ^lm^hbaɔ.wə ‘espingarda’

(373) ma.^ʔiɔ.we] ‘duvidar’

(374) deɔ.^lwa ‘mais alto / maior em importância’

Essa solução de interpretar o processo de palatalização e labialização como tendo as aproximantes [y] e [w] no preenchimento do ataque não é alheia ao sistema fonológico da língua em seu todo, quando se tem o padrão [CV] na expressão de palavras nas quais já se tem esse tipo de sílaba (YV; WV) e quando não há a ditongação:

(375) ku.^ʔa.yu.^lta ‘vocábulo’

(376) mɔ.^lpu.ya ‘vontade de ter’ (querer - pedir)

(377) yu.^ʔa.fiã.ma.^lke ‘armadilha para pegar peixes’

(378) yah.^lgu ‘agarre / sustente!’

(379) wɪ.ra.^lga.kse ‘caçar pássaros’

(380) ka.nɪ.₁wa.^lp_{ra}.ne ‘sondar (informar-se)’

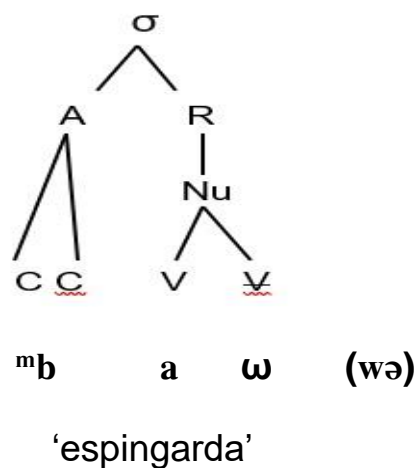
(381) kɔ.rɔ.^lwa ‘canto religioso pury’

Em resumo a restrição aos padrões *(C)CVV e *CV^ʔ.^ʔV vem atender, em verdade, a restrição do ataque vazio, cujo preenchimento, também para responder ao PCO na cadeia silábica se resume a:

- (i) O padrão *(C)CVV se ressilabifica como CV.CV com a seguinte especificação: CV. C [+oclusiva+glotal] V.
- (ii) O padrão *CV̩.ʔV se realiza como CV̩.CV com a seguinte especificação: CV̩.C [+aproximante {+palatal} {+labial}] V

RESTRICÇÕES DA CODA

A realização da coda em Pury em sílabas travadas por consoantes admite: as nasais [m] e [n]; a fricativa glotal surda [h] e as fricativas alveolares [s] e [z]. As vogais e semivogais seriam os únicos segmentos, com a possibilidade da partição do núcleo:



CONCLUSÃO

Memória e ressurgência são a base de um trabalho que partiu do desejo de contribuir à reparação de um erro da história: decretar a extinção do povo Pury. E, por consequência, apagar toda uma gama de saberes, inscritos na memória da língua – também considerada extinta - e na memória de pertencimento à língua. Esses dois movimentos da memória constituem o que Souza (2020) define como identidade etno-discursiva: quando é possível não pensar a identidade apenas pelo viés étnico, mas sim pela(s) língua(s). A retomada – ou o empenho no trabalho de ressurgência - da língua indígena vem ao encontro de um movimento político de reafirmação da identidade indígena em termos linguísticos e discursivos, e não apenas pela etnia. Eis aí um gesto pleno de decolonização e que, ao mesmo tempo, denuncia o desrespeito imposto aos povos originários, com a ausência de projetos em prol da preservação desse rico patrimônio imaterial.

Demos aqui um primeiro passo em busca de fazer uma descrição plausível da língua Pury, modalidade falada na região de Guiricema e que conta com um lembrador com uma grande fluência da língua, guardada em silêncio e latente em suas memórias. O trabalho com Nhãmanrrure Schuter, morador da cidade do Rio de Janeiro, fez com que ele, pouco a pouco, fizesse um caminho de volta à Guiricema e se reencontrasse com a história do seu povo no lastro de uma memória que lhe permitiu retomar o Pury, língua materna. É de grande valia todos os seus ensinamentos. É inegável todo o conhecimento que Nhãmanrrure tem da sua língua e das tradições de seu povo, fato que aqui se afirma sem qualquer dúvida: Nhãmanrrure trabalha no curso da memória da língua – aquela cuja historicidade se inscreve na materialidade discursiva – e a memória de pertencimento à língua, como aquele que conhece e se reconhece nas formas como se materializa e se diz o Pury. Quanto à realização de nosso trabalho em dar a conhecer a língua Pury de forma mais plena e consistente do que se tinha até então, buscamos ensaiar um primeiro passo na sua descrição linguística, começando pelo inventário de sons e pela descrição dos padrões silábicos. Nessa investida, lemos sobre outras línguas da família Jê – com estudos mais abrangentes e consistentes, em detrimento das demais famílias do tronco Marco-Jê -, e percebemos dentro dos aspectos estudados semelhanças com a língua Xavante e a língua Kaingáng. Semelhanças no que se refere, sobretudo, aos processos fonológicos que perpassam o funcionamento da estruturação do sistema

prosódico e da configuração dos padrões silábicos dessas línguas em compasso. A existência recorrente de segmentos complexos no preenchimento em contorno da cadeia silábica, os ataques silábicos também preenchidos por segmentos complexos em qualquer posição da sílaba e as restrições à configuração do esqueleto silábico em seu todo aproximam muito o Pury dessas línguas. Outros processos não abordados aqui, por razões alheias à nossa vontade, podem vir a ser estudados como a influência da afixação morfológica na estruturação prosódica da palavra Pury, muito semelhante a descrições do que se tem para outras línguas da família Jê. Observações dessa ordem nos faz colocar em xeque a proposta de uma família “Puri” ramificada pelas línguas “Puri, Koropo e Coroado”. Línguas com documentação precária presente em listas de palavras coletadas, em sua maioria, por cronistas e viajantes. Uma língua não se faz por aglomerado de palavras, principalmente quando se quer, de fato, investir na revitalização de sua fluência. Historicamente os povos originários vêm sendo aviltados, explorados, desrespeitados em seus direitos e – Dokóra! Oxalá! – que isso não se repita com a oferta de espectros linguísticos.

Acredita-se que as contribuições resultantes deste estudo despertem o interesse do mundo da ciência linguística; favoreçam o debate científico e que também sirvam para ampliar a compreensão que se tem dessa língua. Além disso, auxiliar no desenvolvimento de estudos histórico-comparativos e tipológicos do Tronco Macro-Jê.

Por fim, espera-se que esta análise traga frutos no que tange ao processo de recuperação da memória linguística da comunidade Pury.

REFERÊNCIAS

- ABAURRÉ, M.B. M. e WETZELS, W. L. Sobre a estrutura da gramática fonológica. *Cadernos de estudos linguísticos*, Campinas (SP), nº 23, p. 5-18, jul/dez. 1992. p. 5-18.
- ALCANTARA, M. X. *Descrição fonética e fonológica da língua Idaté do Timor Leste*. 2015. Dissertação (Mestrado Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), 2015.
- ALENCASTRO, L. F. de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALMEIDA, M. R. C. de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro (RJ): Editora FGV, 2010.
- AMANTINO, M. Entre o genocídio e a escravidão. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte (MG), vol. 45, fasc. 2, jul/dez. 2009. p. 123-135.
- ANDERSON, S. R. *Nasality and the Internal Structure of Segments*. [S.l.]: Language 52, 1976.
- ARARIPE, T. de A. A colonização do município de Castelo - Ligeiras notas. *Revista Brasileira dos Municípios*, Instituto de Geografia e História Militar do Brasil - Ministro do Superior Tribunal Militar, Rio de Janeiro Rio de Janeiro (RJ), nº 63/64, Ano XVI – jul/dez. 1963. p. 129-151.
- ARTIAGA, Z. *Dos índios do Brasil central*. Goiânia (GO): [s.n.], 1947.
- BALBI, A. *Atlas Ethnographique du Globe*, Classification des peuples anciens et modernes d'après leur langue. Tome Premier. Chapitre VII. Paris: Paul Renouard, [1826] MDCCCXXVI.
- BALESTRERO, H. L. *A obra dos jesuítas no Espírito Santo: Sinopse Histórica*. Viana (ES): [s.n.], 1979.
- BARTH, F.; POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras*. Tradução: Élcio Fernandes. São Paulo (SP): Fundação Editora da UNESP, 1998.
- BASSI, A. *A realização da fricativa alveolar em coda silábica no português brasileiro e no português europeu – abordagem geolingüística*. 2016. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Florianópolis (SC), 2016.
- BISOL, L. Aspectos da fonologia atual. *D.E.L.T.A.*, São Paulo (SP), vol. 8, n. 2, 1992. p. 263-283.
- BISOL, L; BRESCANCINI, C. R. *Fonologia e Variação: recortes do português brasileiro*. 1. ed. Porto Alegre (RS): EDIPUCRS, 2002.

BLOOMFIELD, L. *Language*. London: George Allen e Unwin LTD Museum Street, 1933.

BRINTON, D. G. *The American Race: A Linguistic Classification and Ethnographic Description of the Native Tribes of North and South America*. New York: N. D. C. Hodges, Publisher, 47 Lafayette Place, 1891.

BROCHADO, J. J. J. P. *An ecological model of the spread of pottery and agriculture into eastern South America*. 1984. Thesis (Doctor of Philosophy in Anthropology). University of Illinois (USA), Urbana, 1984.

CAGLIARI, L. C. *Análise fonológica: introdução à teoria e à prática, com especial destaque para o modelo fonêmico*. Campinas (SP): Mercado de Letras, 2002.

CALLOU, D. e LEITE, Y. *Iniciação à Fonética e à Fonologia*. Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahar, 1993.

CALVET, L. *As políticas linguísticas*. São Paulo (SP): Parábola Editorial, IPOL, 2007.

CAMINHA, P. V. de. *Carta ao Rei (1º maio 1500)*. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa (Portugal): Brasil ePub, 1998.

CAMPBELL, L. *The History of Linguistics in The Handbook of Linguistics*. Oxford, Victoria: Blackwell Publishing, 2003.

CARDIM, F. S. J. *Do princípio e origem dos Índios do Brasil e de seus costumes, adoração e cerimônias*. Rio de Janeiro (RJ): Typographia da Gazeta de Notícias, 1881.

CARVALHO, C. de. *Para Compreender Saussure: fundamentos e visão crítica*. 4. ed. revisada e ampliada. Rio de Janeiro (RJ): Editora Rio, 1984.

CELSO CUNHA. *Uma Política do Idioma*. Rio de Janeiro (RJ): Livraria São José, 1964.

CHAPMAN, S. & ROUTLEDGE, C. (eds.) *Key thinkers in linguistics and the philosophy of language*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2005.

CHOMSKY, N. *On Nature and Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

CHOMSKY, N.; HALLE, M. *The sound pattern of English*. New York: Harper & Row, 1991.

CLEMENTS, G. *A unified set of features for consonants and vowels*. Paris (France): Institute de Phonétique, 1989.

_____. *Place of articulation in consonants and vowels: a unified Theory*. Paris (France): Institute de Phonétique, 1991.

COLLISCHONN, G. Acento e epêntese numa abordagem pela TO. *Colóquio "Acento em Português"*, Campinas (SP): UNICAMP, 1999.

_____. A sílaba em português. In: BISOL, L. (org). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. 3. ed. Porto Alegre (RS): EDIPUCRS, 2001. p. 91-119.

_____. Estrutura da sílaba, acento e epêntese em português: uma abordagem pela Teoria da Otimização. *II Congresso Nacional da ABRALIN – Caderno de Resumos*. Florianópolis (SC): Rocha Gráfica e Editora, 1999.

COURTENAY, B. de (1899). O Fonema. In: GARAY, R. G. *Baudouin de Courtenay e O Fonema*. Cadernos de Tradução, n. 45, [S.l.]: [s.n.], 2020. p. 6-14.

CRISTÓFARO-SILVA, T. *Exercícios de Fonética e Fonologia do Português*. São Paulo (SP): Contexto, 2003.

_____. *Fonética e fonologia do português: Roteiro de estudos e guia de exercícios*. São Paulo (SP): Contexto, 2005.

CRYSTAL, D. *Dicionário de Linguística e Fonética*. 1. ed. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 1988.

_____. *A dictionary of linguistics and phonetics*. 6. ed. Malden: Blackwell Publishing, 2008.

CUNHA, M. C. da. Política indigenista no século XIX. In: CUNHA, M. C. da (org). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo (SP): Cia. das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; Fapesp, 1992. p. 133-154.

D'ANGELIS, W. R. Geometrias de Traços e Línguas Indígenas (Macro-Jê). *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas (SP), v. 27, 1994. p. 113-134.

_____. *Traços de modo e modos de traçar geometrias: línguas Macro-Jê & teoria fonológica*. 1998. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal de Campinas (UNICAMP), Campinas (SP), 1998.

DAEMON, B. C. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística (1879)*. Vitória (ES): Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

DEBRET, J. B. *Voyage Pittoresque Et Historique Au Brésil*. Tome I. Paris: Firmin Didot Frères, [1816] 1834.

DRUMMOND, J. A. *Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do estado do Rio de Janeiro*. Niterói (RJ): EDUFF, 1997.

_____. Os Puris do Leste do Brasil. *Verhandlungen der Berliner Gesellschaft für Anthropologie, Ethnologie und Urgeschichte*. Tradução: Gean Damulakis (segunda versão). Berlin: A. Asher & Co, 1886.

EMMERICH, C. & MONSERRAT, R. Sobre os Aimorés, Krens e Botocudos: notas linguísticas. *Boletim do Museu do Índio*. Antropologia, n. 3. Rio de Janeiro (RJ): [s.n.], 1975. p. 3-44.

ESCHWEGE, W. C. von. *Journal von Brasilien* [tome I] oder vermischte Naclirichten aus Brasilien auf wissentsclafftlichen Reisen gesammelt, Weimar, Zweites Heft, 1818.

ESCOBAR, A. Linguística y Política. In: ORLANDI, E. P. *Discurso e Leitura*. São Paulo (SP): Cortez e Editora da UNICAMP, 1988.

FREIRE, P. *Ação Cultural para Liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra, 1976.

FREIREYSS, G. W. *Viagem ao interior do Brazil nos annos de 1814-1815*. Tradução: Alberto Lofgren. São Paulo (SP): Revista do Instituto Histórico e Geographico de São Paulo, vol. XI, 1906.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. *A Língua inatingível*. Françoise Gadet; Michel Pêcheux. Tradução: Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello – Campinas (SP): Pontes, 2004.

GLEASON, H. A. *An introduction to descriptive linguistics*. Universidade de Michigan. New York: Henry Holt and Company, 1955.

CLEMENTS, G. N.; HUME, E. The internal organization of speech sounds. In: GOLDSMITH, J. *The handbook of phonology theory*. London: Blackwell, 1995.

GOLDSMITH, J. *Autosegmental Phonology*. Bloomington: IULC, 1976.

_____. *Levels and Harmonic Phonology*. University of Chicago, 1989.

HERNANDORENA, C. L. M. Introdução à teoria fonológica. In: BISOL, L. (org). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1996. p. 11-89.

HORA, D. da. *Fonética e Fonologia*. UFPB, 2009.

HOUAISS, A. *Sugestões para uma Política do Idioma*. Rio de Janeiro (RJ): Instituto Nacional do Livro, 1960.

HYMAN, L. *Phonology: theories and analysis*. New York: Holt, Rinehart & Winton, 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*. n. 1. Niterói (RJ): Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1948.

_____. *Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes* (Nimuendajú 1987). Rio de Janeiro (RJ): IBGE, 1987.

_____. *Características Étnico-raciais da População, um estudo das categorias de classificação de cor ou raça-2008*. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro (RJ): IBGE, 2011.

_____. *Censo Demográfico 2010: características gerais dos indígenas*. Resultados do universo. Ministério do Planejamento e Gestão. Rio de Janeiro (RJ): IBGE, 2010.

_____. Os Indígenas no Censo Demográfico 2010 – Primeiras Considerações com Base no Quesito Cor ou Raça. *Censo Demográfico 2010*. Ministério do Planejamento e Gestão. Rio de Janeiro (RJ): IBGE, 2010.

_____. Tendências Demográficas – uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos censos demográficos 1991 e 2000. *Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica*. n. 16. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro (RJ): IBGE, 2005.

JOLKESKY, M. P. de V. *Estudo arqueo-ecolinguístico das terras tropicais sul-americanas*. 2016. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

JOSÉ, O. *Indígenas de Minas Gerais - Aspectos Sociais, Políticos e Etnológicos*. Belo Horizonte (MG): [s.n.], 1965.

KNIVET, A. The admirable adventures and strange fortunes of Master Anthonie Knivet, which went with Master Thomas Candish in his second Voyage to the South Sea, 1591. In PURCHAS, Samuel. *Hakluytus Posthumus or Purchas his pilgrimes in five bookes*. vol. XVI, cap. VII. The fourth part. London: William Stansby for Henrie Fetherstone, 1625.

LEMOS, M. S. *Vocabulário da Língua Puri (Português – Puri)*. 1. ed. Rio de Janeiro (RJ): Edição do Autor, 2012.

LYONS, J. *Linguagem e linguística, uma introdução* cap. 1 e 2. Rio de Janeiro: Guanabara: [s.n.], 1975.

_____. *Introdução à lingüística teórica*. Tradução: Rosa Virgínia Mattos e Silva e Hélio Pimentel. São Paulo (SP): Ed. Nacional; Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

_____. *As ideias de Chomsky*. São Paulo (SP): Cultrix, 1973.

LOUKOTKA, Č. La familia lingüística coroado. In: *Journal de la Société des Américanistes*. Tome 29, n°1, 1937.

LOURES OLIVEIRA, A. P. de P. 2008. Histórico das pesquisas arqueológicas em Carangola (MG). In: LOURES OLIVEIRA, A. P. de P. (org). *Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata mineira*. Carangola, Juiz de Fora (MG): MAEA-UFJF, 2008.

LUVIZOTTO, C. K. *Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul*. São Paulo (SP): Editora UNESP, 2009.

MANOEL, F. - Nhãmanrúri Schuteh Pury. *Falares e Fazeres do Povo Pury* na Tradição da Comunidade Rural da Região de Guiricema (MG) (1957), 1. ed. São Paulo (SP): Literando, 2022.

MARTINS, A. M. S. *Uma avaliação da hipótese de relações genéticas entre o Guató e o tronco Macro-Jê*. 2011. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MARTIUS, K. F. P. von. *Glossaria Linguarum Brasiliensum*. Glossários e diversas lingoas e dialectos, que fallao os indios no Império do Brazil. Wörtersammlung brasilianisches Sprachen. Erlangen: Druck vom Junge & Sohn, 1863.

MASIP, V. *Trubetzkoy y Jakobson: un abordaje científico del significante lingüístico*. Eutomia, v. 1, 2018.

MASON, J. A. The languages of South American Indians. In: STEWARD, J. H. (ed.) *Handbook of South American Indians*, vol. 6. Washington, DC: Smithsonian Institution, 1950.

MATTOS, I. M. de. *Civilização e revolta: povo botocudo e indigenismo missionário na Província de Minas*. 2002. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

_____. O Indigenismo Provincial em Minas Gerais. *XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)*. Caxambu (MG), 2002.

MAXIMILIANO, de Wied-Neuwied. *Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817*. Tradução: Edgard Süssekind de Mendonça e Flávio Poppe de Figueiredo. (org) Olivério Mário de Oliveira Pinto. Volume 1. 1. ed. São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Recife (PE), Porto Alegre (RS): Companhia Editora Nacional, 1940.

MELATTI, J. C. *Índios do Brasil*. Brasília: Coordenada Editora de Brasília, 1970.

_____. Aspectos culturais (não linguísticos) dos povos falantes de línguas do tronco Macro-Jê. *IX Encontro Macro-Jê: Línguas e culturas Macro-Jê*. v. 9. Org: Maxwell Miranda, Águeda Aparecida da Cruz Borges, Áurea Cavalcante Santana, Suseile Andrade Sousa. Barra do Garças (MT): GEDELLI/UFMT, 2020.

MENDONÇA, C. S. I. de. *A sílaba em fonologia*. Working Papers em Linguística, nº 7, UFSC, 2003.

MERCADANTE, P. *Os Sertões do Leste: estudo de uma Região, a Mata Mineira*. Rio de Janeiro (RJ): Zahar Editores, 1973.

MÉTRAUX, A. As Índias Wailaka. In: *Jornal da Société des Américanistes de Paris Paris*, nouv. série, t. XXI, 1929.

_____. The Puri-Coroado Linguistic Family. In: *Handbook of South American Indians*. Vol. 1. The marginal tribes – Part. 3. The Indians of eastern Brazil, 1946.

_____. The Comparative Ethnology Of South American Indians. *In: Handbook Of South American Indians*. Vol. 5. Julian H. Steward, Editor. Institution Bureau Of American Ethnology Bulletin 143. United States Government Printing Office Washington: 1949.

MEZZOMO, C. L. & RIBAS, L. P. Sobre a aquisição das líquidas. *In: LAMPRECHT, R. et al. Aquisição fonológica do português: perfil de desenvolvimento e subsídios para terapia*. Porto Alegre (RS): Artmed. 2004.

MONTEIRO, J. M. De índio a escravo. A transformação da população indígena de São Paulo no século XVII. *Revista de Antropologia*. v. 30-32 (1987-1989). São Paulo (SP): Universidade de São Paulo, 1992.

_____. *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo*. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 1994.

MONÇÃO, C. S. dos S. *As representações múltiplas do fonema /s/, em ataque silábico, na escrita dos alunos do 6º ano: uma reflexão sociolinguística sobre o ensino de ortografia*. Dissertação (Mestrado) – PROFLETRAS – Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Teresina, 2015.

MORI, A. C. Fonologia. *In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs). Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras*. São Paulo (SP): Cortez, 2001.

MURDOCK, G. P. *Outline of South American Cultures*. Behavior science outlines, vol. II. Universidade do Texas. Editora Human Relations Area Files, Inc., New Haven, 1951.

NASCIMENTO, K. R. S. do. *Emergência de Padrões Silábicos no Português Brasileiro e seus reflexos no Inglês Língua Estrangeira*. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Fortaleza, 2016.

OLIVEIRA, G. M. Brasileiro fala português: Monolingüismo e Preconceito Linguístico. *In: SILVA, F. L.; MOURA, H. M. M. (orgs). O direito à fala: a questão do preconceito linguístico*. Florianópolis: Insular, 2002.

ORLANDI, E. P. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas (SP): Pontes, 1999.

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos* (1993). Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 2007.

_____. Há palavras que mudam de sentido, outras...demoram mais. *In: ORLANDI, E. P. (org). Política Linguística no Brasil*. Campinas (SP): Pontes, 2007.

_____. Teorias da linguagem e discurso do multilingüismo na contemporaneidade. *In: ORLANDI, E. P. (org). Política Linguística no Brasil*. Campinas (SP): Pontes, 2007.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. [1975]. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi et al. 5. ed. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 2014.

PEROTA, C. Resultados preliminares sobre a arqueologia da região central do estado do Espírito Santo. *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: resultados preliminares do 5º ano, 1969-1970*. n. 26. Belém (PA): Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, 1974.

PIKE, K. L. *Phonemics: A technique for reducing languages to writing*. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press, 1947.

PRÊZIA, B. *Vuitir, o mongó véio Puri*. Brasília-DF: Revista Porantim. nº 357, 2013.

PROUS, A. *Arqueologia brasileira*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992.

PUJADAS, J. J. *Etnicidad. Identidad cultural en los pueblos*. Madrid: Eudema, 1993.

QUINTINO, W. P. *Aspectos da fonologia Xavante*. Tese (Doutorado em Linguística). Rio de Janeiro (RJ): Faculdade de Letras – UFRJ, 2012.

RAJAGOPALAN, K. Política linguística: do que é que se trata, afinal? In: NICOLAIDES, Christine *et al.* (orgs). *Política e políticas linguísticas*. Campinas, SP: Pontes, 2013.

RAMIREZ, H.; VEGINI, V.; FRANÇA, M. C. V. Koropó, puri, kamakã e outras línguas do leste brasileiro: revisão e proposta de nova classificação. *LIAMES: Línguas Indígenas Americanas*. v. 15, n. 2, p. 223 – 277. jul/dez, 2015.

RAMOS, A. As Culturas Indígenas. In: *Introdução à Antropologia Brasileira*. Volume II. Coleção Arthur Ramos. Livraria - Editora da Casa do Estudante do Brasil. 4. ed. 1971.

REY, P. Notes sur les Botocudos et sur les Purys. In: *Bulletin de la Société d'Anthropologie*, Tome septième, troisième série. Paris: G. Masson, Éditeur, 1884.

REZENDE, F. de P. F. Minhas recordações. *Coleção Documentos Brasileiros*. Dirigida por Octávio Tarquínio de Sousa. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

RIBEIRO, E. R. *Eastern Macro-Jê: A hypothesis on the internal classification of the Macro-Jê stock*. Ms. / IJAL, vol. 76, no. 4, All rights reserved. University of Chicago: 2010.

_____. *Tapuya connections: language contact in eastern Brazil*. LIAMES 9, 2009.

RIVET, P. Langues de Amérique du Sud et des Antilles. In: *Les Langues du monde*, par un groupe de linguistes. Paris, 1924.

RODRIGUES, A. D. *Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas*. São Paulo (SP): D.E.L.T.A, v. 9, n. 1, 1993.

_____. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo (SP): Loyola, 1986.

RUGENDAS, J. M. *Voyage Pittoresque dans le Brésil*. Paris: Engelmann & Cie, n° 1, 1835.

SANTOS, R. M. dos. *O gê dos gerais: elementos de cartografia para a etno-história do planalto central: contribuição à antropogeografia do cerrado*. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável) Universidade de Brasília. Brasília: 2013.

SAPIR, E. *Language an Introduction to the study of speech*. New York: Harcourt, Brace, 1921.

SCHADEN, E. (org). Grafia dos nomes tribais. *Leituras de Etnologia Brasileira*. I Reunião Brasileira de Antropologia, Revista de Antropologia 2: 152-152 (1954). Relatório do grupo de trabalho. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

_____. Os primitivos habitantes do território paulista. *Revista de História* (Universidade de São Paulo) v. 8, n°. 18 (1954). São Paulo (SP): USP, 1958.

SCLIAR-CABRAL, L. Definição da política linguística no Brasil. *Boletim da Associação Brasileira de Linguística* 23, 1999.

SELKIRK, E. The syllable. In: HULST, H.; SMITH, V. D. *The structure of phonological representations* (part. II). Dordrecht-Holland: Foris Publications, 1982.

SENNA, N. C. de. *Anuario Historico-Chorographico de Minas Geraes*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1909.

SILVA NETO, A. P. *Revisão da classificação da família lingüística Purí*. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística), Universidade de Brasília. UnB. Brasília, DF, 2007.

SILVA, J. de P. da. A Presença do Índio no Vale do Paraíba: Os Índios Puris. *História e Geografia do Vale do Paraíba*. Rio de Janeiro (RJ): Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras, CREA-RJ, Prefeitura de Vassouras, 2013.

SOUZA, T. C. C. de. *Discurso e Oralidade - um estudo em língua indígena*. Tese (Doutorado em Linguística). Campinas, SP: IEL/UNICAMP, 1994.

_____. Political and Linguistic Aspects of the History of Indigenous Linguistics in Brazil. In: ASSUNÇÃO, C. et al (orgs). *Tradition and Innovation in the History of Linguistics*. Münster, Germany: Nodus Publikationen, 2016.

_____. Línguas indígenas, fronteiras e silenciamento. *Revista Línguas e Instrumentos lingüísticos*, v.24, no.48, julho/dezembro 2021. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2021.

_____. Política linguística, política de línguas indígenas e línguas silenciadas. In: FIGUEIREDO, A. A. de A. et al. (orgs) *Políticas Linguísticas e as línguas indígenas brasileiras*. São Paulo (SP): PONTES, 2022.

_____. Língua, materialidade discursiva e cosmogonia. *Linguagem em (Dis)curso*.22, n.23. 2022a.

_____. Povos originários: entre a língua de direito e o direito à língua. *Língua e Instrumentos Linguísticos*. Campinas (SP), v. 25, n. esp. p.13-26, 2022b.

_____. Línguas de oralidade, ortografismo e materialidade discursiva. In: OLIVEIRA JÚNIOR, C. B.; DIAS, J. P.; FRAGOSO, E. A. (orgs). *Memória e atualidade da amazônia: ensino e linguagem*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2023a.

_____. Revitalização e línguas silenciadas: voltar a que língua? *Conferência. Mesa-redonda. Povos originários e relações de poder: sujeitos e línguas silenciadas*. Universidade Federal de Pernambuco: Seminário em Estudos em Análise de Discurso, 2023b.

SPIX, J. B. von; MARTIUS, K. F. P. von. (1781-1826). *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Tradução: Lúcia Furquim Lahmeyer. vol.3. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017.

SPOSITO, F. *Nem cidadãos, nem brasileiros: Indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845)*. São Paulo (SP): Alameda, 2006.

STOCKING, Jr.; GEORGE, W. (org). *Franz Boas: a formação da antropologia americana 1883-1911*. Rio de Janeiro (RJ): Contraponto Editora (UFRJ), 2004.

TORREZÃO, A. de N. Vocabulário Puri. In: *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo LII, Parte 1ª. Rio de Janeiro (RJ): IHGB, 1889.

TRUBETZKOY, N. *Principles of Phonology*. Los Angeles: University of California Press, 1971.

_____. (1933). A fonologia atual. In: DASCAL, M. (org). *Fundamentos metodológicos da Linguística – vol. II: Fonologia e Sintaxe*. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1981.

URBAN, G. (1992). A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. Tradução: Beatriz Perrone-Moisés. In: CUNHA, M. C. (org.). *História dos índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo (SP): Cia. das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1998.

WETZELS, L. *Estudos fonológicos das línguas indígenas brasileiras*. Rio de Janeiro (RJ): Editora UFRJ, 1995.

WIED-NEUWIED, M. (1782-1867). *Reise nach Brasilien in den Jahren 1815 bis 1817*. vol. 1 e 2. Frankfurt: Heinrich Ludwig Brönnner, 1820-1821.

Sítios:

ARQUIVO NACIONAL. *Mapa - Memória da Administração Pública Brasileira*. Portal Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2013. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/80-assuntos/producao/cronologia>> Acesso em: 20/09/2018.

ATLAS DIGITAL DA AMÉRICA LUSA. *Capitanias. Atlas Digital da América Lusa*. BiblioAtlas, 2013. Disponível em: <<http://lhs.unb.br/atlas/Categoria:Capitanias>> Acesso em: 20/09/2018.

OLIVEIRA, G. M. *Línguas como patrimônio imaterial*. 2009. Disponível em: <http://www.ipol.org.br/ler.php?cod=281> Acesso em: 15/10/22.

CASAGRANDE, A. D.; BARBIERO, M. H. M. *Castelo: da pré-história ao início do século XX*. Castelo (ES): Impress, [2012]. Disponível em <<https://descubracastelo.com.br/livro-da-pre-historia-ao-inicio-do-seculo-xx>> Acesso em: 10/11/14.

GALUCIO, A. V.; MOORE, D.; VOORT, van der V. O patrimônio linguístico do Brasil: novas perspectivas e abordagens. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 38, p. 194-219, 2018. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revista_patrimonio38.pdf Acesso em: 10/03/20.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censos demográficos - Recenseamentos Gerais e estatísticas populacionais no Brasil. *Recenseamento do Brasil 1872-1920*. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, Disponível em: <<http://www.memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/censos-demograficos.html>> Acesso em: 20/09/13.

MELATTI, J. C. *Resumo da Convenção para a Grafia dos Nomes Tribais*. Página do Melatti. Disponível em: <<http://www.juliomelatti.pro.br/notas/n-cgnt.pdf>> Acesso em 06/03/2013.

SENKEVICS, A. *A cor e a raça nos censos demográficos nacionais*. Disponível em: <<https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2015/02/13/a-cor-e-a-raca-nos-censos-demograficosnacionais/>> Acesso em: 18/09/13.

SOUZA, T. C. C. de. *Povos Originários: Entre a Língua do Direito e o Direito à Língua* Souza, 2022 Disponível em: <https://doi.org/10.20396/lil.v25iesp.8671230> Acesso em: 20/02/23.

ATALIBA T. de C. (USP, CNPq) *Uma política linguística para o português*. <https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Uma-poli%CC%81tica-lingui%CC%81stica-para-o-portugue%CC%82s.pdf> Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/tesouro-linguistico/2019/10/17/o-que-sao-politicas-linguisticas/> Acesso em: 10/10/22.

Anexo A - Autodeclaração de Carmelita L dos Santos registrada pela FUNAI



INFORMAÇÃO

Conforme a **Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais**, promulgada integralmente no Brasil pelo Decreto nº 5.051/2004, em seu artigo 1º, que afirma que "a consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção" e conforme o **Estatuto do Índio (Lei 6.001/73)** que, em seu artigo 3º, define indígena como "...todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional", informo que a Sra. **Carmelita Lopes dos Santos**, CPF [redacted] RG [redacted], nome indígena **NÁMA PURI**, tataraneta materna de Custódia Puri, adotada na Serra da Onça, município de Guidoal - MG, e bisneta materna de China Puri, adotado em São Geraldo - MG, declara ser pertencente à etnia indígena **PURI**, do Estado de Minas Gerais.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2014.

Arlindo N. de Almeida
Deputado Substituto AM
PM Nº 149/1963

Anexo B - Carta de Princípios e Código de Ética do MRP



Movimento de Ressurgência Puri

CARTA DE PRINCÍPIOS (Revisada)

*Em cada época, é preciso arrancar a tradição
ao conformismo, que quer apoderar-se dela.
(Walter Benjamin)*

O Movimento de Ressurgência Puri passar a existir a partir da afirmação identitária e contestação de parentes autodeclarados/autoidentificados a respeito do desaparecimento do Povo Indígena Puri no Brasil. Seus Princípios, contidos nesta Carta deverão ser respeitados por todos que, autoidentificados e reconhecidos como pertencente ao grupo, desejarem afiliar-se ao Movimento, de modo a consolidar esse processo, assegurando seu êxito e ampliando seu alcance.

1. O Movimento de Ressurgência Puri é um espaço não-governamental e apartidário, que reúne e articula de forma descentralizada, em rede, parentes autodeclarados/autoidentificados puri e parceiros/aliados (pessoas físicas ou jurídicas) engajados e empenhados em ações concretas pela ressurgência da etnia Puri, num processo permanente de busca e construção dessa identidade, do nível local ao nacional, a partir do referencial ora estabelecido na presente Carta de Princípios.

2. O Movimento de Ressurgência Puri é um espaço de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de ideias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de parentes autodeclarados/autoidentificados puri e parceiros (pessoas físicas ou jurídicas).

3. O Movimento de Ressurgência Puri é uma organização/instituição autônoma, independente e não poderá ter vínculos organizativos com quaisquer Organizações e/ou Instituições que contrariem esta Carta de Princípios. Ele se pauta pelo princípio organizativo da autonomia política, financeira e ideológica, não sendo vinculado a partidos e governos.

4. O Movimento de Ressurgência Puri se imana a todos os Movimentos, Articulações e Fóruns, bem como os de todos os cidadãos e cidadãs em todas as nações que, apoiados em sistemas e Instituições Internacionais democráticos a serviço da justiça social, da igualdade e da soberania dos povos, defendam: a necessidade de valorizar o conhecimento tradicional para o fortalecimento das culturas indígenas; critérios de participação das comunidades quanto à repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da exploração do conhecimento tradicional associado à biodiversidade; o controle e a proteção do direito de propriedade intelectual dos povos indígenas; a prevalência, como uma nova etapa da História do mundo, de uma globalização solidária que respeite os direitos humanos universais dos povos indígenas.

5. As reuniões plenárias anuais do Movimento de Ressurgência Puri têm caráter deliberativo sobre declarações e ações apresentadas por seus integrantes, que serão desenvolvidas isoladamente ou de forma articulada com outros membros. O Movimento de Ressurgência Puri se compromete a difundir amplamente essas decisões, pelos meios ao seu alcance, sem direcionamentos, hierarquizações, censuras e restrições.

6. O Movimento de Ressurgência Puri opõe-se a toda visão totalitária e reducionista do desenvolvimento e da história. Propugna pelo respeito aos Direitos Humanos, pela prática de uma democracia verdadeira, participativa, por relações igualitárias, solidárias e pacíficas entre

Movimento de Ressurgência Puri
Correio Eletrônico: ressurgenciapuri@gmail.com



Movimento de Ressurgência Puri

pessoas, etnias, religiões, gêneros e povos, condenando todas as formas de dominação, assim como a sujeição de um ser humano a outro.

7. O Movimento de Ressurgência Puri, como espaço de troca de experiências, estimula: o conhecimento e o reconhecimento mútuo das pessoas que dele participam, valorizando seu intercâmbio; os conhecimentos medicinais e terapêuticos indígenas; os hábitos alimentares e formas de viver diferente do restante da sociedade brasileira em geral; a noção clara de pertencimento cultural com o objetivo de valorizar o conhecimento tradicional para o fortalecimento da cultura; a discussão com especialistas sobre a exploração do conhecimento tradicional associado à biodiversidade e, articular ações visando a proteção do direito de propriedade intelectual; o fomento à localização dos parentes.

8. O Movimento de Ressurgência Puri, como espaço de articulação, procura fortalecer e criar novas articulações entre organizações e movimentos da sociedade civil, que aumentem, tanto na esfera da vida pública como da vida privada, a capacidade de resistência social não violenta ao processo de desumanização que o mundo está vivendo e a violência que venha a ser usada pelo Estado, e reforcem as iniciativas humanizadoras em curso, decorrentes da ação desses movimentos e organizações.

9. O Movimento de Ressurgência Puri não tem personalidade jurídica e rege-se por mandato próprio; respeita totalmente a individualidade e identidade de seus membros.

10. O Movimento de Ressurgência Puri se propõe a mobilizar a sociedade civil, os formadores de opinião e as diversas instâncias governamentais para uma ação articulada em prol do tema, buscando contribuir para formular e monitorar a execução de políticas públicas.

11. O Movimento de Ressurgência Puri convoca a todos que compartilhem de seus propósitos e princípios a engajarem-se, de modo a assegurar ampla participação qualificada em torno dos debates, e os convida a coordenarem e promoverem atividades autogestionadas.

12. O Movimento de Ressurgência Puri se compromete a utilizar e a socializar, os meios, resultados e repercussões propiciados pelas ações empreendidas no âmbito da presente rede de modo ético e responsável.

13. O Movimento de Ressurgência Puri preza pelo biocentrismo por entender que todas as formas de vida são igualmente importantes, não sendo a humanidade o centro de existência e por ainda serem insuficientes o art. 225 da CF⁸⁸ e o art. 3º I da Lei 6938/81 na garantia da Natureza como sujeito de direitos.

A presente Carta de Princípios, elaborada pelos parentes que criaram o Movimento, poderá ser revista, em Assembleia Geral de seus membros.



Movimento de Ressurgência Puri

Código de Ética/Conduta

*Manter equilibrado seus corpos:
Espiritual, Mental, Emocional e Físico evita
doenças da mente, do corpo e do espírito.*

O não cumprimento do Código de Ética/Conduta gerará em primeira instância uma advertência, e em se mantendo o não cumprimento o membro que pertença ao MRP ou participe de espaços administrados por ele será excluído.

1 - Manter a integridade, a honradez, a pureza e a dignidade na manutenção do ambiente coletivo agradável.

2 - Abster-se de qualquer forma de violência, tendo, como base princípios morais, não causar a outros sob qualquer circunstância.

3 - Agir segundo o seu livre arbítrio, de acordo com a própria vontade, desde que não prejudique outra pessoa, com consciência e com a noção das consequências do agir.

4 - Priorizar o "SER" em detrimento do "TER" e do "PODER".

5 - Operar coletivamente, honrar e respeitar os limites do outro, ter visão de equipe, onde todos se empenham em busca de um melhor resultado coletivo.

6 - Atuar com reciprocidade de obrigações e interesses em relação ao outro e a coletividade.

7 - Ser responsável pelas próprias ações, responder por elas ou pelas coisas confiadas com consciência do que os atos podem provocar.

8 - Tratar todos da mesma maneira, com espírito de fraternidade, de forma educada, cordial, honesta, solidária, simpática, sem insultos, discriminação ou distinção de direitos e deveres entre os todos.

9 - Ouvir e respeitar as palavras dos mais velhos considerados de referência, os quais, por sua sabedoria e experiência poderão nos instruir sobre o melhor caminho para a tomada de decisões.